

SAMIRA KAUCHAKJE

MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES URBANOS,
NO BRASIL DE 1983 A 1990

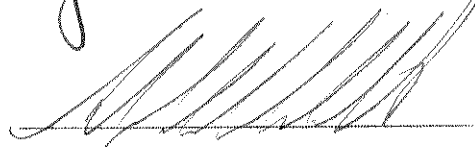
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1992

561412675

COMISSÃO JULGADORA:

Olga R. de Moraes von Sinton.

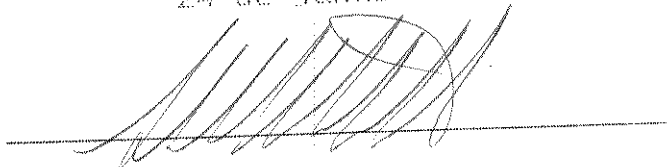


Priscila Ardan

SAMIRA KAUCHAKJE

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por
Samira Kauchakje e aprovada pela
Comissão Julgadora, em 24 de junho
de 1992

24 de junho de 1992

A handwritten signature in dark ink, consisting of several overlapping loops and strokes, positioned above a horizontal line.

MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES URBANOS,
NO BRASIL DE 1983 A 1990

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1992

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Mariana, filha querida, cuja gestação e primeiros anos de vida se deram junto à elaboração deste trabalho, o qual, por sua presença, adquiriu uma dimensão mais feliz.

Agradeço ao José Maria, companheiro, que de forma silenciosa e discreta procurava esconder a generosidade com que me apoiava e ajudava.

Agradeço a Michel e Pepina, meus pais, que com olhar perplexo, e quase sem entender, vêem as escolhas que faço e os caminhos que percorro, torcendo sempre para que "tudo fique bem".

Agradeço à Adélia e Leila, minhas irmãs, referências da infância, cuja existência, mesmo que na distância, dão-me a segurança de uma unidade.

Agradeço: à Adriana, supervisora de estágio em Serviço Social há 10 anos atrás, e amiga durante todos estes anos; à Sandra, colega de mestrado e amiga de jornada; aos funcionários da Faculdade de Educação; e ao Higino, pela paciência em digitar a partir de manuscritos quase ilegíveis.

Agradeço: à CAPES, pelo suporte financeiro; ao IBASE - especialmente à Silvanice - e ao CPV - em especial à Valquíria, pelo atendimento eficiente e cordial.

Agradeço à Prof. Dra. Lúcia Avelar pela orientação no início do mestrado, e ao Prof. Dr. Salvador A. M. Sandoval, pela orientação na realização desta dissertação.

À vida, pela generosidade com que tem me presenteado, agradeço.

Dedico,

aos homens e mulheres que,
anonimamente, participam das
mobilizações coletivas.

RESUMO

A dissertação se constitui numa análise conceitual dos movimentos sociais; e numa pesquisa sobre as mobilizações coletivas populares urbanas em torno das questões da educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, ocorridas no Brasil de 1983 a 1990.

Para análise conceitual foram selecionadas obras de autores, entre os mais lidos no Brasil.

A leitura destes autores, foi feita em torno das questões - chaves que envolvem a discussão do tema, ou seja: 1 - definição e características dos movimentos sociais, 2. fontes e causas de emergência, 3. relações dos movimentos sociais com o Estado e partidos políticos, 4. relação dos movimentos sociais com as classes sociais e, 6. objetivo e significado social dos movimentos sociais.

Estes itens serviram de base para uma discussão comparada sobre a terminologia usada nas obras que abordam os movimentos sociais.

Para a pesquisa sobre as mobilizações coletivas populares urbanas, utilizou-se, como fonte de informações, jornais selecionados da grande imprensa e imprensa alternativa.

Para cada tema das mobilizações - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação - e para todos no conjunto, foram analisados dados que permitiram chegar às seguintes informações:

1. número de mobilizações ocorridas/publicadas no total por ano e, também, por período de governo (Figueiredo, Sarney, Collor), abarcados na pesquisa,
2. número de mobilizações nos estados e regiões brasileiras,
3. temas das mobilizações, de maior incidência,
4. tipos de mobilizações,
5. número de participantes,
6. organizadores,
7. incidentes envolvendo as mobilizações, ocorridas no período e subperíodos de governo e,
8. resultados conquistados pelas mobilizações, no período e subperíodos de governo.

INDICE

Apresentação	1
Parte I - Questões conceituais sobre movimentos sociais	3
Capítulo I - Ação Coletiva	8
Capítulo II - Movimento Urbano	39
Capítulo III - Movimentos Sociais	53
Capítulo IV - Movimentos Sociais Urbanos	106
Capítulo V - Movimento Popular e Movimento Popular Urbano	139
Capítulo VI - Novos movimentos Sociais	169
Conclusão da Primeira Parte	209
Parte II - Mobilizações Coletivas Populares Urbanas, no Brasil de 1983 a 1990	214
Capítulo I - Mobilizações coletivas populares urbanas - educação	217
Capítulo II - Mobilizações coletivas populares urbanas - alimentação	236
Capítulo III - Mobilizações coletivas populares urbanas - transporte	258
Capítulo IV - Mobilizações coletivas populares urbanas - saúde	277

Capítulo V - Mobilizações coletivas populares urbanas - habitação	293
Capítulo VI - Mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação	315
Capítulo VII - De 1983 a 1990 - Da liberalização do regime militar, transição, Nova República, ao governo Collor	347
Conclusão	352
Metodologia	354
Bibliografia Citada	363

APRESENTAÇÃO

O trabalho que desenvolvemos tem o objetivo de quantificar e caracterizar os movimentos sociais ocorridos no Brasil, no período de 1983 a 1990; e fazer uma análise destas informações em conjunto com o contexto social e político brasileiro desta época. Este período se justifica porque as informações mais abrangentes sobre os movimentos sociais brasileiros, são sobre a década de 70 e início dos anos 80. E, nosso objetivo é trabalhar com os movimentos sociais em um período mais recente, onde houve mudanças significativas no cenário nacional: meados e final do governo Figueiredo, durante o governo Sarney e início do governo Collor. Esta análise deve permitir entender como os movimentos sociais, através destes anos e panoramas políticos, se comportaram e quais foram as influências sofridas e provocadas por eles.

A realização desta pesquisa antecedeu-se a uma revisão bibliográfica sobre movimentos sociais, privilegiando os principais autores lidos no Brasil.

Este estudo da bibliografia, entretanto, exigiu que ampliássemos nossos objetivos, transformando esta revisão numa análise conceitual dos movimentos sociais, a fim de compreendermos a que fenômeno social os autores estão se referindo quando utilizam o termo movimentos sociais, e compreender, também como, para estes autores, os movimentos sociais estão relacionados a outros aspectos políticos, por eles

enfocados.

Esta exigência decorreu de dois fatores principais: primeiro, o número relativamente grande de autores selecionados, possibilitando o contato com autores de abordagens teóricas diferentes; e segundo, a observação das diferenças, mesmo entre autores de abordagens semelhantes, no sentido dado ao termo movimentos sociais, explicando fenômenos sociais também distintos.

Por isto, optamos por fazer, no lugar de uma revisão bibliográfica, uma leitura em torno dos principais conceitos presentes nas obras selecionadas, sobre movimentos sociais.

É importante que se ressalte, que esta leitura não implica na realização de um mapa epistemológico. Isto é, não se trata da catalogação dos autores em torno de paradigmas, e nem de um estudo sobre suas origens ou inserções epistemológicas. A leitura em torno dos conceitos, tem o sentido de uma "limpeza do terreno" relacionada ao uso da terminologia empregada pelos autores na elaboração dos seus trabalhos sobre movimentos sociais.

Desta forma, a dissertação que ora apresentamos, está dividida em duas partes, como se segue:

- PARTE I - Questões conceituais sobre movimentos sociais, e
- PARTE II - Mobilizações coletivas populares urbanas, no Brasil, de 1983 a 1990.

PARTE I

QUESTÕES CONCEITUAIS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são objeto de estudo de diversos campos da ciência, e de linhas teóricas também diversas. Em nossos estudos, selecionamos alguns dos principais autores lidos no Brasil. Estes autores são: Touraine, Gohn, Boschi, Castells, Borja, Singer, Brant, Jacobi, Moisés, Sader, Scherer-Warren e Tilly. Foram escolhidas uma ou duas obras de cada autor e a estes livros vieram acrescentar outros nomes: Gutiérrez, Camacho, Kärnen, Melucci, Viola e Mainwaring, Frank e Fuentes, Martinez-Alier, Lima, Vigevani, Telles, Vêras e Bonduki, Cruz, Valladares e Krüschke. Totalizando 29 autores e 18 livros.

Desta forma, fica claro que a nossa intenção não é realizar um estudo crítico dos autores, ou das diferenças de abordagens teóricas entre eles, o que exigiria a leitura de outras obras de cada um deles, para captar a dinâmica e evolução do seu pensamento. Ao contrário, o que faremos é extrair fragmentos dos livros que revisamos, congelando o que o autor nos diz, para desta maneira, construir um universo conceitual sobre o objeto de nosso trabalho: os movimentos sociais.

Numa leitura geral, o que primeiro chama a atenção é a variedade de denominações que aparece no corpo das obras sob o título de movimentos sociais. Encontramos, por exemplo, ações coletivas, mobilização coletiva, manifestação coletiva, movimento reivindicatório, movimento de bairro, movimento urbano, movimento

social urbano, movimento popular, movimento social popular, entre outras.

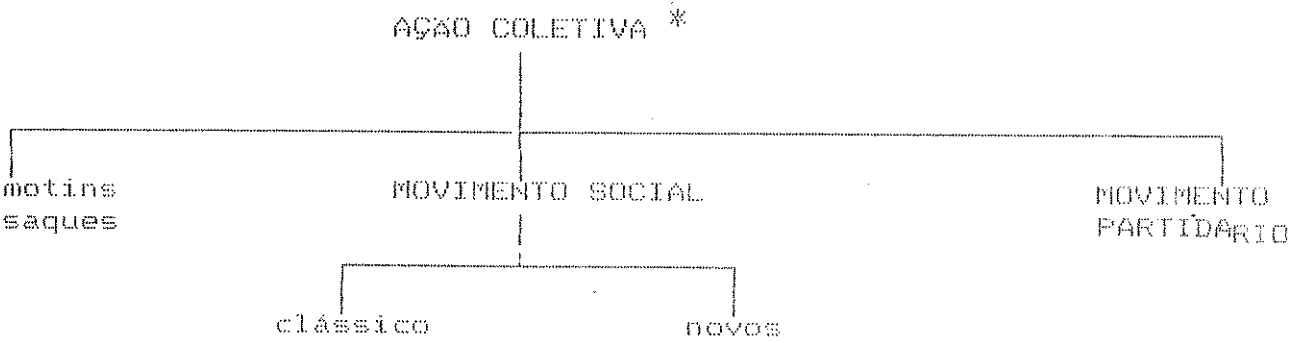
Algumas vezes estas denominações são usadas, dando-nos a impressão de serem sinônimos, outras vezes, os autores as diferenciam entre si. E, entre os autores que fazem esta diferenciação, podem aparecer discordâncias sobre o significado dado a um ou outro termo.

Entre os termos que aparecem, escolhemos utilizar para análise, os que são mais comuns e frequentes, e assim teremos:

- A - ação coletiva
- B - movimento urbano
- C - movimento social
- D - movimento social urbano
- E - movimento popular
- F - movimento popular urbano
- G - novo movimento social

Não é casualmente que colocamos os termos nesta ordem, pois apesar de não estar explicitado pelos autores, pode-se inferir que na sociedade existem vários níveis de mobilização coletiva. Estes níveis vão dos mais amplos para os específicos. Isto não significa, entretanto, que um seja causa de outro, ou seja, que, por exemplo, das ações coletivas decorram, necessariamente, movimentos sociais; significa, simplesmente, que algumas características gerais vão estar presentes em todos os níveis de mobilização coletiva, e que outras, cada vez mais específicas a medida que se desce na ordem de colocação, irão estar presentes somente num determinado tipo.

A partir desta idéia, podemos elaborar o seguinte esquema sobre as mobilizações coletivas possíveis de ocorrer numa dada sociedade:



* base espacial: rural ou urbana ou ambas
base social: popular, não popular ou interclassista

Fig. 1 - Universo das mobilizações coletivas

E, como vimos acima, deste universo, iremos trabalhar com sete categorias, que podem ser representadas na figura seguinte.

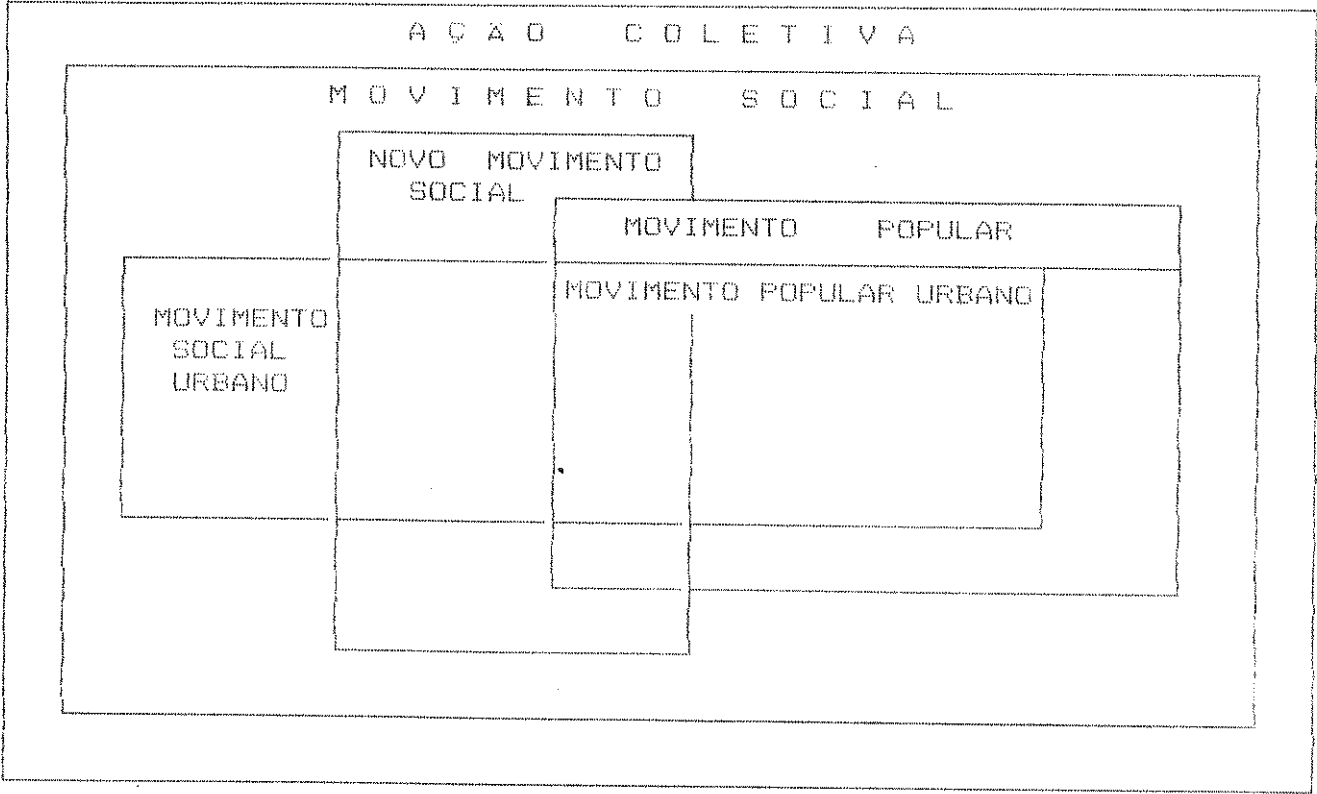


Fig. 2 - Inter-relação entre os tipos de mobilização coletiva

Embora, na figura 2 não estejam colocados os movimentos urbanos iremos, também, analisar esta denominação. Os movimentos urbanos não estão presentes na figura porque a maioria dos autores que eventualmente usam este termo, o fazem empregando-o no mesmo sentido que movimento social urbano; apenas Castells e Borja empregam movimento urbano com um sentido diferente de movimento social urbano, frisando suas singularidades, e dando a impressão que, movimento urbano seria uma categoria mais ampla, que a de movimento social.

A análise dos sete tipos de mobilização coletiva (seis contidas na figura 2) será realizada da seguinte forma: cada um dos tipos de mobilização formará um capítulo, onde serão discutidos cinco itens, que são:

- definição e características
- fontes e causas de emergência
- relações com o Estado e Partidos Políticos
- relações com as classes sociais, e
- objetivos e significado social

Cada item será subdividido em:

- apresentação dos fragmentos dos autores
- elaboração de um quadro com suas principais idéias
- análise do quadro, e
- síntese geral do item

Então, por exemplo, teremos um Capítulo denominado Movimento Popular, e nele estaremos tentando responder, através dos itens, a estas questões: como se define e se caracteriza os movimentos populares, qual a sua relação com o Estado e partidos políticos,

quais as causas que lhes dão origem, como se relacionam com as classes sociais, e quais os seus objetivos e significado na sociedade?

Para obter estas respostas, escolhemos ir buscar nos textos, estas mesmas perguntas. Isto é, ao abordar os movimentos sociais, estas questões estão presentes, e por isto, os autores as têm colocado reiteradamente em suas obras, na forma de afirmações.

E, é neste sentido que cada item/pergunta irá ser subdividido em: apresentação de fragmentos dos textos onde estas afirmações/respostas estão presentes. E, depois disto, iremos reduzir os fragmentos à idéias chaves para a construção de um quadro que nos auxilie a elaborar uma análise e síntese geral do item específico.

Este procedimento será único para todos os capítulos que se seguem, exceto para o Capítulo II, pelas razões que nele serão expostas.

CAPITULO I

AÇÃO COLETIVA

Ação coletiva é a denominação mais abrangente que os autores utilizam para explicar fenômenos coletivos com níveis de organização, e de comprometimento político (entre outras características) diferentes. O significado dado a este termo também sugere que ele é empregado como sinônimo de mobilização coletiva.

Dos autores selecionados, são onze os que trabalham com esta terminologia, ou seja: Touraine, Gohn, Tilly, Boschi, Castells, Melucci, Gutiérrez, Valladares, Moisés, Jacobi e Martinez-Alier.

Estes autores estão agrupados nos 5 itens, como se segue:

1 - Definição e características

Os autores Touraine, Gohn e Tilly se demoram um pouco mais que os outros autores, para explicar como definem as ações coletivas. Boschi e Castells constarão deste item, embora, apenas para indicar como entendem a ação coletiva em relação aos movimentos sociais.

Nas leituras empreendidas vemos que, **Touraine** (1989), discute a ação coletiva na América Latina. Para ele existem três tipos de condutas coletivas: "a defesa de interesses coletivos, a pressão extra-institucional, os movimentos sociais" (182). Nos países latino-americanos estes três tipos "são mais interdependentes do que em outros lugares". Isto porque, em qualquer ação política há a combinação "da defesa de interesses econômicos com a luta contra a dominação externa e com a vontade de integração nacional; e a desarticulação da ação econômica, da organização política e das expressões ideológicas". Por esta razão, também, não há uma separação entre sociedade civil e Estado.

É característico destes países que as ações coletivas não sejam capazes de "elevar-se ao nível político", permanecendo à margem do sistema político.

As ações coletivas não são necessariamente portadoras de violência, podendo no entanto chegar a sê-lo quando o protesto popular "não dispõe de nenhum canal institucional de expressão" (176), ou quando as ações coletivas se voltam para a "defesa de uma comunidade e para a luta contra um inimigo definido como estrangeiro".

Gohn (1985), por sua vez, não emprega especificamente o termo ações coletivas. Ela prefere usar: manifestações coletivas, práticas coletivas, que são formas de participação que ocorrem na sociedade civil.

Entendemos que estas denominações se equivalem a ação coletiva.

As ações coletivas têm tipos (a depender de seu grau de organização, principalmente) que englobam os movimentos sociais. "... tem sido através de determinadas manifestações coletivas das classes populares, que atingiram certo nível de organização e coesão interna, vindo constituir-se em movimentos sociais, que a participação popular tem se expressado".

Dévido a algumas características específicas dos movimentos sociais, estes se diferem "de simples manifestações coletivas".

"As manifestações, para que se tornem um movimento social, têm que, além de expressarem uma necessidade, ter também certa profundidade e extensão na sociedade".

Ao referir-se especificamente ao Brasil, a autora nos diz que em situação de grande crise econômica e social, as ações coletivas podem tornar-se violentas, e se transfiguram em "explosões violentas e esporádicas".

Já **Tilly** (1978) afirma que "collective action consists of people's acting together in pursuit of common interests".

Para o autor, somente uma pequena parte da ação coletiva produz violência. E a importância desta, está em indicar as maiores alterações que ocorrem na ação coletiva e torná-la mais visível.

E, os autores como **Boschi** (1987: 16, 29 e 56), **Castells** (1983: XVI), **Gutiérrez** (1987: 211) e **Melucci** (1989: 57), iniciam suas definições de movimentos sociais da seguinte forma, respectivamente: Boschi - "Os novos movimentos (...) são basicamente caracterizados pela ação coletiva" ou "A ação coletiva na forma de movimentos sociais", e ainda, movimento social urbano como "a ação coletiva que se dá ..."; Castells - o

movimento social urbano como uma "collective actions consciously aimed ..."; Gutiérrez - movimento social constituído de ações coletivas; e Melucci - movimento social como "uma forma de ação coletiva".

Isto vem corroborar a afirmação de que as ações coletivas possuem tipos, ou formas onde se incluem os movimentos sociais.

Com o exposto, podemos construir um quadro sintetizando as idéias dos autores acerca das ações coletivas.

Quadro I - Definição e característica das ações coletivas
de acordo com diversos autores

Definição e característica	AUTORES						
	Touraine	Gohn	Tilly	Boschi	Castells	Melucci	Gutiérrez
englobam diferentes tipos de movimentos	X	X		X	X	X	X
são ações conjuntas por interesses comuns			X				
são expressões da sociedade civil		X					
não há separação entre sociedade civil e Estado	X						
ocorrem à margem do sistema político	X						
podem chegar à violência	X	X	X				

Observamos no quadro I, que apenas Tilly define de forma direta, as ações coletivas; os outros autores arrolam suas

características principais que, em conjunto, dão a noção de sua definição.

A razão disto parece ser, ao mesmo tempo, muito simples e complexa.

Por um lado, os autores Touraine e Gohn podem ter se absterido de definir de forma muito geral, o que consistem as ações coletivas, por julgarem que o próprio termo já comporta esta generalização: ação - coletiva; não havendo porque fazer como Tilly, e dizer que ação coletiva é a ação conjunta de pessoas...

E, por outro lado, pode ser que Touraine e Gohn estejam problematizando o termo, ao situá-lo em contextos históricos dados. Tilly trabalha com o conceito de ação coletiva por outros caminhos que os dos primeiros autores. Isto é, Tilly irá discutir:

- a) os componentes da ação coletiva, tais como, interesse, organização, mobilização, oportunidade e a própria ação coletiva;
- b) as teorias sociais da ação coletiva: Marxiana, Durkheimiana, Milliana e Weberiana; e
- c) os modelos da ação coletiva.

Touraine e Gohn estão enfocando, especialmente, o significado social e político destas ações num contexto determinado.

Touraine, por exemplo, discordaria da definição de Tilly no que diz respeito a busca de interesses comuns, pois para Touraine não "é o interesse que une os indivíduos e libera cada um da particularidade de sua experiência profissional ou familiar. Dos liberais aos marxistas, são numerosos os que reduzem os movimentos sociais à defesa coletiva de interesses que são em primeiro lugar, individuais. A realidade está longe de tais afirmações simplificadoras. Não só a busca de interesse individual é

contraditória em relação a uma ação coletiva (...) mas, sobretudo, uma mobilização dos atores só é forte quando se dirige aos seus valores, à sua solidariedade, às suas representações, ao mesmo tempo que à interesses frequentemente difíceis ou impossíveis de serem definidos em si mesmos". (1989: 107)

O quadro I ainda nos fornece outros dados para análise. Vemos que seis autores: Touraine, Gohn, Boschi, Castells, Melucci e Gutiérrez, são coincidentes ao entender que as ações coletivas se desdobram em outros níveis de mobilização, entre eles, os movimentos sociais.

Três autores: Touraine, Gohn e Tilly, concordam que, sob determinadas condições, as ações coletivas podem ser portadoras de violência. Mas Touraine e Gohn discordam entre si quanto ao fato de as ações coletivas ou serem expressões da sociedade civil (implicando nisto, algum grau de autonomia das ações em relação ao Estado), ou estarem de algum modo subordinadas às esferas estatais. Gohn defende a primeira posição; e Touraine abraça a segunda, ao explicar que devido às características das ações coletivas na América Latina, esta estaria envolta "numa ausência de separação entre sociedade civil e o Estado, entre reivindicação social e os movimentos de libertação nacional" (1989: 151), e enfatiza ainda que as ações coletivas ocorrem à margem do sistema político.

Do Quadro I, podemos também fazer um exercício de síntese, e juntar os diferentes enfoques para construir uma definição e caracterização da ação coletiva.

SINTESE:

Uma ação coletiva consiste na ação conjunta de pessoas que: 1. buscam interesses comuns, ou 2. estão mobilizadas segundo seus valores, representações e de acordo com sua solidariedade e interesses, muitas vezes difíceis de serem definidos.

Suas características principais são: a) o fato de englobar outros níveis de mobilização coletiva, inclusive os movimentos sociais; b) não ser necessariamente portadora de violência, embora possa vir a sê-lo, dependendo das condições sociais, e c) 1. expressar a sociedade civil, ou 2. na América Latina, ocorrer à margem do sistema político.

2 - Fontes e Causas de emergência

Este item constará dos seguintes autores: Touraine, Boschi, Boschi e Valladares, Jacobi e Moisés.

Touraine (1989) atribui às causas de emergência das ações coletivas, fatores conjunturais como "uma mudança brusca de situação, o aumento do preço dos alimentos de base ou dos transportes".

Entretanto é "falso acreditar que sofrimentos extremos produzem uma extrema capacidade de ação".

Nem mesmo a defesa de interesses comuns poderia explicar a emergência das ações coletivas, porque estes são "difíceis ou impossíveis de serem definidos em si mesmos". Para o autor esta

explicação deve ser buscada nos interesses e também nos valores, na solidariedade e nas representações que os atores envolvidos possuem.

Touraine acena também, com a possibilidade de haver fatores estruturais impulsionando a origem de ações coletivas, quando afirma que "na América Latina - como outrora na Europa - uma grande parte das mobilizações coletivas se formou em torno da fronteira incerta entre a reivindicação e a defesa contra a exclusão, entre o protesto e a delinquência".

O autor frisa, também, o papel do Estado na própria organização das reivindicações sociais. "Nas sociedades dependentes é o Estado o agente principal do desenvolvimento econômico e inclusive, amiúde, da organização das reivindicações sociais".

Existe "um modelo político dominante na América Latina, o modelo nacional-popular, no interior do qual ou em relação ao qual se definem atores sociais que levam menos a uma ação autônoma do que respondem as intervenções do poder político".

Em **Boschi** (1987) a emergência da ação coletiva está vinculada à sua relação com o Estado.

No Brasil, de modo particular, "a atuação coletiva origina-se do confronto com o Estado, na tentativa de abrir espaços para a representação de interesses sub-representados ou de garantir a efetiva incorporação de novos elementos na arena política".

Boschi e Valladares (1983), enfatizam os aspectos conjunturais no processo de formação das ações coletivas e situam

sua reflexão no Brasil e na questão urbana. Acreditam que o processo de urbanização - com o consequente crescimento do setor terciário, ligado à deterioração das condições de vida dos setores populares e à segregação espacial - é um dos fatores relacionados com a ocorrência de ações coletivas.

E as condições gerais para a mobilização, como um fator mais abrangente, é "a própria deficiência ou isenção do setor público (ou de qualquer agente provedor de bens e serviços) no suprimento de necessidades básicas da população".

Os autores ainda arrolam causas para a emergência de ações coletivas, como: ameaça externa à estabilidade do cotidiano; ocorrência de uma ação repressiva por parte do Estado; e a "existência, nas áreas, de práticas associativas anteriores". Entre estes elementos, a presença do agente externo é fundamental "como fator de mobilização" e, "pode tanto potencializar uma situação já existente de forma latente, quanto, na sua inexistência, abrir frentes para a manifestação de um interesse comum".

Também numa obra de 1983, **Castells** discute as ações coletivas, porém o autor não utiliza o termo com um sentido próprio, mas como um meio de explicação para outros tipos de mobilizações, principalmente para movimentos sociais (urbanos).

Destas explicações é que podemos inferir o que o autor entende ser as causas do surgimento de ações coletivas.

Segundo ele, para entender como um movimento social aparece, é preciso examinar a relação que há entre este "and the social contradictions that, according to historical experience, have triggered collective action aimed at social change". E dá o

exemplo específico do Movimento de Cidadãos em Madrid "as a result of collective action triggered by urban demands".

Para o autor, então, as ações coletivas são geradas por contradições sociais que engendram necessidades sociais específicas, numa sociedade e num momento histórico particulares.

Todavia, é a consciência destas contradições que podem gerar ações coletivas intencionadas à mudança social mais ampla, ou seja os movimentos sociais. A não consciência da origem das necessidades sociais, isto é, o apelo apenas a demandas por bens e serviços específicos, geram ações coletivas "menos desenvolvidas", tal como o movimento de protesto. Isto não significa que estes protestos não tenham como fator subjacente as mesmas contradições sociais-fontes dos movimentos sociais: significa apenas que a ausência de consciência impossibilita que a ação coletiva possa vir a se tornar movimentos sociais efetivos.

O autor **Moisés** (1978) por sua vez, não realiza discussões abrangentes sobre a ação coletiva. Situa sua pesquisa em São Paulo do pós-guerra até meados da década de 60, e nos fornece um quadro da situação econômica e social da população nesta época. Segundo o autor "as pessoas convivem com uma realidade de carências sociais e urbanas que, todavia, são decorrentes do não atendimento pelo Poder Público das necessidades essenciais à sua sobrevivência nas condições urbanas geradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

Essas contradições acabaram por se constituir, por isso mesmo, em ponto de partida para a emergência de novas reivindicações populares".

Retirando estas afirmações de seu contexto singular, é possível dizer que, para o autor, as ações coletivas (das camadas populares) são geradas por uma situação de carência. Estas necessidades advêm de seu não atendimento pelo Poder Público, que é incapaz (devido ao seu caráter de classe) de resolver as contradições sociais inerentes ao sistema como um todo. Tem-se, portanto, três níveis de explicação para as causas da ocorrência de ações coletivas: 1) imediato - carências geradoras de demandas; 2) intermediário - não atendimento destas necessidades pelo Poder Público; e, 3) fundamental - o próprio sistema social gerador das contradições.

Jacobi, em três obras escolhidas, trata das ações coletivas empregando os termos lutas reivindicativas, ou simplesmente reivindicações, ora diferenciando-os dos movimentos sociais propriamente ditos, ora dando-lhes o mesmo sentido.

Segundo o autor, as causas das ações coletivas são as contradições sociais e as carências daí decorrentes.

"Os problemas urbanos vividos pelos habitantes das grandes cidades decorrem da crescente incapacidade de a organização social capitalista assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessário à vida cotidiana dos moradores" (1983: 151).

"A emergência das reivindicações está indiscutivelmente associada a uma agudização momentânea de uma carência que provoca uma fragilização sistemática das condições de vida num determinado momento e para determinados atores sociais" (1987: 164).

Apesar disto, não existe uma relação mecânica e necessária entre a existência da contradição e da carência urbana com a

emergência de ações coletivas. Isto é demonstrado pelo fato que a população de bairros diferentes, embora sofrendo problemas urbanos semelhantes, podem agir (e frequentemente agem) de maneira diversa em relação a "articulação ou não articulação das demandas".

"... a existência das contradições urbanas não representa necessariamente a emergência de mobilizações populares. A relação entre carência e exclusão de benefícios urbanos com a emergência de lutas reivindicatórias não pode ser estabelecida de forma mecânica..." (1987: 254) e (1989: 12).

Para explicar a ocorrência de ações coletivas e o seu desenvolvimento, é necessário acrescentar outros elementos mediadores "que nos permitam estabelecer elos entre a vivência-percepção e a ação propriamente dita".

é preciso entender "de que forma são elaboradas as carências e qual o papel dos agentes externos neste processo assim como repensarmos o caráter subjetivo à elaboração das demandas".

Os agentes externos são importantes principalmente como elementos que possibilitam "a formação de uma consciência crítica da população", e "a passagem para formas mais organizadas de ação coletiva".

é importante levarmos em conta também "o papel das políticas sociais enquanto indutoras de reivindicações" (1987: 16).

E, finalmente, **Gohn** (1985) argumenta que são as necessidades não satisfeitas que geram reivindicação e mobilização popular. Estas necessidades decorrem das contradições sociais.

Quando os atores sociais estão conscientes das contradições e

dos interesses que lhes são antagônicos, eles gestam formas mais desenvolvidas de ação coletiva (como por exemplo movimentos populares). Porém, quando os atores sociais se atêm à demandas localizadas, geram reivindicações isoladas. Entretanto, mesmo estas reivindicações têm como fonte essencial os fatores estruturais.

"... não basta uma necessidade social não satisfeita (...). Podemos ter simples reivindicações isoladas (...).

Existem necessidades que geram demandas e estas geram reivindicações (...). Essas demandas, localizadas, inserem os personagens envolvidos na teia das contradições existentes na sociedade capitalista, porque fazem emergir e se opõem a interesses que lhes são antagônicos, fora do grupo. Assim, formas embrionárias de mobilização e organização podem transformar-se em formas mais desenvolvidas, que não se atêm às demandas locais, mas inscrevem-se numa ótica de contestação das relações sociais capitalistas".

Quadro II - Fontes e Causas de emergência das ações coletivas de acordo com diversos autores

Causas	AUTORES						
	Touraine	Boschi	Boschi e Valladares	Castells	Moisés	Jacobi	Gohn
Fatores estruturais, contradições sociais	X			X	X	X	X
Fatores conjunturais	X		X		X		X
Carência = Mobilização				X	X		X
Carência-mediações = mobilização	X					X	
Mediação: subjetividade	X					X	
Mediação: agentes externos			X			X	
Estado	X	X	X		X	X	

Antes de se iniciar a análise do Quadro II, é preciso observar que os autores Touraine, Boschi e Valladares, Moisés, Jacobi e Gohn, estão abordando, primordialmente, as ações coletivas das classes populares. E Boschi e Valladares, Moisés e Jacobi, as localiza no espaço urbano.

Boschi e Castells, por sua vez, se referem a todos os setores da sociedade, sendo que Castells circunscreve sua análise às cidades. Justificamos esta observação porque:

Touraine (1989) fala das mobilizações coletivas "em torno da fronteira entre reivindicação e exclusão". Boschi e Valladares (1983) refletem sobre as consequências do processo de urbanização

sobre os setores populares.

Moisés (1978) considera que "a pressão sobre a demanda urbana de consumo coletivo (salário indireto), como habitação, serviços e equipamentos básicos", propiciam as condições de emergência das ações coletivas a que se refere, ou seja, das classes populares.

Jacobi (1989) admite que as ações coletivas possam se dar em várias camadas sociais ou de uma interação destas. No entanto, suas argumentações se circunscrevem à América Latina, e particularmente ao Brasil, onde "a maioria dos estudos confirmam que a base social (dos movimentos sociais) envolve fundamentalmente os setores populares e componentes da classe operária".

Gohn, apesar de fazer referência a outros setores da sociedade, privilegia, em sua pesquisa e reflexões, as camadas populares, e diz que "o capitalismo cria a necessidade de equipamentos coletivos de consumo e, ao mesmo tempo, limita quantitativa e qualitativamente sua produção".

Boschi (1987) entende que o Estado propulsiona as ações coletivas não apenas negativamente, por ser inoperante ou incapaz de atender as demandas populares, mas também porque "nos novos Estados o estabelecimento da ordem política é uma contrapartida às manifestações generalizadas, particularmente à violência coletiva" e "o confronto positivo com o Estado, levando à conquista de espaços para interesses sub-representados, é um ingrediente fundamental no processo de state-building e democratização nas nações novas".

Com esta interpretação, pode-se dizer que, para Boschi, outros setores da sociedade, além das camadas populares, têm

interesses sub-representados, exigindo sua mobilização para a abertura do espaço de participação política e demandando a intervenção do Estado "na forma de políticas de agências específicas".

E, Castells (1983), coloca que "the search for spatial meaningfulness and cultural identity, the demands for social goods and services, and the drift toward local autonomy, have triggered in the last decade a series of urban protest movement". E a depender do objetivo, ou conjunto deles, que estas ações possuem, é que se constituirá sua base social, isto é, se definirá a classe social que as compõem.

Diante destas observações, podemos analisar os dados que o Quadro II fornece:

Entre os autores, Touraine e Jacobi são os que apresentam maiores pontos em comum. Para eles, os fatores estruturais, de onde decorrem as contradições sociais e as necessidades sociais, juntamente com fatores conjunturais, como a agudização das carências ou crises políticas, são as principais causas de emergência das ações coletivas. Também para ambos, este processo se dá através de mediações, como os elementos subjetivos da população envolvida, e a presença de agentes externos. A importância do papel do Estado como propulsor destas ações também é colocada pelos autores.

Nestes dois últimos pontos, Boschi e Valladares, também estão de acordo, já que consideram que os agentes externos e o Estado são importantes para a explicação da gênese das ações coletivas. Boschi também salienta o papel do Estado como fator causal. Para

ele, esta importância tanto se dá num sentido negativo (pela inoperância) quanto num sentido positivo (possibilidade de influir nas esferas estatais).

Moisés, como Touraine e Jacobi, cita o Estado e as questões estruturais. Mas, diferente dos dois autores que introduzem mediações, faz uma relação direta entre a existência das carências sociais e a ocorrência de ações coletivas.

Desta forma, Moisés está mais próximo de Castells e Gohn, que analisam as contradições sociais numa implicação direta com o aparecimento destas ações.

O Quadro II demonstra ainda, que existem três pontos de maior acordo entre os autores. Dos sete autores, cinco (Touraine, Boschi, Boschi e Valladares, Moisés e Jacobi) destacam o papel do Estado e (Touraine, Castells, Moisés, Jacobi e Gohn) fazem referência às contradições sociais e também às carências sociais.

E o exercício de síntese pode ser feito da seguinte forma:

SÍNTESE:

As ações coletivas, sobretudo as populares, tem como causa fundamental os fatores estruturais ligados à organização social, que geram contradições, as quais, por sua vez, dão origem às necessidades sociais. 1. Portanto é a partir destas carências que emergem as ações coletivas, ou 2. portanto, é a partir destas carências, mediadas por fatores como a subjetividade da população envolvida e a presença de agentes externos, que emergem as ações coletivas.

O Estado, enquanto alvo das demandas coletivas, desempenha um

papel muito importante como fonte de emergência destas ações.

3. Relação com o Estado e Partidos Políticos

Este item irá constar dos seguintes autores: Touraine, Boschi, Boschi e Valladares, Moisés, Moisés e Martinez-Alier, Jacobi e Castells.

3.1 - Relação com o Estado

Para **Touraine**, na América Latina a ação social está subordinada à intervenção do Estado, porque nestes países "nunca existe separação clara entre a sociedade civil e o Estado. O Estado intervém constantemente como ator político, cultural, social e econômico e, de sua parte, os atores sociais respondem mais diretamente à intervenções do Estado do que às iniciativas de outros atores sociais" (1989: 55).

O Estado possui a capacidade de administrar e englobar as reivindicações da população. E esta vê no Estado seu adversário, pois é contra sua política, que luta; e também seu protetor, pois é dele que decorrem as políticas públicas que vêm de encontro às suas demandas.

Nestes países o "sistema político é ou se torna tão poderoso e tão aberto que aborda facilmente uma grande parte dos grupos de pressão e das reivindicações particulares".

Os movimentos comunitários que se formam nas cidades são frágeis e fragmentados e "seu interlocutor é mais o Estado do que

sua categoria social. Estado que é adversário e protetor ao mesmo tempo".

Segundo **Moisés** (1978), no período em que estuda, Brasil após década de 30 até meados da década de 60, "setores das classes populares" vêem no Estado o alvo de suas pressões. Muitas vezes o fato de as ações coletivas se reportarem ao Estado, pode vir a reforçar as próprias instituições estatais, e isto efetivamente ocorreu no período populista, por exemplo. Porém em última instância, as classes populares estabelecem uma relação antagônica com o Estado.

O autor relata que, no período a que se refere, diferentes setores das classes populares passam a articular "alguma forma de ação organizada em face dos problemas (interesses) que consideram como as suas 'carências urbanas' e, diante das quais, identificam alguns de seus 'direitos' (que, diga-se desde já, são reivindicados do Estado, pois este é visto como a agência a quem caberia prover a população com benefícios que representassem uma resposta aos referidos problemas)".

"Houve apenas alguns momentos, curtos e transitórios, com o populismo, que viram o Estado se voltar para o atendimento das contradições geradas pelo desenvolvimento urbano".

"O Estado, em sua função ideológica de 'provedor' do conjunto da sociedade, foi identificado como alvo a ser atingido pela pressão coletiva. Entretanto como se mencionou anteriormente, o Estado não estava em condições de prover as classes populares de São Paulo com os serviços e equipamentos urbanos que a complexidade de sua reprodução exigia. (...)

Portanto era inevitável que as contradições geradas pelo

desenvolvimento urbano lançassem as classes populares em uma relação antagônica com o Estado".

Moisés e Martinez-Alier (1978) tecem o mesmo argumento, isto é consideram o Estado o alvo das demandas populares, e caracterizam a relação entre as classes populares e o Estado como fundamentalmente, antagônica.

Jacobi, ao contrário, analisa que as ações coletivas (em suas diversas formas) e o Estado estabelecem uma relação de interação e negociação, "onde os dois polos se transformam no processo". A população, embora nem sempre de maneira consciente, tem no Estado o alvo de suas demandas e o Estado funciona como propulsor de suas mobilizações devido a sua "inoperância e ou omissão na área de fornecimento de serviços coletivos".

No entanto, por mais "antipopulares que possam ser" os Estados acabam por implementar políticas sociais que ao atender determinados setores, criam novas expectativas de demandas. Para o autor, isto nos leva a "compreensão da concomitância entre as demandas populares e a priorização de certas políticas sociais por parte do governo" e demonstra "um Estado cada vez mais apto a absorver a maioria das demandas populares" (1987: 266 a 268) e (1989: 17 e 18).

Boschi (1987) em diversas passagens, também frisa que o Estado é o alvo da ação coletiva e que a relação entre eles é sobretudo de mútua influência

"... nos novos Estados o estabelecimento da ordem política é uma contrapartida às manifestações generalizadas, particularmente, à violência coletiva".

"... a atuação coletiva origina-se do confronto com o Estado na tentativa de abrir espaços para a representação de interesses sub-representados ou de garantir a efetiva incorporação de novos elementos na arena política".

E, **Castells**, considera que a intervenção do Estado na produção e gestão dos meios coletivos de consumo, é reivindicada tanto pela população quanto é condição de sobrevivência do sistema capitalista.

"... uma contradição fundamental no capitalismo avançado: o fato de que os meios coletivos de consumo (na base da organização das cidades) são de um lado requeridos pelo capital para a reprodução adequada da força de trabalho e exigida pelas massas populares, e, de outro lado, são geralmente não rentáveis numa produção capitalista.

A tentativa de superação histórica desta contradição é a intervenção decisiva do Estado na produção, distribuição e gestão dos meios coletivos de consumo e, conseqüentemente, na organização e funcionamento das unidades urbanas que resultam da articulação do conjunto destes meios (habitação, escola, saúde, equipamentos culturais, transportes, etc.). Esta intervenção é marcada pelas duas fontes sociais que a exigem: pelas exigências técnicas e econômicas do capital e pelo desenvolvimento das reivindicações populares". (in Poulantzas, 1987: 165).

Para o autor as ações coletivas influem nas esferas estatais. Entretanto o Estado é capaz de absorver as demandas sem alterar sua lógica fundamental. Castells ilustra esta afirmação com o exemplo de "1960s inner cities in America:"

"Under the pressure of grassroots mobilization, particular

active in the ghetto areas, social programmes were provide by the Federal government, welfare rights extended, public jobs created, and urban services delibered by local governments that come under the growing influence of blacks and poor in the central cities of the metropolitan areas.

(...) the basic mechanisms of the economy were not altered (...) the national political scene actually became more conservative (1983: 66).

E exemplifica também, com a Mission Neighbourhood, 1967-1973 and the gay community in San Francisco:

"... if grassroots pressure is strong enough to obtain redistribution without challenging the operation of the system, the state will acknowledge this new source of power and will modify the policies. (...)

What remains from people's efforts is a série of scattered fragments: some programmes, many different grassroots groups, a place to live, and the right to keep their identity." (1983: 171).

3.2 - Relação com os partidos políticos

Entre os autores citados neste item apenas Jacobi discorre sobre a relação entre as ações coletivas e os partidos políticos; os demais autores discutirão este tópico nos capítulos seguintes. Entretanto, incluiremos aqui, Boschi e Valladares porque estes autores (como vimos no Quadro II) atribuem aos agentes externos um papel importante na formação das ações coletivas. Entre estes agentes externos estão incluídos, para os autores, os partidos

políticos.

Assim, **Jacobi** (1987: 262) ressalta a importância de se destacar a mediação exercida por agentes externos como, por exemplo o apoio de militantes de alguns partidos (como o P.T.).

E **Boschi e Valladares** (1983: 117) dizem que entre os agentes externos responsáveis pelo desenvolvimento de Movimentos de Bairro de Nova Iguaçu, estão os partidos políticos.

Quadro III - Relação das ações coletivas com o Estado e Partidos
Políticos de acordo com diversos autores

Característica da relação	AUTORES						
	Touraine	Boschi	Boschi e Valladares	Moisés	Moisés e Mar- tinez-Alier	Jacobi	Castells
ESTADO							
elemento propulsor	X	X	X	X		X	
alvo das demandas	X	X		X	X	X	X
capaz de absorver as demandas	X					X	X
interação/ne- gociação/mútua influência		X				X	
influenciado pelas ações coletivas							X
ação coletiva subordinada ao Estado	X						
antagonismo				X	X		
PARTIDOS POLITICOS							
elemento propulsor			X			X	

O Quadro III indica maior acordo entre os autores que consideram o Estado como alvo das demandas das ações coletivas. Isto tanto no sentido de o Estado como adversário, quanto no de protetor destas ações. Quando a população tem no Estado seu adversário, a ação coletiva visa conquistar alguns direitos

negados pela própria organização social que o Estado representa, assim como desestabilizá-lo; e ao ter no Estado seu protetor, a ação coletiva está subsumida no próprio sistema, considerando que são as demandas populares que fazem o Estado atender às necessidades sociais que estão sendo negligenciadas, mas que de alguma forma serão atendidas pelo Estado, enquanto responsável legítimo e exclusivo na gestão e distribuição dos bens e serviços coletivos, bastando para isto que se exerça pressão sobre suas agências.

Os autores que entendem que as ações coletivas vêem o Estado como alvo de suas demandas nestes dois sentidos são: Touraine, Boschi, Moisés, Moisés e Martinez-Alier, Jacobi e Castells.

Moisés e, Moisés e Martinez-Alier, acrescentam também que, fundamentalmente, o Estado e as ações coletivas das camadas populares mantêm uma relação antagônica.

Isto porque, em última instância e devido ao seu caráter de classe, o Estado não pode atender ou resolver as carências populares. Neste sentido, as ações coletivas ao invés de pressionar as esferas estatais, lutam pela transformação ou desaparecimento do Estado.

Jacobi e Boschi dizem que sendo alvo das demandas coletivas, há entre Estado e estas ações uma relação caracterizada pela negociação, interação e mútua influência. E, Castells e Jacobi chamam a atenção para o fato de as ações coletivas, efetivamente, influírem nas políticas do Estado.

Para Touraine, Jacobi e Castells, mesmo sendo alvo das pressões populares, o Estado está apto para absorver e administrar as suas demandas, sem alterar o sistema social como um

todo. Isto é, o reconhecimento e o atendimento das reivindicações das ações coletivas, faz parte da lógica da estrutura social e é uma das condições para sua manutenção.

Touraine, Boschi, Boschi e Valladares, Moisés e Jacobi (também de acordo com o Quadro anterior: III) concordam que o Estado seja um dos principais agentes propulsores das ações coletivas.

E, Touraine entende que isto significa, para a América Latina, que as ações coletivas estão subordinadas ao Estado.

Boschi e Valladares, e Jacobi, por sua vez, reconhecem nos partidos políticos esta mesma característica de propiciar a emergência e o desenvolvimento destas ações.

Estas idéias podem ser sintetizadas da seguinte forma:

SINTESE:

A ação coletiva mantém com o Estado algum nível de relação, que se caracteriza desde a negociação e mútua influência, chegando até ao antagonismo.

O Estado é identificado pelas ações coletivas, como alvo de suas demandas.

O Estado, assim como os partidos políticos, está entre os fatores que propiciam a emergência de ações coletivas (e, para alguns autores, na América Latina isto tem significado a subordinação da ação coletiva às intervenções políticas e ao Estado).

4 - Relação com as classes sociais

Observamos no item 2, que a maioria dos autores que estão sendo citados neste capítulo, estão se referindo as ações coletivas das camadas populares.

Entretanto, uma coisa é constatar "de fora" a base social que constitui a ação coletiva que se observa; e outra, é saber se as próprias ações possuem um caráter de classe, isto é, se as ações coletivas têm como fator subjacente as lutas de classe, ou melhor, se os seus membros atribuem às suas lutas um caráter de classe.

Esta questão, todavia, será esclarecida somente nos capítulo III, quando se abordará os movimentos sociais.

Agora, tratando da ação coletiva especificamente, apenas **Touraine** afirma que, na América Latina, estas ações da população mais pobre não possuem um caráter de classe, isto porque nestes países, a "população pobre é mais excluída que explorada" (1989: 16).

As mobilizações coletivas "quase nunca se reduzem à defesa de interesses de categorias ou de classes, e sempre dão uma grande importância a objetivos de integração nacional ou de luta contra a dependência externa".

"Não é o papel dos pobres como trabalhadores, como cidadãos ou como membros de uma comunidade que dá a este tema a importância que tem, não é o que eles fazem, mas o que sofrem; não é o que possuem, mas aquilo de que são privados; não é, pois, a sua identificação com uma classe ou com uma nação que dá força ao seu protesto, mas sim, a sua miséria, exclusão e a repressão que eles

sofrem é que dão aos seus protestos um valor fundamental" .

Portanto, para formular o quadro deste item, usaremos as observações realizadas na página 21 (análise do Quadro II).

Quadro IV - Relação das ações coletivas com as classes sociais segundo diversos autores

Classe social	AUTORES						
	Touraine	Boschi e Valladares	Moisés	Jacobi	Gohn	Boschi	Castells
na América Latina não possui caráter de classe	X						
classes populares	X A.L.	X A.L.	X A.L.	X A.L.	X A.L.	X	X
classes não populares				X	X	X	X

A maioria dos autores (exceto Castells), situa suas reflexões na América Latina. E, de acordo com eles, neste contexto, as ações coletivas são constituídas, se não exclusivamente, de forma primordial pelas classes populares.

Boschi e Castells, ressaltam que estas ações coletivas, em qualquer base espacial, podem ser formadas tanto pelas classes populares, quanto pelas não populares.

Touraine, afirma que na América Latina, as ações coletivas não possuem um caráter de classe.

SINTESE:

As ações coletivas podem ser constituídas tanto pelas classes populares quanto pelas não populares. Na América Latina, todavia, a sua base social é formada principalmente pelas camadas populares. Apesar disto, nestes países, as ações coletivas não possuem um caráter de classe.

5 - Objetivo e Significado Social

Touraine, Melucci e Tilly são os autores que estão presentes neste item.

Segundo **Touraine** (1989), na América Latina, "a maior parte das ações coletivas visa, aí, a derrubar barreiras, a abrir e transformar o sistema social e político".

Em outra passagem, diz que nestes países, mais que movimentos sociais, há "protestos que permanecem à margem do sistema político", cujos atores não são "capazes de por em causa a organização social".

E, na página 276, ele afirma que estes protestos têm como único objetivo a defesa da vida.

Não entendemos estas colocações de Touraine como contraditórias. Isto porque, parece que para o autor, mesmo que a ação coletiva não enfrente diretamente o sistema social e político, pode colocar este sistema em xeque pela sua própria existência. Ainda mais se considerarmos que o objetivo primordial

das ações coletivas na América Latina é a defesa da vida, num sistema social, político e econômico altamente excludente. Desta forma é possível perceber que este objetivo, por si só, pode significar uma abertura no espaço político e a própria transformação do sistema; pois, segundo Touraine, "na América Latina, a ação é rara e dependente, mas os atores populares estão sempre presentes e os seus protestos, politicamente fracos, reclamam constantemente e com força a cidadania social.... protestos, ações de solidariedade e, às vezes sublevações, questionam e revelam os aspectos mais profundos do modo de desenvolvimento latino-americano".

No item 2 (Fontes e causas de emergência) vimos também, que para Touraine, a busca de interesses não explicaria as motivações para uma ação coletiva. Os atores sociais têm outros objetivos ao se mobilizarem, objetivos estes ligados aos seus valores e representações.

Melucci (1989), em outro percurso de análise, argumenta que as ações coletivas têm como objetivo tanto as demandas sociais, como as culturais e a efetivação de valores de uma determinada população.

"Os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação 'econômica' calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados (...). A ação coletiva não é realizada apenas a fim de trocar bens num mercado político e nem todo objetivo pode ser calculado".

E, Tilly (1978), observa em sua definição que o objetivo principal das ações coletivas é a busca de seus interesses. Estes interesses podem ser econômicos, culturais e/ou políticos...

Quadro V - Objetivo e Significado Social das ações coletivas
segundo diversos autores

Objetivos e Significado Social	AUTORES		
	Touraine	Melucci	Tilly
mudança, transformação no sistema social e político (demanda política)	X	X	X
econômicos	X	X	X
cidadania	X		
objetivos ligados a valores e representação (subjetividade)	X	X	
demandas culturais	X	X	X

SINTESE E ANÁLISE DO QUADRO:

As ações coletivas têm por objetivo lograr o atendimento de suas demandas políticas, econômicas e culturais (Touraine, Melucci e Tilly).

Na América Latina, estes objetivos estão vinculados à luta pela cidadania social (Touraine).

Muitas vezes, os objetivos das ações coletivas são difíceis de serem definidos, seja porque algumas de suas metas não são mensuráveis (busca de solidariedade e identidade, por exemplo), ou porque estas metas estão vinculadas aos valores e representações dos atores sociais (Touraine e Melucci).

CAPITULO II

MOVIMENTO URBANO

Castells e Boria, introduzem a denominação movimentos urbanos, como uma categoria separada e, de alguma forma, mais ampla que a de movimento social (urbano).

Estes autores possuem posições teóricas muito semelhantes a este respeito, por isto não faremos uma análise de cada um dos itens. Faremos apenas, no final, um quadro geral sintetizando as idéias expostas.

1 - Definição e características

Movimento urbano se caracteriza, principalmente, por possuir demandas circunscritas aos problemas de gestão e distribuição de bens e serviços coletivos, no espaço urbano.

Estes movimentos abarcam vários tipos de ações coletivas urbanas, que vão desde simples protestos, até os movimentos sociais urbanos. Pode-se dizer que os movimentos urbanos são mais amplos que os movimentos sociais urbanos, pois, têm maior número de pessoas envolvidas e de tipos de ações possíveis; e, por outro lado, são mais restritos que aqueles, pois, os objetivos dos movimentos urbanos se atêm à demandas sociais e culturais, localizadas e particulares; e os objetivos dos movimentos sociais urbanos além das demandas imediatas e das reivindicações por

mudança do sentido da cidade, acrescentam também, mudanças políticas.

Outro elemento diferenciador importante, é que os movimentos urbanos não possuem auto-consciência de seu papel social, e os movimentos sociais urbanos são conscientes de sua condição e lastro social.

Para **Castells** (1983), "under the general term of urban movements (or urban struggles as we used to called them) we are considering very different forms of mobilization, from counter-cultural squatters to middle class neighbourhood associations and shanty town defense groups. Nevertheless they all seem to share some basic characteristics in spite of their diversity:

- 1 - They consider themselves as urban, or citizen, or, in any case, related to the city (or to the community) in their self-denomination.
- 2 - They are locally-based and territorially-defined, (...)
- 3 - They tend to mobilize around three major goals: collective consumption, cultural identity, and political self-management".

Os movimentos urbanos, em geral, são Utopias Urbanas, porque em sua estrutura não se considera a questão política mais ampla.

E, segundo **Borja** (1975) movimento urbano "abarca una realidad tan amplia como la de todos los conflictos referidos al consumo de bienes y servicios urbanos (vivienda, equipamiento, urbanismo) y a la gestión del sistema institucional de la ciudad".

Os movimentos urbanos têm diversos tipos, entre eles estão os movimentos sociais urbanos e os movimentos urbanos populares.

O autor compreende que a realidade cotidiana mostra que os movimentos urbanos são ao mesmo tempo muito mais e muito menos que os movimentos sociais urbanos, pois, quase sempre seus objetivos "y su eficacia son más limitados y abarcan a una multiplicidad de actores y situaciones mayores".

Os movimentos urbanos não são a mesma coisa que os conflitos urbanos, mas uma manifestação específica destes.

"No se trata pues de todo conflicto social que se produce en el espacio urbano, sino de aquellos que hacen referencia a la organización de la producción y del consumo en el territorio (usos del suelo y accesibilidad del equipamiento) y a las reglas y instituciones que regulan una acción de estos mecanismos".

"Los movimientos urbanos constituyen uno de los ejes a partir de los cuales los sectores populares se organizan y combaten colectivamente por sus intereses".

2 - Fontes e causas de emergência

As causas fundamentais que culminam na formação de movimentos urbanos, são as contradições sociais, refletidas nas demandas por bens e serviços coletivos. São fatores de emergência, também, a busca por identidade cultural, auto-gestão da comunidade e mudança no sentido do desenvolvimento e ocupação do espaço urbano.

Castells (1983) argumenta que a própria história recente tem fornecido as explicações para a emergência dos movimentos urbanos.

Por um lado, o Estado, cada vez mais intervindo no processo

urbano, a fim de garantir (de acordo com as pressões do capital e também das reivindicações populares) a produção e distribuição de bens e serviços de consumo coletivo. Haja visto que a "socialization of the consumption process through urban services was accompanied by the socialization of the struggles over these services".

Por outro lado, a demanda por identidade cultural, novos significados para o espaço urbano e por bens e serviços coletivos têm gerado "in the last decade a series of urban protest movements".

"The source of urban movements in our societies is the absence of effective channels for social change for each one of the basic dimension involved in the conflictive appropriation of production and history. (...)

Because all these potential sources of conflict in our society do not have autonomous means of expression, organization, and mobilization they have come together in a negative and reactive way in the shape of urban movements".

À despeito destas afirmações, o autor ainda se indaga porque afinal as pessoas participam de movimentos urbanos, ao invés de outra forma de ação e luta social?

Castells encontra a resposta, também, nas atuais condições sociais, políticas e culturais das sociedades ocidentais. Nestas sociedades há um descrédito, dos atores sociais, em relação aos canais de participação como movimento social e partidos políticos, os quais são incapazes de atender às necessidades destas populações; os meios de comunicação e o movimento de trabalhadores, por sua vez, não se preocupam, ou não levam em

conta, a identidade cultural ou as diferenças existentes no interior das próprias camadas sociais; e o Estado altamente centralizador, está inserido em questões muito complexas a nível de internacionalização da economia. Diante desta situação a população se volta para as questões cotidianas de sua própria comunidade.

Nas palavras do autor:

"So, why urban movements? (...)

For the simple reason that, according to available information, people appear to have no other choice. The historical actors (social movements, political parties, institutions) that were supposed to provide the answer to the new challengers at the global level, were unable to stand up to them. (...)

So, faced with an over powered labour movement, an onipresent one way communication system indifferent to cultural identities, an all-powerfull centralized state loosely governed by unreliable political parties, a structural economic crisis, cultural incertaintytty, and the likelihood of nuclear war, people go home. Most eithdraw individually, but crucial, active minority, anscious to retaliate, organize themselves on their local truf. They react against the exploitation-alienation-oppression that the city has become to represent (...). So, when people find themselves unable to control the world, they simply shrink the world to the size of their community".

E, para **Borja** (1975), os movimentos urbanos ocorrem em decorrência das contradições geradas pelo desenvolvimento urbano. No entanto, algumas destas contradições têm uma incidência maior

que outras, sobre os movimentos urbanos. Estas contradições principais são explicadas pelo autor, nos seguintes termos:

"a-) El capital invierte según criterio no de productividad sino de rentabilidad (...)

Hay por lo tanto un deficit constant de equipamiento.

b-) Existe una competencia anarquica entre los agentes urbanos. (...)

c-) La apropiación privada del suelo se opone a su uso colectivo. (...)

d-) El rol del Estado es además especialmente contradictorio (...): asegurar la reproducción de los medios de producción (...), pero servir a la realización de acumulación del capital (...), garantizar la reproducción de la fuerza del trabajo (...), organizar la ciudad".

Assim, os movimentos urbanos são gerados a partir de "múltiplas e heterogêneas contradições urbanas" mas também logram modificar "de forma más o menos sustancial esta estrutura". E esta relação complexa entre os movimentos urbanos e estrutura social é mediada pela conjuntura política.

Entre os fatores conjunturais que geram os movimentos urbanos, estão a súbita deterioração das condições de vida ou a ameaça que isto venha a se produzir. Em outros casos "un deficit permanente, as veces progresivo, acaba provocando una exigencia colectiva, sobre todo en aquellos casos en que el equipamiento satisface una necesidad muy legitimada socialmente (vivienda, educación, sanidad) o cuya demanda es creciente (formación, transporte)".

Para o autor há um processo de formação do movimento. Neste

processo a existência de um núcleo avançado, como a associação de bairros, é fundamental.

"El proceso de gestación del movimiento se realiza a través de varias fases (...):

- la información que haya aparecer el caracter general de la situación y su inaceptabilidad (...)
- la conversión de las necesidades individuales en una o varias reivindicaciones generales que sintetizen las aspiraciones de la población en el marco de lo 'posible' (...)
- la manifestación colectiva y explicita (...)

Una vez realizado este proceso se puede decir que existe ya el movimiento reivindicativo urbano".

3 - Relação com o Estado

Os autores não tratam da relação entre movimentos urbanos e partidos políticos.

Já a relação dos movimentos urbanos com o Estado e o sistema político em geral, pode ser de integração, subordinação, ou ainda caracterizada pela repressão do Estado aos movimentos. Algumas vezes estes movimentos influem em determinadas esferas do Estado, porém esta mudança é pontual não afetando o sistema como um todo. A característica principal da relação entre ambos fica sendo a de algum grau de dependência dos movimentos urbanos em relação ao Estado. A razão para isto é que, primeiro, os movimentos urbanos reivindicam do Estado o atendimento de suas necessidades, o que legitima e reforça o Estado enquanto agência que centraliza a

produção, administração e distribuição dos bens e serviços coletivos, e que também determina o sentido dado ao processo de urbanização; e, segundo, porque os movimentos urbanos respondem às políticas públicas instituídas pelo Estado.

Segundo **Castells** "an urban movement can be an instrument of social integration and subordination to the existing political order instead of an agent of social change (this is, in fact, the most frequent trend in squatter settlements in Latin America)".

"The relationship to the state is not exhausted either by repression or integration. A movement may increase its autonomy by playing on internal contradictions of the state".

No entanto, as modificações produzidas pelos movimentos urbanos no interior do estado e no sistema social, têm limites produzidos pelas suas próprias características.

"We argue that they (urban movements) are not agents of structural social change but syntoms of resistance to the social domination even if, in their effort to resist, they do have major effects on cities and societies.

The reason for this defensive role is that they are unable to put foward any historically feasible projects of economic production, communication, or government".

Em **Borja** (1975) os movimentos urbanos possuem efeitos urbanos, como modificação da relação equipamento-população, e efeitos políticos, como modificação na relação da população com o sistema de poder.

O autor ressalta que os seus efeitos urbanos são, muitas

vezes, legitimadores do próprio sistema institucional e do Estado, e de nenhum modo estes efeitos, por si só, podem vir a produzir modificações mais amplas. Os efeitos políticos, ao contrário podem produzir tais modificações, a depender da capacidade de pressão, nível de organização e consciência dos movimentos urbanos.

"Ahora bien no pueden confundirse los efectos urbanos con la modificación de la estructura urbana y tampoco los efectos politicos con la modificación de la coyuntura politica. En ningún caso un movimiento urbano tendrá un efecto urbano, tal que modificara la logica de desarrollo de la estructura urbana. (...)

Los efectos politicos de un movimiento urbano pueden, evidentemente, contribuir a modificar la coyuntura politica en tanto integrantes de un proceso en el que convergen diversos movimientos sociales que se potencien mutuamente. (...)

No se trata de criticar el hecho que se consigan alguns objetivos cuantitativos de los movimientos urbanos, sino solamente indicar que sus efectos, en la medida que la gestión de su realización queda en manos del capital, o del Estado que actua subordinado a el, no modifican, al contrario refuerzan, la estructura urbana".

4 - Relações com as classes sociais

Para os autores os movimentos urbanos não possuem um caráter de classe, isto é, embora podendo ser identificado com este ou aquele setor da sociedade, sua ação não se refere à luta de classes, ou não se esgota na esfera da produção.

As reivindicações destes movimentos estão relacionados ao espaço de moradia e seus membros se vêem, principalmente, como moradores.

Na definição que **Castells** (1983) formula para movimentos urbanos, estes não possuem um caráter de classe determinado:

"the movements are projects of cities, social life, and urban functions and forms (predetermined by urban meaning) emerging from the capacity of the new urban dwellers to produce and control their own environment space, and urban services".

E, como vimos no item anterior, mesmo quando os movimentos logram modificar o poder local, no interior das cidades, eles são incapazes de exercer influência no sistema social em geral. Desta forma não podem se referir a contradição entre capital x trabalho.

"... the movements are urban actors, defined by their goals and their urban condition. They are not, then, another form of class struggle, gender struggle, or ethnic struggle. (...)

To be more specific, they are neither working class movement nor a middle class movement (...). They are not middle class but multi-class movements for the very simple reason that they do not relate directly to the relationships of production, but to the relationships of consumption, communication, and power".

E, **Borja** (1975), entende que "los movimientos urbanos constituyen la ocasión de que converjan intereses sociales distintos, de que se forjen 'alianzas de clase' y de que se planteen alternativas sociales y políticas.

Ya hemos visto que los movimientos urbanos no son específicos de un grupo social limitado (...) sino abarcan un espectro amplio

de grupos y de situaciones".

Estes movimentos são constituídos, de forma primordial, pelos "sectores populares que se organizan y combaten colectivamente por sus intereses".

5 - Objetivos e Significado Social

Castells (1983) afirma que os movimentos urbanos podem chegar a modificar o significado de uma cidade, mas não podem transformar a sociedade como um todo. Isto porque eles não têm capacidade de produzir um modo alternativo de organização social.

Os movimentos urbanos "in very different contexts, called for urban reform and envisioned an alternative city.

(...) In spite of their obvious diversity, all these movements (environmentalist movement; squatter communities; youth movement; neighbourhood associations; massive uprising over public services; tenants struggles; urban mobilizations; revolt of inner cities; the neighbourhood movement), have proposed a new relationship between space and society, and they all have challenged prevailine cultural values and political institutions, by refusing some spatial forms, by asking for public services, and by exploring new social meanings for cities".

No entanto, os movimentos urbanos não são agentes "of structural social change but symptoms of resistance to the social domination even if, in their effort to resist, they do have major effects on cities and societies.

The reason for this defensive role is that they are unable to

put forward any historical feasible project of economic production, communication, or government".

Os movimentos urbanos são definidos e diferenciados de acordo com três principais metas: 1. organizar e dar sentido à cidade, de acordo com seus valores; 2. buscar e manter a identidade cultural e; 3. aumentar o poder local e autogerir estas localidades.

Estes objetivos, embora localizados, refletem os anseios e limites históricos de "nosso tempo".

"... Not that urban movements are the new historical actors creating social change, nor the pivotal source of alternative social forms. Rather, our statement is that urban movements are not random expression of discontent, varying from city to city, but that bear, in their structure and goals, the stigmas and projects of all the great historical conflicts of our time".

Os movimentos urbanos não são agentes de mudanças estruturais, mas sintomas de resistência à dominação social. Por isso, o autor caracteriza os movimentos urbanos como Utopias reativas.

E, segundo **Borja** (1975) os movimentos urbanos possuem dois níveis de efeitos sociais: efeitos urbanos e políticos.

Apesar de os efeitos urbanos serem "pontuales o sectoriales, mientras la estructura urbana es global", estes movimentos podem chegar a modificar a lógica do desenvolvimento urbano por meio de seus efeitos políticos.

"... los efectos de un movimiento reivindicativo sobre la estructura urbana no se dan directamente, sino a través de sus efectos politicos. Es en la medida que la capacidad de presión de la población haya aumentado así como su nivel de organización, y

de consciencia, que se garantizara el mantenimiento del beneficio obtenido y también sera posible que se cree una nueva situación que permita modificar la estructura urbana".

Com estes dados, podemos construir um quadro sobre os itens de discussão dos movimentos urbanos.

Quadro VI - Síntese das características gerais que os autores
Castells e Borja atribuem aos movimentos urbanos

Características movimentos urbanos	Definição e características	Causas	Relação com Estado	Relação com Classes Sociais	Objetivos
demandas urbanas por: bens e serviços coletivos; autogestão e identidade cultural e mudança no sentido da cidade		X			X
englobam os movimentos sociais urbanos	X				
multi-classistas (Castells e Borja); principalmente, classes populares (Borja)				X	
não possuem caráter de classe				X	
contradições sociais e demandas específicas		X			
ausência de canais de participação		X			
reação contra exploração-alienação-opressão		X			X
modifica o espaço urbano da cidade (não influi na estrutura social)	X				X
Estado: alvo das demandas			X		
movimento urbano: algum grau de dependência			X		
Estado x mov. urbano: mútua influência			X		

CAPITULO III

MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são abordados pelos seguintes autores: Touraine, Scherer-Warren, Boschi, Moisés, Jacobi, Castells, Borja, Vêras e Bonduki, Gutiérrez, Frank e Fuentes, Singer, Brant, Vigevani, Cruz, Sader, Kärnen, Krischke, Melucci, Camacho, Viola e Mainwaring, e Gohn.

1 - Definição e características

Neste item, especificamente, aparecerão os autores: Touraine, Scherer-Warren, Gohn, Moisés, Castells, Borja, Gutiérrez, Kärnen, Melucci, e Camacho.

Touraine (1989) considera os movimentos sociais como a luta de atores sociais pela utilização e gestão dos principais recursos da sociedade - sejam estes da ordem do conhecimento, da economia, ou da ética - e pela direção de seu desenvolvimento.

"Um movimento social (...) define-se através da luta de um ator social contra um adversário pelo controle dos principais recursos de uma sociedade ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento. Um movimento social combina, pois, o que chamei de um princípio de identidade, de um princípio de oposição e um princípio de totalidade, quer dizer, a definição de um campo de disputa de interesses".

Os movimentos sociais têm, então, três elementos constitutivos: "a definição do próprio ator social, do seu adversário e do campo de disputa do seu conflito".

Por meio do movimento social, uma categoria social participa de forma conflituosa na ação histórica, "isto é, quer no funcionamento de uma sociedade, quer nesta passagem de um tipo de sociedade a outro".

Estes movimentos fazem parte, enquanto ação conflitual, de toda a dinâmica social.

"Social movements are not dramatic and exceptional events.

They are, in a permanent form, at very core of social life".
(in Castells, 1983: 290)

Para o autor, os movimentos sociais são contrários à violência, no entanto, "podem ser portadores de uma violência limitada na medida em que ultrapassam as regras institucionais estabelecidas para a solução dos conflitos".

Um movimento social requer algum nível de organização, e isto fica claro já na definição proposta pelo autor: um movimento social é definido como "the organized collective action by which a class-actor struggles for the social definition of historicity in a given historical ensemble". (in Castells, 1983: 301)

Touraine argumenta que estas características gerais que definem um movimento social não se adequam aos movimentos sociais da América Latina.

"... muitos sociólogos latino-americanos (...) chamam de movimentos sociais protestos que permanecem à margem do sistema político, mas que vão além dos objetivos específicos e limitados

que são os de grupos de interesses (...) a importância destes 'movimentos' infra ou para-políticos não deve nunca fazer esquecer que a sua existência demonstra os limites ou as crises do sistema político e não a presença de atores coletivos desejosos e capazes de por em causa a organização social".

Na América Latina - como outrora na Europa - uma grande parte das mobilizações coletivas se formou em torno da fronteira incerta entre a reivindicação e a defesa contra a exclusão, entre o protesto e a delinquência".

"Aqueles que são definidos e situados apenas negativamente só podem criar um desejo de movimento social, com o risco até de produzir o que chamo de um antimovimento social, isto é, uma comunidade integrada e homogênea que traz em si exatamente o inverso do conflito aberto que define um movimento social. (...)

Os três elementos constitutivos de um movimento social - a definição do próprio ator social, do seu adversário e do campo de disputa de seu conflito - encontram-se, assim, simultaneamente separadas uns dos outros, desintegrados e invertidos".

Segundo **Scherer-Warren**: "quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social". (1983: 2)

Um movimento social é "uma ação grupal transformadora (praxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)". (1983: 8)

"Os movimentos sociais propriamente ditos são o momento de

integração da praxis com o projeto através de uma organização grupal. (...)

Os movimentos sociais propriamente ditos voltam-se normalmente a problemas particulares imediatos e localizados que afligem diretamente seus participantes. O problema social que o grupo enfrenta é o material concreto sobre o qual o movimento trabalha. Todavia, o caráter do movimento, a forma de sua atuação, poderá incorporar e muito os movimentos culturais mais abrangentes" (os quais se "reclinam criticamente sobre as situações estruturais e conjunturais"). (1987: 37 e 38)

Para Scherer-Warren, portanto, os movimentos sociais partem de situações que "afligem diretamente seus participantes", e ao se constituir como movimento social - através de elementos como a praxis, o projeto, a ideologia, organização e direção - provocam mudanças na sociedade.

É possível que, quando a autora se refere ao sentido destas transformações, ou seja da "libertação" e "superação de alguma forma de opressão", esteja considerando um tipo específico de movimento social: aqueles dos setores oprimidos e explorados da sociedade.

Gohn (1985) caracteriza os movimentos sociais como uma forma de ação coletiva, mas que "são diferentes de simples manifestações coletivas porque eles têm uma trajetória, um processo no qual entram diferentes elementos e também porque eles emergem a partir de problemáticas que expressam contradições sociais. O resultado serão manifestações coletivas as quais incorporam uma dada forma de organização (espontânea ou não, mais ou menos formal),

determinadas formas de relações sociais, uma concepção de mundo, uma ideologia e consequentemente um projeto articulador de determinados interesses. (...)

As manifestações, para que se tornem um movimento social, têm que, além de expressarem uma necessidade, ter também certa profundidade e extensão na sociedade. O tempo de duração e a capacidade de mobilizar, articular e organizar as pessoas são outras características de um movimento social".

Gohn lembra ainda, que na formação dos movimentos sociais, mesmo as demandas localizadas "inserem os personagens nas teias das contradições existentes na sociedade capitalista, porque fazem emergir e se opõem a interesses que lhe são antagônicos".

A autora relaciona alguns tipos de movimentos sociais, de acordo com sua base social e problemática de onde emergem:

- 1 - movimentos sociais oriundos da produção propriamente dita como os movimentos operários e o sindical
- 2 - movimentos sociais oriundos do contexto político-partidário (partidos institucionalizados, grupos e facções políticas)
- 3 - movimentos sociais oriundos no plano das crenças e religiões (movimento da Igreja Católica, movimento messiânico)
- 4 - movimentos sociais que emergem das lutas do campo (de proprietários, ou de trabalhadores rurais)
- 5 - movimentos sociais estruturados a partir de lutas de categorias específicas (movimento feminista, movimento negro)
- 6 - movimentos sociais que emergem de lutas mais abrangentes (movimentos ecológicos, lutas pela democracia), e
- 7 - movimentos sociais que emergem das lutas urbanas (movimentos sociais urbanos a. popular e b. burguês)

Para **Moisés** (1978) "a compreensão do caráter peculiar do desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, como ponto de partida, é fundamental (embora não suficiente) para a explicação dos movimentos sociais que emergiram a partir de 1930".

Moisés, assim como Touraine, atribui aos movimentos sociais latino-americanos características específicas, que os diferenciam dos movimentos sociais em geral, devido ao próprio modelo de desenvolvimento destes países.

"Os movimentos sociais latino-americanos, (...) são, quase sempre, expressão de agentes que não se colocam, imediatamente e/ou necessariamente, o problema da reforma ou da revolução, pois eles são sintomas da manifestação espontânea de interesses dos setores situados no mais baixo escalão da pirâmide social de suas sociedades".

Castells (1983), por sua vez, considera que "consciousness and self-definition are a major component of any social movement".

O autor dá o exemplo do Movimento de Cidadãos de Madrid, que embora seja um movimento social urbano, nos fornece algumas indicações das características que Castells atribui aos movimentos sociais:

"... our general assumption and our observation in the case of Madrid is that there is no social movement without a self-conscious definition by the movement of its own role. (...)

Thus the consciousness of the Movement - any movement - is an essential element in urban change, but it must be distinguished

from the three obligatory dimensions in the practice of the movement (i.e. urban demands, cultural aspirations and political challenges), and only at the level of self-representation". (...)

Once a movement is potentially structured around these dimensions, and once it recognizes itself as a potential source of change, it still needs an organizational means with to relate to society as a whole. (...) In the case of Madrid, we have observed three major operators at work: the media, the professionals, and above all, the left wing political parties".

Também para **Borja** (1975) consciência e organização são elementos importantes na constituição dos movimentos sociais.

"... Todo movimiento social requiere un mínimo de conciencia y de organización. (...) La tomada de conciencia del carácter inaceptable de una situación y de la posibilidad de modificarla o oponerse a ella se realiza a través de un proceso que exige mayor o menor grado de organización".

Gutiérrez (1987) entende que o movimento social possui como característica definidora o fato de causar impacto transformador na sociedade.

"... as relações sociais não são sinônimo de movimentos sociais, nem tudo o que se move na sociedade é um movimento social; ainda que estes sejam os produtos e o reflexo da sociedade, ocorrem apenas quando os diferentes atores, quaisquer que sejam eles, atuam e se orientam para recriar e transformar as relações em questão. (...)

Por isso tudo, os movimentos sociais podem ser considerados como os motores da História".

Segundo o autor, na América Latina os movimentos sociais não

têm, plenamente, esta característica.

Nestes países "no momento não há atores históricos claramente definidos, capazes de se opor ao poder emergente, (...) não existiriam, hoje, movimentos sociais, mas apenas suas expressões embrionárias.

Atualmente, o que se pode observar nos movimentos sociais é que constituem - unilateralizando e simplificando os grandes significantes da ação coletiva - um universo múltiplo, heterogêneo e disperso de práticas reativas com características diferenciadas.

Nesse conjunto de práticas coletivas é possível que coexistam, quase irredutivelmente, um particularismo operário, centrado nas condições de trabalho; um espaço de resistência urbana, defensivo das condições de vida; um conjunto de práticas camponesas, fragmentadas em necessidades e orientações diversas; e uma série de movimentos culturais, etários, étnicos, etc., de ordem mais fundamentalista do que questionadora das relações de poder".

Os movimentos latino-americanos têm duas possibilidades limites: ou a fragmentação e destruição dos atores históricos, ou a possibilidade de se tornarem "portadores de uma nova ordem social".

Kärnen (1987) alega que os movimentos sociais não precisam ser organizados. Sua ação se dá no sentido de mudar as relações sociais existentes.

"..., os movimentos sociais são entendidos como um processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra relações sociais existentes, e que afetam a um grande

número de pessoas (que não precisam estar necessariamente organizadas)".

Para **Melucci** (1989), os movimentos sociais são uma forma de ação coletiva que modifica o sistema social em que ocorre a ação.

Os movimentos sociais mantêm uma relação antagônica com o sistema.

"Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa). (...)

A delinquência pode ser tratada, as reivindicações podem ser negociadas, mas o comportamento antagônico não pode ser inteiramente integrado".

E, segundo **Camacho** (1987) os movimentos sociais são uma forma de expressão da sociedade civil, ou seja aquela que questiona e pode transformar o sistema social. Não precisam ser necessariamente organizados. Estes movimentos podem ser do tipo: popular (expressando interesses dos grupos populares) ou não popular (expressando interesses de grupos hegemônicos); classista e pluriclassista; tradicionais e novos; e, urbanos e rurais.

"Consideramos os movimentos sociais como uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevalentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou

totalmente as condições de crescimento social.

Os movimentos sociais não têm que ser necessariamente organizados".

O quadro que segue sintetiza estas idéias dos autores:

Quadro VII - Definição e característica dos movimentos sociais de acordo com diversos autores

Definição e características	AUTORES									
	Touraine	Scherer-Warren	Gohn	Moisés	Castells	Borja	Gutiérrez	Kärnen	Melucci	Camacho
conflito de um ator social, contra um adversário	X		X					X	X	
ação grupal		X								
expressão da soc. civil			X							X
requer algum grau de consciência	X	X	X		X	X	X			
requer algum nível de organização	X	X	X		X	X				
não requer organização								X		X
é portador de violência limitada	X									
possui projeto articulador		X	X							
demandas sociais, econômicas e culturais relacionadas ao sistema social	X	X	X		X		X	X	X	X
produz transformação social	X	X			X		X		X	X
na América Latina não tem todas características	X			X			X			

O quadro VII demonstra que oito (Touraine, Scherer-Warren, Gohn, Castells, Gutiérrez, Kärnen, Melucci e Camacho) dos dez autores, consideram que os movimentos sociais possuem como uma de suas características principais, o fato de suas demandas sociais, culturas e econômicas serem relacionadas à questões sociais mais amplas. Seis desses autores (Touraine, Scherer-Warren, Castells, Gutiérrez, Melucci e Camacho) afirmam que os movimentos sociais, efetivamente, podem produzir algum nível de transformação social. Para Scherer-Warren o sentido da transformação é o da "libertação", e superação das opressões; para Camacho estas transformações decorrem das lutas contra a dominação.

Touraine diz que movimento social é um conflito entre um ator social contra seu adversário, no que Kärnen, Melucci e Gohn estão de acordo, e Scherer-Warren fala de ação grupal. Entendemos que Touraine e os demais autores, dão um sentido mais forte ao impacto social que os membros dos movimentos podem produzir, pois, estes são vistos como agentes sociais que se mobilizam em defesa de seus objetivos (incluindo valores e questões subjetivas), contra um adversário definido e num campo de disputa também definido. Scherer-Warren ao definir os movimentos sociais como ação grupal, deixa margem para que se compreenda que eles se reduzem a grupos de pessoas defendendo seus interesses (com um projeto articulador).

Gohn, também, caracteriza os movimentos sociais como tendo um projeto articulador.

Camacho amplia a composição social dos movimentos dizendo que eles são expressão da sociedade civil. Gohn, ao tratar das ações

coletivas também as entende desta forma.

Cinco autores (Touraine, Scherer-Warren, Gohn, Castells e Boria), concordam que para que se constitua um movimento social, é preciso que haja algum grau de consciência de si e de seu papel na sociedade.

Touraine é o único autor que trata da questão de os movimentos sociais serem ou não portadores de violência. Touraine resolve a questão dizendo que os movimentos sociais são contrários à violência, embora possam ser portadores de uma violência limitada já que ocorrem e agem fora dos canais institucionais de participação.

A controvérsia entre os autores, ocorre quando eles discutem se, para haver movimentos, é preciso que exista alguma forma de organização interna. Cinco autores (Touraine, Scherer-Warren, Gohn, Castells e Boria) afirmam que a organização é importante na constituição dos movimentos sociais; e dois autores (Kärnen e Camacho) argumentam que estes movimentos não precisam ser necessariamente organizados.

É importante notar que oito autores, Scherer-Warren, Gohn, Castells, Boria, Gutiérrez, Kärnen, Melucci e Camacho, abordam os movimentos sociais de forma geral, isto é, podendo ocorrer em todos os contextos sociais ou momentos históricos (estes autores, em outros itens podem contextualizar sua análise); e três, Touraine, Moisés e Gutiérrez, ao contrário, estão delimitando suas análises na América Latina.

Para estes três últimos autores, os movimentos sociais latino-americanos não possuem todas as características que definem e permitem identificar um movimento social, principalmente, porque

suas demandas específicas não se referem à sociedade como um todo, ou são incapazes de produzir mudanças mais profundas nela.

Com o quadro VII podemos definir e caracterizar os movimentos sociais da seguinte forma:

SINTESE:

Um movimento social se constitui: 1. pela luta de atores sociais contra um adversário, ou 2. pela ação grupal, ou ainda 3. como expressão da sociedade civil. Seu objetivo é a obtenção e/ou administração de recursos sociais, econômicos e culturais de uma sociedade. Os seus objetivos (projeto articulador) se relacionam a questões mais amplas do sistema social, e por isto, podem produzir transformações sociais mais profundas.

As características principais do movimento social são: requer algum grau de consciência de si e de seu papel; 1. precisa ser organizado, ou 2. não precisa ser, necessariamente, organizado e; são portadores de violência limitada.

Para alguns autores, na América Latina, os movimentos sociais não possuem todos os elementos que definem um movimento social, principalmente, por sua incapacidade de causar mudanças mais substanciais na sociedade.

2 - Fontes e Causas de emergência

Os autores deste item são: Touraine, Gohn, Jacobi, Castells, Frank e Fuentes, Sader, e Kärnen.

Para **Touraine** (1989) "uma mobilização dos atores só é forte quando se dirige aos seus valores, à solidariedade, às suas representações, ao mesmo tempo que à interesses frequentemente difíceis ou impossíveis de serem definidos em si mesmos".

Na América Latina, devido ao seu modelo político e à base social da maioria dos movimentos sociais ("os pobres") a constituição de um movimento social é mais difícil de ocorrer. Isto é, os três elementos principais de um movimento: a definição do próprio ator social, do seu adversário e do campo de disputa; encontram-se "desarticulados ou invertidos". E, também, porque aqueles que "são definidos e situados apenas negativamente só podem criar um desejo de movimento social", e não são capazes de "se situar em relação a campos de relações sociais e culturais bem definidos; só podem fazer apelo a reconstituição da sociedade ou à recriação da comunidade. Este fato leva a uma ação mais expressiva do que instrumental (...) grandes exigências conduzem a uma pequena capacidade de ação".

Entre os fatores impeditivos para a formação de movimentos sociais "autônomos de tipo ocidental" está a subordinação dos movimentos sociais, ao Estado.

"... o que em outros lugares seriam movimentos sociais só aparece aqui como respostas, positivas ou negativas, às intervenções do Estado".

Gohn (1985) relaciona a emergência de movimentos sociais à consciência das contradições que são geradoras de necessidades sociais.

Isto é, as necessidades fazem surgir mobilizações sociais, porém, quando através destas carências as pessoas tomam consciência das contradições sociais fundamentais, pode haver a formação de movimentos sociais.

"O que dá origem a um movimento social são contradições sociais que afetam o conjunto da sociedade, as quais carregam atrás de si conflitos sociais".

A autora ao abordar os movimentos sociais urbanos, sugere algumas generalizações para os movimentos sociais:

"Existem necessidades que geram demandas e estas geram reivindicações. (...) Estas demandas localizadas, inserem os personagens na teia das contradições existentes na sociedade capitalista, porque fazem emergir e se opõem a interesses que lhe são antagônicos. Assim, formas embrionárias de mobilização e organização podem transformar-se em formas mais desenvolvidas, que não se atêm à demandas locais".

Jacobi (1989), também trata mais especificamente dos movimentos populares urbanos. No entanto é possível fazer algumas generalizações.

Os movimentos sociais no Brasil, se desenvolvem principalmente: "como reflexo da precariedade ou falta de condições dos canais de representação, ou de arranjos institucionais existentes no período autoritário"; pelo "fato de o Estado gerar um potencial reivindicatório delimitado no tempo e no espaço, ao negligenciar sua função de provedor de serviços de consumo coletivo às populações carentes"; por um "conjunto de mecanismos internos ao movimento que permite a passagem da

necessidade à reivindicação, mediada pela afirmação de um direito"; e, pela "presença de outros setores sociais e políticos (forças de esquerda e CERS)". Estes mecanismos internos e agentes externos possibilitam "a formação de uma consciência crítica da população".

Castells (1983) relaciona a ocorrência dos movimentos sociais com as demandas sociais, culturais e políticas.

Quando se refere aos Movimentos de Cidadãos de Madrid, por exemplo, o faz nos seguintes termos:

"... no social movement happens in a social vacuum, we need to examine the relationship in Madrid between the Citizen Movement and the social contradictions that, according to historical experience, have triggered collective action aimed at social change".

Em outro lugar diz:

"A social movement is never a direct consequence of its historical context. Its orientations, evolutions, and impact on society originates from the interaction between its components and the social forces confronting the movement".

"... a social movement is never reducible to a reaction against some structural trend or to the imitation of some accidental protest by other people".

Frank e Fuentes (1989) entendem que os "movimentos sociais, assim como seus membros, sua mobilização e sua força tendem a ser cíclicos, já que mobilizam as pessoas em resposta a (principalmente contra, e em menor grau a favor de) circunstâncias que, em si mesmas, são de caráter cíclicos.

Parecem existir ciclos culturais/ideológicos,

políticos/militares, e econômicos/tecnológicos que incidem nos movimentos sociais".

"Assim como os movimentos chegam e crescem ciclicamente em resposta às circunstâncias que mudam, assim também desaparecem outra vez".

"Muitos movimentos sociais também respondem ao sentimento de frustração e de injustiça das pessoas frente às forças político-econômicas fora de seu controle. (...), tanto o Estado e suas instituições como o processo político e os partidos políticos - naqueles lugares onde existem - deixam as populações à mercê de forças às quais elas têm que responder mediante outros meios - seus próprios movimentos sociais.

É por isso que as pessoas formam ou passam a participar de movimentos sociais.

O que se percebe como o fracasso - em todo mundo - de partidos e regimes de esquerda, tanto reformistas como revolucionários, para expressar adequadamente o protesto das pessoas e para representar alternativas viáveis foi responsável pelo deslocamento popular na direção dos movimentos sociais".

Segundo **Sader** (1988), entretanto, para entender como se constituem os movimentos sociais, ou como os atores convergem para a formação de um movimento social, é preciso que se leve em conta mediações simbólicas existentes entre as "necessidades objetivas" e a gênese dos movimentos sociais.

É preciso considerar a maneira como as pessoas experienciam estas condições dadas, e também, observar a dinâmica de mútua influência entre as estruturas e as lutas sociais. A presença de

agentes externos é outro fator importante na emergência destes movimentos.

"... não se pode deduzir orientações e comportamento de 'condições objetivas dadas' e tais deduções pressupõem uma noção de 'necessidades objetivas' que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais. Quem se propor a captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios, irá perder aquilo que os singulariza. (...)

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica em tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. E certamente, na medida em que tais movimentos constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela 'estrutura já dada' é também produzida pelas interações e lutas de classe".

E, para **Kärnen** os movimentos sociais se formam por deliberação das pessoas em se opor a certas situações sociais.

O autor considera que a miséria e a exploração não são suficientes para explicar a ocorrência de movimentos sociais. Estas condições apenas irão favorecer o aparecimento destes movimentos se houver uma consciência coletiva que as repudie. Uma condição fundamental, no entanto, é a possibilidade de a população se expressar publicamente.

"... a exploração econômica não é suficiente nem causa única de explicação para os movimentos sociais.

Os movimentos sociais, tanto nos países industrializados como naqueles em desenvolvimento não surgem fundamentalmente de causas econômicas (...)

Quando o padecimento sob o 'empreendimento' (exploração e opressão) adquire um nível de consciência coletiva, e a situação de alienação é reconhecida, podem nascer movimentos sociais".
(1987:24)

Quadro VIII - Fontes e Causas de emergência dos movimentos sociais de acordo com diversos autores.

Causas	AUTORES						
	Touraine	Gohn	Jacobi	Castells	Frank e Fuentes	Sader	Kärnen
demandas culturais e por mudanças políticas	X	X		X	X	X	X
necessidades sociais	X	X	X	X	X	X	X
Estado/descrença/inoperância			X		X		
ausência de canais de participação			X				
contradições sociais				X		X	
consciência das contradições		X					X
consciência dos direitos			X				
algum grau de consciência autoconsciência	X			X			
fatores subjetivos	X		X			X	
presença de agentes externos			X			X	
na América Latina: resposta ao Estado	X		X				

Observamos que cinco autores, Touraine, Gohn, Castells, Frank e Fuentes, Sader e Kärnen, entre os sete citados, consideram as necessidades sociais, culturais e políticas como causas para a emergência dos movimentos sociais.

E Jacobi ressalta as necessidades sociais como fonte geradora.

A desprença nas instituições estatais e de representação

política, assim como a inoperância do Estado, também são apontadas como causas importantes, por Frank e Fuentes e Jacobi, respectivamente. Jacobi acrescenta ainda, a falta de canais de participação da população.

Gohn, Kärnen, Castells e Sader frisam que, fundamentalmente, as fontes de origem dos movimentos sociais estão ligadas aos fatores estruturais, isto é, às contradições sociais. Para Gohn e Kärnen, porém, não é suficiente a existência destas contradições para que se origine um movimento social; é preciso também, que a população esteja consciente do fato que suas necessidades sociais são engendradas por estas contradições fundamentais.

Para Jacobi, a consciência crítica da situação de carência, também é importante para que haja a passagem da necessidade à reivindicação. Todavia, ao que parece, o autor enfatiza a consciência dos direitos à cidadania, isto é, de a população ter suas demandas atendidas pelas instituições estatais, e não a consciência das contradições sociais, a qual, em última instância, leva a população a uma relação antagônica com o Estado.

Lembramos que no quadro do item anterior (Quadro VII), Touraine e Castells também salientam que para a constituição de um movimento social, é importante que este tenha a consciência de si e de seu papel na sociedade.

Sader e Touraine salientam os fatores subjetivos na formação dos movimentos sociais. Jacobi se pronuncia a favor deste argumento no quadro II.

Para Sader e Jacobi a presença dos agentes externos é um dos fatores que propiciam a elaboração das experiências cotidianas da população. Os agentes externos são os mediadores no processo de

formação de consciência crítica que pode favorecer o surgimento de movimentos sociais.

Neste sentido, podemos dizer que a maioria dos autores (Gohn, Kärnen, Castells, Sader, Jacobi e Touraine), embora tecendo argumentos diferentes, concordam que não basta a existência de carências sociais, ou de fatores conjunturais para a formação de movimentos sociais, é preciso que, além disso, a população envolvida esteja consciente de seus direitos, e mais profundamente, das contradições sociais subjacentes às suas necessidades.

Touraine lembra que na América Latina, os movimentos sociais têm dificuldade em emergir, e quando o fazem, possuem características diferentes das arroladas para os movimentos sociais em geral; e também, surgem como resposta às ações do Estado. Jacobi, ao se referir ao Brasil, também ressalta que a inoperância do Estado é um dos elementos principais no aparecimento de movimentos sociais.

E como SINTESE temos:

As causas de emergência dos movimentos sociais estão ligadas às contradições fundamentais do sistema social e aos fatores conjunturais de uma sociedade, que são, em última instância, os geradores de demandas culturais, políticas e sociais.

Entre os fatores conjunturais destacam-se principalmente, a agudização das carências sociais, a ausência de canais de participação, e a possibilidade de a população se expressar.

O Estado, em particular nas sociedades latino-americanas, é um dos elementos propulsores dos movimentos sociais.

No processo de formação dos movimentos sociais, existem mediações entre as necessidades (sociais, culturais e políticas) e a mobilização. Esta mediação é feita, por exemplo, por agentes externos e, também, pela própria subjetividade e experiência da população envolvida.

Neste processo, para que haja a constituição de um movimento social, é importante que os atores sociais desenvolvam uma autoconsciência, e uma consciência crítica de seus direitos, bem como das contradições fundamentais da sociedade.

3 - Relações com o Estado e Partidos Políticos

Os autores que abordam a relação entre movimentos sociais e o Estado e partidos políticos são os seguintes: Touraine, Boschi, Jacobi, Castells, Vêras e Bonduki, Vigevani, Krischke, Camacho e Frank e Fuentes.

3.1 - Relação com o Estado

Touraine (1989) situa sua análise na América Latina. Segundo o autor, nestes países "se definem atores sociais que levam menos a uma ação autônoma do que respondem as intervenções do poder político". Quer dizer, há a "subordinação dos atores sociais ao poder político".

Não existe uma clara separação entre sociedade civil e Estado e "a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado

constitui, na América Latina, a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma".

"... os movimentos sociais sempre permanecem subordinados às intervenções políticas e, sobretudo, à ação do Estado. Esta subordinação (...) se opõe eficazmente à formação de movimentos sociais autônomos, de tipo ocidental. (...)

Nas sociedades dependentes, (...), é o Estado o agente principal do desenvolvimento econômico e inclusive, amiúde, da organização das reivindicações sociais. (...)

Longe da imagem de movimentos sociais comandando formas de intervenção que, eles próprios, se traduzem por uma ação do Estado, na América Latina, é a intervenção do Estado, que determina atores políticos que, por sua vez, comandam a ação de movimentos sociais fracamente integrados e, amiúde heterogêneos".

Entretanto, para **Boschi** (1987), o Estado e os movimentos mantêm uma relação de mútua influência. Isto porque, o Estado cria a expectativa de atendimento das demandas da população e é um dos principais elementos que favorece a formação dos movimentos sociais; e os movimentos sociais, por sua vez, através de sua presença e ação na sociedade, modificam e ampliam o espaço político.

O autor cita o exemplo dos movimentos sociais que ocorrem nos sistemas autoritários.

"... a lógica dos movimentos coletivos se caracteriza pela tentativa de, por um lado, escapar ao controle do Estado e, por outro, capturar esferas estatais específicas que monopolizam

recursos materiais geralmente escassos".

Por isso, o autor entende que os movimentos sociais mantêm algum grau de dependência em relação ao Estado.

"A ação coletiva na forma de movimento social é simultânea ao processo de construção ou progressiva penetração do Estado, o que supõe redefinições drásticas e sucessivas da relação público/privado. Embora os movimentos tendam a se opor à intervenção do Estado, sua atuação frequentemente induz a algum tipo de regulação em esferas habitualmente não incluídas na ação Estatal. De fato, nos novos Estados o estabelecimento da ordem política é uma contrapartida às manifestações generalizadas, particularmente à violência coletiva. (...)

Alguns movimentos incluem em seus padrões de demandas a regulação e mesmo a intervenção do Estado, na forma de políticas de agências específicas. Embora esta tendência seja característica de determinados movimentos reivindicatórios, típicos das áreas com menores recursos, ela também se encontra nos movimentos cujo escopo ultrapassa as arenas redistributivas e regulatórias".

Boschi chama a atenção para os "vínculos com o aparelho do Estado, como gênese dos movimentos e sua razão de ser na abertura de espaços para a representação política".

Em **Jacobi**, o Estado (no Brasil após a década de 70) pode ser propulsor, e reprimir os movimentos sociais, mas está cada vez mais apto a absorver as suas demandas. No entanto, para o autor, a característica mais importante da relação entre Estado e movimentos sociais, é a de mútua influência e negociação.

Os movimentos sociais tendem a se limitar e a se esgotar no

interior da própria lógica do sistema. Isto é, o sistema social possui contradições sociais, que o Estado é incapaz de "resolver", entretanto, de alguma forma o Estado absorve e atende as demandas da população, e funciona como propulsor dos movimentos sociais. Esta dinâmica contraditória acaba por descaracterizar e institucionalizar os movimentos sociais e por fim, pode chegar a dissolvê-los.

"Verifica-se que, embora nem sempre identificado como alvo direto da mobilização coletiva, o Estado tem funcionado como propulsor dos movimentos sociais, principalmente em decorrência da sua inoperância ou omissão na área de fornecimento de serviços coletivos. (...) Por outro lado, também pode funcionar como fator de contenção dos movimentos. Entretanto não pode ser desconsiderado o fator negociação na relação entre movimento e Estado (...). Assim chega-se ao esforço de uma visão dos movimentos como uma relação com o aparelho do Estado onde os dois polos se transformam no processo. Essa postura nos leva à compreensão da concomitância entre as demandas populares e a priorização de certas políticas sociais por parte do governo. (1987: 266 a 268) e (1989: 17 e 18)

"Verifica-se que, apesar da sua retórica antiestatal, a maioria dos movimentos demanda algum tipo de intervenção do Estado na solução de seus problemas.

"...se por um lado, os movimentos redescobrem novas formas de ação e participação, o Estado também amplia seu espaço e modifica sua dinâmica de interação." (1987: 272) e (1989: 19 e 20)

"A concepção pautada na polarização da relação Estado-

movimentos sociais tende a negar um dado cada vez mais presente na dinâmica das sociedades capitalistas, ou seja, o de que o Estado, se bem age para assegurar a reprodução do capital, também se concretiza em domínios de ação funcionalmente vinculados à reprodução da força de trabalho, esfera vinculada à ação dos movimentos sociais". (1989: 4)

"Ao enfatizar que o Estado é simultaneamente, o alvo e o unificador dos movimentos sociais, os estudos desconsideram que as ações reivindicativas têm limites bastante definidos que se esgotam no próprio aparelho do Estado". (1989: 13)

Já para **Véras e Bonduki**, no Brasil dos anos 80, existem "três diferentes posturas dos movimentos sociais, que aproximadamente correspondem às suas perspectivas políticas:

- 1 - a postura meramente reivindicatória (...), reduzindo-se a reclamar do Estado direitos básicos que não são atendidos (...)
- 2 - a postura contestatória (...) forma de mobilizar grandes massas para efetivar uma oposição sistemática ao governo (...)
- 3 - uma nova postura (...) participação na gestão ou no controle do Estado". (1986: 67)

Em todas as três perspectivas apontadas, o Estado é o alvo dos movimentos sociais.

Vigevani (1989) trata dos movimentos sociais urbanos, mas generaliza para todos os tipos de movimentos sociais ao dizer que estes têm como "objetivo pressionar o Estado". Os movimentos sociais possuem "em certa medida, mesmo quando o antagonismo com o Estado é agudo, algum grau de dependência.

"... o pressuposto da existência de um interlocutor da parte do Estado tem sido não só importante mas até mesmo condição

necessária. Isto não significa que o relacionamento seja de subalternidade (...), mas implica outra vez, a existência de uma visão de mundo abrangente".

Esta visão de mundo que garante ao movimento, mesmo tendo como alvo o Estado, a sua autonomia frente a ele.

Krischke (1987) entende a relação entre movimento social e Estado como caracterizada por um "processo de negociação permanente". Neste processo há mútua influência, entretanto, o autor ressalta a influência dos movimentos sobre a esfera política.

"... mudanças na legislação e nas políticas públicas sobre problemas aparentemente restritos e limitados de fato acarretam reformulações mais gerais da política econômica do Estado e do próprio nível de participação dos setores populares no processo de decisões - que as autoridades tratam de atender devido à sua incidência social e a publicidade que tais movimentos têm ocasionalmente (nem sempre, mas quando há conflitos e invasões) recebido dos órgãos de comunicação. Além disso, fica claro que as reformulações das políticas oficiais referentes a tais demandas decorrem da iniciativa tomada pelos interessados, que logram assim (ainda que parcial, episodicamente) influir na esfera política (legislativa, judiciária, executiva) não apenas como recipientes passivos e dependentes do Estado, mas como reivindicantes ativos de direitos..."

Este caráter continuado e acumulativo das demandas dos movimentos sociais frente ao Estado pode ser descrito como um processo de 'negociação permanente' - que não implica

necessariamente um padrão linear e evolutivo. Assim como podem ocorrer (e tem ocorrido) derrotas e retrocessos, uma visão de conjunto das mudanças legislativas e das políticas públicas na área de moradia popular permite entender que a ação dos movimentos sociais não é simplesmente episódica, fragmentária - nem apenas dependente ou reativa, frente ao Estado".

Viola e Mainwaring (1987), também argumentam que os movimentos e o Estado se influem mutuamente. Todavia, para estes autores, o Estado possui um impacto mais forte e profundo sobre os movimentos sociais que o contrário.

O Estado adota três posições básicas frente aos movimentos sociais: 1. responder e apoiar; 2. cooptar, marginalizar ou isolar e; 3. reprimir.

Em cada um dos casos a evolução dos movimentos sociais assume características próprias.

"Embora seja possível postular um impacto, geralmente democrático ou autoritário, de diferentes movimentos sociais sobre o regime político, metodologicamente é muito difícil estabelecer a natureza precisa de tais vínculos. Não há uma clara relação de causa e efeito, muitos fatores afetam os regimes políticos, e é impossível determinar o peso específico desses fatores diversos (...). Em última análise, mudanças no regime político afetam mais fortemente os movimentos sociais (reprimindo-os, por exemplo) do que os movimentos sociais afetam o Estado.

As formas de regime político (ou de Estado) têm impacto profundo, e frequentemente subestimado, nos movimentos sociais. O Estado pode adotar três posições básicas diferentes frente aos movimentos sociais. Primeiro pode responder e apoiar relativamente

as demandas dos movimentos sem destruir sua autonomia. Tal possibilidade encoraja a expansão dos movimentos. Segundo, o Estado pode cooptar, marginalizar ou isolar os movimentos, mesmo ao incorporar algumas de suas demandas ao sistema político. Neste cenário, os movimentos tendem a uma história cíclica, de surgimento e declínio, conforme as dinâmicas internas e conjunturais particulares. Finalmente, o Estado pode reprimir os movimentos sociais, em cujo caso estes tendem a declinar, ao menos temporariamente".

Com estas mesmas preocupações, **Camacho** (1987) afirma que os movimentos sociais influem nas esferas políticas, conquistando modificações, mesmo que parciais, no interior do Estado. Para o autor "o maior triunfo de um movimento social é lograr, em seu benefício, uma modificação no âmbito do Estado".

O alvo da ação dos movimentos sociais é o Estado ou a sociedade política, "porque as reivindicações parciais tendem a lograr alguma modificação na tomada de decisões no interior do Estado".

E, **Frank e Fuentes** (1989), também consideram os movimentos sociais como uma forma de poder - poder social - que é capaz de enfrentar o poder estatal. Neste conflito, os movimentos podem chegar a influir no poder político.

A maioria dos movimentos sociais buscam a autonomia frente ao Estado, porém o tem como alvo, seja no sentido de pressioná-lo (para obter atendimento das demandas) ou ir contra ele (relação antagônica).

"... os movimentos sociais geram e exercem o poder social por meio de suas mobilizações sociais e de seus participantes (...) estes movimentos sociais auto organizados enfrentam o poder (estatal) existente, com um novo poder social, o qual altera o poder político".

"A maioria dos movimentos sociais não busca o poder estatal mas a autonomia, inclusive frente ao próprio Estado, ... não buscar o poder - e muito menos exercê-lo - é o sine qua non de um movimento social, pois o poder estatal negaria a própria essência e os propósitos da maioria dos movimentos sociais.

"... Em muitos casos, as reivindicações das populações são contra o Estado e suas instituições. Em alguns casos, os movimentos sociais buscam incidir na ação estatal por meio de pressão externa e, com muito menor frequência, a interna".

3.2 - Relação com os partidos políticos

Touraine (1989) afirma que os movimentos sociais têm impactos mais profundos na sociedade, que os partidos políticos.

"... Defino os movimentos sociais como portadores de projetos mais globais do que os partidos políticos, porque a ação de classes se revela mais fundamental do que o jogo político."

Todavia, na América Latina a "complexidade da mobilização social e a fragilidade dos elos de representatividade entre os atores sociais e forças políticas subordinam os movimentos sociais a partidos políticos que, por sua vez, se orientam mais para o Estado do que para a sociedade civil".

Devido a isto, em alguns exemplos nestes países "é o partido

que aparece como defensor de uma estratégia global, enquanto os movimentos são percebidos como forças de ruptura, de recusa de participação, dependentes, de resistência à repressão política e econômica e de expressão de valores comunitários ou religiosos mais do que como forças de transformação do regime político".

Para **Boschi** (1987) os movimentos sociais e os partidos políticos têm uma relação estreita. E esta relação, é melhor caracterizada como sendo de complementaridade, onde um e outro objetiva a abertura do espaço democrático.

"É inadequado supor que um substitui o outro na abertura do espaço democrático, (...) longe de serem excludentes, os movimentos sociais e o sistema partidário podem de fato coexistir como canais complementares".

"... ao mesmo tempo que as lealdades partidárias podem promover divisões nesses movimentos, os partidos constituem-se em canais estratégicos para a sua afirmação. Os movimentos poderão evoluir em partido ou se transformar em sua base de sustentação na disputa eleitoral".

Os movimentos sociais embora "ampliem a esfera de representação política e promovam a afirmação de novas identidades coletivas e hábitos de participação, podem até mesmo reforçar os laços como o sistema partidário, ao invés de se contrapor a ele".

Mesmo nesta interdependência e complementaridade, "os movimentos constituem uma tentativa de romper o oligopólio do partido na oferta de participação política, ampliando a esfera dos

canais legítimos".

Para **Jacobi** os movimentos sociais, no Brasil durante e após os anos 70, em sua grande maioria, "se declaram apartidários" (...)

A partir de 1982, a perspectiva apartidária dos movimentos sociais começa a se dissipar, (...) Assim, apesar do fato de a maioria dos participantes dos movimentos não darem maior importância aos partidos políticos, diversos movimentos influenciam, mesmo em escala reduzida, as práticas dos partidos, principalmente do P.T.". (1987: 272)

Castells (1983) entende que os movimentos sociais e os partidos políticos são interdependentes, embora separados em sua esfera de ação. Isto porque "Parties and movements had consequently to reciprocate support and respect: without the movements, parties remained condemned to underground agitation and without the parties, movements could not expect a major change in the status quo (a basic condition for the fulfillment of their demands on a relatively state basis)".

E, os movimentos sociais, para **Vigevani** (1989) estabelecem, sempre, alguma forma de relação com os partidos políticos. O caráter desta relação depende das opções ideológicas de ambos.

O apartidarismo absoluto dos movimentos sociais "de fato não acontece. A relação com as forças políticas se dá por muitos canais, que vão desde as tradicionais do clientelismo e da cooptação até o estreitamento dos vínculos com forças modernizadoras ou de esquerda".

Quadro IX - Relação dos Movimentos Sociais com o Estado e Partidos
Políticos de acordo com diversos autores

Estado Partidos Políticos	AUTORES									
	Touraine	Boschi	Jacobi	Castells	Véras e Bonduki	Vigevani	Viola e Mainwaring	Krischke	Camacho	Frank e Fuentes
1. Estado										
alvo das demandas		X	X		X	X			X	X
movimento social dependente		X				X				
propulsor	X	X	X							X
movimento social amplia e modifica o espaço político		X						X	X	X
absorve as demandas			X				X			
contém, reprime			X				X			
apoia							X			
coopta, marginaliza, isola							X			
mútua influência		X	X				X	X		
negociação			X					X		
movimento social subordinado (A.L.)	X									
movimento social: autonomia										X
2. Partidos Políticos										
movimento social subordinado (A.L.)	X									
movimento social amplia esfera representativa		X								
complementar interdependente		X		X						
inter-relação						X				
movimento social influencia os partidos políticos			X							

O Quadro IX demonstra as discussões em torno do caráter da relação entre movimento social e o Estado e partidos políticos.

Seis autores (Boschi, Jacobi, Vêras e Bonduki, Vigevani, Camacho e Frank e Fuentes) dos nove citados, colocam o Estado como alvo da ação dos movimentos sociais.

Isto é, a ação dos movimentos sociais se voltam no sentido de pressionar o Estado, para o atendimento de suas demandas, ou no sentido de se opor a ele e às suas instituições.

Assim, autores como Frank e Fuentes entendem que o movimento social mesmo quando busca sua autonomia, tem no Estado o alvo de suas demandas. Segundo os autores, isto é verdadeiro até mesmo quando o movimento social se antagoniza com o Estado.

Boschi e Vigevani, consideram que, por isso, o movimento social mantém algum grau de dependência em relação ao Estado.

Quatro autores (Touraine, Boschi, Jacobi e Frank e Fuentes) atribuem ao Estado o papel de propulsor dos movimentos. O Estado é uma das principais fontes de emergência dos movimentos sociais, seja porque, na lógica do sistema social (e para sua manutenção) é necessário incorporar e atender algumas demandas da população - isto cria expectativas e legitima o Estado enquanto agência de administração, produção e distribuição de recursos e também de organização social; ou seja porque o Estado, pela sua inserção nesta mesma lógica, é incapaz de suprir as necessidades sociais que geram as demandas de que é alvo.

Outros quatro autores (Boschi, Krischke, Camacho e Frank e Fuentes) acreditam, também, que nesta dinâmica, os movimentos sociais logram modificar e ampliar o espaço político, vindo a

influir nas esferas estatais.

Para Jacobi e Viola e Mainwaring, o Estado está cada vez mais apto a absorver as demandas (sem alterar sua lógica), podendo mesmo chegar a institucionalizar e a dissolver os movimentos sociais. Segundo estes autores o Estado tem, três posturas em relação aos movimentos sociais: absorver as demandas, apoiando e mantendo sua autonomia; absorver as demandas, cooptar, marginalizar e isolar os movimentos; conter e reprimir os movimentos sociais.

Baseados nestas argumentações (Boschi, Jacobi, Viola e Mainwaring e Krischke) caracterizam a relação entre o Estado e os movimentos sociais como de mútua influência, ou também, (para Jacobi e Krischke) de permanente negociação.

A característica que Touraine atribui a esta relação, para os países latino-americanos, é a de que os movimentos sociais são subordinados à ação política e, especificamente, ao Estado.

Touraine mantém esta mesma posição ao analisar a relação entre movimentos sociais e partidos políticos latino-americanos. Quer dizer, nestes países, existe uma subordinação dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos.

Jacobi, ao contrário, entende que, ao menos no Brasil dos anos 80, estes movimentos podem influir nos partidos políticos.

Boschi caracteriza esta relação como complementar, sendo que os movimentos sociais ampliam a esfera de representação política e vão contra o monopólio dos partidos políticos. Segundo o autor, há uma relação de interdependência entre ambas instâncias, e neste aspecto está de acordo com Castells.

Vigevani argumenta que o caráter desta relação depende da

postura política e ideológica dos movimentos e dos partidos.

A SÍNTESE das idéias expostas no Quadro IX, pode ficar da seguinte forma:

O Estado é um dos principais propulsores e alvo das demandas (no sentido da pressão ou da oposição) dos movimentos sociais. Por isso existe um certo grau de dependência dos movimentos em relação ao Estado, mesmo quando os primeiros lutam por sua autonomia ou se antagonizam com ele.

A relação entre ambos se caracteriza, também, pela mútua influência e pela negociação. Os movimentos sociais ampliam e modificam o espaço político e influenciam as esferas estatais; e o Estado, ao absorver as demandas, pode apoiar, cooptar, conter ou reprimir os movimentos sociais, influenciando em seu desenvolvimento.

Para alguns autores, na América Latina os movimentos sociais encontram-se subordinados ao Estado.

Os movimentos sociais e os partidos políticos são interdependentes e complementares enquanto canais de participação. Os movimentos ampliam a esfera de representação, e podem influir nos próprios partidos. Porém, o caráter da relação entre ambos irá depender da postura ideológica e política assumida por cada um.

Na América Latina, segundo alguns autores, os movimentos estão subordinados aos partidos políticos.

4 - Relação com as classes sociais

Touraine, Gohn, Jacobi, Castells, Moisés, Cruz, Kärnen, Gutiérrez, Frank e Fuentes, Vêras e Bonduki e Camacho, são os autores que discutem a base social dos movimentos sociais e o seu caráter, ou não, de classe.

Touraine (1989) ao definir os movimentos sociais, considera que eles são uma ação de classe.

"... os movimentos sociais (...) são as forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade".

Os movimentos sociais "opõem uma categoria social a uma outra, uma classe a uma outra".

Na América Latina, entretanto, este caráter de classe não aparece, pois a consciência de classe se confunde com "consciência de pertencer à uma comunidade, à família, à nação, passando pela etnia, pela comunidade local".

Numa citação de Castells (1983: 301), Touraine entende os movimentos sociais como "the organized collective actions by which a class-actor struggles for the social definition of historicity in a given historical ensemble".

Para **Gohn** (1985), também, "todo movimento social tem sempre um caráter de classe, que está inscrito em sua própria lógica. (...)

O reconhecimento de que os movimentos sociais têm sempre um caráter de classe leva à constatação que eles podem emergir tanto

a partir dos dominados como a partir dos dominantes. (...)

Considerar os movimentos sociais seguindo uma perspectiva de classes implica em inseri-los numa totalidade na qual classe é a categoria mais abrangente e engloba, como uma de suas manifestações concretas, os movimentos sociais. (...)

A importância concreta dos movimentos sociais, é dada pelo fato de que eles significam as ações de uma classe em determinados momentos históricos."

Jacobi (1987), entretanto, ao discutir a base social dos movimentos sociais urbanos, observa que "não se pode restringir a análise dos movimentos sociais apenas àqueles que aparentam uma base nitidamente popular urbana". Isto porque a heterogeneidade dos movimentos sociais "colocam em questão as concepções tradicionais, que relacionam os movimentos sociais às relações de classe".

Igualmente, para **Castells** (1983) os movimentos sociais não são uma forma de luta de classes, isto é, movimentos sociais e classes sociais são distintos entre si, embora tenham algum grau de dependência mútua, e, também, de mútua influência.

A discussão sobre a Comuna de Paris-1871, fornece alguns dados sobre esta posição do autor:

"... if most social movements are not class struggles (the Comune itself was not), they often challenge those institutions which are used both to control peoples' everyday life and to organize the power of ruling classes. Because of this we can understand how an urban revolutions became such a source of inspiration for the labour movement. The experience of the Commune nourished working

class consciousness when it came to confronting the major obstacle to be met beyond the gates of factory: the state".

Moisés (1978) afirma que os movimentos sociais latino-americanos, têm como fator subjacente as contradições advindas da relação capital-trabalho, porém, estão envolvidos em problemas que apenas indiretamente expressam estas contradições.

A base social da maioria dos movimentos sociais é composta pelas classes populares, entretanto, sua unidade não se dá pela consciência de classe, mas no plano da política.

Este movimentos sociais são "marcados por duas características fundamentais que são, em grande parte, produto específico da chamada "situação de dependência", própria da América Latina:

1 - Por um lado, são movimentos sociais que emergem do contexto sócio-econômico do mercado de trabalho, extremamente fragmentados, nos quais somente encontra-se lugar para a ocorrência de classes subalternas marcadas pela heterogeneidade (...) classes populares heterogêneas, no interior das quais somam-se os operários industriais, os assalariados do setor de serviços e mesmo, os setores dos assalariados do aparato burocrático e os profissionais liberais.

2 - Por outro lado, se está diante de movimentos sociais cuja unidade é, paradoxalmente, encontrada no plano fundamental da política. (...)

Tudo isto significa que, para se entender os movimentos sociais próprios à situação latino-americana, é necessário fazer uso da noção de um coletivo social heterogêneo, cuja unidade é alcançada, não no plano da produção, mas diretamente, no plano da

política".

Cruz entende que "é razoável pensar em um funcionamento complexo da sociedade, em que coexistam as classes sociais, com suas leis de funcionamento e os movimentos sociais, com suas próprias leis autônomas, com razões distintas para sua existência, e com limites e possibilidades também diferentes". (1987: 98)

Segundo **Kärnen** (1987) a "composição social de um movimento é, por certo, sempre especificamente de classe ainda que não represente uma única classe homogênea"

Todavia, as lutas dos movimentos sociais não se restringem àquelas empreendidas pelas classes sociais.

Gutiérrez (1987) considera que os movimentos sociais na América Latina, estão clamando "por um novo tipo de relações sociais, que não apenas questione o controle e a propriedade dos meios de produção, mas também, e muito especialmente, a existência cotidiana de nossas sociedades".

"Quando nos voltamos para a realidade social em busca dos atores sociais agentes de mudanças, não encontramos classes sociais estabelecidas atuando organicamente como tais (...). Em contraste, o que vemos é uma multiplicidade de atores sociais, agrupados numa heterogeneidade de movimentos sociais, com graus diferentes de capacidade de questionamento do sistema global".

Para **Véras e Bonduki** (1986) os movimentos sociais, "evitando-se a polarização entre econômicos e políticos, são movimentos de classe".

De acordo com **Frank e Fuentes** (1989) os movimentos sociais

são uma expressão de lutas de classes.

"No Terceiro Mundo, os movimentos sociais são principalmente de classe popular (...). Em outras palavras, a 'luta de classes', em grande parte do Terceiro Mundo, continua e até se intensifica, mas toma a forma ou se expressa por meio de muitos movimentos sociais, além da forma 'clássica' de força de trabalho (sindical) versus capital e 'seu' Estado.

Os movimentos sociais e a 'luta de classes' que inevitavelmente estes expressam, também devem refletir esta estrutura e este processo econômico, político, social e cultural complexo.

E, **Camacho** (1987) acredita que a única abordagem plausível para uma interpretação científica "de todos os movimentos sociais consiste em considerá-los, dinamicamente e em toda sua complexidade, com referência às classes sociais".

O autor chama a atenção para a constituição recíproca dos movimentos determinados "pela luta de classes, e da classe envolta na luta" dos movimentos.

Quadro X - Relação dos movimentos sociais com as classes sociais
de acordo com diversos autores

Movimentos sociais x Classes Sociais	AUTORES										
	Touraine	Gohn	Jacobi	Castells	Moisés	Cruz	Kärnen	Gutiérrez	Véras e Bonduki	Frank e Fuentes	Camacho
possui caráter de classe	X	X							X	X	X
não possui caráter de classe	X A.L.		X	X	X	X	X	X			
distintos, mas com mútua influência				X							X
distintos						X					
base social: popular ou não popular	X	X	X				X			X	X
base social (América Latina e Terceiro Mundo): popular			X		X					X	
base social: não classista								X			

A polarização entre os autores, ocorre a respeito do caráter (ou não) de classe dos movimentos sociais.

No Quadro X observamos que Touraine, Gohn, Véras e Bonduki, Frank e Fuentes, e Camacho, atribuem aos movimentos sociais um caráter de classe; isto é, os movimentos são uma forma de luta de classes ou uma expressão desta.

Enquanto Jacobi, Castells, Cruz, Kärnen, Gutiérrez, Moisés e Touraine (para América Latina), entendem que não é possível distinguir um caráter de classe nestes movimentos. Moisés esclarece, todavia, que este fato não exclui que os movimentos sociais estejam inseridos "nas contradições advindas da relação

capital x trabalho."

Castells e Camacho, embora com argumentos diferentes - isto é: para Castells os movimentos sociais (em sua maioria) não são lutas de classe; e para Camacho os movimentos sociais sempre se referem às classes sociais - estão de acordo quanto ao fato de os movimentos sociais e as classes sociais serem processos distintos, mas que se influenciam mutuamente.

Cruz enfatiza que os movimentos sociais e as classes sociais são duas instâncias separadas.

Dois grupos de autores - por um lado Touraine, Gohn, Frank e Fuentes e Camacho; e de outro lado, Touraine, Jacob e Kärnen - com posições diferentes sobre o caráter ou não de classe dos movimentos sociais, coincidem quanto a composição de sua base social, ou seja, quanto ao fato de os movimentos sociais serem compostos ou pelas classes populares ou pelas não populares.

Moisés e Jacobi (para América Latina) e Frank e Fuentes (para o Terceiro Mundo), admitem que, nestes países, os movimentos sociais, na maioria, são compostos pelas camadas populares.

Gutiérrez, julga que além de não se poder atribuir um caráter de classe às lutas dos movimentos sociais, também não é possível distinguir na composição de sua base, os contornos de classe.

É preciso salientar ainda, que Jacobi, Moisés e Kärnen chamam a atenção para a heterogeneidade da composição social dos movimentos sociais. Moisés, entretanto, se refere à heterogeneidade no interior da própria classe popular, e Jacobi e Kärnen estão argumentando sobre a presença de membros de diversas classes no interior de um movimento social.

A SINTESE do Quadro X, evidencia estas controvérsias:

19 - A relação entre os movimentos sociais e as classes sociais é caracterizada pela conjunção de suas ações e objetivos. Isto é, os movimentos sociais são uma forma de luta de classes ou a expressão desta. Neste sentido, os movimentos sociais possuem um caráter de classe.

Os movimentos sociais têm como base social as classes populares ou as classes não-populares.

1. Na América Latina, também, os movimentos sociais expressam a luta de classes, ou

2. Na América Latina, entretanto, os movimentos sociais não possuem um caráter de classe bem definido.

A base social da maioria dos movimentos sociais latino-americanos é formada pelas classes populares.

20 - A relação entre movimentos sociais e classes sociais baseia-se na separação entre estas duas instâncias. Isto é, os movimentos e as classes não se cruzam em seus objetivos fundamentais. Neste sentido, os movimentos sociais não possuem um caráter de classe.

Todavia, embora distintos, os movimentos sociais e as classes sociais podem sofrer mútuas influências.

Os movimentos sociais têm por base social os setores populares ou as camadas não populares da sociedade.

Na América Latina, também, os movimentos sociais não são expressão da luta de classes.

A base social da maioria dos movimentos sociais latino-americanos é formada pelas camadas populares da sociedade.

5 - Objetivos e Significado Social

Os autores deste item são: Jacobi, Moisés, Krischke, Camacho, Gutiérrez, Melucci, Frank e Fuentes, Touraine, Scherer-Warren, Castells, Kärnen, Gohn, Viola e Mainwaring, Boschi e Vigevani.

Jacobi (1989), coloca em questão o papel democratizador dos movimentos sociais brasileiros, pois, "uma análise dos diferentes movimentos estudados por pesquisadores brasileiros não evidencia o papel democratizador da mobilização e participação popular, colocando em xeque o autoritarismo do Estado, mas mostra um Estado cada vez mais apto a absorver a maioria das demandas populares".

Para o autor estas demandas estão ligadas ao objetivo de suprimento de carências sociais.

Segundo **Moisés**, os "movimentos sociais latino-americanos, (...) são, quase sempre, expressão de agentes que não se colocam, imediatamente e/ou necessariamente, o problema da reforma ou da revolução, pois eles são sintomas da manifestação espontânea de interesses dos setores situados no mais baixo escalão da pirâmide social de suas sociedades". (1978: 4)

O significado das ações destes agentes é, antes, a ampliação do espaço social e político.

Krischke (1987) entende que as experiências de democracia nos movimentos sociais, vem a ser um entre "outros tantos meios para ampliar a democratização do Estado e a politização da sociedade.

O autor ressalta a capacidade de os movimentos sociais influírem na esfera política.

"... fica claro que as reformulações das políticas oficiais referentes a tais demandas decorrem da iniciativa tomada pelos interessados, que logram assim (ainda que parcial, episodicamente) influir na esfera política (legislativa, judiciária, executiva)".

Para **Camacho** (1987) "o objetivo dos movimentos sociais é a sociedade política. Em outras palavras, o maior triunfo de um movimento social é lograr, em seu benefício, uma modificação no âmbito do Estado".

"... toda ação dos movimentos sociais tem como objetivo a sociedade política ou o Estado, porque as reivindicações parciais tendem a lograr alguma modificação na tomada de decisões no interior do Estado".

O autor considera, ainda, que o movimento social "se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto das estruturas de dominação prevaescentes, e sua vontade explícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social".

Para **Gutiérrez** (1987) "talvez não seja demais a hipótese de que os movimentos sociais, na sua diversidade e complexidade, são portadores de uma nova ordem social".

Os movimentos sociais produzem efeitos sociais específicos na sociedade, tanto no que se refere às transformações das relações de poder, como em determinadas ordens sociais. "Ademais, os movimentos sociais podem também introduzir, com base nas relações sociais em que ressurgem, culturas cotidianas de uma nova espécie

(...) Por isso tudo, os movimentos sociais podem ser considerados como os motores da História".

Os movimentos sociais "ocorrem apenas quando os diferentes atores, quaisquer que sejam eles, atuam e se orientam para recriar e transformar as relações em questão".

Melucci (1989) afirma que os movimentos sociais "têm uma orientação antagônica que surge de e altera a lógica das sociedades complexas".

Os movimentos sociais "rompem os limites do sistema em que ocorre a ação".

Na interpretação de **Frank e Fuentes** (1989), os movimentos sociais "formam laços que servem para transformar a sociedade de hoje".

É importante a "participação e contribuição dos movimentos sociais na ampliação e redefinição da democracia na sociedade civil".

O movimento social possui como objetivo o atendimento de reivindicações pontuais, porém são capazes de alterar "o poder político".

Os movimentos sociais, como definido por **Touraine** (1989), lutam "pelo controle dos principais recursos de uma sociedade ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento".

As suas lutas se dirigem tanto para a manutenção do funcionamento de uma dada sociedade, quanto para a "passagem de um tipo de sociedade a outro".

Scherer-Warren (1983 e 1987) considera que os objetivos dos movimentos sociais são: "busca de libertação", "superação de

alguma forma de opressão" e, "produção de uma sociedade modificada". E "os movimentos sociais propriamente ditos, voltam-se normalmente a problemas particulares imediatos e localizados.

Os movimentos sociais, como definido por **Castells** (1983), têm três dimensões principais, ou seja: demandas sociais e culturais e mudanças políticas.

Os movimentos sociais são fontes de mudança social.

Kärnen, em sua definição dos movimentos sociais, esclarece que estes se voltam "contra relações sociais existentes". (1987)

Para **Bohn** (1985) os movimentos sociais possuem demandas locais, e objetivos ligados ao atendimento das mesmas. Mas, também, para se constituir enquanto movimentos, têm que estar conscientes das contradições fundamentais da sociedade, o que lhes impulsionam para demandas sociais globais, com objetivo de modificação destas contradições.

Segundo **Boschi** (1987) os movimentos sociais visam "capturar esferas estatais específicas que monopolizam recursos materiais geralmente escassos".

Estes movimentos têm sua "razão de ser na abertura de espaços para representação política".

Viola e Mainwaring, escrevem que "os movimentos sociais desafiam os regimes políticos, ao se relacionarem com regimes autoritários ou com regimes democráticos, seja tal desafio num sentido democrático como num sentido autoritário (...). Embora diferentes em outros aspectos os antigos movimentos sociais (especialmente o movimento operário) e os novos movimentos sociais têm geralmente, trabalhando no sentido da democratização dos regimes políticos. (1987: 115)

E, **Vigevani** considera que os movimentos sociais têm como "objetivo pressionar o Estado".(1989: 100)

Quadro XI – Objetivos e Significado Social dos movimentos sociais de acordo com diversos autores

Objetivo Significado Social	AUTORES														
	Jaco- -bi	Moi- -sés	Kris- -chke	Cama- -cho	Gutiér- -rez	Meluc- -ci	Vige- -vani	Frank e Fuentes	Tou- -raine	Scherer -Warren	Cas- tells	Kär- -nen	Gohn	Bos- -chi	Viola e Mainwaring
atendimento de reivindicações sociais ligadas às carências	X	X		X				X	X	X	X		X		
influir sobre, modificar o Estado, a arena política			X	X	X		X	X			X			X	X
transformar (parcial ou totalmente) a sociedade				X	X	X		X	X	X	X	X	X		
contra formas de dominação - libertação				X						X					
atendimento de reivindicações culturais									X		X				
ampliar o espaço social e político		X				X								X	
ampliar a democracia			X					X							X
manter o funcionamento de uma sociedade									X						
nao possui um papel democratizador	X														
nao age para a transformação social	X	X							X						

A primeira dificuldade que o Quadro XI apresenta é o de poder separar quando os autores estão se referindo a países, sociedades, lugares específicos, e quando suas afirmações são válidas para uma gama ampla de sociedades.

Optamos, então, em não demarcar no quadro estas diferenças, embora sejam muito importantes. Vamos apenas lembrar que, para este item, Jacobi analisa os movimentos sociais brasileiros, Moisés os latino-americanos e Touraine ora generaliza suas afirmações, ora contextualiza para a América Latina (como o próprio fragmento do texto demonstra). Os demais autores, mesmo quando centralizam suas pesquisas na América Latina ou Brasil, quando estão tratando de assuntos que interessa neste item, fazem afirmações generalizadoras.

No quadro XI observamos que três objetivos aparecem com maior frequência entre os autores:

Primeiro, nove (Camacho, Gutiérrez, Melucci, Frank e Fuentes, Touraine, Scherer-Warren, Castells, Kärnen, e Gohn) dos quinze autores alegam que os movimentos sociais intencionam, ou podem causar com sua presença, a transformação social. Estas transformações podem ser parciais (localizadas em uma ou outra esfera da sociedade) ou total (mudança do tipo de organização e direção de desenvolvimento de uma sociedade).

Segundo, para oito autores (Krischke, Camacho, Gutiérrez, Vigevani, Frank e Fuentes, Castells, Boschi e, Viola e Mainwaring) os movimentos desejam ou logram influir e causar modificações no Estado ou na arena política. Este objetivo difere do primeiro principalmente porque as mudanças no interior do Estado nem sempre

levam à transformações sociais globais, ao contrário, muitas vezes podem favorecer a manutenção do sistema social.

Terceiro, oito autores (Jacobi, Moisés, Camacho, Frank e Fuentes, Touraine, Scherer-Warren, Castells e, Gohn) entendem que os movimentos sociais têm por objetivo obter o atendimento das reivindicações ligadas às carências sociais.

Camacho, Frank e Fuentes e Castells, colocam que os movimentos sociais podem ter estes três objetivos.

Touraine e Castells, acrescentam às reivindicações sociais, e demandas políticas, também as demandas culturais.

Para Camacho e Scherer-Warren o sentido da transformação intencionada pelos movimentos, é o da "libertação", para superação de formas de opressão, ou "contra a dominação".

Moisés, Melucci e Boschi, consideram que os movimentos sociais ampliam o espaço social e político. E Krischke, Frank e Fuentes e, Viola Mainwaring concordam que os movimentos ampliam a democracia.

Todavia, Viola e Mainwaring, lembram (no texto) que os movimentos sociais podem influir, num sentido autoritário, nos regimes políticos.

Jacobi, questiona, ao menos para o Brasil, o suposto papel democratizador dos movimentos, e junto com Touraine e Moisés argumenta que os movimentos sociais latino-americanos são incapazes de (Touraine) ou não têm como preocupação (Moisés) causar um impacto transformador na sociedade.

E, Touraine, define os movimentos sociais como as ações de classe que lutam não apenas para a transformação de uma dada sociedade, mas também, por vezes, para a manutenção de seu

funcionamento.

SINTESE:

Os movimentos sociais têm como objetivos principais: o atendimento de reivindicações ligadas às carências sociais e, também, às demandas culturais e políticas.

Desta maneira, os movimentos sociais objetivam ou causam (pela sua presença na sociedade) modificações no interior do Estado e na arena política. E, 1. podem chegar a (ou intencionar) alcançar transformações sociais mais globais, ou 2. podem lutar para manter a sociedade onde estão inseridos.

Os movimentos sociais possuem, como significado social característico, a capacidade de ampliar o espaço social e político.

O sentido das modificações introduzidas pelos movimentos sociais é, principalmente, o de luta contra formas de opressão, e pela ampliação da democracia.

Para alguns autores, no Brasil, é questionável o papel democratizador dos movimentos sociais; e também para outros, na América Latina como um todo, os movimentos sociais não causam um impacto social transformador.

CAPITULO IV

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Neste capítulo ocorrerão algumas sobreposições em relação ao capítulo anterior, pois se trata de discutir também o movimento social, com uma característica específica principal, que é a de se dar no espaço urbano. Haverá também, o entrelaçamento com o capítulo posterior - Movimentos sociais populares urbanos -, porque alguns autores ao usarem a denominação geral - movimentos sociais urbanos - estão se referindo àqueles dos setores populares da sociedade.

1 - Definição e características

Gohn, Boschi, Castells e Borja, são os autores que aparecem neste item.

Para Gohn (1985) os movimentos sociais urbanos são "as lutas que se circunscrevem aos fatores relacionados à reprodução ampliada da força de trabalho no urbano, colocando em questionamento as relações sociais vigentes. Estas lutas geram movimentos sociais reivindicatórios circunscritos a duas questões básicas: habitação - uso do solo urbano, e equipamentos - serviços coletivos. São questões que emergem de sua base territorial, enquanto unidades de ação: os bairros. (...) As formas mais

desenvolvidas (dos movimentos) apresentam ou se baseiam num projeto mais geral da sociedade e superam a visão localista, das reivindicações parciais".

Segundo a autora, os movimentos sociais urbanos utilizam uma "diversidade de práticas e canais" para o encaminhamento de suas demandas, e se movem fundamentalmente no campo da política; as suas demandas reivindicatórias são formuladas a partir da condição de consumidores. No Brasil, os movimentos sociais urbanos questionam as políticas estatais autoritárias.

Para **Boschi** (1987), no Brasil entende-se sob o rótulo de movimento social urbano a "ação coletiva que se dá na periferia das grandes regiões metropolitanas, envolvendo populações faveladas e as chamadas 'classes populares'".

Castells define movimento social urbano como: "um sistema de práticas contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana". (in Jacobi 1987:251)

Castells (1983) entende que movimentos sociais urbanos são "collective actions consciously aimed at the transformation of social interests and values embedded in the forms and functions of historically given city".

A condição para que constitua um movimento social urbano, é que este tenha a capacidade de promover a transformação da estrutura urbana.

Os movimentos sociais, então, "are the collective actions consciously aimed at fundamentally modifying the city's role in society, or redefining the historical meaning of 'urban'".

O autor ainda fornece outras definições:

"By urban social movement we understand a conscious collective practice originating in urban issues, able to produce qualitative changes in the urban system, local culture, and political institutions in contradiction to the dominant social interests institutionalized as such at the societal level".

Movimiento social urbano é "a collective conscious action at aimed at the transformation of the institutionalized urban meaning against the logic, interest, and values of the dominant class.

E, **Borja** (1975) considera os movimentos sociais urbanos como um tipo específico de movimento urbano, ou seja, "el de aquellos movimientos de las clases populares que partiendo de reivindicaciones urbanas alcanzan un nivel de generalidad de objetivos y de potencialidad política que modifican las relaciones de poder entre las clases".

As reivindicações urbanas se referem às demandas da população enquanto usuária da cidade. São reivindicações que se dão em torno principalmente, da escassez de habitação e serviços urbanos, e são ações "destinadas a evitar la degradación de sus condiciones de vida, a obtener la adecuación de éstas a las nuevas necesidades o a perseguir un mayor nivel de equipamiento".

Quadro XII - Definição e Características dos movimentos sociais urbanos de acordo com diversos autores

Definição e Características	AUTORES			
	Gohn	Boschi	Castells	Borja
lutas urbanas	X			
ação coletiva		X	X	
reivindicações básicas: habitação e equipamentos/serviços urbanos coletivos	X		X	X
demandas culturais e políticas (da cidade)			X	X
questionamento das relações sociais, demandas políticas globais	X			
transformação da estrutura urbana			X	
população na condição de consumidores	X			
ação consciente	X		X	X
base territorial: bairro	X			
periferia		X		

O quadro XII não apresenta muitas dificuldades, a característica que é ressaltada por Gohn, Castells e Borja é que os movimentos sociais urbanos possuem demandas específicas (principalmente por habitação, uso do solo, e equipamento e serviços urbanos de uso coletivo), relacionadas a um projeto social mais amplo, ao questionamento das relações sociais vigentes (Gohn), e também a demandas políticas circunscritas à cidade (Castells e Borja), que juntamente com demandas culturais, visam,

ou são capazes de transformar a estrutura urbana (Castells).

Gohn define movimentos sociais urbanos como lutas urbanas, e Boschi e Castells como ação coletiva.

Boschi coloca claramente que a base social destes movimentos, ao menos para o Brasil, seria as classes populares e "favelados". E Gohn, embora não deixe isto claro no fragmento do texto, parece estar também se referindo as classes populares, pois define os movimentos sociais urbanos como os que estão relacionados "à reprodução ampliada da força de trabalho".

De qualquer forma, para Gohn, a população envolvida está mobilizada na condição de consumidores.

Gohn e Boschi, especificam a base territorial destes movimentos: os bairros (Gohn) e a periferia das grandes metrópoles (Boschi).

Castells ressalta que as ações dos movimentos sociais são "conscientes". Gohn e Borjas, no capítulo III, também salientam esta característica, como importante na constituição de um movimento social.

Assim, como SINTESE temos:

Os movimentos sociais urbanos são definidos como uma ação coletiva consciente, de uma população mobilizada na condição de consumidores, e numa base territorial específica: o espaço urbano (ou, a cidade, o bairro, a periferia).

São lutas urbanas em torno de reivindicações por habitação e uso do solo, e por equipamentos e serviços urbanos de consumo

coletivo.

A característica fundamental dos movimentos sociais urbanos é o fato de vincular a estas demandas específicas, um projeto político que questiona as relações sociais vigentes.

Os movimentos sociais urbanos podem produzir mudanças na estrutura urbana.

2 - Fontes e Causas de emergência

Este item consta dos seguintes autores: Gohn, Boschi, Jacobi, Castells, Moisés, Vigevani, e Vêras e Bonduki.

Segundo **Gohn** (1985), existem vários níveis de lutas reivindicatórias urbanas e os movimentos sociais urbanos são o desdobramento destas lutas, e uma forma mais desenvolvida delas.

"Estas lutas, quando embrionárias ou pouco desenvolvidas, gestam movimentos reivindicatórios". Mas quando "um movimento atinge um estágio mais desenvolvido ele normalmente encontra-se articulado a formas de lutas mais gerais da sociedade", constituindo-se em movimentos sociais urbanos propriamente ditos.

"... não basta uma necessidade social não satisfeita para gerar um movimento social urbano. Podemos ter simples reivindicações isoladas.

Existem necessidades que geram demandas e estas geram reivindicações (...). Essas demandas, localizadas, inserem os personagens envolvidos na teia das contradições existentes na sociedade capitalista, porque fazem emergir e se opõem a

interesses que lhe são antagônicos, fora do grupo. Assim, formas embrionárias de mobilização e organização podem transformar-se em formas mais desenvolvidas, que não se atêm às demandas locais, mas inscrevem-se numa ótica de contestação das relações sociais capitalistas. Quando isto ocorre temos formas mais desenvolvidas de movimentos sociais urbanos".

Desta forma, a gênese dos movimentos sociais urbanos está ligada às necessidades sociais e à consciência das contradições sociais que as engendram.

Para **Boschi** (1983) as causas da ocorrência dos movimentos sociais urbanos, no Brasil, se vincula ao processo de urbanização. Isto é, o aumento de trabalhadores do setor terciário, trazendo consequências como: a instabilidade para o próprio setor, o agravamento das condições de vida dos setores populares; e a segregação espacial destas camadas sociais, que residem onde geralmente há falta de recursos de infra-estrutura urbana (água, luz, esgoto, sistema viário) e de meios de consumo coletivo (como escolas, hospitais, transportes, etc.).

Portanto a condição geral para a ocorrência de movimentos sociais urbanos é "a própria deficiência ou isenção do setor público (ou de qualquer agente provedor de bens e serviços) no suprimento de necessidades básicas da população".

Fatores conjunturais e circunstanciais como ameaça de remoção, ação repressiva por parte do estado, a experiência de práticas associativas, e a presença de agentes externos, também são importantes para a explicação da emergência dos movimentos sociais urbanos.

Jacobi (1989) explica que a existência de contradições sociais e das carências sociais, deve ser permeada por fatores subjetivos, tais como a vivência e percepção da população envolvida, a fim de se compreender a emergência dos movimentos sociais urbanos.

No Brasil de meados da década de 70, um "fator determinante no desenvolvimento e disseminação dos movimentos sociais urbanos" foi "a conjuntura política da sociedade".

E ainda, para o autor, é inquestionável "o fato de a resposta do Estado aos movimentos ser talvez um dos fatores mais importantes que condiciona seu desenvolvimento".

Castells (1985) observa que para se explicar a origem dos movimentos sociais urbanos (ou de qualquer movimento social) é preciso levar em conta a relação entre o movimento e as contradições sociais que, "according to historical experience, have triggered collective action aimed at social change".

Como exemplo, cita o Citizen Movement in Madrid, que se constituiu em "an urban social movement characterized by the social change it brought on the city, culture, and state as a result of collective action triggered by urban demands".

Para que a "neighbourhood mobilization" torne-se um movimento social urbano é necessário que este produza mudança social em três níveis: urbano, cultural e político.

"... to determine the conditions under which urban movements seem to achieve their maximum impact on the change of urban meaning. Or, in other words, under what conditions do they become urban social movements? (...)

1. (...), an urban movement must articulate in its praxis the

three goals of collective consumption demands, community culture, and political self management.

2. It must be conscious of its role as an urban social movement.

3. It must be connected to society through a series of organizational operators, three in particular: the media, the professionals, and the political parties.

4. A sine qua non condition: while urban social movement must be connected to the political system to at least partially achieve its goals, they must be organizationally and ideologically autonomous of any political party".

Moisés (1978) ao analisar as mobilizações coletivas ocorridas no Brasil após a década de 30 até meados da década de 60, afirma que a natureza das contradições urbanas "é fundamental para explicar a emergência dos movimentos sociais urbanos".

Estas contradições são manifestas pela "pressão sobre a demanda urbana de consumo coletivo, (salário indireto) como habitações, serviços e equipamentos básicos".

Os movimentos sociais urbanos advêm da "incapacidade do Estado, gerada pelas raízes de classe de sua gestão dos serviços de consumo coletivo".

Para **Vigevani** (1989), "os movimentos sociais urbanos surgem no Brasil na década de 70, entre outras razões, por serem uma forma possível de resistência ao regime militar, um locus onde grupos e segmentos, assim como militantes e apoios externos, podiam encontrar um lugar ao sol".

E, **Véras e Bonduki** (1986) utilizam as denominações movimentos de reivindicação e movimentos sociais urbanos, com o mesmo

sentido, e explicam que o seu surgimento decorre das carências sociais.

Véras e Bonduki abordam a política habitacional do Brasil, e consideram que frente "ao não atendimento da clientela popular pelas políticas públicas, emergem 'soluções' de abrigo-favelas, ocupações/invasões, cortiços, casas precárias da periferia sempre de péssima qualidade habitacional e não vinculadas a redes de infra-estrutura e serviços; daí para a formação de movimentos de reivindicação pelo direito à habitação e à cidade é um passo.

A necessidade de incorporar a favela e os loteamentos periféricos aos benefícios urbanos (bem como garantir o acesso à terra e moradia), dá origem a uma série de lutas reivindicatórias - os movimentos sociais urbanos".

Quadro XIII - Fontes e Causas de emergência dos movimentos sociais urbanos de acordo com diversos autores

Fontes e Causas	AUTORES						
	Gohn	Boschi	Jacobi	Castells	Moisés	Vigevani	Véras e Bonduki
requer consciência	X			X			
carência social/demandas urbanas/equipamentos e serviços coletivos	X	X	X	X	X		X
contradições sociais	X		X	X	X		
fatores conjunturais		X	X			X	
demandas culturais e por mudanças políticas	X			X			
Estado		X	X		X		
agentes externos		X		X		X	
mediação da subjetividade			X				

HÁ uma quase unanimidade entre os autores: sete (Gohn, Boschi, Jacobi, Castells, Moisés e, Véras e Bonduki) entre oito autores consideram as carências sociais, geradoras de demandas urbanas por equipamentos e serviços de consumo coletivo e habitação, como uma das fontes de emergência dos movimentos sociais urbanos.

Boschi, Jacobi e Vigevani, salientam também, outros fatores como os conjunturais, para explicar a ocorrência destes movimentos.

Boschi, Castells e Vigevani, fazem observações sobre a importância da presença dos agentes externos na formação dos

movimentos sociais urbanos.

O Estado, para Boschi, Jacobi e Moisés, é um dos propulsores destes movimentos, principalmente devido a sua inoperância ou incapacidade de atender as necessidades sociais urbanas.

Castells, frisa que a formação de um movimento social urbano se dá quando um movimento urbano une de forma consciente três dimensões (para promover-lhes mudanças): a cidade, a comunidade, e esferas do poder. Para Gohn, também, nos movimentos sociais urbanos as reivindicações localizadas se vinculam a questões sociais mais globais.

Gohn, Jacobi, Castells e Moisés, relacionam as carências urbanas às contradições sociais, como causa fundamental destes movimentos. E Gohn e Castells entendem que não basta a existência da contradição e de tais carências, é necessário que haja a consciência das mesmas (Gohn) e do próprio papel do movimento na sociedade (Castells).

Jacobi, também, não faz uma relação direta entre a existência das carências e da contradição social, com a ocorrência dos movimentos sociais urbanos. Para o autor é preciso levar em conta mediações, como a subjetividade da população envolvida.

E, Vêras e Bonduki, ao contrário, fazem uma passagem direta entre a carência - demandas urbanas e a ocorrência dos movimentos sociais urbanos.

SINTESE:

Os movimentos sociais urbanos têm como fonte de emergência fundamental as carências urbanas geradas pelas contradições sociais, ou seja, principalmente, demandas por equipamentos, serviços de consumo coletivo e habitação.

A relação entre contradições-carência e formação destes movimentos, é mediada por fatores como: a presença de agentes externos, o papel do Estado, conjuntura social e política, bem como a própria vivência - percepção (subjetividade) da população envolvida.

Para a constituição dos movimentos sociais urbanos, é preciso, também, que haja a consciência daquelas contradições, e uma consciência de seu papel na sociedade.

Por fim, uma mobilização urbana, para tornar-se um movimento social urbano deve estar articulada em três dimensões: demandas por consumo coletivo, por mudanças culturais, e por mudanças políticas.

3 - Relação com o Estado e Partidos Políticos

Neste item Gohn, Boschi, Jacobi, Moisés, Moisés e Martinez-Alier, Vigevani, e Castells, irão analisar a relação do movimento social urbano com o Estado e Partidos Políticos.

3.1 - Relação com o Estado

Gohn (1985) considera que uma das características dos movimentos sociais urbanos, é que suas demandas são encaminhadas ao "Estado, na maioria das vezes, enquanto responsável pela produção de bens coletivos".

E, na maioria dos casos analisados por Boschi (1983), o Estado é o propulsor dos movimentos sociais urbanos, alvo de suas demandas, ao mesmo tempo que os contém e estabelece negociações com eles.

No Brasil, embora "nem sempre identificado como o alvo direto da mobilização coletiva, o Estado funciona como propulsor da totalidade dos movimentos aqui abordados, na medida em que é a sua inoperância na área de fornecimento de serviços coletivos e na garantia de direitos mínimos de cidadania que abre caminho, fornecendo as condições gerais para a emergência de movimentos reivindicativos. Em outras palavras, os movimentos, enquanto expressões de lutas pelos direitos de cidadania, constituíram uma resposta à própria violência institucional do Estado que afeta essas populações na esfera do seu cotidiano.

Por outro lado, o Estado funciona como fator de contenção de movimentos, o que se materializa no processo de negociação que se desenvolve entre ambas as partes, (...) em muitos casos, partem do Estado propostas de colaboração e ajuda, notadamente através dos mais variados programas de desenvolvimento e assistência comunitária. No geral (...), isto acaba por redundar em algum tipo de intervencionismo".

Para **Jacobi** (1989) a maior parte dos movimentos sociais urbanos "atua principalmente como grupos de pressão sobre o Estado para obter respostas às suas demandas".

Tanto **Moisés** (1978a.), quanto **Moisés e Martinez-Alier** (1978b) entendem que o Estado é a fonte geradora dos movimentos sociais urbanos brasileiros.

O Estado é identificado como "agência a quem caberia prover a população com benefícios que representassem uma resposta" aos "problemas (interesses) que consideram como suas 'carências urbanas'". (1978b: 174)

"O Estado, entretanto, apesar de tentar preservar sua imagem ideológica de 'provedor' do conjunto da sociedade, não está em condições de resolver esses problemas das classes populares, como os serviços e equipamentos que a complexidade de sua reprodução exigem. (...)

Portanto era inevitável que as contradições geradas pelo desenvolvimento urbano lançassem as classes populares em uma relação antagônica com o Estado". (1978a: 420 e 1978b: 52)

Isto é especialmente verdadeiro para o período do populismo. "Nesse sentido, pode-se dizer que o populismo representou, em relação aos movimentos sociais urbanos, a função ambígua de reforçar, por um lado, a legitimidade das reivindicações urbanas, e, por outro, trabalhar a noção de um Estado que deveria atender a todos. Como não era isso que acontecia na prática, o reforço recebido pelos movimentos sociais urbanos representava, de fato, um reforço ao antagonismo entre as massas e o Estado". (1978a: 418)

E, segundo **Vigevani** (1989), "Os movimentos sociais urbanos caracterizam-se, em sua emergência, particularmente em razão de reivindicações frente a alguém, este alguém foi sobretudo o Estado, em seus diferentes segmentos e agências (...).

Conclui-se, então que há em certa medida, mesmo quando o antagonismo com o Estado é agudo, algum grau de dependência".

Isto "não implica que o relacionamento seja de subalternidade".

3.2 - Relação com os Partidos Políticos

Gohn (1985) entende que os movimentos sociais urbanos desenvolvem "ações renovadoras e transformadoras frente aos partidos e sindicatos".

O movimento social urbano, como uma forma mais desenvolvida dos movimentos reivindicatórios, "normalmente encontra-se articulado a formas de lutas mais gerais da sociedade tais como os partidos".

Segundo **Castells** (1983) os movimentos sociais urbanos "must be connected to society through a series of organizational operators", e entre eles estão os partidos políticos.

Embora estes movimentos se refiram ao sistema político, "they must be organizationally and ideologically autonomous of any political party".

Ao analisar a "social mobilization in Spanish cities-1970s", o autor escreve que "Parties and movements had consequently to reciprocate support and respect; without the movements, parties

remained condemned to underground agitation and without the parties, movements could not expect a major change in the status quo (a basic condition for the fulfillment of their demands on a relatively state basis)".

E, **Jacobi** (1989) afirma que no Brasil, "poucos movimentos podem ser considerados com conexões partidárias definidas".

Somente a partir "de 1982, a perspectiva apartidária dos movimentos urbanos começou a se dissipar, crescendo o número de lideranças populares que vêm nos partidos políticos (com todas as suas deficiências) um espaço para ampliar a sua participação e obter resposta maior do Estado".

Entendemos que quando Jacobi utiliza os termos gerais "movimentos" e "movimentos urbanos", no texto onde foi extraído este fragmento, está dando-lhes o sentido de movimento social urbano.

Quadro XIV - Relação entre os movimentos sociais urbanos e o Estado e Partidos Políticos de acordo com diversos autores

Estado Partidos Políticos	AUTORES					
	Gohn	Boschi	Jacobi	Moisés e Moisés e Martinez-Alier	Vigevani	Castells
1. Estado						
alvo das demandas dos movimentos sociais urbanos	X	X	X	X	X	
responsável pela produção, gestão e distribuição de bens e serviços coletivos	X	X	X	X		
inoperante ou incapaz de atender as demandas da população		X		X		
propulsor dos movimentos sociais urbanos		X	X	X		
relação: negociação		X	X			
contenção dos movimentos sociais urbanos		X				
antagonismo				X	X	
2. Partidos Políticos						
movimentos sociais urbanos influenciam os partidos políticos	X					
inter - relação	X		X			X
autonomia						X

O Quadro XIV apresenta sete características da relação entre os movimentos sociais urbanos e o Estado. Os autores se agrupam de diferentes formas em cada característica, entretanto, suas

argumentações encontram-se imbricadas.

Observamos que para quatro autores (Gohn, Boschi, Jacobi, Moisés/ Moisés e Martinez-Alier) o Estado é identificado, pelos movimentos sociais urbanos, como responsável pela produção, gestão e distribuição dos equipamentos e serviços urbanos de consumo coletivo.

Para dois destes autores (Boschi e Moisés/ Moisés e Martinez-Alier) o Estado é, de fato, inoperante ou incapaz de atender a esta expectativa de provedor das necessidades sociais da população (referentes às demandas urbanas).

Estes dois fatores (para Boschi e Moisés/ Moisés e Martinez-Alier) e principalmente o primeiro (para Gohn e Jacobi), têm como consequência, ou explica, porque o Estado se constitui no alvo das demandas dos movimentos sociais urbanos. Vigevani também coloca o Estado como alvo das demandas, e juntamente com Moisés/ Moisés e Martinez-Alier entendem que a relação entre os movimentos e o Estado pode se caracterizar pelo antagonismo.

Os dois primeiros fatores citados, também explicam porque três autores (Boschi, Jacobi - de acordo como o quadro anterior XIII - e Moisés/ Moisés e Martinez-Alier) vêm no Estado a fonte de emergência dos movimentos sociais urbanos.

Boschi lembra que o Estado pode funcionar, também, como elemento de contenção destes movimentos, mesmo quando, através de negociações, se proponha a intervir num papel de ajuda e colaboração. Jacobi, no capítulo anterior - Movimentos Sociais - também salientou que a característica que considera primordial na relação entre os movimentos sociais e o Estado, é a de negociação; é de se supor, que esta interpretação do autor se mantém para os

movimentos sociais urbanos.

No que diz respeito aos partidos políticos, os três autores que abordam a relação entre eles e os movimentos sociais urbanos, concordam que de alguma forma há uma inter-relação entre as duas instâncias. Os autores são: Gohn, Jacobi e Castells. Gohn ressalta a influência que os movimentos sociais urbanos exercem sobre os partidos, no sentido de sua renovação e transformação. Castells, frisa a importância de cada um para o desenvolvimento do outro, mas lembra que para que um movimento social urbano se constitua enquanto tal, é necessário que ele mantenha sua autonomia em relação aos partidos políticos.

SINTESE:

Os movimentos sociais urbanos, embora não sejam subordinados, mantêm algum tipo de relação com o Estado e partidos políticos.

Isto porque o Estado, devido as suas características e papel na sociedade, se constitui em alvo de suas demandas, e em propulsor de seu aparecimento (podendo, também, reprimi-los e controlá-los); e os partidos políticos podem ser utilizados por eles como canal para maior participação e alcance de seus objetivos, e ainda, sofrem a influência dos movimentos, no sentido de sua renovação e transformação.

Os movimentos sociais urbanos, mesmo numa inter-relação com o Estado e partidos políticos, podem manter sua autonomia ou estabelecer uma relação de antagonismo com estas esferas de poder

político.

4 - Relação com as classes sociais

Observamos no início deste capítulo que, grande parte dos autores que utilizam o termo movimentos sociais urbanos, estão se referindo aos movimentos sociais (ocorridos no espaço urbano) constituídos pelas classes populares.

No entanto, estes mesmos autores, em outros lugares irão denominar estes movimentos como movimentos populares urbanos e, não mais apenas movimentos sociais urbanos.

Portanto, vamos analisar neste item, como os autores entendem a relação dos movimentos sociais urbanos (sem o adjetivo popular) com as classes sociais. Os autores que utilizam esta denominação são: Gohn, Boschi, Castells, Jacobi, Moisés e, Vêras e Bonduki.

Gohn (1985), esclarece que os movimentos sociais urbanos possuem "uma heterogeneidade social, em relação à proveniência de suas demandas".

Estas demandas reivindicatórias são formuladas "a partir da condição de consumidores".

Os movimentos sociais urbanos trazem "o reconhecimento da presença dos oprimidos e subordinados na cena política".

Os movimentos sociais urbanos dividem-se em dois tipos: a) popular e, b) burguês.

Embora Gohn admita que estes movimentos possam emergir tanto das classes populares como das não populares, a autora ressalta que eles têm emergido das lutas urbanas desenvolvidas,

principalmente, pelas camadas populares.

Para a autora (como vimos no capítulo anterior), "todo movimento social tem sempre um caráter de classe". Por isso, "quando se fala sobre o caráter policlassista dos movimentos sociais urbanos, na verdade o pluriclassismo localiza-se nas demandas, possíveis unificadoras de interesses de camadas diferenciadas. Mas, como estas demandas são frutos de necessidades sociais históricas e objetivas, elas irão se localizar mais em certos setores sociais e não em outros.

"... as demandas coletivas estão ligadas à luta de classes".

Segundo **Boschi**, no Brasil, entende-se os movimentos sociais urbanos como aquelas ações coletivas "envolvendo populações faveladas e as chamadas 'classes populares'". (1987: 56)

Boschi observa que "em todos os casos estudados, a base social dos movimentos envolve caracteristicamente os setores populares e componentes da classe operária. Contudo, não é a identidade de classe particularmente em termos da dimensão ocupacional - o elemento aglutinador dessas populações em atuação coletiva organizada. O elemento de mobilização - e portanto, de criação da identidade coletiva - volta-se antes, para os aspectos ligados ao espaço imediato de moradia, os quais, em comparação com a ocupação, tendem a ser de natureza mais permanente.

É dessa última esfera que emergem fatores aglutinadores conducentes à criação de uma identidade coletiva que se apresenta como alternativa, mas não substituta, àquelas que se formam e expressam por outros canais de participação e representação de interesses das camadas populares tais como o sindicato e o partido

político". (1983: 129)

Para **Castells** (1983) "there is, at same time, a close connection and a clear distinction between the dynamics of social classes and the formation and outcomes of urban social movements. (...)

So neither the assimilation of urban conflicts to class struggle nor the entire independence of both process of social change can be sustained".

Jacobi, observa que, no Brasil, apesar "da heterogeneidade da da população de baixa renda que compõe estes movimentos, tanto no plano social como cultural, um corte pela base social nos coloca diante dos movimentos constituídos pelas chamadas classes populares, de modo predominante.

O processo de formação de uma identidade coletiva se volta para a dimensão do cotidiano do local de moradia, onde a classe social não aparece de maneira explícita como fator de aglutinação dos movimentos em termos de sua expressão política". (1989: 149)

Os movimentos sociais urbanos têm "como base social uma população proletária ou proletarizada, estes movimentos têm como horizonte de ação reivindicações vinculadas às melhorias das condições de vida". (1989: 13)

"Enquanto no contexto dos países capitalistas avançados os movimentos sociais urbanos se configuram enquanto multidimensionais (...) no contexto brasileiro poucos são os movimentos que mobilizaram ou mobilizam conjuntamente setores populares e setores médios.

A maioria dos estudos confirmam que a base social envolve fundamentalmente os setores populares e componentes da classe

operária, aglutinados basicamente em torno de reivindicações vinculadas ao espaço de moradia". (1987: 260)

Moisés (1978), escreve que no Brasil após a década de 30 até meados dos anos 60, os "movimentos sociais urbanos constituíram uma nova problemática na análise das relações de classe e, particularmente, na consideração da tradição das classes populares (...). Trata-se de problemas sociais novos (ao menos na literatura especializada) que, expressando contradições próprias das sociedades capitalistas, não aparecem, entretanto, diretamente pelo ângulo da oposição entre capital e trabalho. (...) Essa problemática surgiu na forma indireta dos efeitos dessas contradições, que se expressam no cotidiano das populações locais em sua condição de moradores, sejam operários, comerciários ou funcionários públicos. (...) se constituem pela busca de objetivos comuns, em classes populares".

E, **Véras e Bonduki** (1986) afirmam que todos movimentos sociais são movimentos de classe. "Nesse sentido, é que os movimentos sociais urbanos ganham destaque, pois a base espacial não lhes retira o caráter de movimentos das classes subalternas, com um determinado padrão de vida na cidade e lutando por seus direitos. (...)

Os movimentos urbanos são, pois, movimentos sociais, são manifestações das lutas de classe. As reivindicações desses movimentos incidem sobre bens relativos ao espaço de consumo (direito à moradia e à cidade: meios de consumo coletivos, equipamentos urbanos, etc.). Mas são mercadorias que se referem aos salários indiretos e que ajudam a desvendar a situação de

precariedade dos salários diretos".

Quadro XV - Relação dos movimentos sociais urbanos com as classes sociais de acordo com diversos autores

Classes Sociais	AUTORES					
	Gohn	Boschi	Castells	Jacobi	Moisés	Véras e Bonduki
movimento social urbano possui caráter de classe	X					X
movimento social urbano não possui caráter de classe		X		X	X	
movimento social urbano e classes sociais: processos distintos e inter-dependentes			X			
classes populares	X	X		X	X	
classes não populares	X			X		
heterogeneidade	X			X		
população na condição de moradores e consumidores	X	X		X	X	X

Cinco (Gohn, Boschi, Jacobi, Moisés e, Véras e Bonduki) dos seis autores que aparecem no Quadro XV, estão de acordo quanto ao fato que os movimentos sociais urbanos são constituídos por setores da população na sua condição de moradores e consumidores.

Quatro deste grupo de autores (Gohn, Boschi, Jacobi, e Moisés) observam que, na América Latina, especialmente no Brasil, estes movimentos são formados, principalmente, pelas classes populares. Mas Gohn e Jacobi, lembram que os movimentos sociais urbanos podem ser constituídos, também, pelos setores não populares da sociedade.

Gohn e Jacobi, estão de acordo sobre a característica de heterogeneidade dos movimentos sociais urbanos, mas diferem quanto ao sentido e alcance desta afirmação.

Para Gohn, esta heterogeneidade social ou pluriclassismo está relacionada a questões das demandas que envolvem camadas sociais diferenciadas, mas que incidem sobre determinados setores da sociedade. Desta forma, a heterogeneidade social não anula o caráter de classe dos movimentos sociais urbanos (para Veras e Bonduki, os movimentos sociais urbanos também, estão subsumidos nas lutas de classe).

Para Jacobi, entretanto, a heterogeneidade destes movimentos pode estar relacionada ao fato de que eles não possuem um caráter de classe definido.

Moisés, neste aspecto, concorda com Jacobi.

Castells, entende que os movimentos sociais urbanos são conexos e, ao mesmo tempo, distintos das classes sociais, isto é, existe uma inter-relação entre as duas instâncias, que embora as separe, mantém uma certa inter-dependência entre elas.

Em SINTESE:

Os movimentos sociais urbanos podem ser constituídos tanto pelas classes populares, quanto pelas não populares. No Brasil, particularmente, são as classes populares que compõem a maioria destes movimentos.

A população participa dos movimentos sociais urbanos na condição de moradores e consumidores. E a base social dos movimentos é heterogênea. 1. Disto decorre que os movimentos

sociais não possuem um caráter de classe definido, ou 2. Embora, em última análise - seja através da própria consciência da população, que se identifica enquanto classe ou, seja através das demandas, que podem coincidir ou colidir com os interesses de determinadas classes sociais - os movimentos sociais urbanos possuem sempre, um caráter de classe, ou 3. Desta forma, pode-se dizer que a relação entre os movimentos sociais urbanos e as classes sociais é caracterizada por uma certa interdependência, embora se mantenham como duas instâncias distintas.

5 - Objetivos e Significado Social

Os autores deste item são: Gohn, Boschi, Castells, Jacobi, Moisés e, Vêras e Bonduki.

Para **Gohn** (1985), os movimentos sociais urbanos questionam as "políticas estatais autoritárias" e "apresentam ou se baseiam num projeto mais geral da sociedade e superam a visão localista das reivindicações parciais".

No Brasil, por exemplo, os movimentos sociais urbanos "podem se constituir numa das vias possíveis da construção de um projeto democrático, abrangendo amplos setores da sociedade, uma contra-hegemonia dominante". (56)

Os movimentos sociais urbanos, brasileiros, que **Boschi** (1983) analisa, "a despeito de condições adversas possíveis, superam conjunturas imediatas, constituindo-se numa fonte constante de renovação, dinamismo e transformação social".

Castells (1983) adota um conceito de movimentos sociais urbanos, no qual seu objetivo é "the transformation of the institutionalized urban meaning against the logic, interest, and value of dominant class".

O autor dá o exemplo do Citizen Movement in Madrid, que, como movimento social urbano "emerged from the affirmation of urban use value in opposition to the capitalist city; from the search for space-based cultural communities in opposition to the technocratic city; and from defense of local autonomy and citizen participation against state centralism and bureaucratic politics. The crucial finding is that three dimensions must be connected and present to produce social change".

"... from time to time social movements will arise, challenging the meaning of spatial structure and therefore attempting new functions and new forms. Such the urban social movements, the agents of urban-spatial transformation, the highest level of urban social change".

Castells observa, entretanto, que a transformação social que estes movimentos almejam, ou são capazes de efetivar, se circunscreve ao interior das cidades. Porque, o movimento social urbano não tem um projeto para a sociedade em geral, já que este projeto envolveria fatores econômicos, sociais e políticos bastante complexos e internacionais.

Os movimentos sociais urbanos não podem ser "a social alternative, only the symptom of social limit, because the city it projects is not, and cannot be, connected to an alternative mode of production and development, nor to a democratic state adapted

to the world-wide processes of power. Thus urban social are aimed at transforming the meaning of the city without being able to transform society".

Jacobi afirma que, no Brasil, "a maior parte dos movimentos sociais urbanos não tem agido para transformar a sociedade, imprimindo-lhe um sentido novo, mas atua principalmente como grupos de pressão sobre o Estado para obter respostas às suas demandas". (1989)

Não se pode desconsiderar que "a maioria dos movimentos tanto na América Latina como especificamente no Brasil, traduzem principalmente uma luta pela redistribuição dos meios de consumo coletivo". (1987: 254)

"... um dos aspectos mais relevantes dos movimentos reivindicatórios urbanos tem sido o de cristalizar o significado da cidadania, não só em termos de conquistas materiais, mas principalmente, na constituição de uma identidade". (1989: 159)

Para **Moisés** (1978), os objetivos dos movimentos sociais urbanos, "que emergem da região da Grande São Paulo, entre o pós-guerra e os primeiros anos da década dos 60", "não se limitaram a expressar reivindicações de natureza econômico-corporativa, mas faziam referência também à aspirações políticas".

O sentido mais profundo destes movimentos "estava em que projetava, para a sociedade, uma possibilidade de imprimir um sentido popular à política (...)

O que os movimentos sociais urbanos faziam era reivindicar a ampliação da democracia".

Por isso, talvez se possa dizer que o principal significado dos movimentos sociais urbanos dos anos 50 e do início dos anos 60, esteja relacionado com um legado de participação popular que incluiu o desenvolvimento, no núcleo do sistema capitalista no Brasil, de uma tradição própria de intervenção na política, cujo eixo central era a afirmação da presença popular".

E, segundo **Véras e Bonduki** no Brasil, do período autoritário, a questão "da ausência da cidadania emerge, neste período, articulando a cassação dos direitos políticos com a negação do direito à cidade, confere-se assim às lutas urbanas um caráter mais amplo de busca da cidadania e pela democracia política e social. (...)

Embora as reivindicações imediatas dos movimentos continuaram a ser atomizadas e segmentadas - a luta por água e luz, pela regularização dos loteamentos clandestinos, pela posse da terra nas favelas - toda mobilização popular assim gerada, ganhava na conjuntura da segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80, um conteúdo político expressivo no movimento geral pela democratização. Por outro lado, a participação de amplas massas populares na luta contra o autoritarismo as transforma em agentes do processo político". (1986:65 e 66)

Quadro XVI - Objetivos e Significado social dos movimentos sociais urbanos

Objetivos Significado social	AUTORES					
	Gohn	Boschi	Castells	Jacobi	Moisés	Véras e Konduki
demandas urbanas específicas	X	X	X	X	X	X
demandas políticas/referidas à sociedade em geral/trans- formação social	X	X			X	X
transformação da estrutura urbana/ da cidade	X	X	X		X	X
construção e ampliação da democracia	X				X	X
construção da cidadania				X		X
população: agente político					X	X
não objetiva a transformação da sociedade como um todo				X		

Neste item os autores, exceto Castells, estão centralizando suas análises no Brasil, no período (exceto Moisés) da década de 70 e anos 80.

O objetivo dos movimentos sociais urbanos que aparece para todos autores: Gohn, Boschi, Jacobi, Castells, Moisés e, Véras e Konduki, é o atendimento das demandas urbanas ligadas ao "direito à cidade" (habitação, equipamentos e serviços urbanos de consumo coletivo).

Boschi e Castells deixaram isto mais claro no item dois deste capítulo.

Três destes autores (Gohn, Moisés, e, Veras e Bonduki) relacionam estas reivindicações localizadas à lutas gerais pela construção e ampliação da democracia. E Gohn, Roschi, Moisés e, Veras e Bonduki entendem que os movimentos sociais urbanos objetivam a transformação social, através de projetos políticos mais amplos.

Moisés e, Veras e Bonduki concordam sobre o significado social dos movimentos sociais urbanos, no sentido de propiciar a participação popular, tornando a população agente do processo político.

Para Jacobi e, Veras e Bonduki, os movimentos sociais urbanos são importantes na construção da cidadania.

Castells e Jacobi, ao contrário do primeiro grupo de autores, não atribuem aos movimentos sociais urbanos, o objetivo, ou a capacidade de produzir transformações mais amplas na sociedade. Para Jacobi, estes movimentos se limitam a exercer pressão sobre o Estado, a fim de serem atendidas as suas reivindicações; e para Castells, os movimentos sociais urbanos produzem mudanças na estrutura urbana, no interior das cidades, sem alterar, entretanto, a sociedade como um todo. Os demais autores, ao vincular as demandas localizadas à questões sociais gerais, não excluem, por isso, as mudanças estruturais no interior das cidades.

SINTESE:

Os movimentos sociais urbanos têm por objetivo o atendimento de reivindicações ligadas às carências por habitação, equipamentos e serviços urbanos de consumo coletivo, principalmente.

1. Têm, também, aspirações e projetos políticos mais amplos, que vão em direção aos objetivos de transformação do espaço urbano e da sociedade como um todo. Em determinados contextos históricos, estas lutas urbanas ganham o sentido de lutas políticas pela ampliação da democracia; ou 2. Têm, também, o objetivo de transformação da estrutura urbana, no interior das cidades; ou 3. Não possuem, entretanto, como preocupação central, o objetivo de transformação da sociedade.

O sentido mais profundo que os movimentos sociais urbanos possuem, é o de trazer para a cena política, as camadas populares - como agentes políticos. Podem também significar a construção e ampliação da cidadania.

CAPITULO V

MOVIMENTO POPULAR E MOVIMENTO POPULAR URBANO

Neste capítulo, colocaremos os movimentos populares junto aos movimentos populares urbanos, dividindo-os no interior dos itens, a fim de evitar que as, inevitáveis, repetições entre os diversos tipos de movimentos sociais tornem-se cansativas. Isto se justifica, também, porque os próprios autores, muitas vezes, usam os termos movimento popular, movimento popular urbano, e movimento social popular, numa mesma linha de argumentação, apenas alternando-os.

Os autores a que nos referimos são: Gohn, Touraine, Castells, Moises, Jacobi, Telles, Borja, Camacho, Brant, Singer e Lima.

1 - Definição e Características

1.1 - Movimento Popular

Em **Camacho** (1987), movimentos populares são "os que expressam interesses dos grupos populares". E são "manifestações da sociedade civil frente a sociedade política".

Lima (1982) tem uma concepção diferente da maioria dos autores aqui abordados, sobre o que entende por Movimento Popular.

Para ele, o Movimento Popular, possui tipos, entre eles o movimento social urbano.

"Denominamos Movimento Popular ao conjunto social de

segmentos organizados das classes populares. Basicamente este é constituído por:

- a) oposições sindicais-operários e das classes médias, urbanas e rurais;
- b) movimentos sociais urbanos;
- c) movimento camponês e indígena em defesa da posse da terra".

1.2 - Movimento Popular Urbano

Gohn (1985) afirma que movimento popular urbano é uma das "formas de participação que ocorre na sociedade civil", "que se dá no âmbito das classes populares e relacionados à problemática dos meios coletivos de consumo".

"Trata-se da abordagem de práticas coletivas desenvolvidas pelas classes populares, no conjunto das existentes na vida cotidiana, configurada pela condição dos indivíduos enquanto moradores e consumidores da cidade e determinada pelo conjunto das relações sociais, que estruturam a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho de uma formação social".

Entre as características principais destes movimentos está "o fato de se moverem fundamentalmente no terreno dado por contradições sociais no urbano".

Segundo **Borja** (1975), um dos tipos específicos de movimento urbano é o popular, isto é "aquellos que se dan en áreas urbanas de composición social homogénea, de carácter exclusivamente residencial y cuyo principal problema es el déficit generalizado y constant de equipamiento".

E, também, se "queremos abarcar todos los movimientos de las clases populares debemos tener en cuenta también aquellos de tipo 'marginal', que se refieren mucho más a una marginalidad ecológica que social (...) y los tipo 'interclasista' en los que participan las clases populares u son los que más a menudo plantean objetivos de tipo global sobre la estructura urbana y de tipo político respecto a la gestión".

Para o autor, todo movimento social (de qualquer tipo) são uma forma de "manifestación de contradicciones generadas por el mismo desarrollo de la sociedad".

Quadro XVII - Definição e Características dos movimentos populares e movimentos populares urbanos de acordo com diversos autores

Definição Características	1. Movimento Popular	Camacho	Lima	2. Movimento Popular Urbano	Gohn	Borja
manifestação da sociedade civil		X			X	
expressão de interesses das classes populares		X	X		X	X
população na condição de moradores e consumidores da cidade					X	
demandas relacionadas a equipamentos e meios de consumo coletivo					X	X
relacionados às contradições sociais					X	X

SINTESE/ANÁLISE:

O Quadro XVII não apresenta dificuldades para uma análise comparativa entre os autores, por isso, é possível fazer uma síntese de como eles compreendem que os movimentos populares e os movimentos populares urbanos, são definidos e caracterizados:

Os movimentos populares, urbanos ou não, são manifestações da sociedade civil, e sua base social é formada pelas classes populares.

Os movimentos populares urbanos, especificamente, estão inseridos nas contradições sociais do meio urbano e da sociedade em geral, e estão envolvidos em problemáticas relativas ao déficit dos meios e equipamentos urbanos de consumo coletivo. Neste sentido, a população que constitui estes movimentos, o faz na condição de moradores e consumidores.

2 - Fontes e Causas de emergência

Brant, Singer, Lima, Telles, Gohn e Jacobi são os autores que aparecem neste item.

2.1 - Movimento Popular

Para **Brant** (1980) os movimentos populares em São Paulo, década de 70, em sua maior parte, "foram organizados de forma defensiva (...).

O bloqueio dos canais institucionais de representação popular

- como os partidos políticos, as câmaras legislativas, os sindicatos e associações de massas - estimulou o uso dos laços primários de solidariedade na sobrevivência diária da população. (...) Foi em boa parte o desenvolvimento desses laços diretos entre pessoas, que confiavam umas nas outras, que deu origem a vários movimentos de base. (...) uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentava-se na confiança direta entre seus membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas.

O crescimento de vários movimentos populares em São Paulo vêm se dando através de tal conjunto de núcleos (...)

Não se pode no entanto, compreender a multiplicação desses movimentos se não se leva em conta o papel das instituições e de outros movimentos que abriram espaço para sua atuação (...) A Igreja, as instituições civis atentas aos direitos humanos, o MDB, o movimento estudantil....".

Singer (1980) escreve que "pode-se dizer que os movimentos sociais analisados neste livro (sindicato, CEB, movimento de bairro, movimento feminista, movimento negro) têm por origem contradições sociais que afetam a população trabalhadora de São Paulo".

"A história de cada um dos movimentos sociais, analisadas neste livro, revela que eles iniciam geralmente com a tomada de consciência das contradições existentes por parte de um pequeno grupo. Por iniciativa deste pequeno grupo se inicia um processo de mobilização, que vai paulatinamente se ampliando, (...)

A partir de um certo momento quando a mobilização conseguiu reunir um número suficiente de interessados, o movimento formula

suas reivindicações. (...)

Uma vez formalizadas as reivindicações, as lutas se desdobram, o número de pessoas que nelas participam cresce, até que vitórias - em geral parciais - são conquistadas".

"Os movimentos sociais da população trabalhadora são iniciados, em geral, por grupos limitados de pessoas, ideologicamente motivadas em se empenhar na defesa ativa dos interesses desta população. (...)

Constitui um traço comum de muitos destes movimentos a distinção entre 'organizadores' e os que formam as suas bases. Estas bases provêm do grupo social cujos interesses são defendidos pelo movimento. Tais interesses não são atendidos pela estrutura sócio-econômica vigente, o que dá lugar à contradição que motiva o movimento. A contradição preexiste ao movimento, muitas vezes por longo tempo. O movimento não surge espontaneamente tão logo a contradição se manifeste. Nem surge quando eventualmente, a contradição se agudiza, embora este fato torne mais favorável as condições objetivas para sua aparição e desenvolvimento. Um movimento social das classes exploradas é sempre resultado de um esforço deliberado, de uma 'iniciativa', que é tomada por pessoas, pertencentes ou não a estas classes, geralmente motivadas não apenas pela contradição específica mas por ideologias. (...)

Esta disponibilidade geral dos organizadores os distingue nitidamente da base, que é motivada pela contradição específica".

Segundo Lima (1982), através "de um processo que ainda permanece pouco conhecido, surgiu, possivelmente a partir de 1969,

uma progressiva articulação das classes populares. (...)

A principal força de estímulo a este trabalho foi o movimento Católico de base, através das CEBs e da pastoral popular. Estes últimos parecem ter sido a fonte energética deste grande processo. Outros elementos influíram ao lado desta força principal, tal como a autocritica das esquerdas depois da falência da guerrilha, o trabalho de organizações políticas que não se engajaram na luta armada, e a própria democracia".

E, **Telles** (1987) argumenta que, no Brasil da década de 70, "é possível dizer que os conflitos em torno dos quais os moradores se articulam não podem ser derivados de forma imediata das condições objetivas onde, é certo, se ancoram. Aparecem como acontecimentos vividos, cujo significado não vem de nenhuma racionalidade externa ao tempo político de seu aparecimento e, sobretudo, às práticas e aos discursos através dos quais se constituem e assumem sentido reconhecível. (...)

Não negamos a existência das chamadas determinações gerais. Estrutura econômica, crise, Estado, classes, exploração, espoliação urbana são fenômenos que, através das categorias que as explicam, tornam-se referências fundamentais. Não existem, no entanto, (...) 'por cima das cabeças das pessoas'. As contradições existentes numa sociedade concreta são vivenciadas em tempos e lugares, momentos e espaços que se tornam condição para experiências singulares. Não há contradição, portanto, que se manifeste de maneira geral. (...)

Dessa forma, pensar a constituição dos trabalhadores como sujeitos, exige elucidar o tempo, o lugar e os acontecimentos em torno dos quais sua experiência é construída.

A partir da reconstrução desse período, é possível dizer que, na vivência e interpretação da experiência da privação e da exclusão que funda o solo objetivo no qual estão ancorados esses movimentos, havia a incorporação das questões postas pelos anos 70 por conta da presença da gente (...) ligada à esquerda católica (...); ex-militante de esquerda (...), articulada com organizações de esquerda (...); militantes operários (...), das comunidades eclesiais de base. São vários os personagens, sujeitos de experiências vividas em tempos e espaços diferenciados, que se encontram e se cruzam e interagem na constituição desses movimentos enquanto tal, armando, por essa via, uma teia de significados - que não são e nem poderiam ser únicos, homogêneos, unívocos.

2.2 - Movimentos Populares Urbanos

Gohn (1985) acredita que "... a resposta às indagações sobre a origem dos movimentos populares urbanos, deverão ser buscadas nos dois planos: estrutural e conjuntural. (...)

Do ponto de vista estrutural, a origem dos movimentos populares urbanos deve ser buscada nas contradições do sistema capitalista. (...) o capitalismo via a necessidade de equipamentos coletivos de consumo e, ao mesmo tempo, limita quantitativa e qualitativamente sua produção. (...)

A problemática da origem dos movimentos populares deve ser pensada também a partir das condições geradoras de mobilização popular. Dentre estas condições as necessidades não satisfeitas,

geradoras de reivindicações, são um dos pontos centrais da questão".

"As péssimas condições de vida das classes populares no Brasil nas últimas décadas, aliadas à crise de participação através dos canais tradicionais, tais como partidos e sindicatos, impostos pelo regime político vigente, abriram espaço para a emergência de formas novas de manifestação e participação popular no urbano, nos quais se destacam os movimentos populares urbanos".

"Os movimentos populares urbanos não têm existência própria independente. Eles são fruto e se constituem numa relação com o Estado, a Igreja ou outra entidade da sociedade civil".

E, para **Jacobi**, no Brasil, a eclosão dos movimentos populares urbanos "revela tanto a construção de uma identidade coletiva quanto uma resposta a carência, assim como ao desenvolvimento de novas formas de participação política em face das transformações do Estado".

Entretanto, a elaboração em torno das carências não se coloca somente no plano objetivo, sendo necessário refletirmos em termos de sua dimensão subjetiva e seus reflexos na eclosão das reivindicações coletivas. (...) Neste processo (...) deve-se destacar a mediação exercida por agentes externos às classes populares (...) por um lado, os grupos de profissionais (...), por outro lado, o apoio da Igreja (CEBs e agentes pastorais) (...) e militantes de alguns partidos (como P.T.)" (1987:262)

"A história de muitos dos movimentos populares mostra que sua origem está estreitamente relacionada com a agudização de um problema cuja solução está diretamente relacionada com a

reprodução da sua força de trabalho. Os movimentos urbanos vividos pelos habitantes das grades cidades decorrem da crescente incapacidade de a organização social capitalista assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessário à vida cotidiana dos moradores". (1983: 151)

Quadro XVIII - Fontes e Causas de emergência dos movimentos populares e movimentos populares urbanos

Fontes Causas	AUTORES							
	1. Movimento Popular	Brant	Singer	Lima	Telles	2. Movimento Popular Urbano	Gohn	Jacobi
carência de meios de consumo coletivo			X		X		X	X
contradições sociais			X		X		X	X
conjuntura política		X		X	X		X	
núcleos organizativos		X			X		X	X
presença de agentes externos		X	X	X	X		X	X
tomada de consciência			X				X	X
fatores subjetivos					X			X
Estado							X	X

Os autores que aparecem no quadro XVIII são unâimes em afirmar que, tanto para os movimentos populares, quanto para os movimentos populares urbanos, a presença de agentes externos, é importante para explicar a sua emergência.

Brant, Lima, Telles (movimento popular) e Gohn (movimento popular urbano) ressaltam o papel da conjuntura política na ocorrência destes movimentos, como por exemplo, para o caso brasileiro na década de 70, a ausência de canais de representação e participação popular.

Singer, Telles (movimento popular), Gohn e Jacobi (movimento popular urbano) atribuem como fator que dá origem aos movimentos em questão, a carência social, principalmente de equipamentos e serviços de consumo coletivo. Estes mesmos autores, também, estão de acordo ao entenderem que as contradições sociais, geradoras das carências, constituem as causas fundamentais da emergência dos movimentos populares e movimentos populares urbanos.

Singer (movimento popular), acrescenta que não é suficiente a existência destas contradições, é preciso que haja a consciência das mesmas. Gohn e Jacobi, nos capítulos III e IV - para movimentos sociais e movimentos sociais urbanos - desenvolvem uma argumentação similar, fazendo-nos supor que os autores concordariam com Singer, sobre a importância da consciência da população sobre as contradições sociais (ou de seus direitos - para Jacobi), no desenvolvimento dos movimentos populares (urbanos).

Os fatores subjetivos, na explicação dessa emergência, é ressaltada por Telles e Jacobi.

Gohn coloca o Estado como um dos elementos propulsores dos movimentos populares urbanos. Jacobi, nos capítulos anteriores, também frisa a sua importância, para os movimentos sociais em geral.

E, Brant, sugere que a existência de núcleos de organização local, anterior ao próprio movimento popular, favorece o seu desenvolvimento. O que também é indicado por Telles, Gohn e Jacobi (os dois últimos para movimentos populares urbanos).

SINTESE:

A formação dos movimentos populares e movimentos populares urbanos, está vinculada às carências sociais, que as classes populares experimentam em seu cotidiano. As contradições sociais são as causas fundamentais destes movimentos.

é necessário, entretanto, que haja a consciência destas contradições, e isto pode ser favorecido pela existência de núcleos de organização no local e, também, pela presença de agentes externos.

Para que se compreenda a emergência dos movimentos populares e dos movimentos populares urbanos, é preciso que se leve em conta os fatores subjetivos - isto é, a forma de elaboração da população sobre a experiência de carências - bem como, o papel do Estado e a conjuntura política do momento e do contexto histórico determinado.

3 - Relação com o Estado e Partidos Políticos

Os autores Lima, Camacho, Gohn, Castells e Jacobi abordam a relação entre os movimentos populares (urbanos), o Estado e os partidos políticos.

3.1 - Movimento Popular

a.) Relação com o Estado

Lima (1982), analisando o caso brasileiro, diz que a "própria existência - ao nível atual - do Movimento Popular já obriga a uma reformulação dos modelos sociais de dominação. é idealismo pensar que o movimento possa crescer sem alterar a conjuntura, pois o seu crescimento é um dado conjuntural e altera todas as relações políticas".

Esta alteração, pode se dar, no sentido da "reestruturação da dominação". "A reestruturação da dominação é também uma resposta ao crescimento do movimento popular.

Nesta reestruturação estão presente os riscos de desvitalização e de subordinação do próprio movimento".

E, em **Camacho** (1987) "... o movimento popular se constitui quando os movimentos sociais populares convergem dinamicamente às suas lutas pela transformação do Estado".

b.) Relação com partidos políticos

Camacho (1987) destaca "que a relação do movimento popular com cada tipo de partido é diferente. No caso dos partidos que não se propõem à substituição das classes no poder, os movimentos populares podem ter maior ou menor influência, mas por definição não haverá coincidência entre os objetivos do partido e os do

movimento. Esta coincidência pode tornar-se possível com aqueles partidos que se propõem substituir as classes dominantes, partidos chamados, em geral, de revolucionários.

3.2 - Movimento Popular urbano

a.) Estado

Segundo **Gohn** (1985) os movimentos populares urbanos "são frutos e se constituem numa relação com o Estado".

"Se, por um lado, o antagonismo definido dos movimentos populares é o capital e seu movimento, sendo este o verdadeiro universal da problemática; por outro, a forma aparente, do falso universal, o antagonismo imediato é em relação ao Estado. (...)

O Estado ao responder as reivindicações dos movimentos populares, atendendo às demandas por equipamentos coletivos, promove uma ajuda financeira ao capital (através de um salário indireto para a acumulação), e procura neutralizar o conflito de classe".

A contra-resposta dos movimentos populares se dá nas políticas sociais, via atuação no processo de distribuição, como atenuador das diferenças e desigualdades existentes".

Castells (1983) considera que o Estado possui um papel marcante no desenvolvimento dos movimentos populares urbanos, enquanto definidor de suas possibilidades e limites.

Ao se referir aos studies of Mission Neighbourhood 1967-1973 and the gay community in San Francisco, o autor julga que "A more important obstacle for the effective merger of the different

identities into a popular movement was the desire of other community leaders to maintain the definition of each group in such a way that the established channels of representation could still function vis-à-vis the state institutions. In this context, what has really seemed decisive in the experience of community organizing in the Mission, as well as in America in general, was that local, state, and Federal governments set up the basic framework defining social interests. That framework was generally accepted by most social actors despite the fact that the underlying social structure was functioning along contradictory lines defined by specific interests.

In other words, if people are defined by the state as latins, gays, blacks, women, Asians, conservacionist, drug addicts, dropouts, juvenils, Moonies, or middle class, there is no other way. (....)

By equalizing all identities as single definitions, and redistributing the cards among all the players who are socially redefined as individual players, the state is actually undoing the social structure, and restructuring it according to the model of free market where, potentially, all political trade-offs are possible. (....)

What remains from people's efforts is a series of scattered fragments: some programmes, many different grass-roots groups, a place to live, and the right to keep their identity".

O Estado, desta forma, realiza algumas redistribuições, de acordo com seus próprios "programas", "without challenging the operation of the system".

E, **Jacobi** (1986) afirma que, no Brasil, com "as mudanças que ocorrem a partir de 1983, no quadro político-institucional do país, os movimentos populares passam a enfrentar efetivamente a permanente tensão entre a inovação e a sua institucionalização. O aspecto inovador pode ser visto quanto a sua relativa autonomia face ao Estado, (...). a institucionalização representa basicamente a perspectiva de negociar e interagir com o Estado"

b.) Partidos Políticos

Para **Gohn** (1985), os movimentos sociais, de forma geral, e os partidos políticos são "formas de expressão diferentes", mas que, na realidade, "encontram-se inevitavelmente articulados pelas próprias lideranças ou pela concepção político-ideológicas que professam".

Os movimentos sociais populares, especialmente, "necessitam se articular aos partidos políticos (...) como a única alternativa capaz de aglutinar e levar as lutas populares a um projeto de transformação social".

Quadro XIX - Relação dos movimentos populares e movimentos populares urbanos com o Estado e partidos políticos de acordo com diversos autores

Estados Partidos Políticos	AUTORES						
	1. Movimento Popular	Li- -ma	Cama- -cho	2. Movimento Popular Urbano	Gohn	Cas- tells	Jaco- -bi
a. Estado							
movimento: modificação no interior do Estado; influência nas políticas sociais		X	X		X	X	X
Estado: influi nos movimentos		X			X	X	X
não há alteração do sistema social, como um todo						X	X
transformação total ou parcial do Estado		X	X		X		
Estado: propulsor dos movimentos					X		X
relação antagônica					X		
autonomia							X
b. Partidos Políticos							
inter-relação			X		X		

Os cinco autores (Lima, Camacho, Gohn, Castells e Jacobi) do Quadro XIX, com diferentes argumentações, concordam que os movimentos populares e os movimentos populares urbanos exercem alguma influência na esfera política, principalmente no interior do Estado, na reelaboração de políticas sociais.

Quatro deles (Lima, Gohn, Castells e Jacobi) entendem que, também o Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento destes movimentos. Jacobi fala de negociação, Castells frisa de forma contundente, que o Estado determina os limites e as possibilidades destes movimentos, Lima chama a atenção para os riscos de desvitalização, e Gohn discute a absorção das demandas pelo Estado, neutralizando os conflitos de classe.

Para Gohn, o Estado é o propulsor dos movimentos populares urbanos. E a relação entre eles é caracterizada pelo antagonismo. Jacobi, nos capítulos anteriores, também tem afirmado sobre a importância do Estado na gênese dos movimentos sociais em geral.

Castells entende que, apesar de causar mudanças no interior do Estado, os movimentos populares urbanos não alteram o sistema social como um todo. Castells, demonstra que o Estado atende as reivindicações que não lhe alteram a própria lógica. Jacobi manteve argumentos semelhantes nos capítulos anteriores e Gohn mostra que, no atendimento destas demandas, o Estado e o sistema social saem fortalecidos. Lima também, aborda o risco da reestruturação da dominação através das mudanças na conjuntura social e política, que os movimentos provocam.

Camacho e Lima, por sua vez, entendem que o Movimento Popular transforma parcial ou totalmente o Estado. Neste ponto, é preciso esclarecer que, para estes autores, o Movimento Popular é constituído pelo conjunto de movimentos sociais populares. Gohn, em suas discussões, deixa transparecer que os movimentos sociais urbanos podem chegar a provocar diferentes níveis de transformação no interior do Estado.

Por fim, Jacobi diz que uma das possibilidades da relação entre os movimentos populares urbanos e o Estado, é a da autonomia dos primeiros em relação ao segundo.

Quanto aos partidos políticos, Camacho e Gohn, também, com argumentações diferentes, concordam que eles mantêm uma inter-relação com os movimentos populares (Camacho) e movimentos populares urbanos (Gohn).

SINTESE:

Os movimentos populares/movimentos populares urbanos e o Estado influenciam-se mutuamente.

O Estado delimita os objetivos e o campo de ação destes movimentos, e também é o propulsor dos mesmos.

Os movimentos modificam esferas estatais e influenciam na adoção e/ou modificação de políticas sociais.

1. Entretanto, estas modificações podem não provocar a modificação do sistema social como um todo, vindo mesmo a reforçá-lo, ou 2.) Estas modificações podem chegar a causar transformações sociais parciais ou globais.

Para alguns autores, a relação entre os movimentos populares urbanos e o Estado é caracterizada pelo antagonismo.

E, embora se inter-relacionando, os movimentos populares urbanos podem buscar e manter sua autonomia em relação ao Estado.

Esta inter-relação também está presente na relação dos movimentos populares e movimentos populares urbanos com os partidos políticos. Sendo que o caráter da relação depende das concepções político-ideológicas de cada um. De toda forma, os

movimentos populares urbanos podem lançar mão dos partidos para levar adiante seus objetivos políticos.

4 - Relação com as classes sociais

Estão incluídos neste item os seguintes autores: Camacho, Lima, Touraine, Gohn e Jacobi.

4.1 - Movimento Popular

Segundo **Camacho** (1987) "A dinâmica do povo em movimento, ou seja, dos movimentos populares, não pode ser entendida sem referência a classe".

"A constituição do movimento popular representa uma etapa superior nas lutas do povo".

Os movimentos populares podem ser classistas ou pluriclassistas (entre outros tipos).

"No fundo de toda reivindicação popular, encontramos as contradições de classes (...). A principal determinação do movimento popular assim concebido é a classe social. Isto significa que, levados as suas explicações mais profundas, as contradições do movimento popular ou movimentos populares com seus inimigos desembocam necessariamente em contradições de classe(...)"

A constituição recíproca do movimento determinado pela luta de classes, e da classe envolta na luta do movimento popular".

E, para Lima (1982) "... as classes populares existirão ainda, talvez por muito tempo, no âmbito de uma sociedade dividida em classes, e a sua autonomia política é fundamental ao exercício de sua função. O movimento popular não é antagônico à sociedade no seu conjunto, e seus interesses são também interesses de outras classes, com as quais o movimento deve manter aliança. Possui portanto, aliados e adversários".

4.2 - Movimentos Populares Urbanos

Na América Latina, segundo Touraine (1989), os movimentos operário e popular se entrecruzam num mesmo movimento, diluindo o seu caráter de classe.

"Assim se constitui uma forma de ação sócio-política característica das sociedades latino-americanas. Movimento operário, mas também popular, desenvolvendo uma ação reivindicatória mas também comunitária, na qual a consciência de classe se mistura com uma defesa ética, religiosa, dos pobres e com uma rejeição global de uma ordem social" ...

Já, para Gohn (1985) "Os movimentos sociais populares urbanos aludem as manifestações coletivas emanadas das camadas sociais, que se encontram numa situação de exploração e expropriação no plano da estrutura econômica, de subordinação no plano da política e, conseqüentemente, de espoliação no plano da vivência cotidiana em seus locais de moradia".

Estes movimentos "expressam interesses de camadas diferenciadas cuja unidade é dada no plano da política. É na qualidade de moradores que reivindicam seus direitos de cidadãos,

e não de produtores".

"... a noção de classes populares não anula; não substitui, a de classe operária. Ao contrário, é uma das formas de expressão, no plano das manifestações fora da unidade produtiva propriamente dita".

Para a autora, os movimentos sociais têm "sempre um caráter de classe".

E, **Jacobi** (1986) entende que os movimentos populares urbanos, formam sua identidade coletiva na própria "dimensão do cotidiano e do local de moradia, não tendo a maioria dos movimentos qualquer expressão política significativa em torno da identidade imediata de classe".

Quadro XX - Relação dos movimentos populares e movimentos populares urbanos com as classes sociais, de acordo com diversos autores

Classes Sociais	AUTORES						
	1. Movimento Popular	Lima	Camacho	2. Movimento Popular Urbano	Gohn	Touraine	Jacobi
constituído pelas classes populares		X	X		X	X	X
condição de morador					X		X
possui caráter de classe			X		X		
não possui caráter de classe		X				X	X

O debate que aparece no Quadro XX, ocorre entre as posições dos autores Camacho, e Gohn, por um lado e, Touraine, Jacobi e Lima, por outro. O primeiro grupo de autores considera que os movimentos populares e movimentos populares urbanos possuem um caráter de classe definido. Enquanto que o segundo grupo considera que os movimentos populares e, movimentos populares urbanos não expressam as lutas de classe.

Embora Gohn e Jacobi estejam em posições contrárias, no quadro, quanto ao caráter, ou não, de classe dos movimentos populares urbanos, coincidem ao afirmarem que a população que participa destes movimentos, o fazem na condição de moradores.

É desnecessário dizer que os movimentos populares são constituídos pelas classes populares.

Porém, também neste aspecto existem algumas diferenças entre os autores que estamos tratando.

Moisés, por exemplo, entende que no interior das classes populares somam-se os operários industriais, os assalariados do aparato burocrático e os profissionais liberais. (1978: 425)

Boschi, coloca, de forma separada, os membros dos movimentos populares como sendo os "favelados" e as classes populares (1987: 56)

Boschi e Valladares, separam os setores populares da classe operária. (1983: 129)

Singer não usa o termo movimento popular, mas movimento da "gente pobre", movimento da "população trabalhadora", ou movimento das "classes subordinadas".

E, para Gohn, o "padrão de desenvolvimento estrutural da

indústria no Brasil (...) gerou também uma estrutura de classes específica. (...)

... o conceito de classes populares surge como uma necessidade histórica de se elaborar uma categoria que desse conta do movimento concreto da realidade. Este movimento gerou, como consequência, uma estrutura de classes na qual o operariado industrial não é o setor mais desenvolvido do ponto de vista quantitativo, na composição da força de trabalho. (...)

A necessidade de outro conceito advém de determinações objetivas, que emanam das classes subordinadas, mas que não se situam diretamente na esfera econômica da produção propriamente dita - da fábrica - embora sejam configuradas por este. (...)

Classes populares é uma noção que se refere a manifestações concretas das classes subordinadas no plano político, basicamente através dos movimentos sociais (...)

As classes populares são portanto aquelas camadas que vivem uma condição de exploração e de submissão dentro da sociedade". (1985: 70 a 72)

5 - Objetivos e Significado Social

Para este item foram selecionados os seguintes autores: Camacho, Telles, Lima, Gohn, Singer, Jacobi e Moisés.

5.1 - Movimento popular

Para **Camacho** (1987), o objetivo do movimento popular é mais radical do que a dos movimentos sociais populares, pois "o movimento popular se constitui quando os movimentos sociais populares convergem dinamicamente a suas lutas pela transformação do Estado, e pelos termos da ordem social, tratando de destruir o sistema de dominação e exploração".

Os movimentos sociais populares possuem "reivindicações parciais" que são capazes de produzir "alguma modificação na tomada de decisões no interior do Estado. Mas, quando se constitui o movimento popular, a reivindicação política já não é parcial, mas total. Tende a uma transformação global do Estado, em benefício do movimento popular".

Segundo **Telles** (1987), no Brasil após os anos 70, "é possível pensar a importância dos movimentos populares enquanto possibilidade de abertura de espaços públicos através dos quais o conflito aparece enquanto acontecimento, seus protagonistas ganham figurações reconhecíveis e os moradores constituem sujeitos na luta por seus direitos".

E **Lima** (1982), afirma que, no Brasil, "o papel histórico do movimento, nesta fase do processo de emancipação das classes dominadas, é aquele de refundar o Estado brasileiro, construindo uma sociedade política na qual as classes populares participem como sujeitos políticos (...) como condição para posteriores transformações sócio-políticas necessárias".

5.2 - Movimentos Populares Urbanos

Gohn (1985) atribui como uma das características dos movimentos populares urbanos, o fato de serem "movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida no meio urbano; pelo acesso popular aos meios coletivos de consumo".

Os movimentos populares urbanos contemplam tanto a possibilidade de transformação quanto a de "legitimação e amortecimento dos conflitos".

Singer (1980), ao tratar dos movimentos das classes trabalhadoras de São Paulo, afirma que suas lutas "têm em comum o objetivo de alterar essas estruturas que travam suas possibilidades de auto realização".

O significado básico destes movimentos é o de ampliar o espaço de participação da "gente pobre".

"Em suma, os movimentos sociais da gente pobre de São Paulo (assim como os de outros lugares) implicam basicamente na luta por maior participação".

Cada vez que trabalhadores fazem greve, cada vez que mães de famílias operárias ocupam um escritório da prefeitura, cada vez que uma demonstração de massas interrompe o trânsito, a hegemonia da classe dominante é posta em questão e membros da classe dominada tendem a tomar seu próprio destino nas mãos. É este o sentido mais profundo dos movimentos sociais das chamadas "classes subordinadas", a recusa à subordinação".

Jacobi (1987) irá questionar, novamente, a capacidade de os movimentos sociais, em suas diferentes formas, e no caso da

América Latina, especialmente Brasil, provocarem transformações sociais profundas.

"... a heterogeneidade dos movimentos populares urbanos e suas contradições internas (...) coloca em xeque a noção dos movimentos como agentes de transformações".

Estes movimentos são, principalmente uma resposta à carência, e assim seu objetivo é o atendimento de suas reivindicações como a redistribuição dos meios de consumo coletivo.

Todavia "no conjunto dos movimentos se criam laços de sociabilidade e se questiona a qualidade da intervenção estatal".
(1983: 151)

E, para Moisés (1978), "No quadro da democracia brasileira do pós-guerra, os movimentos populares que emergiram colocando simultaneamente, a questão social, a questão do desenvolvimento e a questão nacional, faziam referência direta às condições de participação das classes populares no próprio regime democrático., tinha o claro caráter de uma reivindicação da ampliação do espaço social e político em que se moviam estas classes e que, portanto, influenciavam e afetavam as próprias condições mais gerais em que os movimentos que os expressavam podiam ocorrer".

Quadro XXI - Objetivos e significados dos movimentos populares e movimentos populares urbanos de acordo com diversos autores

Objetivos Significado	AUTORES								
	1. Movimento Popular	Camacho	Telles	Lima	2. Movimento Popular Urbano	Gohn	Singer	Jacobi	Moisés
atendimento de demandas específicas/ meios de consumo coletivo		X	X	X		X	X	X	X
transformações globais no Estado e sistema social		X		X		X	X		
mudanças parciais		X				X	X	X	X
não produz transformações sociais								X	
risco de legitimação do sistema social				X		X			
abertura/ampliação do espaço público/ político às classes populares			X	X			X		X

Os autores salientam três principais objetivos e significado social dos movimentos populares e movimentos populares urbanos:

1º - Quatro autores (Camacho - movimentos populares, Gohn, Singer e Jacobi - movimentos populares urbanos) concordam que estes movimentos lutam para serem atendidos em suas reivindicações circunscritas ao espaço de moradia e às carências sociais. É de se supor que, embora não explicitamente, todos os demais autores, corroboram esta afirmação.

2º - Seis autores (Camacho, Lima - movimentos populares, Gohn, Singer, Jacobi e Moisés - movimentos populares urbanos), entre os

sete citados, consideram que os movimentos em questão, têm por objetivo, ou são capazes de produzir algum nível de transformação social (do Estado e do sistema social). Para Camacho, Lima, Gohn e Singer, estas transformações podem ser globais. Para Camacho, Gohn, Jacobi, Singer, e Moisés haveria mudanças parciais (Camacho, aqui está se referindo à diferença que introduz entre movimento popular e movimentos sociais populares).

Jacobi, inclusive, questiona a possibilidade de os movimentos populares urbanos brasileiros serem capazes de agir na direção de transformações sociais mais profundas.

Gohn, lembra também, que as ações dos movimentos populares urbanos podem ter o sentido da legitimação do sistema social; no item três deste capítulo, Lima também cita este risco ao analisar a relação dos movimentos populares com o Estado; e,

32 - Quatro autores - Telles, Lima (movimentos populares), Singer e Moisés (movimentos populares urbanos) - atribuem a estes movimentos um sentido de abertura ou ampliação do espaço público/político à participação das classes populares, enquanto agentes políticos.

SINTESE:

Os movimentos populares e movimentos populares urbanos possuem dois grandes objetivos: 1) obter melhorias nas condições de vida das classes populares, por meio de atendimento de suas carências sociais (principalmente através da reivindicação por moradia e equipamentos e serviços de consumo coletivo); e 2)

alcançar algum nível de transformação social.

1. estes movimentos podem, inclusive, alcançar a transformação global do sistema social, ou 2. embora não se possa afirmar que estes movimentos cheguem a produzir transformações sociais mais profundas, ou 3. apesar disto, estes movimentos podem obter um resultado contrário, ou seja a legitimação do sistema social.

O significado social dos movimentos populares e movimentos populares urbanos, está em abrir e ampliar o espaço público e político para a participação das classes populares.

CAPITULO VI

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Estudar os novos movimentos sociais através dos autores selecionados, oferece alguns problemas.

Primeiro, porque muitos autores se referem aos novos movimentos sociais, sem denominá-los desta forma, escrevendo simplesmente, movimentos sociais recentes, ou, para o caso do Brasil, movimentos sociais surgidos a partir da década de 70, por exemplo.

Por isso, algumas vezes, é preciso partir das características que o autor aponta, para decidir colocá-los como novos movimentos sociais, ou no capítulo dos movimentos sociais.

Segundo, porque, como é de se supor, os movimentos sociais e os novos movimentos sociais têm muitos aspectos em comum. Eles se diferem, principalmente, quanto às suas relações internas e com o Estado e poder político.

Com estas ressalvas e assumindo possíveis confusões nas denominações, que nos foram difíceis distinguir, iremos trabalhar como os seguintes autores: Touraine, Scherer-Warren, Gohn, Sader, Viola e Mainwaring, Kärnen, Camacho, Frank e Fuentes, Vêras e Bonduki, Vigevani, Boschi, Cruz, Melucci, Gutiérrez, Jacobi, Telles e Brant.

1 - Definição e Características

Neste item os autores Touraine, Scherer-Warren, Viola e Mainwaring, e, Vêras e Bonduki, arrolam, sobretudo, características dos novos movimentos sociais. Provavelmente, isto ocorre porque a definição geral dos novos movimentos coincide com a dos movimentos sociais.

Segundo Touraine, na América Latina, as principais características dos novos movimentos sociais são: menor controle por parte do Estado, autogestão e autonomia; abordagem de questões mais amplas que as relacionadas aos conflitos de trabalho; demandas sociais, culturais e políticas.

"... os países da América Latina vivem uma crise de uma extrema violência e (que) alguns deles estão acabando de sair de uma ditadura ou estão ameaçados de decomposição".

Neste contexto "se forma uma capacidade de ação coletiva que pode ser chamada de movimento social, em um lugar que não se situa mais no interior das intervenções de um Estado nacional populista, e que não é também o lugar dos conflitos do trabalho, como nas sociedades industriais propriamente ditas. (...)

A força e a fragilidade dos atores sociais e políticos na América Latina são o fato de que eles penetram no espaço político e de que, ao mesmo tempo, defendem as suas raízes culturais e são portadores de movimentos sociais. É esta miscibilidade, esta mescla de demandas culturais, sociais e políticas que é sublinhada, (...) pelos que falam de novos movimentos sociais".

(1989: 284)

Os novos movimentos sociais (populares) buscam a autogestão, o que significa "uma vontade de defesa coletiva contra a dominação dos aparelhos". (citado por Scherer-Warren, 1983: 53)

Estes movimentos "entendem ser independentes das forças políticas e criar por si mesmos o seu próprio sentido, em lugar de por isso se submeter a intelectuais e a aparelhos". (citado por Scherer-Warren, 1983: 56)

Para Scherer-Warren (1987) os novos movimentos sociais estão voltados contra formas de opressão "bem mais amplas do que os antagonismos que ocorrem no mundo das relações de produção".

Por isto, a identidade dos novos movimentos sociais, se dá pelo "reconhecimento do povo (num sentido mais abrangente do que classe proletária) das condições materiais do capitalismo contemporâneo e de suas variadas e sobrepostas formas de opressão".

No Brasil, especialmente, os novos movimentos sociais têm as seguintes características: menor controle pelo poder político; participação interna direta; autonomia frente ao Estado e partidos políticos e; noção de cidadania como um direito.

"Entre os movimentos que vêm assumindo esse caráter novo em suas formas de atuação pode-se destacar para o Brasil, parcela dos movimentos sociais urbanos propriamente ditos, as CEBs, (...), o novo sindicalismo urbano e, mais recentemente também o rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista em fase de organização, setores do movimento de jovens e outros. (...)

Estes novos movimentos se caracterizam por suas lutas para

romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta nas bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base do movimento. Defendem sua autonomia frente ao Estado e partidos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de um capitalismo particularmente excludente".

Viola e Mainwaring (1987) entendem que os novos movimentos sociais "orientam-se por critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organização horizontal".

Para **Véras e Bonduki** (1986) os novos movimentos sociais possuem "a concepção de que os setores populares devem se organizar para agir diretamente, sem a intermediação de quem quer que seja, valorizando-se os princípios de participação, união, solidariedade, democracia, mobilização popular e autonomia frente ao Estado, políticos e partidos".

Segundo **Camacho** (1987) a denominação novos movimentos sociais "se refere à circunstância de que apareceram, nos últimos anos na sociedade civil, autores que anteriormente não se manifestavam (...). Entre os novos movimentos estão os feministas, ecológicos, pacifistas, religiosos-populares e as chamadas organizações de base".

E, **Frank e Fuentes** (1989) desenvolvem uma argumentação particular à respeito dos novos movimentos sociais. Isto é, para os autores, estes movimentos denominados de novos, na verdade são muito antigos, e têm ocorrido ao longo da história, e os

movimentos sociais "clássicos", ao contrário, surgiram recentemente, como consequência do capitalismo industrial.

"..., os movimentos 'clássicos' da classe trabalhadora e sindicais surgiram principalmente no século passado e, com o passar do tempo parecem ser mais um fenómeno transitório relacionado com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Por outro lado, os movimentos camponeses, de comunidades locais, étnicos/nacionalistas, religiosos e até de mulheres/feministas existiram durante séculos e até milénios em muitos lugares do mundo. Mas hoje em dia, muitos destes movimentos são comumente denominados de 'novos', embora a história europeia conte com numerosos movimentos sociais ao longo da história. (...)

Só os movimentos ecológicos/verdes e os pacifistas podem ser chamados legitimamente de 'novos', e isto porque respondem a necessidades sociais que foram geradas mais recentemente pelo desenvolvimento mundial. (...)

Os movimentos 'clássicos' da classe trabalhadora, dos operários e dos sindicatos podem ser vistos agora como movimentos sociais especiais, que surgiram e continuarão surgindo em lugares e épocas específicas. (...) Portanto, os movimentos operários, que foram erroneamente denominados como movimentos sociais 'clássicos', devem ser vistos como fenómeno recente e temporário".

Quadro XXII - Característica dos novos movimentos sociais de acordo com diversos autores

Características	AUTORES			
	Touraine	Scherer- -Warren	Viola e Mainwaring	Véras e Bonduki
menos controlado pelo poder político	X	X		
autonomia frente ao Estado e partidos políticos	X	X		X
autonomia frente aos agentes externos	X			X
autogestão	X			X
democracia interna		X	X	X
relação baseada na afetividade, participação, solidariedade e vida comunitária			X	X
demandas sociais, culturais e políticas	X			
noção de cidadania		X		
englobam questões mais amplas que as da relação de produção	X	X		

No Quadro XXII não aparece um debate entre os autores, mas sim, uma série de características dos novos movimentos sociais.

Todavia, há três pontos a destacar:

1º - Colocamos separadamente, a característica de os novos movimentos sociais serem menos controlados pelo poder político, e a característica de estes movimentos buscarem sua autonomia frente a estes poderes, particularmente, frente ao Estado e aos partidos

políticos.

Os autores Touraine e Scherer-Warren estão colocados nas duas posições e, o autor Vêras e Bonduki somente na segunda.

Isto porque, entendemos que existem dois fatos diferentes:

1) os novos movimentos sociais estão menos sujeitos ao controle do Estado, principalmente, porque os objetivos destes movimentos não colidem, de forma imediata, com a estabilidade do Estado, isto é, os novos movimentos sociais não têm como alvo as esferas estatais; e 2) os novos movimentos têm, por princípio, buscar sua autonomia frente ao poder político, e ao Estado propriamente dito.

2º - a autonomia destes movimentos, frente ao Estado, partidos políticos (Touraine, Scherer-Warren e, Vêras e Bonduki) e agentes externos (Touraine e Vêras e Bonduki) está vinculada à questão da autogestão que os novos movimentos sociais têm como princípio e ideologia (Touraine e Vêras e Bonduki), e

3º - Frank e Fuentes aparecem como vozes discordantes, no conjunto dos intelectuais que trabalham com o conceito de novos movimentos sociais.

Os argumentos que os dois autores apresentam para sua interpretação são convincentes, entretanto, é preciso ter em conta que o adjetivo "novo" que a maioria dos autores utiliza, não se refere apenas ao fato de estes movimentos terem emergido em épocas recentes (no Brasil, na década de 70), mas, sobretudo, ao fato de que estes movimentos sociais "novos" possuem características, valores, objetivos, atores sociais, que os movimentos sociais "não novos" não abarcam. Inclusive, estes mesmos movimentos que não englobam as características dos chamados novos movimentos sociais, podem ocorrer na mesma época que os novos (por exemplo, Brasil,

década de 70).

Desta forma, e como exemplo, mesmo que tenha existido (e existiu) movimento de mulheres ao longo da história, só poderá ser denominado de novo, aquele movimento que apresentar o conjunto de características que define um "novo movimento social".

E, no caso do movimento operário, é preciso salientar, que este é comumente chamado de "clássico" ou "tradicional" e não de "velho". E isto se justifica pelo tipo de relação que, estes movimentos operários "clássicos", travam com a sociedade e com o poder político, e pelo objetivo de categoria que defendem, desabona-os de serem denominados de "novos". Porém nada impede que possa existir um "novo movimento social" com lideranças e membros operários, Scherer-Warren, por sinal, fala num "novo sindicalismo urbano".

A denominação "novos movimentos sociais" é uma convenção, e a discussão pode ser feita sobre a mudança, ou não, da mesma; isto é, se ela está ou não, adequada para denominar o fenômeno em questão.

No entanto, a discussão deve se dar de acordo com o sentido dado pelos autores que utilizam este nome, ao atribuir a estes movimentos, características peculiares.

SINTESE:

Os novos movimentos sociais possuem as seguintes características: são menos controlados pelo Estado, partidos políticos e poder político em geral; possuem, ou buscam sua

autonomia frente ao Estado e suas instituições (inclusive frente aos partidos políticos) e também, frente aos agentes externos; têm como princípio a autogestão e a democracia interna, com relações baseadas na afetividade, solidariedade, participação e orientação comunitária; possuem demandas sociais, culturais e políticas, englobando questões mais amplas que as fundamentadas nas relações de produção e; desenvolvem a noção de cidadania como um direito.

A definição propriamente dita, destes movimentos está subsumida na dos movimentos sociais em geral (e em suas controvérsias).

2 - Fontes e Causas de emergência

As causas de emergência dos novos movimentos sociais, se diferem das dos movimentos sociais em geral, principalmente, quanto aos fatores conjunturais, ligados à época em que surgem.

Os autores presentes neste item são: Touraine, Kärnen, Scherer-Warren, Sader, Telles, Vêras e Bonduki, e Cruz.

Touraine (1989) demonstra que na América Latina, "a queda das ditaduras e a instalação de regimes democráticos foram acompanhadas de mobilizações sociais, particularmente das categorias urbanas, mas também entre as mulheres, os estudantes".
(...)

"... os países da América Latina vivem uma crise de uma extrema violência e (que) alguns deles estão acabando de sair de uma ditadura ou estão ameaçados de decomposição".

Este conjunto de fatores e suas consequências geram "uma

capacidade de ação coletiva que pode ser chamada de movimentos sociais", tais movimentos possuem características específicas que são sublinhadas "pelos que falam de novos movimentos sociais".

Para **Scherer-Warren** (1987), no Brasil a "pausa em termos de organização da sociedade civil, que ocorreu imediatamente após 1964, de forma mais geral pode representar o marco de separação entre o que se denomina movimentos sociais tradicionais e o surgimento de novas formas de organização ou o novo caráter de algumas das antigas organizações populares, pois algumas destas organizações continuam presas a suas formas tradicionais de atuação (clientelísticas, assistenciais e autoritárias)".

Apenas "na década de 1970 novos movimentos de bairro começam a tomar força, organizados em sua maioria como CEBs, única forma de organização possível naquela conjuntura política, que via com suspeita os antigos canais de mobilização".

Kärnen (1987) considera que há dois fenômenos responsáveis pela origem dos novos movimentos sociais, "existentes tanto nos países industrializados como naqueles em desenvolvimento. Em primeiro lugar, há um processo crescente de alienação, acompanhados de uma perda real de confiança nas organizações políticas tradicionais. Por outro lado ganha importância a idéia de não querer adiar para um futuro distante o sonho de uma sociedade livre e humana, mas tratar de realizá-la na prática da luta cotidiana pela sobrevivência".

Sader (1988), no capítulo III - Movimentos Sociais - considera que a emergência dos movimentos sociais está vinculada a

fatores subjetivos, que singularizam as condições objetivas e as tornam necessidades sociais para atores sociais determinados. Isto é, a forma de se experienciar as condições objetivas dadas passa por mediações simbólicas, na qual os agentes externos têm um papel fundamental.

Para a década de 70, no Brasil, o autor identifica "a presença de três agências ou centros de elaboração discursiva que visam o cotidiano popular e o reelaboram da ótica de sua luta contra as condições dadas. (...)

Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de 'novas formas de integração com os trabalhadores'. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um 'novo sindicalismo'. (...)

Os novos movimentos sociais se constituem recorrendo a tais matrizes, que são adaptadas a cada situação e mescladas também entre si na produção das falas, personagens e horizontes que se mostraram no final dos anos 70. E eles terão também modificado as próprias matrizes que os alimentaram".

Telles (1987), também enfatiza a importância da subjetividade e dos agentes externos na constituição dos movimentos sociais populares (capítulo V). E, para o Brasil da década de 70, "é possível dizer que, na vivência e interpretação da experiência da privação e da exclusão que funda o solo objetivo no qual estão ancorados esses movimentos, havia a incorporação das questões postas pelos anos 70 por conta da presença de gente (...) ligada à esquerda católica (...); ex-militante de esquerda (...); articulada com organizações de esquerda (...); militantes

operários (...); das comunidades eclesiais de base".

Segundo **Cruz** (1987) fraturou-se "o modelo social imperante, desde 1945 até o final dos anos 60, basicamente em três pontos de ruptura. Cada uma destas fraturas gerou respostas de auto-organização, que denominamos novos movimentos sociais. (...)

Em primeiro lugar, houve uma ruptura cultural (...). Os movimentos feministas e juvenis foram as consequências mais visíveis desse trauma social. (...)

O segundo ponto de esgotamento da sociedade do pós-guerra, foi a ruptura do modelo estatal (...). produzindo um efeito de auto-organização da sociedade, em movimentos de vizinhança e associações de moradores, dos mais variados tipos (...).

O terceiro espaço de esgotamento do período capitalista do pós-guerra (1945-1970) é o que chamamos de ruptura do modelo de desenvolvimento. (...)

Os movimentos ecológicos, cooperativistas, pacifistas e antinucleares surgidos nas metrópoles, não são apenas uma reação ao desencanto com o desenvolvimento e suas consequências, são também um esforço da sociedade para conquistar uma nova forma de vida".

E, para **Véras e Bonduki** (1986) os novos movimentos sociais (urbanos) vinculam a reivindicação do atendimento das carências sociais, à noção de cidadania.

Assim, no Brasil, no período autoritário, "as lutas urbanas ganham um novo caráter na luta pela cidadania (...) Frente ao fechamento de todos os canais de participação política e à repressão, a organização dos bairros, firmemente impulsionada

pelas Comunidades Eclesiais de Base, torna-se praticamente o único canal de aglutinação da classe trabalhadora".

Quadro XXIII - Fontes e Causas de emergência dos novos movimentos de acordo com diversos autores

Fontes e Causas	AUTORES						
	Touraine	Scherer- -Warren	Kärnen	Sader	Telles	Véras e Ronduki	Cruz
1. Mundo contemporâneo							
ruptura do modelo social cultural e de desenvolvimento/fator conjuntural							X
descrédito no Estado e instituições representativas			X				
luta contra alienação			X				
construção, no presente, de uma sociedade livre			X				X
2. América Latina							
fatores conjunturais: queda das ditaduras, democratização dos países, crise econômica, social e política	X						
3. Brasil							
fator conjuntural: resistência ao autoritarismo		X				X	
presença de agentes externos		X		X	X	X	
demandas sociais (noção de cidadania)						X	
fatores subjetivos				X	X		

O Quadro XXIII demonstra que as causas de emergência dos novos movimentos sociais, estão relacionadas aos fatores conjunturais da época e da sociedade em que se originam.

Assim, no mundo contemporâneo, Cruz explica que é a ruptura do modelo de desenvolvimento, social e cultural a causa de emergência destes movimentos.

Na América Latina, Touraine, atribui como fator causal a queda das ditaduras, a democratização e a crise econômica, social e política destes países.

No Brasil, especificamente, Scherer-Warren e, Vêras e Bonduki, entendem que estes movimentos surgem na década de 70 como forma de resistência ao autoritarismo.

Kärnen acrescenta que, no mundo contemporâneo, o descrédito no Estado e nas instituições representativas (como os partidos políticos), o reconhecimento do processo de alienação, a vontade de se construir uma sociedade melhor, já no presente, também são as causas que fazem emergir os novos movimentos sociais. Cruz menciona a conquista "de uma nova forma de vida".

Scherer-Warren, Sader, Telles, e Vêras e Bonduki, demonstram a importância, para o Brasil, da presença de agentes externos, na formação destes movimentos.

Sader e Telles, consideram, também, os fatores subjetivos na explicação para o seu surgimento.

E, Vêras e Bonduki, lembram que estes novos movimentos sociais, também possuem e lutam pelo atendimento de demandas sociais (ligadas às carências), vinculando-as, entretanto, à noção

de cidadania.

É preciso lembrar, que os novos movimentos sociais são um tipo, uma forma que o movimento social adquire. E alguns autores citados neste capítulo, também, analisaram os movimentos sociais de forma geral, e, possivelmente, as causas fundamentais que atribuem como explicação para a origem dos movimentos sociais, também valem para os novos movimentos sociais.

Neste sentido, tem-se Sader e Kärnen, que no capítulo III, item 2 - Fontes e Causas de emergência dos movimentos sociais - consideram que os movimentos sociais surgem devido às próprias contradições sociais (ou consciência das mesmas) do sistema social. Estes dois autores também relacionam a emergência dos movimentos às necessidades sociais.

Por conseguinte, os novos movimentos sociais teriam os mesmos fatores causais fundamentais dos movimentos sociais, ou seja, as contradições e as necessidades sociais; e teriam como fator que diferencia os dois, as causas ligadas à conjuntura política e, principalmente à forma de elaboração e encaminhamento das demandas sociais.

Levando isto em consideração, a SÍNTESE do Quadro XXIII pode ser feita da seguinte forma:

Os novos movimentos sociais têm como causa fundamental, a conjuntura política.

Esta conjuntura, no mundo contemporâneo, se expressa pela ruptura do modelo social, econômico e de desenvolvimento e pelo descrédito no Estado e instituições representativas. O

reconhecimento da situação de alienação e a vontade de se construir, no presente, uma sociedade "mais livre", são outros elementos que explicam a emergência dos novos movimentos sociais no mundo contemporâneo.

Na América Latina, os fatores conjunturais ligados à formação destes movimentos, se configuram na queda das ditaduras, na democratização, e na crise econômica, social e política, que atravessam estes países.

No Brasil, particularmente, os novos movimentos sociais surgiram como uma forma de resistência ao autoritarismo. É importante, para que se compreenda a ocorrência destes movimentos, que se considere a presença dos agentes externos e os fatores subjetivos da população envolvida, na elaboração do momento político e das necessidades sociais vivenciadas.

3 - Relação com o Estado e Partidos políticos

Os autores que caracterizam a relação entre os novos movimentos sociais e o Estado e partidos políticos são: Touraine, Scherer-Warren, Gohn, Boschi, Gutiérrez, Telles, Cruz, Vêras e Bonduki, Vigevani, Kärnen, e Sader.

3.1 - Estado

Segundo **Touraine**, o que leva muitos autores a falarem de novos movimentos sociais, é o fato de as mobilizações ocorridas na América Latina com a queda das ditaduras e a instalação de regimes

democráticos, terem sido "menos controladas pelos partidos ou pelo poder político que em tempos anteriores". (1989: 281)

Os novos movimentos sociais "já não invocam a intervenção do Estado, pelo contrário reivindicam a autonomia e a autogestão das unidades sociais de base" (citado por Scherer-Warren, 1983:56)

Para **Scherer-Warren** (1987) os novos movimentos sociais "defendem sua autonomia frente ao Estado e partidos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de um capitalismo particularmente excludente".

Para se entender o caráter da relação entre os novos movimentos sociais e o Estado, no Brasil da década de 70, "deve-se reconhecer que no interior de um Estado autoritário/centralizador, apesar de temeroso das possibilidades de organização política contestatória da sociedade civil, estas organizações mais moleculares, como os grupos de reflexão da Igreja, de mulheres e ecologistas, puderam multiplicar-se enormemente, devido às suas formas de atuação localizadas. Estes movimentos estavam, antes de tudo, criando uma nova mentalidade, uma nova cultura política, do que representando um enfrentamento ao poder central".

Gohn (1985) afirma que no Brasil "Os novos movimentos populares da década de 70, vieram a se constituir em bases de rearticulação da sociedade civil e da própria sociedade política, à medida que pressionaram o Estado".

"O caráter novo dos atuais movimentos populares é dado também pelo tratamento que vêm recebendo do Estado".

Isto é, reconhece-se "oficialmente o direito de atendimento a necessidades não satisfeitas pelo salário".

Para **Boschi** (1987), ainda "que os novos movimentos sociais se

caracterizem pela ênfase na autonomia frente a excessiva burocratização e penetração do Estado em todas as esferas... por conseguinte rejeitando estratégias políticas que incluam o partido ou o sindicato -, é difícil imaginar que possam atuar isoladamente".

Apesar de os novos movimentos sociais terem "uma generalizada retórica anti-Estado", existe alguma forma de relação entre eles, onde um "confronto positivo com o Estado, levando à conquista de espaços para interesses sub-representados, é um ingrediente fundamental no processo de state-building e democratização das nações novas".

Segundo **Gutiérrez** (1987), a maioria dos movimentos sociais que estuda, entre eles os novos movimentos sociais, possui "uma rejeição explícita ou implícita" à participação nas instituições estatais.

Para **Telles** (1987) o postulado da autonomia dos novos movimentos sociais frente ao Estado deve ser repensado, porque "as experiências mais recentes (anos 80) (...) colocam questões que estão a exigir um repensar acerca dos movimentos que surgiram nos anos 70".

Estas questões "têm a ver com o poder disciplinador de um Estado cada vez mais presente na vida cotidiana, o qual via espaços no interior de suas burocracias para a negociação das reivindicações, impõe sua normatividade que tende a despolitizar os conflitos sociais e a fragmentar em compartimentos estanques, tecnicamente administrados, todas as esferas da vida social".

Neste sentido, **Telles** coloca que "as relações entre Estado e

Sociedade são bem mais complexas do que os primeiros textos sugeriam e que é inviável postular uma separação tal como foi posta por diversos autores".

Cruz (1987) considera que os novos movimentos sociais "demandam uma transferência do poder do Estado para a sociedade".

Para **Véras e Bonduki (1986)** os novos movimentos sociais, dos anos 80, se caracterizam por "uma nova postura" de "participação na gestão ou no controle do Estado".

Esta postura, de alguma forma, difere daquela da década de 70, porque a "valorização da autonomia do movimento social frente ao Estado - tão ressaltada no período autoritário" é repensada, ao "serem introduzidas propostas de autogestão na produção e gerenciamento de equipamentos sociais".

E, em **Vigevani (1989)** "os movimentos sociais urbanos caracterizam-se em sua emergência particularmente em razão de reivindicações frente a alguém, este alguém foi sobretudo o Estado".

Isto é verdadeiro também para "outros movimentos que surgiram independentemente de reivindicações imediatas frente ao Estado: feministas, ecologistas, parte dos movimentos de trabalhadores enquanto vendedores de força de trabalho, etc." que têm "como consequência também a canalização de energia, da mobilização e de militância para o objetivo de pressionar o Estado. (...) Conclui-se, então, que há em certa medida, mesmo quando o antagonismo com o Estado é agudo, algum grau de dependência". (...)

Isto não significa que o relacionamento seja de subalternidade (...) o que garante, ao movimento social uma efetiva autonomia,

que é algo que vai muito além da contestação, é, no limite, uma visão de mundo".

3.2 - Partidos Políticos

Para **Touraine** (1989), "os novos movimentos sociais são menos controlados pelos partidos políticos, e "entendem ser independentes das forças políticas e criar por si mesmos o seu próprio sentido".

Segundo **Scherer-Warren** (1987) os novos movimentos sociais defendem sua autonomia frente aos partidos políticos.

"... A defesa da autonomia não significa que o partido não poderá ser utilizado como um canal de encaminhamento das reivindicações dos movimentos sociais. Significa, sim, que esses novos movimentos recorrem aos partidos de forma distinta da habitual dos movimentos tradicionais, nos quais havia um nítido atrelamento do movimento ao partido"

Gohn (1987) argumenta que os movimentos sociais (populares urbanos) e os partidos políticos mantêm algum tipo de inter-relação.

No caso específico dos novos movimentos sociais "a reformulação partidária de 1975 levou a emergência de partidos que passaram a se estruturar a partir de novos movimentos sociais populares, particularmente das Comunidades Eclesiais de Base e de lutas específicas - creches, saúde, transporte, etc..".

Em **Boschi** (1987), os novos movimentos sociais são "basicamente caracterizados pela ação coletiva que se desenvolve

fora dos canais existentes de acesso ao Estado, como o partido político ou o movimento sindical".

Para **Gutiérrez** (1987) nos novos movimentos sociais "existe uma rejeição explícita ou implícita às formas vigentes de partido".

Kärnen (1987) considera que na América Latina surgem (movimentos) (...) que funcionam conjuntamente, ou de modo totalmente independente, aos partidos tradicionais das esquerdas. Na Europa ocidental há movimentos pacifistas, ecológicos e de iniciativa cívica em permanente ascensão, os quais já não podem ser canalizados pela gama existente de partidos estabelecidos".

Cruz (1987) defende que as demandas sintetizadas pelos movimentos sociais (novos) expressam o "desapreço da sociedade pelas instituições representativas".

Segundo **Véras e Bonduki** (1986) uma das principais concepções dos novos movimentos sociais é a da sua autonomia frente aos partidos políticos.

Sader (1988) afirma que no Brasil, da década de 70, os partidos políticos "não cobrem todo o espaço da política".

Embora, para o autor, os "movimentos sociais não substituem os partidos e nem podem cancelar as formas de representação política".

Quadro XXIV - Relação entre os novos movimentos sociais e o Estado e Partidos Políticos de acordo com diversos autores

Estado Partidos Políticos	AUTORES										
	Touraine	Scherer- -Warren	Gohn	Boschi	Gutiérrez	Telles	Cruz	Véras e Bonduki	Vigevani	Kärnen	Sader
1. Estado											
novos movimentos sociais menos controlados	X										
autonomia	X	X		X	X	X	X	X	X		
novos movimentos sociais x Estado no enfrentamento direto		X									
pressão sobre o Estado			X						X		
atendimento das demandas			X			X					
inter-relação mútua influência			X	X		X		X	X		
2. Partidos Políticos											
novos movimentos sociais menos controlados	X										
autonomia	X	X		X	X		X	X		X	X
inter-relação		X	X							X	
rejeição					X		X				

O Quadro XXIV, demonstra que a principal característica da relação entre os novos movimentos sociais e o Estado, é o da autonomia. Esta característica é abordada por oito (Touraine, Scherer-Warren, Boschi, Gutiérrez, Telles, Cruz, Véras e Bonduki, e Vigevani) entre os nove autores que trabalham com a questão. E dos nove autores que tratam da relação entre os novos movimentos

sociais e os partidos políticos, também, oito (Touraine, Scherer-Warren, Boschi, Gutiérrez, Cruz, Vêras e Bonduki, Kärnen, e Sader) a caracterizam pela autonomia.

Nesta noção, entretanto, há nuances que diferenciam os autores entre si.

Touraine complementa a idéia de autonomia em relação ao Estado, com a de menor controle dos novos movimentos sociais por este. Scherer-Warren, no item 1 - Quadro XXII, também, define os novos movimentos sociais, como sendo menos controlados pelo poder político. Neste Quadro XXIV, Scherer-Warren, acrescenta que estes movimentos não entram em confronto direto com o Estado, facilitando, assim, que o Estado não intervenha em seu desenvolvimento.

Boschi, afirma que, embora autônomos, há uma certa interdependência entre os dois.

Para Telles, nesta inter-relação o Estado está cada vez mais apto a atender as demandas dos novos movimentos sociais.

Também Vigevani, e Gohn caracterizam a relação entre ambos como de mútua influência, acrescentando que os novos movimentos sociais exercem pressão sobre o Estado para o atendimento de suas demandas.

Para Vêras e Bonduki, a inter-relação entre as duas instâncias, pode significar a participação dos novos movimentos sociais na "gestão ou no controle do Estado".

Em relação aos partidos políticos, Touraine também cita o menor controle dos novos movimentos sociais pelos partidos políticos. Scherer-Warren, no Quadro XXII, faz esta mesma referência.

Scherer-Warren e Kärnen dizem que há uma inter-relação entre ambos, embora sejam autônomos. E Gohn está de acordo quanto à primeira característica, ou seja, da inter-relação, frisando a influência dos novos movimentos sociais sobre alguns partidos.

Gutiérrez, e Telles, complementam a idéia de autonomia, com a de rejeição dos novos movimentos sociais às esferas representativas, como os partidos políticos.

Colocando em conjunto as idéias principais dos autores, a síntese do Quadro XXIV, pode ser feita da seguinte forma:

SINTESE:

Os novos movimentos sociais são, ou buscam ser, autônomos em relação ao Estado e partidos políticos.

Isto, não exclui que possa haver algum grau de inter-relação entre estas instâncias, que varia desde a completa rejeição até uma certa interdependência (influência mútua) dos novos movimentos sociais frente ao Estado e partidos políticos.

De qualquer forma o Estado e os partidos políticos exercem um controle menor sobre estes movimentos; e 1. estes não enfrentam diretamente o poder estatal, ou 2. estes exercem pressão sobre o Estado.

4 - Relação com as classes sociais

Os autores deste item são: Touraine, Scherer-Warren, Telles, Camacho, Melucci, Frank e Fuentes, Sader e Vigevani.

Para **Touraine**, na América Latina, os novos movimentos sociais "que aparecem em diferentes domínios já não são formas de defesa dos trabalhadores contra os senhores de indústria, mas de defesa do público contra os aparelhos de gestão que têm o poder de modelar a procura dos seus interesses". (citado por Scherer-Warren, 1983: 56)

Os novos movimentos sociais latino-americanos são "mobilizações sociais, particularmente das categorias urbanas, mas também entre as mulheres, os estudantes e outros grupos sociais". (1989: 281)

Telles (1987), entende que no Brasil da década de 70, os novos movimentos sociais (populares) são os "movimentos que não se davam no terreno clássico da contradição capital-trabalho, e que tinham como protagonistas trabalhadores marcados por profundas diferenças de situação de trabalho".

A especificidade desses novos movimentos sociais populares, (tinha a ver também com o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixaram na figuração tradicional e pragmática de classe operária". (

Segundo **Scherer-Warren** (1987) enquanto os "denominados 'movimentos sociais tradicionais' surgem enquanto expressão típica da sociedade industrial (e de sua consciência), dividida em classes sociais, das quais uma delas - o proletariado - encontrava quase a totalidade de seu cotidiano submetido ao mundo da produção e exploração de sua força de trabalho". Os novos movimentos sociais, por sua vez, constroem sua identidade através do "reconhecimento do povo (num sentido mais abrangente do que classe

proletária) das condições materiais do capitalismo contemporâneo e de suas variadas e sobrepostas formas de opressão, bem mais amplas do que os antagonismos que ocorrem no mundo das relações de produção".

Camacho (1987) denomina novos movimentos sociais aqueles que se referem "à circunstância de que apareceram, nos últimos anos na sociedade civil, atores que anteriormente não se manifestavam. Em todos os casos, os novos movimentos são pluriclassistas e, na maioria, são parte do povo, seja por sua extração social, ou pelo tipo de reivindicação".

Para **Camacho** a "única abordagem plausível para uma interpretação científica (...) de todos os movimentos sociais consiste em considerá-los, dinamicamente e em toda a sua complexidade, com referência às classes sociais".

Para **Melucci** (1989) "os conflitos dos anos 80 (...) implicam uma intensa redefinição da situação dos movimentos sociais e de suas formas de ação. (...) Os atores nestes conflitos não são mais distintos pela classe social, como grupos estáveis definidos por uma condição social e uma cultura específicas".

Frank e Fuentes (1989) sugerem que os novos movimentos sociais, "comparados com muitos dos movimentos sociais, agora tendem a ser mais monoclassistas, ou de um único extrato social - classes médias no ocidente e populares e da classe operária no sul".

Para os autores, "a 'luta de classes', em grande parte do Terceiro Mundo, continua e até se intensifica, mas toma a forma ou se expressa por meio de muitos movimentos sociais, além da forma

"clássica" de força de trabalho (sindical) versus capital e 'seu' Estado".

Para **Sader** (1988), no Brasil das décadas de 70 e 80, uma parcela da classe trabalhadora, constituiu movimentos sociais, "com novos padrões de ação coletiva, que nos permitem falar da emergência de novos sujeitos coletivos".

Os novos movimentos sociais "se dão no solo da condição proletária, mas esta é elaborada de um modo tal que os contornos classistas se diluem".

E, **Vigevani** (1989) escreve que "...", no caso brasileiro, quando nos anos setenta inicia-se o desenvolvimento dos novos movimentos sociais, a pesquisa e análise concentram sua atenção sobre o fator que surgia como peculiar: a espontaneidade e a gênese a partir do patamar inferior da escala social".

Quadro XXV - Relação dos novos movimentos sociais com as classes sociais de acordo com diversos autores

Classes Sociais	AUTORES							
	Touraine	Scherer-Warren	Telles	Camacho	Melucci	Frank e Fuentes	Sader	Vigevani
não possui um caráter de classe	X	X	X		X		X	
possui um caráter de classe				X		X		
pluriclassista	X	X		X				
monoclassista						X		
popular e/ou não popular	X					X		
predominantemente popular		X	X	X		X	X	X

Observamos que cinco autores (Touraine, Scherer-Warren, Telles, Melucci, e Sader) dos oito autores presentes no Quadro XXV, entendem que os novos movimentos sociais não possuem um caráter de classe, isto é, que suas lutas não se vinculam, ou ultrapassam as lutas de classes, os conflitos da relação de produção, o conflito entre capital e trabalho.

Dois autores (Camacho, e Frank e Fuentes em conjunto) afirmam que os novos movimentos sociais possuem um caráter de classe. Para Frank e Fuentes, isto é válido, ao menos, para a América Latina.

Dois autores (Touraine, e Frank e Fuentes) admitem que estes movimentos podem ser constituídos ou pelas classes populares ou pelas não populares.

Enquanto que a maioria dos autores mencionados, (seis deles: Scherer-Warren, Telles, Camacho, Frank e Fuentes, Sader, e Vigevani), ao se referir mais especialmente à América Latina e ao Brasil, entende que estes movimentos possuem uma base social constituída predominantemente pelos setores populares.

Touraine, Scherer-Warren e Camacho, parecem atribuir aos novos movimentos sociais a característica de serem pluriclassistas. Já Frank e Fuentes escreve sobre o monoclassismo destes movimentos.

Observamos que, sobre isto, pode estar havendo uma diferença no sentido que o autor Camacho e nós (na interpretação das afirmações de Touraine e Scherer-Warren) damos ao termo pluriclassismo, e o sentido que Frank e Fuentes dão ao termo monoclassismo.

Isto é, o que entendemos, e supomos que Camacho também entenda, por pluriclassismo, é que os novos movimentos sociais, ao serem constituídos principalmente pelas classes populares, agregam um conjunto amplo de setores da população que têm em comum a sua condição de subalternidade social e exploração econômica. E pluriclassismo, para Frank e Fuentes seria a constituição desses movimentos por classes sociais populares e não populares; e monoclassismo, o agregado do conjunto das classes populares e da classe operária.

Desta forma, colocaremos na síntese apenas a idéia que os autores têm em comum, excluindo o termo mono ou pluriclassismo:

SINTESE:

Os novos movimentos sociais são constituídos ou pelas classes populares ou pelas não populares (de forma excludente), ou ainda, pela interação de membros dessas classes.

Nos países do Terceiro Mundo, América Latina, e especificamente no Brasil, os novos movimentos sociais têm como base social, principalmente, as classes populares.

Podemos, portanto identificar a base social destes movimentos: 1. Mas, não é possível atribuir-lhes um caráter de classe, ou 2. E, também, atribuir-lhes um caráter de classe.

5 - Objetivo e Significado social

São quatorze os autores que constam neste item: Touraine, Scherer-Warren, Boschi, Jacobi, Gutiérrez, Vêras e Bonduki, Melucci, Kärnen, Cruz, Sader, Viola e Mainwaring, Brant, Telles, e Vigevani.

Em **Touraine**, os novos movimentos sociais (populares) "reivindicam a autonomia e a autogestão das unidades sociais de base". E, "já não falam em progresso e em futuro radioso, mas pretendem organizar a partir de hoje uma vida diferente, agindo sobre as escolhas sociais e políticas que comandam a produção da organização social". (citado por Scherer-Warren, 1983: 56)

Por várias vezes **Scherer-Warren** (1987), salienta que o principal significado dos novos movimentos sociais, no Brasil, é o

de estar construindo uma nova cultura política.

Os novos movimentos sociais "estavam antes de tudo criando uma nova mentalidade, uma nova cultura política, do que representando um enfrentamento ao poder central".

"... estes movimentos estão construindo e desenvolvendo uma nova cultura política de base".

"A formação de uma nova cultura política parece-me ser o valor fundamental destes novos movimentos sociais".

Os novos movimentos sociais não apresentam projetos bem definidos para o futuro, mas parece-me que estão construindo as bases para uma vida mais democrática e mais socializada".

Segundo **Boschi** (1983) os novos movimentos sociais "aparentemente concretizam um estilo político que desafia a eficácia dos arranjos institucionais em responder a uma grande diversidade de demandas".

Estes movimentos "revelaram a falência dos canais tradicionais em prover um espaço democrático, assim evidenciando a natureza opressiva ou limitada de algumas instituições como o partido e o processo eleitoral".

Os movimentos sociais considerados como novos, são os que se referem à "formação de uma identidade sócio-cultural, configurando a formação de uma nova cultura política".

Gutiérrez (1987), sustenta que na América Latina "os novos movimentos, com intensidade maior ou menor, apontam para a emergência de uma nova ordem democrática, e a elaboração de novas formas de pensar a sociedade, a política e o desenvolvimento".

Os novos movimentos sociais se constituem em "pequenos

espaços culturais e cotidianos de resistência", onde "começam a aflorar valores e formas sociais coletivistas, de autogestão, solidariedade, autogoverno, etc. - que provavelmente poderão reconstituir o sistema de oposições e viabilizar a reconstrução dos sujeitos históricos".

Para **Véras e Bonduki** (1986) no Brasil, no período autoritário, "as lutas urbanas ganham um novo caráter na luta pela cidadania, que pode ser qualificada como de resistência à ordem vigente".

"A questão da ausência da cidadania emerge neste período, articulando a cassação dos direitos políticos com a negação do direito à cidade, confere-se assim, às lutas urbanas um caráter mais amplo de busca da cidadania e pela democracia política e social. (...)

Embora as reivindicações imediatas dos movimentos continuaram a ser atomizadas e segmentadas - a luta por água e luz, pela regularização dos loteamentos clandestinos, pela posse da terra nas favelas - toda mobilização popular assim gerada ganhava na conjuntura da segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80, um conteúdo político expressivo no movimento geral pela democratização. Por outro lado, a participação de amplas massas populares na luta contra o autoritarismo as transforma em agentes do processo político".

Melucci (1989) argumenta que os movimentos sociais dos anos 80 "se concentram nas necessidades de autorealização, mas não numa orientação política, porque contestam a lógica do sistema nos campos culturais e na vida cotidiana das pessoas".

Para **Kärnen** (1987) os novos movimentos sociais possuem "uma

nova concepção política, que não está apenas voltada para a conquista de um futuro melhor distante - mas que levanta como meta a realização de uma existência cotidiana digna de viver, e que se vai obtendo também a cada dia". (....)

O sentido desta luta é "pela eliminação da alienação cotidiana".

"Os novos movimentos sociais ganham força e significação contra formas de alienação e despersonalização crescentes, sob as condições sociais do mundo contemporâneo. Sua relevância e possibilidade histórica estão baseados no fato de que, mesmo quando sob condições sociais difíceis podem contribuir com sua 'mudança de valores' para a sociedade. (...)

os movimentos sociais incluem tanto a eliminação da alienação cotidiana no 'aqui e agora' quanto a meta de mudança das condições políticas-econômicas".

Segundo **Cruz** (1987) todos os novos movimentos sociais possuem necessidades radicais: "a busca de autonomia, a descentralização das atividades econômicas, a desconcentração do poder, a liberdade entendida no sentido cultural de uma nova moral, o respeito ao meio ambiente, e a necessidade de 'democratizar a democracia'. (....)

As novas demandas sintetizadas pelos movimentos sociais são tanto um desafio como uma esperança para a democracia. O desprezo da sociedade pelas instituições representativas deixa aberta a porta para um acréscimo do autoritarismo, sob o signo de uma reconstituição tecnocrática do Estado. Mas, ao mesmo tempo, nas demandas por transferência do poder do Estado para a sociedade

está a chave para uma reconstrução das instituições democráticas".

Sader (1988), afirma que os novos movimentos sociais do Brasil das décadas de 70 e 80, "efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechagando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano nos lugares de trabalho e de moradia, eles 'inventaram novas formas de política'".

"Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985".

Viola e Mainwaring (1987) escrevem: "o nosso argumento principal é que os novos movimentos sociais são atores importantes nos esforços atuais para definir a democracia, pois questionam a cultura política semi-democrática do Brasil e da Argentina, trazendo à arena política novos valores, métodos, abordagens e perspectivas. Em países dotados de tradições políticas autoritárias, estes movimentos podem ser uma força democratizante. (...)

"... sob os novos regimes democráticos tornaram-se com frequência isolados politicamente, em consequência, seu impacto político principal resultaria de sua capacidade para colaborar na redefinição da cultura política, antes de que de sua influência sobre os regimes políticos (...)

A discussão europeia contemplou os novos movimentos sociais como componente importante das tentativas para superar a democracia liberal estabelecida (limitada ou convencional), no sentido de uma democracia radical (ou participativa)".

"Apesar das limitações políticas dos novos movimentos

sociais, eles têm tido importância cultural, tanto para os participantes, como na criação de um modelo ou estilo diferente de interação política (...). Em outras palavras os movimentos sociais podem ser mais significativos porque desafiam a cultura política tradicional, e não por seu impacto direto no regime político".

Para **Brant** (1980) os "novos movimentos sociais apresentam-se como a base possível de uma real democratização da sociedade".

"A conquista da liberdade de manifestação pública resultou em grande medida da decisão de desobediência às proibições, legais ou extra-legais mas em todo caso ilegítimas, por parte de movimentos e instituições que expressavam a autonomia da sociedade diante do Estado".

Telles (1987) afirma que no contexto brasileiro, da década de 70, os novos movimentos sociais faziam "aparecer o mundo cotidiano de moradia como lugar onde se realizaria a organização e luta contra as condições vigentes".

Neste sentido, os novos movimentos sociais, ganhavam significado de "uma reabertura do social como alternativa política".

E, segundo **Vigevani** (1989) os novos movimentos sociais podem ser analisados "como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos do cidadão, da cidadania".

Apesar disto, "reconhece-se que o horizonte da grande maioria dos movimentos está restrito ao atendimento de reivindicação localizada, de necessidades emergentes, reflexo da noção de

direito do cidadão. (...)

Portanto podemos compreender que a questão de fundo, a da relação do movimento com a sociedade civil em geral e com a sociedade política e o projeto político é, no melhor dos casos, apenas potencial, como perspectiva".

Quadro XXVI - Objetivos e Significado Social dos novos movimentos sociais de acordo com diversos autores

Objetivos Significado Social	AUTORES													
	Touraine	Scherer -Warren	Boschi	Jacobi	Gutiérrez	Véras e Bonduki	Melucci	Kärnen	Cruz	Sader	Viola e Mainwaring	Brant	Telles	Vigevani
nova cultura política		X		X	X			X		X	X			
ampliação do espaço político										X			X	
contra a alienação								X						
demandas sociais localizadas					X	X								X
construção e/ou ampliação da democracia		X			X	X			X	X	X	X		
cidadania						X								X
autonomia, autogestão, descentralização	X	X	X		X	X			X			X	X	X
construção da sociedade e vida melhor no presente	X	X						X	X				X	
não enfrentamento direto ao poder central/limites poli- ticos/pouco impacto nos re- gimes políticos		X					X				X			X
resistência/desafio às instituições e mudanças só- cio-política-econômicas	X		X		X	X	X	X	X				X	
pode significar um reforço para o Estado									X					

Mais da metade dos quatorze autores mencionados no Quadro XXVI (Touraine, Boschi, Gutiérrez, Vêras e Bonduki, Melucci, Kärnen, ^{Cruz} e, Telles) estão de acordo quanto ao fato de os novos movimentos sociais terem o objetivo de causar mudanças nas condições políticas, econômicas e sociais; bem como quanto ao sentido dado a estes movimentos, ou seja, o da resistência e desafio às instituições e à ordem vigente.

Metade dos autores, (Scherer-Warren, Gutiérrez, Vêras e Bonduki, Cruz, Sader, Viola e Mainwaring, e Brant), entendem que os novos movimentos sociais são importantes para a construção e ampliação da democracia.

Um número expressivo de autores, seis (Scherer-Warren, Jacobi, Gutiérrez, Kärnen, Sader, e Viola e Mainwaring), afirmam que os novos movimentos estão construindo uma nova cultura política. Cruz também pode ser incluído entre estes autores, pois ele observa que estes movimentos possuem como necessidades básicas o respeito ao meio ambiente e a construção de uma nova moral.

Cruz, juntamente com Touraine, Gutiérrez, e Brant, salientam que os novos movimentos sociais buscam a autonomia em relação ao Estado e suas instituições, e também, a autogestão e a descentralização do poder central. No Quadro XXIV (item 3), Scherer-Warren, Boschi, Vêras e Bonduki, Telles, e Vigevani também argumentam que os novos movimentos sociais lutam para manter ou conquistar sua autonomia em relação ao Estado.

Cruz, coloca que estes objetivos podem vir a resultar tanto numa ampliação da democracia como num reforço ao próprio Estado.

Scherer-Warren, Melucci, Kärnen, Viola e Mainwaring, e Vigevani, argumentam que os novos movimentos sociais não têm como horizonte o enfrentamento direto com o Estado, ou segundo alguns deles, estes movimentos têm pouco impacto nos regimes políticos, e possuem "limitações políticas".

É interessante notar que, três destes autores estão entre aqueles que afirmam que a importância social dos novos movimentos sociais, está na construção de uma nova cultura política (Scherer-Warren, Kärnen, e Viola e Mainwaring). Estas duas argumentações, longe de serem excludentes, estão implicadas uma na outra. Isto é, o significado mais importante dos novos movimentos sociais não se encontra em seu possível impacto ou objetivo político mais imediato, mas sim, nas mudanças profundas na cultura e valores políticos de uma sociedade.

Neste sentido, vemos também que Touraine, Scherer-Warren, Kärnen, e Telles, concordam à respeito de que estes movimentos almejam construir, no presente, através de lutas no espaço do cotidiano, uma sociedade melhor, não querendo adiar esta meta para um futuro distante. Cruz (no Quadro XXIII), também pode ser incluído entre estes autores.

Nesta mesma linha de pensamento, estão os autores: 1) Sader e Telles, quando dizem que por meio das lutas e da politização do cotidiano, se dá a ampliação do espaço da política ou a "reabertura do social como alternativa política"; 2) Kärnen, que defende que os novos movimentos sociais surgem contra as formas de alienação do mundo contemporâneo; 3) Gutiérrez, Vêras e Bonduki, e Vigevani, quando sustentam que estes movimentos possuem demandas localizadas e particulares e, 4) Vêras e Bonduki, e Vigevani, que

acrescentam que os novos movimentos introduzem a noção de cidadania às demandas sociais.

SINTESE:

A presença dos novos movimentos sociais na sociedade, tem o sentido de resistência e desafio à ordem vigente, e, também, de promoção de mudanças sociais, políticas e econômicas.

Estes movimentos não têm por objetivo o enfrentamento direto com o poder central, e aí reside o seu limite político, pois, de imediato, produzem pouco impacto nos regimes e sistema social como um todo, podendo mesmo vir a reforçá-lo.

Nos países como o Brasil, onde as demandas sociais são ainda presentes, as reivindicações por melhores condições de vida estão ligadas (por estes movimentos) à noção de cidadania. No contexto dos países latino-americanos, por exemplo, as lutas dos novos movimentos sociais têm contribuído para a construção e ampliação da democracia. Enquanto, nos países de industrialização mais antiga, os novos movimentos almejam construir uma democracia radical ou "democratizar a democracia".

O objetivo destes movimentos está entrelaçado à vontade de não adiar para um futuro distante a construção da sociedade e da vida que possam desejar, mas construí-la no presente. Isto implica na politização do cotidiano e na luta contra a alienação do dia a dia do mundo contemporâneo.

Isto vem de encontro ao sentido que os novos movimentos sociais adquirem na sociedade que é o de ampliar o espaço político

para a esfera da vida cotidiana.

O significado social mais profundo destes movimentos, é o de estarem construindo uma nova cultura política.

CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE

Nas páginas precedentes, recolhemos e registramos um material que abrange o universo conceitual com o qual os autores trabalham, ao tratar dos movimentos sociais.

Em cada fragmento das obras selecionadas, quadro e síntese elaborados, demonstrou-se as principais idéias, pontos polêmicos e coincidentes dos autores, a respeito das questões levantadas.

Mas através desta leitura das obras selecionadas, com abordagens teóricas diferentes, nosso objetivo primordial foi compreender o que, afinal, são os movimentos sociais.

Neste sentido, podemos admitir que os movimentos sociais são uma forma de mobilização (ação) coletiva, com algum grau de organização, que representa o conflito entre setores da população, pela conquista e/ou administração de recursos e bens econômicos, culturais e sociais, e, também, para promover mudanças nas relações políticas instituídas, de uma determinada sociedade (ou, com menor frequência, para mantê-las).

A depender do tipo de organização política e econômica de uma sociedade, e da época a que se está referindo, os movimentos sociais podem adquirir um caráter de luta de classes, ou melhor, podem representar e confluir em suas ações e objetivos, as lutas de uma classe social específica.

Os atores sociais, nestes movimentos, estão mobilizados em torno de seus interesses, e também, de suas motivações subjetivas. Mas para a constituição de um movimento social, os atores sociais precisam possuir algum nível de consciência das

forças sociais que representam e daquelas contra as quais se antagonizam.

Em sua formação, outros fatores devem ser levados em conta, como a presença de agentes externos, contexto político e momento histórico onde os movimentos sociais estão inseridos.

O caráter de sua relação com o Estado e instituições políticas - como os partidos políticos - também depende destes fatores, no entanto, na maioria das vezes, este relacionamento baseia-se na interação entre os movimentos sociais-Estado, e movimentos sociais-partidos políticos. Na realidade, pode existir uma influência mútua entre estas instâncias de poder social, e o peso que cada uma terá sobre a outra depende, novamente, daqueles fatores conjunturais.

Assim, os movimentos sociais têm um papel e sentido fundamentais na sociedade, que é o de estabelecer uma correlação de forças entre os poderes políticos instituídos e a população (não participante direta nestas instituições).

Os movimentos sociais possuem tipos específicos, que a despeito de guardarem as características mencionadas acima, têm peculiaridades importantes, como por exemplo:

1. Movimentos sociais urbanos: caracterizados por se darem no espaço urbano, envolvidos principalmente, com questões referentes a cidade;
2. Movimentos sociais populares: formados pelos setores populares da sociedade;
3. Movimentos sociais populares urbanos: imbuídos das duas singularidades anteriores, ou seja, se dão no espaço urbano e sua base social é formada pelas camadas populares. Portanto possuem

como demanda primordial, as melhorias ou conquista do espaço de moradia (habitação) e de bens e serviços de uso coletivo; e,

4. Novos movimentos sociais: que têm, como principal característica diferenciadora, a maior autonomia em relação ao Estado e instituições políticas, e o menor controle por parte destes. Suas relações internas são baseadas na afetividade, solidariedade e democracia. Por estes dois fatores - tipo de relação interna e com as esferas de poder - os novos movimentos sociais são identificados como os que podem construir uma nova cultura política.

Nesta forma de compreensão, dos movimentos sociais estão contidas as principais idéias com as quais os autores têm se debatido ao abordarem o tema. Entender os movimentos sociais desta forma, possibilita também fazer as distinções mais elementares entre as diversas denominações empregadas.

Entretanto, esta simplificação sobre os movimentos sociais é útil para uma primeira aproximação do tema. Isto é, saber manejar, por exemplo, a tipologia mais comumente empregada pelos autores, serve para compreender estas manifestações quando estão ocorrendo na sociedade; numa leitura mais geral; ou numa utilização didática simples, até que se faça uma aproximação mais complexa dos aspectos que envolvem os próprios movimentos sociais.

É útil, por exemplo, para tornar mais preciso nosso objeto de pesquisa, pois apesar de o título da dissertação ser movimentos sociais populares urbanos, a denominação mais adequada

seria mobilizações coletivas populares urbanas. Já que se trata de extrair de jornais, as notícias sobre manifestações coletivas que podem ser desde episódicas, "espontâneas", até aquelas que preenchem as características de um movimento social.

É comum entre alguns autores selecionados, e no uso corriqueiro do termo, chamar de movimentos sociais, o que deveria ser denominado como mobilizações coletivas (em seus diversos tipos - figura 2). Numa inversão do que seria a denominação mais abrangente e menos complexa.

No entanto, isto já faz parte de uma espécie de tradição, e de uma forma de catalogar e identificar estas manifestações coletivas. Em termos mercadológicos, isto se adequa a um tipo de propaganda, para chamar a atenção do público alvo para o tema, através do uso da denominação mais comum e mais atrativa, apesar de menos adequada.

Entretanto, para uma compreensão mais profunda dos movimentos sociais, é preciso trabalhar com conceitos fundamentais da sociologia - como Estado, população, sociedade civil, e classe social - e as relações entre eles.

Os movimentos sociais são fenômenos centrais da vida social. E o trabalho com eles levanta questões, também centrais, das ciências sociais.

Estes conceitos e questões estão vinculados a diversas teorias sociais, e é por isto que autores que abraçam abordagens teóricas diferentes, possuem maneiras, também diferentes, de interpretar os movimentos sociais e seu impacto na sociedade. Quer dizer, é o privilégio deste ou daquele enfoque de uma teoria social, ou a escolha de determinada(s) linha(s) teórica(s), que

sustenta os matizes de interpretação e compreensão destes movimentos.

É por isto que, para uma análise mais profícua das obras dos autores que escrevem sobre movimentos sociais, é preciso antes, conhecer sua abordagem teórica e saber lidar com seus conceitos-chaves.

A falta deste conhecimento, por parte do leitor, faz com que as afirmações e argumentações dos autores acabem por ficar empobrecidas, por estarem desvinculadas das teorias sociais que as justificam e lhes dão suporte.

E, é este aprofundamento do conhecimento das teorias sociais, envoltas nas discussões sobre os movimentos sociais, que me proponho a fazer num outro momento de minha trajetória profissional, quando, então retomarei esta parte da pesquisa - a da análise conceitual.

Para agora, entretanto, é preciso mergulhar um pouco mais nas próprias mobilizações coletivas, através de exemplos concretos de sua ocorrência na sociedade brasileira. E é nisto que consiste a Parte II desta dissertação.

PARTE II

MOBILIZAÇÕES COLETIVAS POPULARES URBANAS

BRASIL DE 1983 A 1990

APRESENTAÇÃO

Nesta parte, usaremos o termo mobilização coletiva como sinônimo de ação coletiva. Preferimos a primeira denominação por esta dar a idéia de algo que foi precedido ou por uma necessidade premente, ou por um movimento social.

É importante esclarecer, portanto, que estaremos registrando as mobilizações coletivas e não os movimentos sociais do período. Isto é, os movimentos sociais possuem uma trajetória, uma organização, entre outras características, e realizam como uma das táticas de luta, ações públicas que visam chamar a atenção de outros setores da população e dos governantes, para suas reivindicações, e também, objetivam pressionar e fazer acontecer (como no caso das invasões e ocupações) mudanças favoráveis às suas necessidades.

E são estas ações coletivas, bem como aquelas que não estão diretamente vinculadas a movimentos sociais, mas ocorrem de maneira espontânea e/ou esporádica, que serão registradas e que procuraremos compreender nos próximos capítulos, e às quais denominaremos mobilizações coletivas.

E, o nosso objetivo de trabalho será um pouco mais estreito, pois selecionaremos aquelas mobilizações coletivas das camadas populares da população (que, por sinal, compreendem quase a

totalidade das mobilizações coletivas, pois os outros setores da sociedade - setores dominantes - possuem formas de pressão e ação que se confundem com os próprios mecanismos e instâncias do poder estatal).

É neste sentido, que entendemos que as mobilizações coletivas populares se constituem num poder social, se contrapondo ao poder instituído (do Estado e das forças políticas a ele vinculado).

Faremos, também, um outro corte que é o de restringir a análise ao espaço urbano, pois é nele que este poder social tem podido ser efetivamente construído.

E, ainda, não serão todas as mobilizações coletivas populares urbanas que serão tratadas, mas sim as que se referem às questões da Educação, Alimentação, Transporte, Saúde e Habitação, as quais se constituem nas mais comuns e que vão de encontro às necessidades básicas da população das cidades.

Desta forma, estão excluídas as mobilizações coletivas não populares, as ligadas à luta pela terra no campo, as de cunho político, partidário, étnico, de categorias profissionais, sexo, entre outras.

Cada capítulo, desta parte, abordará um dos cinco temas que envolvem as mobilizações coletivas populares urbanas selecionadas:

Capítulo I - Mobilizações coletivas populares urbanas -
Educação

Capítulo II - Mobilizações coletivas populares urbanas -
Alimentação

Capítulo III - Mobilizações coletivas populares urbanas -

Transporte

Capítulo IV - Mobilizações coletivas populares urbanas -

Saúde

Capítulo V - Mobilizações coletivas populares urbanas -

Habitação

No Capítulo VI, as mobilizações coletivas populares urbanas dos capítulos anteriores serão analisadas de forma conjunta.

O Capítulo VII, constará de um breve panorama da situação social e política do período que trabalhamos, e, no final, será elaborada uma conclusão sobre as informações acumuladas

. E, ainda, esta segunda parte, constará da metodologia empregada, onde se discutirá os seus méritos e problemas, e onde os dados dos capítulos anteriores serão relativizados ao próprio material de pesquisa adotado.

Nas páginas seguintes usaremos a sigla m.c.p.u., para denominar as mobilizações coletivas populares urbanas.

CAPITULO I

MOBILIZAÇÕES COLETIVAS POPULARES URBANAS

EDUCAÇÃO

As mobilizações coletivas populares urbanas em torno do tema Educação, no período de 1983 a 1990, nos estados brasileiros, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, ocorreram para protestar contra o aumento de mensalidades de escolas particulares, para reivindicar a construção e/ou melhorias de mais escolas e creches, para conseguir passes de ônibus mais baratos para estudantes, e para protestar contra política interna nas escolas (eleições, posse de reitores, demissões de professores) ou contra a política governamental na área da educação (salário dos professores, verbas destinadas à educação, etc.).

Durante os oito anos do período pesquisado, ocorreram pelo menos 39 m.c.p.u. - educação.

Escrevemos "pelo menos", porque este número é o das mobilizações coletivas noticiadas pelos jornais selecionados¹, que supõe-se não abarque a totalidade das que ocorreram no período.

O Quadro I, abaixo, fornece dados detalhados sobre o número de m.c.p.u. - educação em cada ano e por estado.

¹ - Vide metodologia

Quadro I - Ocorrência de m.c.p.u. - educação, por estado e vários estados (V.E.) simultaneamente, durante o período de 1983 a 1990

Estado	SP	RJ	MG	BA	PA	RN	PE	PB	DF	VE	TOTAL
Ano											
1983	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2*
1984	2	-	1	-	-	1	-	-	-	1	6
1985	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2
1986	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2*?
1987	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4*
1988	2	9	1	1	-	-	1	-	-	1	15*
1989	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1	4*
1990	1	2	-	-	-	-	-	-	1	-	4
TOTAL	9	17	2	1	1	1	1	2	2	3	39

* Transporte - 4

* Saúde/Hab - 1

? Habitação - 1

Vemos que o estado do Rio de Janeiro participa com 48,7% do total das m.c.p.u. registradas, e São Paulo com 23%². Dividindo o quadro por regiões, concluímos que é na região sudeste que se concentra o maior número de m.c.p.u. - educação (71,7%).

² - Vide metodologia

Sob a sigla V.E., estão registradas as m.c.p.u. em que os participantes pertencem a vários estados e se unem para realizar manifestações numa cidade determinada, especialmente Brasília, ou então, são registradas as m.c.p.u. que ocorrem simultaneamente em vários estados, com uma mesma reivindicação, havendo, por vezes, uma organização centralizada.

Algumas vezes, os manifestantes das m.c.p.u. - educação, também chamam a atenção ou vinculam suas reivindicações a outros problemas por eles vividos, como transporte, saúde e habitação. No Quadro I, 4 (quatro) m.c.p.u. - educação também eram mobilizações por transporte, 1 (uma) por saúde e habitação, e 1 (uma) por habitação.

Das 39 m.c.p.u. - educação registradas nos jornais, 33 tinham o número dos participantes. E, pelo Quadro II, observa-se que a média de participantes em cada m.c.p.u. - educação, girou em torno de 2.400 pessoas.

Quadro II - Número de m.c.p.u. - educação com registro de pessoas mobilizadas, número de participantes, média de participantes por movimentos e m.c.p.u. com maior número de participantes

Dados	nº M.C.	nº Participantes	Média	M.C. com maior nº de participantes
Ano				
1983	2	650 *	325	500
1984	5	16.136	3.227	15.000
1985	1	200	200	200
1986	2	2.300*?	1.150	2.000
1987	4	1.650†	412	600
1988	11	33.000*	3.000	15.000
1989	4	12.708†	3.177	10.200
1990	4	12.800	3.200	4.800
TOTAL	33	79.444	2.407,3	

† Transporte - 4

? Saúde/Habitação - 1

• Habitação - 1

Os números absolutos e a média dos participantes demonstram que houve um aumento no número de participantes nos últimos 3 (três) anos do período. Também, foram nestes 3 últimos anos, que ocorreram as m.c.p.u. - educação que tinham o maior número de participantes. Isto é, foi em 1988 (e 1984) que aconteceu uma m.c.p.u. - educação com 15.000 pessoas; em 1989, apenas uma m.c.p.u. - educação, conseguiu a participação de 10.200, e em

1990 uma m.c.p.u. - educação atingiu 4.800 participantes.

E quem são os próprios manifestantes? Nas notícias selecionadas, aparecem com maior frequência, os estudantes secundaristas e universitários; em segundo lugar, os professores e moradores dos bairros periféricos das grandes cidades.

As figuras a seguir, ilustram estes dados em gráficos que registram as tendências destas m.c.p.u. - educação no decorrer do período.

Na fig. 1 podemos comparar a evolução das m.c.p.u. - educação com o número de participantes.

Na fig. 2, temos as m.c.p.u. - educação ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro.

E, a fig. 3, mostra as m.c.p.u. - educação que ocorreram em cada ano, nas diversas regiões:

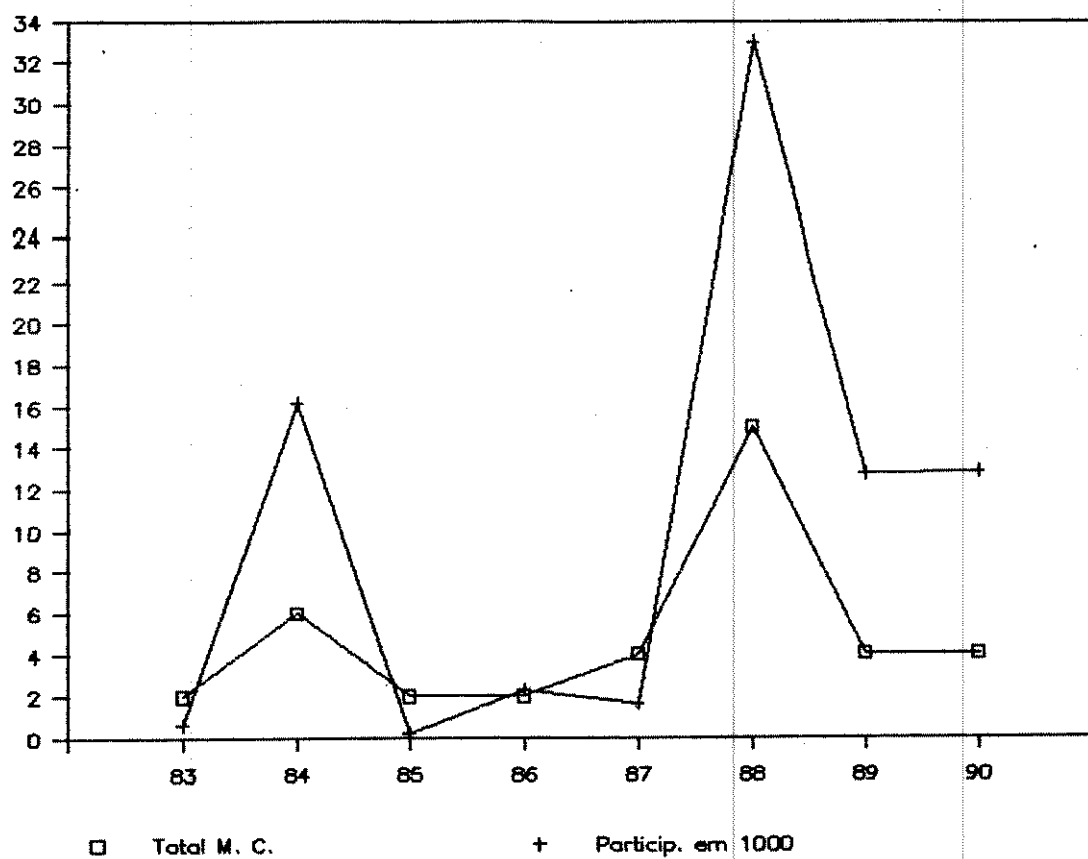


Figura 1- Número de m.c.p.v. educação e número de participantes por ano, no período de 1983 à 1990

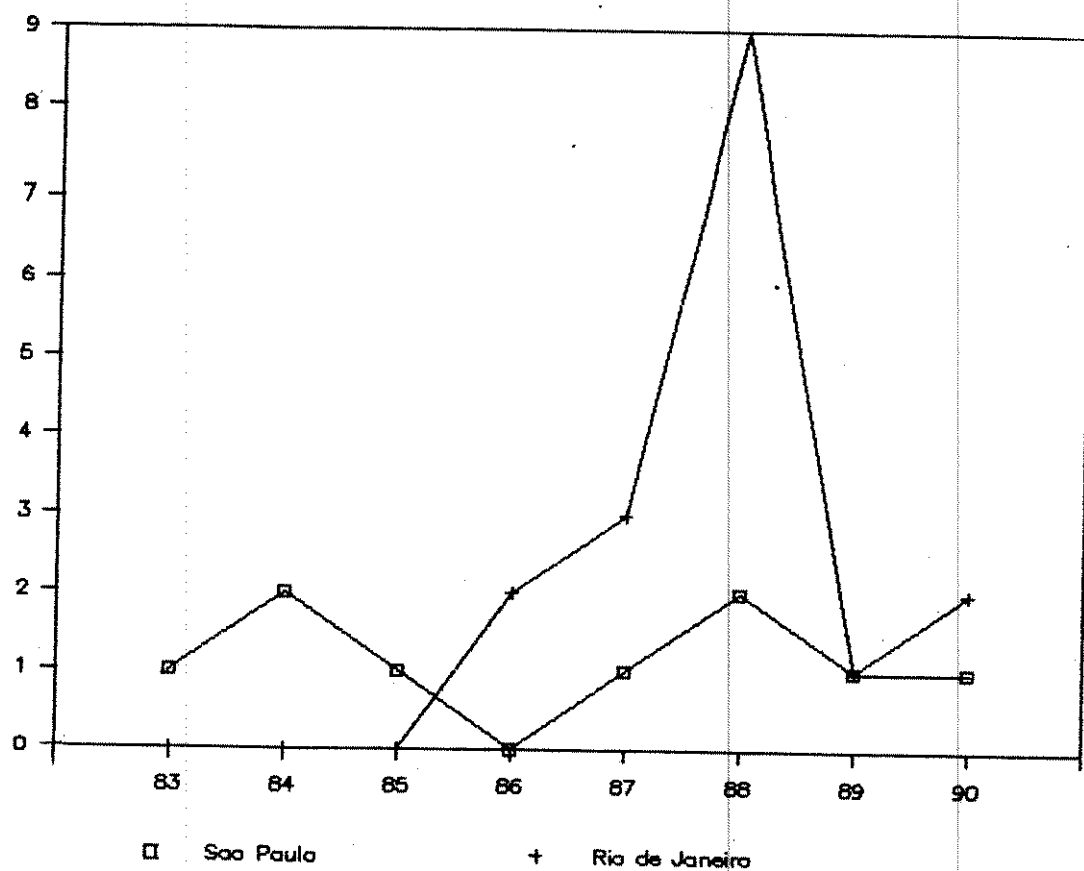


Figura 2 - Número de m.c.p.u. educação, por ano, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no período de 1983 à 1990

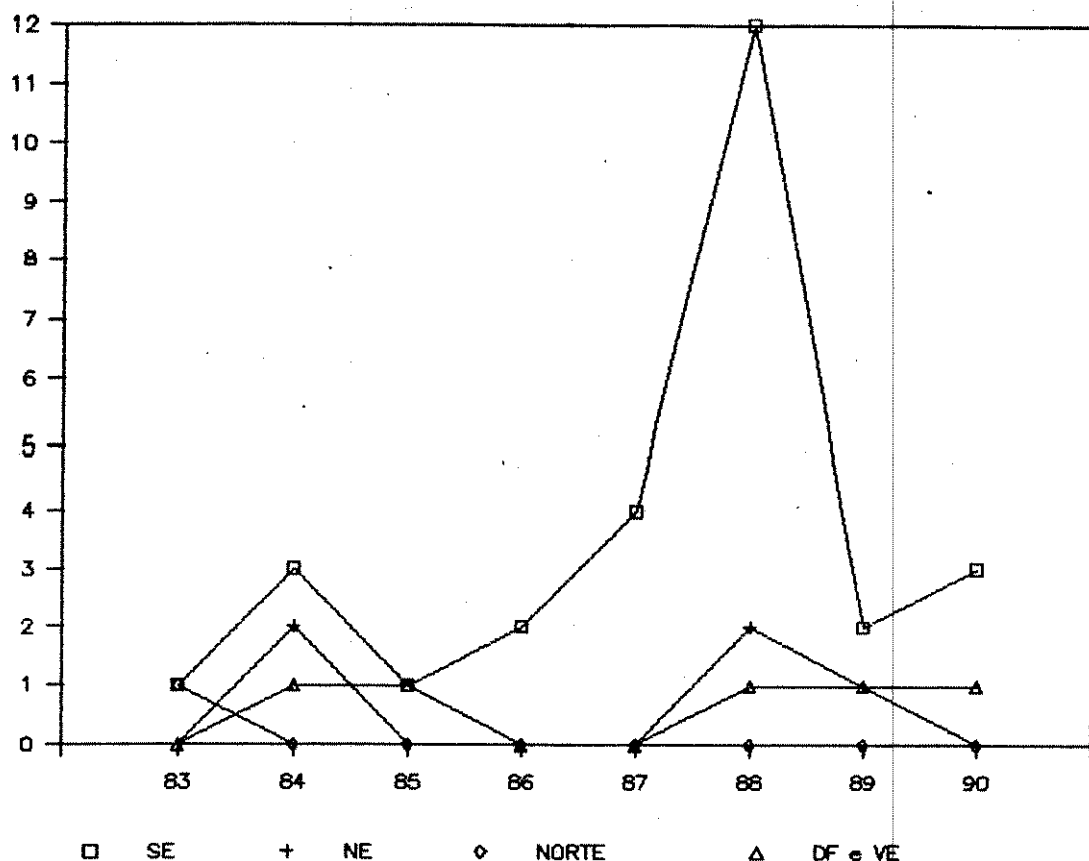


Figura 3 - Número de m.c.p.u. - educação, por ano, nas regiões sudeste, nordeste, norte e Distrito Federal - Vários estados, no período de 1983 à 1990

Na fig. 1, observa-se um aumento de m.c.p.u. - educação em 1984, e um pico em 1988. Em números absolutos, também existem estes 2 picos para o total de participantes em cada ano. E, também tanto para a m.c.p.u. - educação, quanto para os

participantes, o gráfico aponta uma ligeira recuperação para os anos de '89 e '90, com relação aos anos '83, '85, '86 (e '87 para participantes).

A fig. 2 demonstra que no estado de São Paulo o número de m.c.p.u. - educação permanece mais alto em '84 e '88, estabilizando-se em '89 e '90. No estado do Rio de Janeiro o padrão é diferente, apesar de um grande aumento de m.c.p.u. - educação em 1988, este decorre de um aumento crescente de m.c.p.u. - educação a partir de '85, e descenderá abruptamente em '89, tendo, novamente, um ligeiro aumento em '90.

A fig. 3 ilustra o comportamento dos m.c.p.u. - educação por região. O nordeste abriga o menor número de m.c.p.u. - educação, seguido pelo centro-oeste. O norte só aparecerá em '83, e nos outros anos não haverá o registro, pelos jornais selecionados, de m.c.p.u. com o tema de educação.

De qualquer forma, percebe-se que, os anos de '89 e '90 significam ou a estabilização (região centro-oeste) ou uma queda (sudeste e nordeste), e uma ligeira recuperação (sudeste), do número de m.c.p.u. - educação.

Nos 8 anos abordados, houve a mudança de 3 governos com características e contexto político diferentes. De 1983 a 15 de março de 1985, o Brasil vivia a liberalização do regime militar sob o governo Figueiredo.

De 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990, o discurso político frisava a construção e consolidação da democracia, após a população ter sido desconsiderada no seu desejo de eleição direta para presidente, expresso na campanha de grande

mobilização popular pelas diretas já.

E, pelos descaminhos da vida política, quem deveria comandar esta construção e consolidação democrática, seria Sarney, que apesar da eleição indireta para presidente, herdava a legitimidade popular e o carisma de Tancredo Neves.

E de 15 de março de 1990 até o final deste mesmo ano, o Brasil passa a viver o primeiro governo eleito diretamente pelo voto popular após o golpe de '64 - o governo Collor, com promessas de reconstrução nacional e de modernidade.

Para entender as diferenças entre estes períodos de governo, é preciso fazer uma análise mais aprofundada do panorama político de cada época, do quadro de negociações no interior do Estado, e das pressões e demandas populares.

Neste capítulo, apresentamos dados que são como pistas para a análise de como se deu a pressão popular, através do m.c.p.u., em torno da questão particular da educação.

Dividindo as 39 m.c.p.u. - educação, pelos períodos de governo, temos o seguinte quadro:

Quadro III - Número total e média por mês de m.c.p.u. - educação
nos governos Figueiredo, Sarney e Collor

GOVERNO	TOTAL	MÉDIA/MES
1983 a 15 de março de 1985 Figueiredo - 26 meses e 15 dias	9	0,33
15 de março de 1985 a 15 de março de 1990 Sarney - 60 meses	26	0,43
15 de março de 1990 até final de 1990 Collor - 9 meses e 15 dias	4	0,42
TOTAL - 96 MESES	39	0,40

Em números absolutos, o governo Sarney é o que apresenta um maior número de m.c.p.u. - educação (26), porém a média mensal demonstra que o governo Sarney e o governo Collor se equiparam em número de m.c.p.u. - educação por mês. Quer dizer, a cada dois meses e meio, mais ou menos, ocorre nestes governos, uma m.c.p.u. - educação. E no governo Figueiredo, a média de ocorrência era, mais ou menos, uma a cada três meses.

Isto significa pouca diferença entre os três governos, em termos de demanda popular por melhorias setoriais e/ou mudanças na política da educação.

A média no período total dos 3 governos (96 meses) também gira em torno de uma m.c.p.u. - educação a cada dois meses e meio.

A fig. 4 ilustra estes dados.

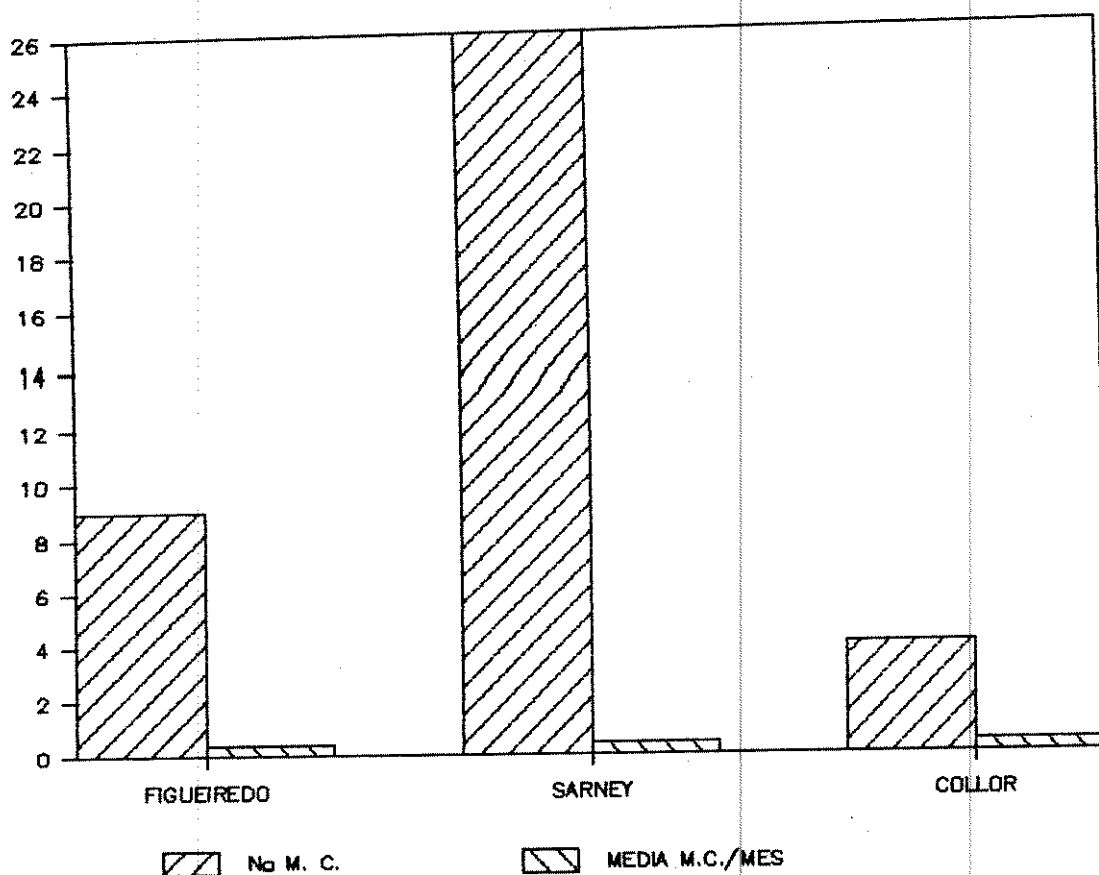


Figura-4- Número Total e média das mobilizações coletivas populares urbanas - educação, por período de governo

De alguma forma o Estado reagiu a estas pressões. É muito difícil, entretanto, saber como se deu esta reação. Uma das maneiras é procurar entender através das políticas sociais e do

orçamento da união e dos estados, as mudanças implementadas pelo Estado no setor da educação. Isto permitiria uma visão da resposta do Estado ao total global das m.c.p.u. - educação. A resposta imediata, pode ser observada através das notícias sobre os resultados obtidos por cada m.c.p.u. - educação, e das formas de repressão, ou não, desencadeadas por suas ações.

Os quadros IV e V têm estas informações.

Quadro IV - Resultados obtidos pelas m.c.p.u. - educação, durante o período de 1983 a 1990

Resultado	nenhum/ não registra do	resul- tados parciais	conquistado	TOTAL
Ano				
1983	1	1	-	2†
1984	4	2	-	6
1985	-	1	1	2
1986	2	-	-	2*?
1987	3	1	-	4†
1988	14	1	-	15†
1989	3	1	-	4†
1990	4	-	-	4
TOTAL	31	7	1	39

† Transp. - 4

? Hab./Saúde - 1

* Hab.

Quadro V - Tipos e número de incidentes ocorridos nas m.c.p.u. - educação, durante o período de 1983 a 1990

Incidente	sem incidentes não registrado	PM acompanha (intimida)	PM reprime com ou sem violência	População reage	TOTAL
Ano					
1983	1	1	-	-	2†
1984	6	-	-	-	6
1985	2	-	-	-	2
1986	2	-	-	-	2*?
1987	4	-	-	-	4†
1988	13	2	-	-	15†
1989	2	1	1	-	4†
1990	1	1	2	-	4
TOTAL	31	5	3	-	39

† Trasn - 4
? Saúde/Hab. - 1
■ Hab. - 1

Pelo Quadro IV, observa-se que, foi possível extrair do noticiário o resultado imediato de 7 das 39 m.c.p.u. - educação. As restantes 32, ou não obtiveram resultado nenhum ou então os jornais não noticiaram.

Das 7 que obtiveram resultado, 6 foram parciais. Que resultados foram estes? Em resposta a que reivindicações?

Em 1984, estudantes da Universidade Federal da Paraíba pressionaram para que o preço das refeições do restaurante universitário fosse diminuído, e conseguiram que o governo estadual interferisse e subsidiasse o preço das refeições por 30

dias³. Neste mesmo ano, outro grupo de estudantes em Minas Gerais, protestaram contra o fechamento do restaurante, e conseguiram, após alguns dias, a abertura de negociações com o reitor da universidade⁴.

Em 1985, noticia-se a construção de uma escola de emergência, após a luta de mulheres num bairro de São Paulo⁵.

Em 1987, após a mobilização popular pela construção de uma Universidade Popular na Zona Leste de São Paulo, o governo estadual apresenta propostas, as quais porém, ainda não estão de acordo com as reivindicações da população. E, por isto, a mobilização continuou⁶.

Em 1988, estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, reivindicam mais verba para a Universidade e, após 30 dias de mobilização, conquistam algumas melhorias, porém, não obtém nenhuma mudança a nível nacional⁷.

E, em 1989, um pequeno número de estudantes, em Bragança Paulista, SP, fazem pressão para que a mensalidade da Universidade São Francisco diminua e, com isto, conseguem a adesão da maioria dos estudantes à mobilização⁸.

Uma das m.c.p.u. - educação consegue o resultado almejado. Isto é, sua reivindicação foi atendida : em 1985, em Brasília, os estudantes (e professores) da UnB protestam contra a posse do novo reitor e após 6 dias de manifestações conseguem a renúncia do mesmo⁹.

3. Noticiado nos jornais FSP e OESP em 22/03/84

4. JB em 04/04/84 .5. O São Paulo em 08/11/85

6. O São Paulo em 21/08/87 .7. FSP em 23/09/88 e JB em 21/10/88

8. FSP em 09/08/89

9. O Globo em 14/03/85

Algumas vezes a forma de reação do governo federal, estadual ou municipal à m.c.p.u. - educação (e de outros tipos) se dá por meio da intervenção da polícia militar. A PM pode ser acionada tanto para intimidar, "manter a ordem", e então seus homens apenas acompanham os manifestantes; quanto para reprimir, dispersar e desmobilizar, e, nesta ocasião, a PM pode agir com ou sem violência direta (ferimentos, prisões, coerção física, etc).

O Quadro V demonstra que a PM foi acionada mais vezes nos últimos três anos do período (1988, 1989 e 1990). Quatro vezes, apenas para acompanhar, e três vezes, para reprimir.

Em nenhuma das ocasiões, onde houve incidente, a população reagiu.

Mas a que tipo de m.c.p.u. - educação, o Estado estava reagindo, apresentando propostas, cedendo às reivindicações, mantendo-se intransigente, ou acionando a PM?

A resposta pode ser dada através do Quadro VI.

Quadro VI - Tipos e número de m.c.p.u. - educação, ocorridas durante o período de 1983 a 1990

ANO	TIPOS								TOTAL
	CONCENTRAÇÃO ATO PUBLICO	PASSEATA	Ocupação PRÉDIO INSTIT. PUBLICA	AUDIENCIA COM AUTORIDADES	BLOQUEIO TRANSITO	BREVE: FOME OU PROTESTO	VAIA AD PRESIDENTE	NAO ESPECIFI FICADA	
1983	2	1	-	1	-	-	-	-	4 ^o
1984	1	-	2	-	-	1	-	2	6
1985	1	-	-	-	-	-	-	1	2
1986	-	1	-	-	1	-	-	-	2 ^o
1987	-	2	1	-	-	-	-	1	4 ^o
1988	1	6	4	-	-	2	-	2	15 ^o
1989	-	3	-	-	-	1	-	-	4 ^o
1990	-	2	-	-	-	1	1	-	4
TOTAL	5	15	7	1	1	5	1	6	41

○ Transporte: 4

■ Habitação/saúde: 1

* Habitação: 1

OBSERVAÇÃO: O total real das m.c.p.u. - educação é 39, porém algumas mobilizações ocorrem com mais de um tipo - por exemplo, passeatas e concentrações.

Quando a população se une para reivindicar e chamar a atenção publicamente sobre os problemas vivenciados na esfera da educação, com mais frequência o fazem através de passeatas. Outra forma de manifestação escolhida, é a ocupação de prédios que abrigam instituições públicas. Em seguida (no número de vezes que

aparece no Quadro), está a manifestação através de concentrações e atos públicos em locais centrais da cidade (no próprio centro da cidade, ou em frente a locais que representam, para a população, o lugar de onde deveria sair a solução do problema em questão).

A greve de fome ou de protesto (não ir às aulas/fechar a escola) também é usada, principalmente pelos estudantes.

Um meio pouco usado pelos manifestantes, é o de bloquear o trânsito de uma rua do bairro, avenida central, ou rodovia. Esta forma aparece no Quadro apenas uma vez, junto com a audiência mantida com autoridades. Também aparecendo apenas uma vez (em 1990), surge uma nova maneira da população manifestar seu desagrado ou sua reivindicação: a vaia programada ao presidente. Dissemos nova maneira, pois esta vaia se dá quando o presidente sobe a rampa do Planalto, prática que Collor transformou num ritual, nos primeiros anos de governo.

Os organizadores destas manifestações quase sempre não estão nas notícias publicadas pelos jornais. Das 39 m.c.p.u. - educação, apenas 9 têm o registro de seus organizadores. Uma de 1983, cujos organizadores foram o DCE da Universidade Federal do Pará e Comissão de Transportes de Belém. Duas em 1987, tendo por organizadores a Associação dos Moradores (uma) e a Pastoral do Menor, Movimento de saúde, grupo de união e consciência negra e Apeoesp (a outra). E, em 1988, aparecem as entidades estudantis como organizadoras de 6 m.c.p.u. - educação: quatro delas organizadas pela UNE (dentre as quatro, uma foi organizada em conjunto com a UBES), uma organizada pela UEE, e uma pela comissão dos estudantes de Niterói.

São muitas as formas de interpretar e analisar os dados acima. E estas interpretações várias, também estão sedimentadas nas diversas maneiras de compreender o momento político em que as m.c.p.u. - educação ocorreram¹⁰. Entretanto uma coisa podemos afirmar como inconteste. Durante os oito anos do período pesquisado, a população representada pelos estudantes secundaristas e universitários, professores e moradores dos bairros periféricos, estava presente em praça pública, para manifestar suas necessidades em torno de questões de educação, e reivindicar soluções parciais, setoriais ou mesmo globais.

Vale lembrar, novamente, que a cada dois meses e meio, ocorria no período, 1 m.c.p.u. - educação.

10. A análise social e política que norteia nosso trabalho será apresentada no capítulo VII.

CAPITULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES URBANOS ALIMENTAÇÃO

As m.c.p.u. - alimentação estão relacionadas à questão do desemprego e à política salarial do Brasil; e num nível mais geral, estão relacionadas à própria política econômica brasileira.

O problema com a alimentação, ou da falta de alimentos, faz parte do cotidiano da maioria da população, porém, quando a taxa de desemprego aumenta ou em períodos de alta do custo de vida, aliada ao rebaixamento do valor real dos salários, este problema chega a atingir a própria sobrevivência de grande parte da população. E isto não é apenas retórica ou denúncia vazia de conteúdo, e de dados que a comprovem. A aparência de frase de efeito ou desprovida de sentido, fica por conta que este estado de coisas, já é rotineiro não chegando mais a espantar, ou a causar uma atitude de efetiva indignação.

E os dados (quando a própria observação da população pauperizada não é suficiente), são fáceis de se obter através dos próprios meios de comunicação. Como exemplo, podemos ver as notícias publicadas em jornais no primeiro e último ano do período (1983 e 1990).

"Cerca de 70% da população brasileira tem um padrão de alimentação

aquém do mínimo necessário. Os dados são do IBGE, com base na pesquisa: Estudo Nacional de Despesas Familiares. E, segundo dados do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) existem hoje, no país, cerca de 21 milhões de pessoas que convivem diariamente com a desnutrição e a fome". (FSP, 23/08/83).

"Cerca de 70% das crianças que morrem nas zonas mais pobres do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e nas regiões do norte e nordeste, são portadoras de alguma forma de desnutrição. (...)

O índice de mortalidade infantil no Brasil é, entre as populações mais pobres, de 140 entre cada mil nascimentos, e apenas 20 por mil nas faixas de renda alta ...". (FSP, 12/08/83).

"Mais de cinco milhões de crianças brasileiras menores de cinco anos, sofrem de algum tipo de desnutrição - este total corresponde a 31% das crianças do país nesta faixa etária -, de acordo com os resultados iniciais da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), realizado entre julho e setembro de 1989 pelo IBGE e pelo INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) do Ministério da Saúde (...)" (O Globo, 02/05/90).

"Mais de 40% dos brasileiros - cerca de 53 milhões de pessoas - vivem sob um regime de fome no Brasil. Sobrevivem com uma renda anual entre US\$ 150 e US\$ 300, segundo documento da FAO (Orgão das Nações Unidas que estuda alimentação e agricultura). Para Maria Antonia Martins Galiuzzi, consultora da instituição, essa renda caracteriza uma situação de fome endêmica". (FSP, 19/10/90).

E não poderia ser de outra forma, já que grande parte da população brasileira recebe um salário mínimo (ou menos que isto), e este salário, no período pesquisado, ou nem chega a cobrir os gastos mínimos com a cesta básica, ou então é comprometido em sua maior parte apenas com este item - o da alimentação. Sendo assim, esta população irá diminuir (quando possível) os gastos com alimento para poder suprir - muito precariamente - suas demais necessidades e algumas aspirações.

Em 1983 (governo Figueiredo), os dados apontavam a seguinte situação:

"O número de brasileiros que ganham de meio a um salário mínimo aumentou de 17 para 21 milhões entre 1981 e 1982 (segundo dados do IBGE) ..."
(JB, 21/09/83).

"A alta da alimentação é o principal motor da inflação que, este ano já acumulou 108,7% (...). Desde março de 1979, quando presidente Figueiredo assumiu prometendo, em seu discurso de posse, fazer da agricultura a prioridade máxima de seu governo, o custo de alimentação subiu 781,3%. No mesmo período, o salário mínimo aumentou 129,2% (JB, 25/09/83).

No final do governo Figueiredo o jornal O Globo de 05/03/85, publica que, uma família gastaria mais com alimentos do que o valor do salário mínimo:

"Segundo informou o DIEESE, um casal com dois filhos menores gastou Cr\$ 404,303, em fevereiro, para consumir a ração essencial definida pelo governo em 1938. Para um adulto sozinho o gasto chegaria a Cr\$ 134,101, quantia equivalente a 80% do salário mínimo (Cr\$ 166,560) ..."

Em meados do governo Sarney, o JB de 03/06/87, informa que:

"Segundo cálculo do DIEESE, a cesta básica de alimentos custa hoje para um trabalhador Cz\$ 1.392,21, ou seja 92,21% do salário mínimo líquido e 84,83% do salário mínimo bruto (hoje em Cz\$ 1.641,60). Esses cálculos incluem apenas os gastos com a alimentação. Resta do salário mínimo Cz\$ 249,39 para os outros gastos, como moradia, educação, transporte, vestuário e higiene".

No final do governo Sarney:

"O custo da cesta básica em São Paulo calculado pelo DIEESE, tem variação de 100,07% em janeiro, um recorde histórico. Com este índice, o salário mínimo ideal para o sustento de uma família (dois adultos e duas crianças) seria de NCz\$ 8.863,51, segundo o órgão". (FSP, 07/02/90).

OBSERVAÇÃO: O salário mínimo irá atingir o valor de NCz\$ 3.674,05, apenas em março daquele ano.

E, em 1990, durante os primeiros meses do governo Collor, as notícias demonstram que não houve melhora significativa e duradoura na vida da população brasileira assalariada em nenhum momento do período que abordamos:

"O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-

Econômicos) informou ontem que o salário mínimo de junho (Cr\$ 3.857,76) não foi suficiente sequer para comprar os 13 produtos alimentícios da cesta básica. Segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário para manter uma família com dois adultos e duas crianças, em junho, deveria ser de Cr\$ 38.596,99". (O Dia, 06/07/90).

"As famílias paulistanas precisaram desembolsar em outubro, Cr\$ 6.841,21 para comprar uma cesta de alimentos composta de 13 produtos básicos (segundo cálculos do DIEESE) (...). O valor da ração essencial, portanto, ficou 6,47% mais alto do que o salário mínimo em outubro (Cr\$ 6.425,14). Assim, apenas para poder comprar todos os itens básicos, o paulistano com renda de um salário mínimo teria de trabalhar 234 horas e 15 minutos, segundo a entidade. Pela constituição estão previstas 220 horas de trabalho por mês"¹¹ (JC 08/11/90).

Neste cenário é que ocorrem as m.c.p.u. - alimentação, da época pesquisada, e na quase totalidade, estas mobilizações se transfiguram em ações violentas, na forma de saques a supermercados ou a qualquer outro estabelecimento que venda ou armazene alimentos. A violência é melhor caracterizada quando olhada a luz de valores como respeito à propriedade privada e ao livre comércio, e não à luz da pobreza de seus participantes.

Mas os saques não são a única forma de protesto e de reivindicação que a população usou neste período.

Os saques atingiram maior número, em 1983 e em 1990, no meio

11 Grifo nosso

deste período, houve um refluxo das m.c.p.u. - alimentação. Por isto, é preciso salientar que os saques, apesar de diretamente relacionados aos índices levantados acima, possuem motivações outras que não só a necessidade premente (por alimento) e, pode expressar, além desta necessidade, uma vontade de negar o estado de pauperização crescente em que vive a população; podendo significar, também, um protesto político¹².

Na pesquisa realizada, foram registradas 333 (trezentos e trinta e três) m.c.p.u. - alimentação. O Quadro VII apresenta estes números a cada ano e por estado.

¹² Para informações sobre saques, especificamente, ver "A Revolta da Fome" - São Paulo - CPV - 1985 - (dossiê)

Quadro VII - Ocorrência de m.c.p.u. - alimentação, por estado e vários estados (V.E.) simultaneamente, durante o período de 1983 a 1990

Estado	SP	RJ	MA	PB	BA	PI	CE	PR	SC	DF	TOTAL
Ano											
1983	79	141	-	-	1	-	-	-	1	-	222*
1984	7	2	-	1	-	1	-	-	-	-	11
1985	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
1986	-	5	4	-	-	-	-	-	-	-	9
1987	5	2	-	-	10	-	1	-	-	-	18
1988	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
1989	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1990	1	66	-	-	3	-	-	-	-	1	71A
TOTAL	92	217	4	1	14	1	1	1	1	1	333

* Transp - 1
A Hab - 1

O estado do Rio de Janeiro compreende 65,1% do total das m.c.p.u. - alimentação, e o de São Paulo 27,6%. O estado que aparece em seguida é o da Bahia com 4,2%.

No estado do Rio, ocorreram mais m.c.p.u. - alimentação em

1983 e 1990; no estado de São Paulo, em 1983 e 1984; e na Bahia, em 1987.

As pessoas que participavam destas mobilizações eram, na maioria, moradores de bairros periféricos, e quando indagadas das razões de seus atos (no caso dos saques, especialmente), alegavam o desemprego. Em 3 dos m.c.p.u. - alimentação os manifestantes eram mulheres protestando contra a alta do custo de vida (carestia).

Em 60 m.c.p.u. - alimentação, o número de participantes foi de 29.740 pessoas, com uma média de mais ou menos 500 participantes por mobilização.

Quadro VIII - Número de m.c.p.u. - alimentação com registro de de pessoas mobilizadas, número de participantes, média de participantes por movimento e m.c.p.u. com maior número de participantes

Dados	nº M.C.	nº Participantes	Média	M.C. com maior nº de participantes
Ano				
1983	26†	12.990	499,6	5.000
1984	9	3.950	438,8	438
1985	1	3.000	3.000	3.000
1986	4	700	175	300
1987	14	6.100	435,7	2.000
1988	1	300	300	300
1989	0	0	0	0
1990	5A	2.700	540	2.000A
TOTAL	60	29.740	495,6	

A Hab. 1

† Transp. 1

Em 1983 e em 1987, é que se tem, no conjunto das mobilizações, o maior número de pessoas mobilizadas em torno do problema da alimentação.

Embora, em todo o período, o número médio de participantes não difira muito (exceto nos anos de 1985 e 1986).

O Quadro VIII demonstra, também que foi em 1983 que uma mobilização conseguiu reunir o maior número de participantes do período, ou seja, 5.000 pessoas (esta mobilização ocorre junto com quebra-quebra de trens).

A fig. 5 condensa os dados dos quadros acima.

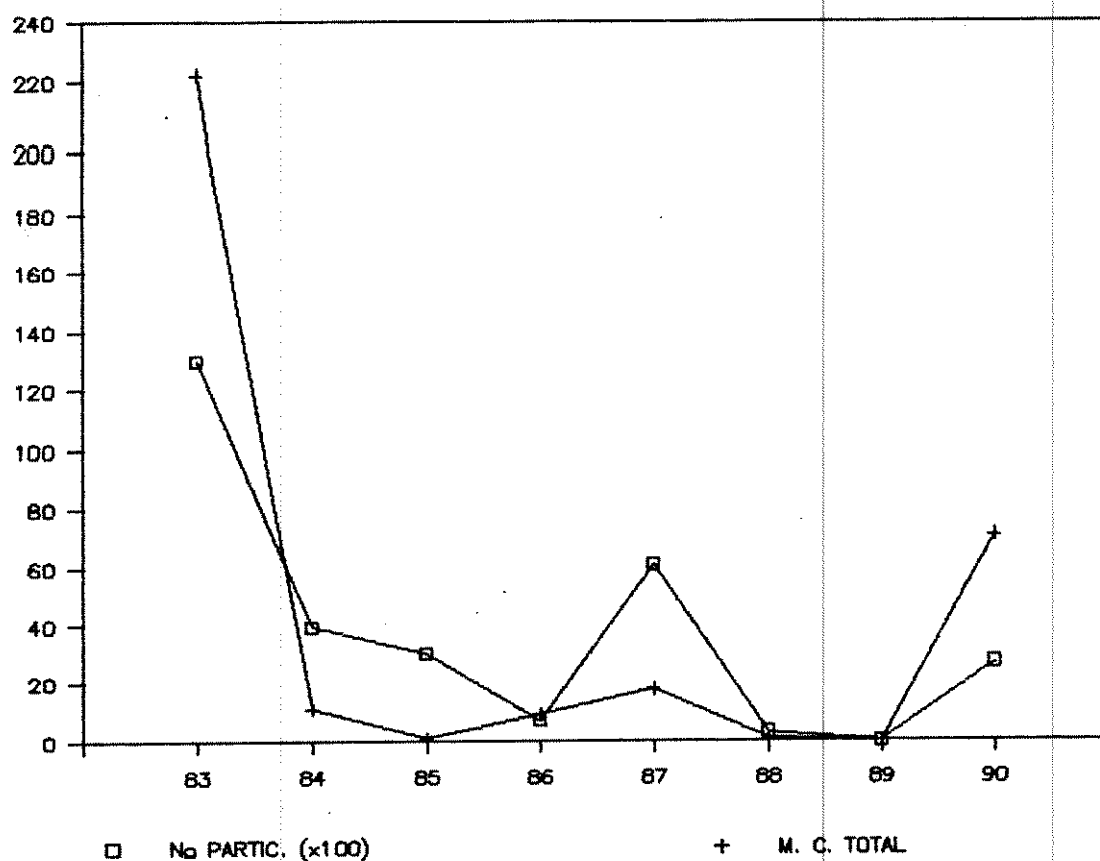


Figura 5 - No total de m.c.p.u. alimentacao, e no total de participantes (x100) por ano

O que chama a atenção, na figura acima, é a forma do gráfico do número de mobilizações mostrando três picos. O maior em 1983, o menor em 1987, e o que aponta uma recuperação, em 1990.

E, também, o gráfico com o número de participantes apresenta três picos. O maior em 1983, o intermediário em 1987, e uma tendência de recuperação em 1990.

Em 1989 não foi noticiado, e para efeito de nosso trabalho, não ocorreu nenhuma m.c.p.u. - alimentação.

As figuras 6 e 7, ilustram o comportamento destas mobilizações nas regiões do Brasil.

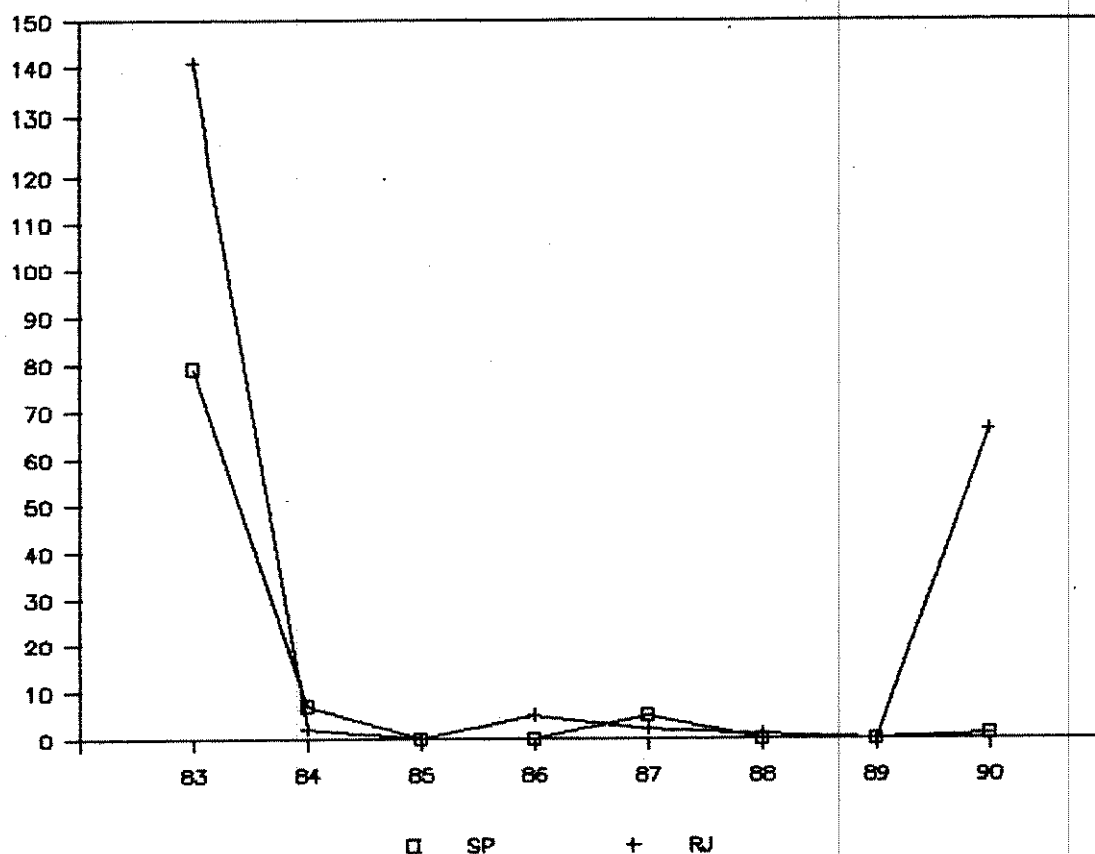


Figura 6 - Número de m.c.p.u. - alimentação, por ano, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no período de 1983 à 1990

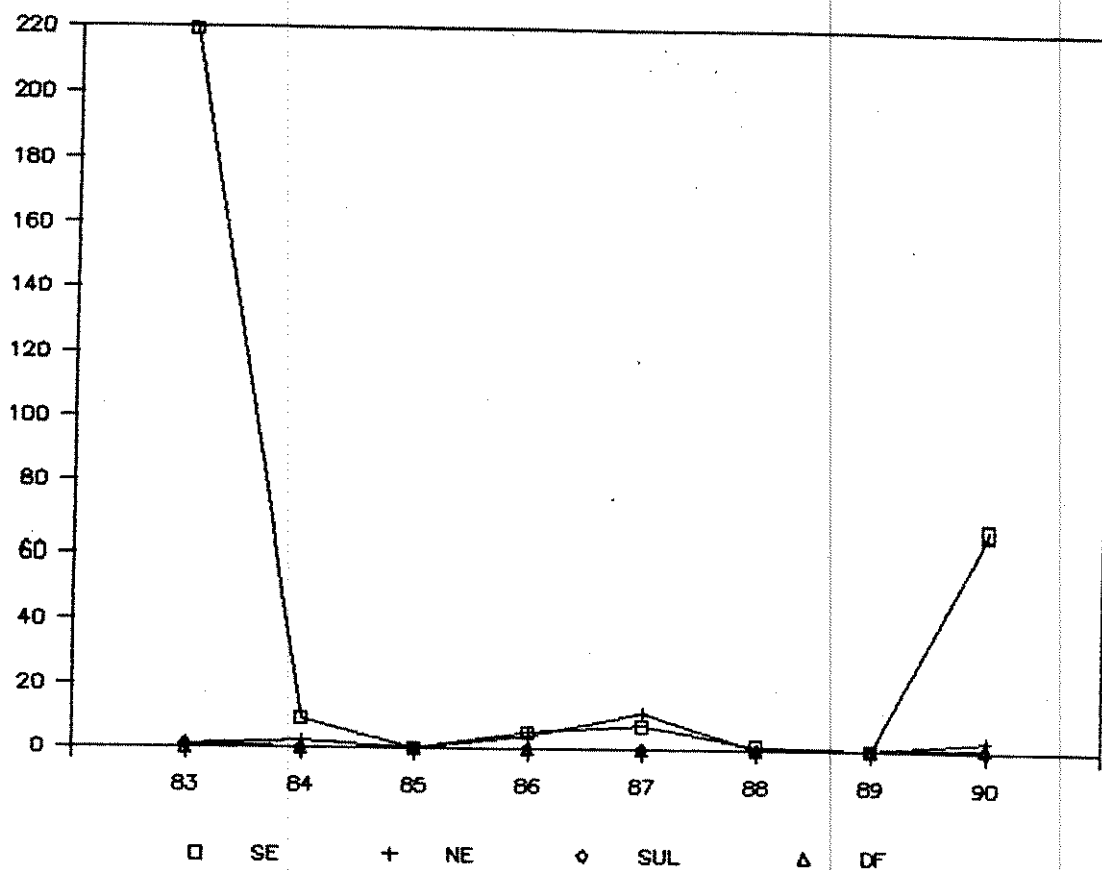


Figura 7 - Número de m.c.p.v - alimentação, por ano, nas regiões sudeste, nordeste, sul e Distrito Federal, no período de 1983 à 1990

As figuras 5, 6 e 7, permitem observar com mais clareza, que os anos de 1985 e 1988 (além de 1989) foram anos com pequeno número de m.c.p.v. - alimentação.

Para compreender estas diferenças de ano para ano, é

necessário compreender os fatores econômicos - indicados no início do capítulo - e, também, o contexto político representado por cada governo.

E o Quadro IX, a seguir, demonstra como as m.c.p.u. - alimentação estavam presentes em cada governo do período.

Quadro IX - Número total e média por mês de m.c.p.u. - alimentação nos governos Figueiredo, Sarney e Collor

GOVERNO	TOTAL	MEDIA/MES
1983 A 15 DE MARÇO 85 - FIGUEIREDO - 26 MESES 15 DIAS	233*	8,79
15 MARÇO 85 A 15 MARÇO 90 - SARNEY - 60 MESES	29	0,48
15 MARÇO 90 - FINAL 90 - 9 MESES E 15 DIAS - Collor	71*	7,47
TOTAL 96 MESES	333	3,46

* Transp.

• Hab.

Neste Quadro, os números absolutos e a média mensal de mobilizações apontam numa mesma direção, ou seja, no governo Figueiredo e no governo Collor aconteceu o maior número de m.c.p.u. - alimentação do período pesquisado. E a diferença entre eles e o governo Sarney é grande: em números aproximados, podemos dizer que no governo Figueiredo, houve 9 mobilizações por mês; no governo Collor 7 mobilizações; e no governo Sarney apenas uma a cada 2 meses.

No período todo - de 1983 a 1990 - acontecia, a cada mês, em torno de 3 m.c.p.u. - alimentação. A figura 8, ilustra estes dados.

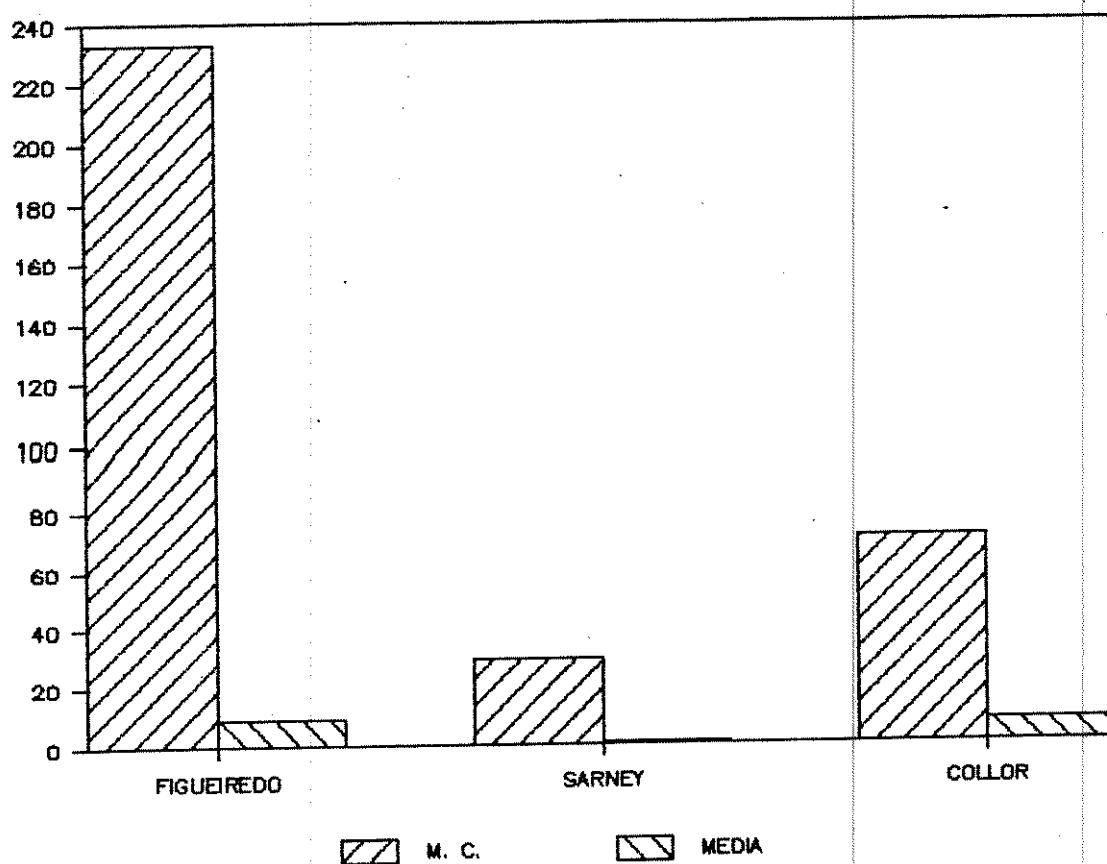


Figura 8 - Nº Total, e média das m.c.p.v. alimentação, por período de governo

A pressão da população foi forte e, principalmente em 1983 e 1990, numerosa.

Devido ao caráter de violência e ao grande número de

mobilizações, principalmente saques, os governantes tiveram que se manifestar. A opinião pública também se posicionou e os órgãos de comunicação davam destaque à estas mobilizações. No entanto, providências profundas para atender a solicitação de alimentos da população não foram tomadas. A resposta imediata dos governos estaduais e federais se deu através de medidas para assegurar a ordem pública - a formação de esquemas de segurança pela Polícia Militar. O governador do estado do Rio de Janeiro, em 1983, Leonel Brizola, achou por bem distribuir sopões para a população mais carente, como medida paliativa para conter a onda de saques (esta medida foi tomada após a ocorrência de 109 saques no Rio de Janeiro)¹³.

Podemos observar esta reação do Estado através dos Quadros X e XI.

Quadro X. - Resultados obtidos pelas m.c.p.u. - alimentação

	Resultado	nenhuma/ sem registro	paliativo	parcial	conquistado	TOTAL
Ano						
1983		113	109	-	-	222†
1984		11	-	-	-	11
1985		1	-	-	-	1
1986		9	-	-	-	9
1987		18	-	-	-	18
1988		1	-	-	-	1
1989		-	-	-	-	0
1990		70	-	1	-	71A
TOTAL		223	109	1	-	333

A Hab. - 1

† Transp. - 1

Quadro XI - números de incidentes ocorridos nos m.c.p.u.
- alimentação, durante o período de 1983 e 1990

Incidente	sem incidentes	PM acompanha	PM reprime	População	TOTAL
Ano	não registrado	(intimida)	com ou sem violência	reage	
1983	159	-	63	1	223*
1984	7	-	4	-	11
1985	1	-	-	-	1
1986	8	-	1	-	9
1987	15	-	3	-	18
1988	1	-	-	-	1
1989	-	-	-	-	0
1990	26	-	45	-	71A
TOTAL	217	0	116	1	334

A Hab. 1

* Transp. 1

Em 1990 uma mobilização pelo reinício do Programa do Leite, obtém como resposta a informação oficial de que este já estaria sendo reativado¹⁴.

Pelo Quadro XI, percebe-se que a repressão aumenta, nos anos em que o número de m.c.p.u. - alimentação, especificamente os saques, é maior.

O total do Quadro de incidentes é 334 e não as 333 m.c.p.u. - alimentação, porque numa mesma mobilização ocorreu mais de um tipo de incidente. E deste total, 34,7% das mobilizações sofreram algum tipo de repressão por parte da FM. Em uma destas vezes, a população reagiu.

E a repressão foi muito maior, em 1990 que em 1983. Isto é, em 1983, 28,2% das m.c.p.u. - alimentação recebeu a intervenção repressiva da FM; e em 1990 esta porcentagem sobe para 63,3%.

Já observamos por várias vezes, que o maior número de manifestações por alimentos são os saques. Mas, quais os outros tipos de mobilização que a população realiza para fazer suas reivindicações por mais alimentos e pela diminuição de seu custo?

Quadro XII - Tipos e número de m.c.p.u. - alimentação, ocorridas durante o período de 1983 a 1990

	Tipo	concentração ato público	passeata	saque	depredação	não registrado	TOTAL
Ano							
1983		3	2	218	1	-	224
1984		-	-	10	-	1	11
1985		-	1	-	-	-	1
1986		-	-	5	4	-	9
1987		-	1	17	-	-	18
1988		-	-	1	-	-	1
1989		-	-	-	-	-	0
1990		1	1	69	-	-	71A
TOTAL		4	5	320	5	1	335

A Hab. - 1

* Transp. - 1

Os saques representam 95,5% das manifestações (em uma vez, foi seguido de depredação de supermercados). Mas a população realizou também algumas poucas passeatas, concentrações e atos públicos contra o alto custo de vida, contra a fome e o desemprego. Por ocasião do Plano Cruzado (1986 - governo Sarney), a população algumas vezes reagiu ao desacato dos supermercados ao congelamento de preços, com a depredação dos mesmos.

É possível detectar os organizadores de algumas passeatas e atos públicos: em 1983, a Pastoral Operária do Bairro Ipiranga organiza um ato público contra a alta do custo de vida; e a Associação das Donas de Casa de Florianópolis realiza uma concentração pela mesma razão; em 1987, o Comitê Permanente pela Fome, a CUT, FAMERJ e Movimento dos Sem Terra, organizaram uma passeata contra a fome endêmica da população brasileira; e em 1990, FAMERJ e Entidades Assistenciais do Rio de Janeiro, protestam, através de passeata, contra o fim de programas sociais, entre eles o Programa do Leite.

Desta forma, o panorama das m.c.p.u. - alimentação fica melhor delineado.

Todavia, para esta questão, os dados sempre revelam menos do que é a verdadeira luta e a verdadeira dor daqueles (e são muitos) que, cotidianamente, têm como desafio manter a própria sobrevivência!

CAPITULO III

MOBILIZAÇÕES COLETIVAS POPULARES URBANAS

TRANSPORTE

Numa cidade, principalmente nas grandes cidades, o transporte significa a própria possibilidade das pessoas se inserirem no seu contexto. No meio urbano o sistema de transporte é vital, é ele que permite que seus habitantes trabalhem, se locomovam e se relacionem fora de seu núcleo familiar. Dominar a forma como é organizado o trânsito e os meios de transporte nos grandes centros urbanos, é um dos primeiros passos da adaptação e inserção de uma pessoa, enquanto moradora de uma cidade.

Ora, grande parte dos trabalhadores de grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, não nasceram na "cidade grande". E a adaptação dos "recém-chegados" aos meios de transporte e à dependência destes para a locomoção, é geralmente um processo difícil. E mesmo para aqueles já adaptados ou nascidos nas grandes cidades, o sistema de transporte se constitui um problema.

Isto por duas razões fundamentais: primeiro porque os meios de transporte que servem o trabalhador são, geralmente, precários e em pequeno número; e segundo, porque o custo das "passagens"¹⁵

¹⁵ Aliás este termo demonstra bem, como ter a possibilidade de usar o meio de transporte, está vinculada a ter o livre acesso e a liberdade de "passar".

é muito alto para esta população, comprometendo boa parte de seu salário.

Por esta razão, as m.c.p.u. - transporte ocorrem na quase totalidade, em grandes centros urbanos. É por isto, também, que os participantes destas mobilizações são, geralmente, trabalhadores que moram nos bairros periféricos destas cidades, protestando, às vezes de forma violenta (quebra-quebras e depredações de trens e ônibus), contra a precariedade do sistema de transporte, o seu pequeno número (causando atrasos constantes) e alto custo.

Os quadros e as figuras a seguir, permitem, com seus números, que se tenha uma idéia mais precisa do que são estas mobilizações.

Quadro XIII - Ocorrência de m.c.p.u. - transporte, por estado e vários estados (V.E.) simultaneamente durante o período de 1983 a 1990

Estado	SP	RJ	MG	PR	RS	PB	PE	PA	GO	TOTAL
Ano										
1983	6	-	-	-	-	-	-	1	-	7*
1984	6	1	2	-	1	-	-	-	-	10
1985	1	1	-	1	-	-	-	-	-	3
1986	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1987	1	6	-	-	-	-	2	-	1	10*
1988	1	2	-	-	-	-	-	-	-	3*
1989	2	1	-	2	-	1	-	-	-	6*
1990	1	1	-	1	-	-	-	-	-	3
TOTAL	18	12	2	4	1	1	2	1	1	42

* Ed. = 4

* Al. = 1

No período abordado houve 42 m.c.p.u. - transporte, no Brasil (de acordo com os registros dos jornais pesquisados).

No estado de São Paulo ocorreu 42,8% destas mobilizações e no estado do Rio de Janeiro 28,5%.

O maior número de mobilizações foi em 1984 e 1987; e em seguida, em 1983 e 1989. Em 1986 não foi registrada nenhuma m.c.p.u. - transporte.

As m.c.p.u. - transportes conseguiram reunir, em todo o período 27.790 pessoas, com uma média de, aproximadamente, 1.100 pessoas por mobilização.

O Quadro XIV, abaixo demonstra os anos em que o número de participantes foi maior.

Quadro XIV - Número de m.c.p.u. - transporte, com registro de pessoas mobilizadas, número de participantes, média de participantes por movimento e m.c.p.u. com maior número de participantes

Dados	nº M.C.	Total Participantes	Média	M.C. com maior nº de participantes
Ano				
1983	6	10.000*	1.666,6	5.000
1984	4	2.100	525	700
1985	2	270	135	-
1986	-	-	-	200
1987	7	3.220*	460	1.000
1988	2	5.200*	2.600	5.000
1989	2	6.000*	3.000	5.000
1990	1	1.000	1.000	1.000
TOTAL	24	27.790	1.157,9	

* Ed. - 4

* Al. - 1

Em 1983, 1988 e 1989, houve a concentração do maior número de pessoas mobilizadas. E a média de participantes por cada mobilização, também, foi maior nestes anos. Coincidentemente, isto também ocorre nas mobilizações com o maior número de

participantes. Isto é, é naqueles anos que 3 mobilizações (uma em cada ano) atingiram o número de 5.000 participantes - duas destas mobilizações reivindicavam também, educação e alimentos.

Podemos visualizar estes dados na figura 9.

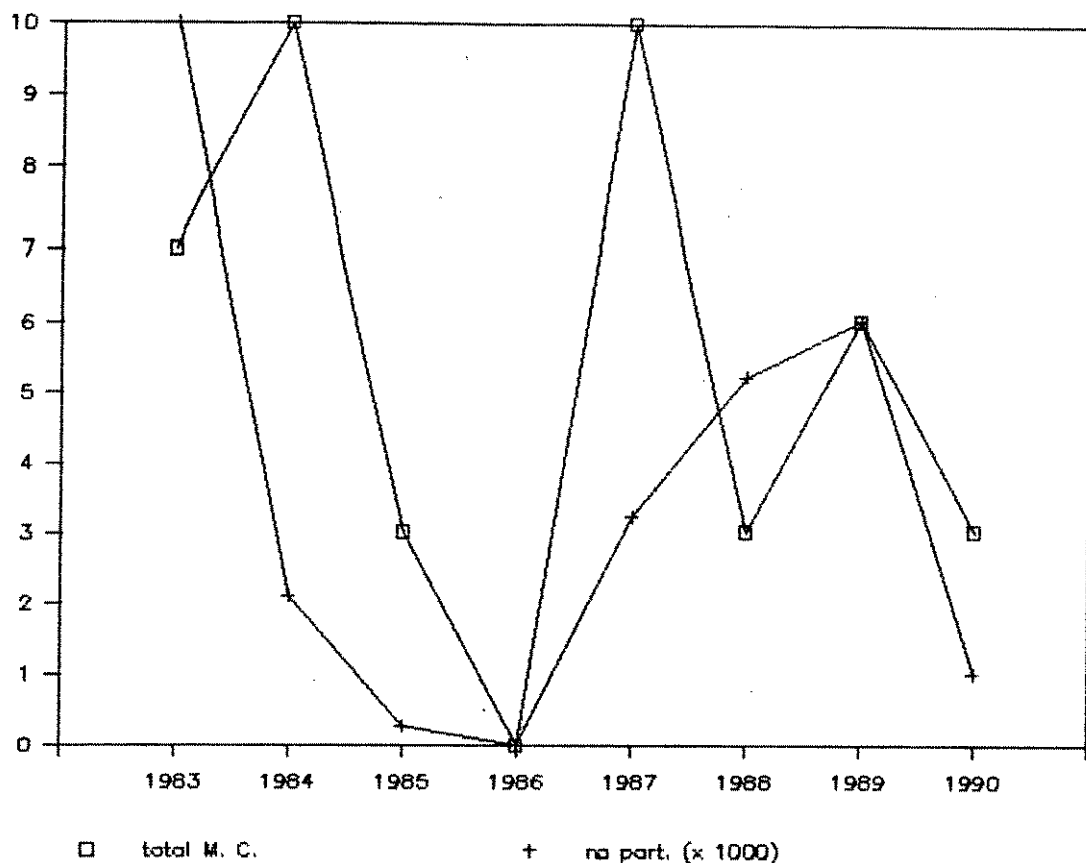


Fig. 9 - Mobilizações coletivas populares urbanas - transporte e o número de participantes.

Estes participantes eram trabalhadores, moradores de bairros periféricos (na maioria) e também estudantes (em pequeno número).

Na figura 11, estão representadas as m.c.p.u. - transporte, por cada região, e a figura 10 destaca os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

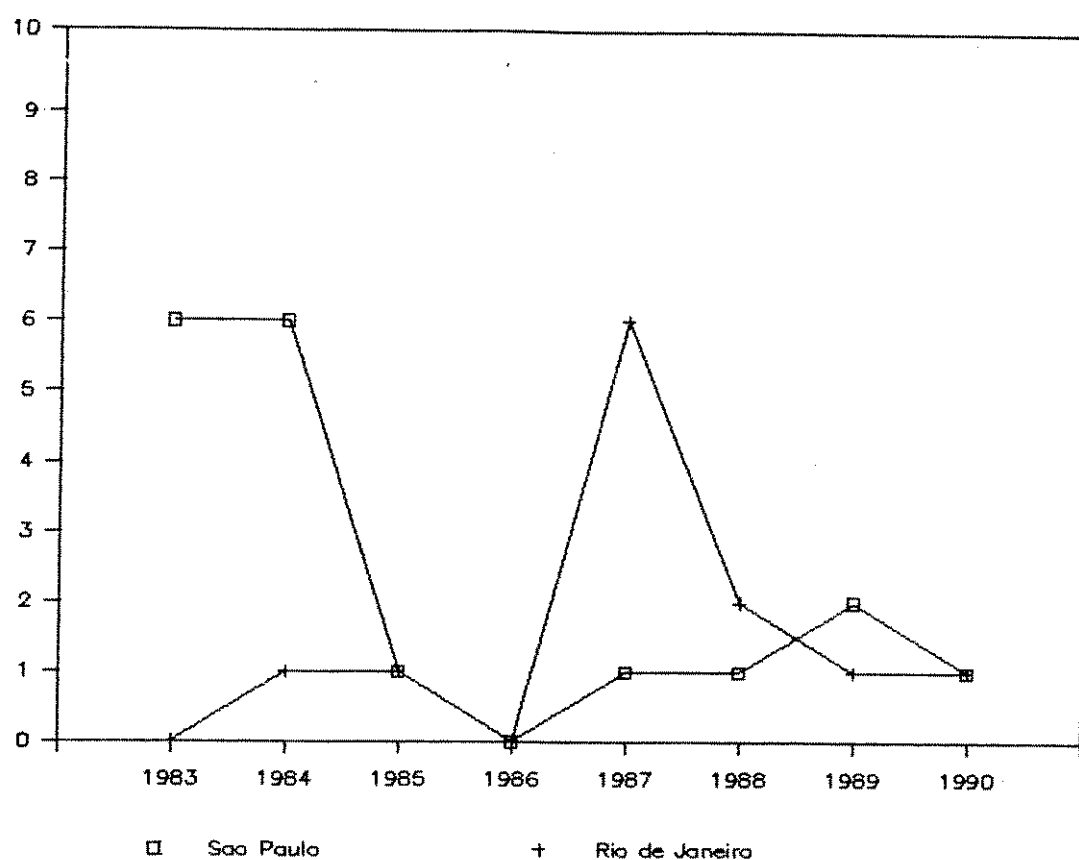


Figura 10 - Mobilizações coletivas populares urbanas - transporte nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

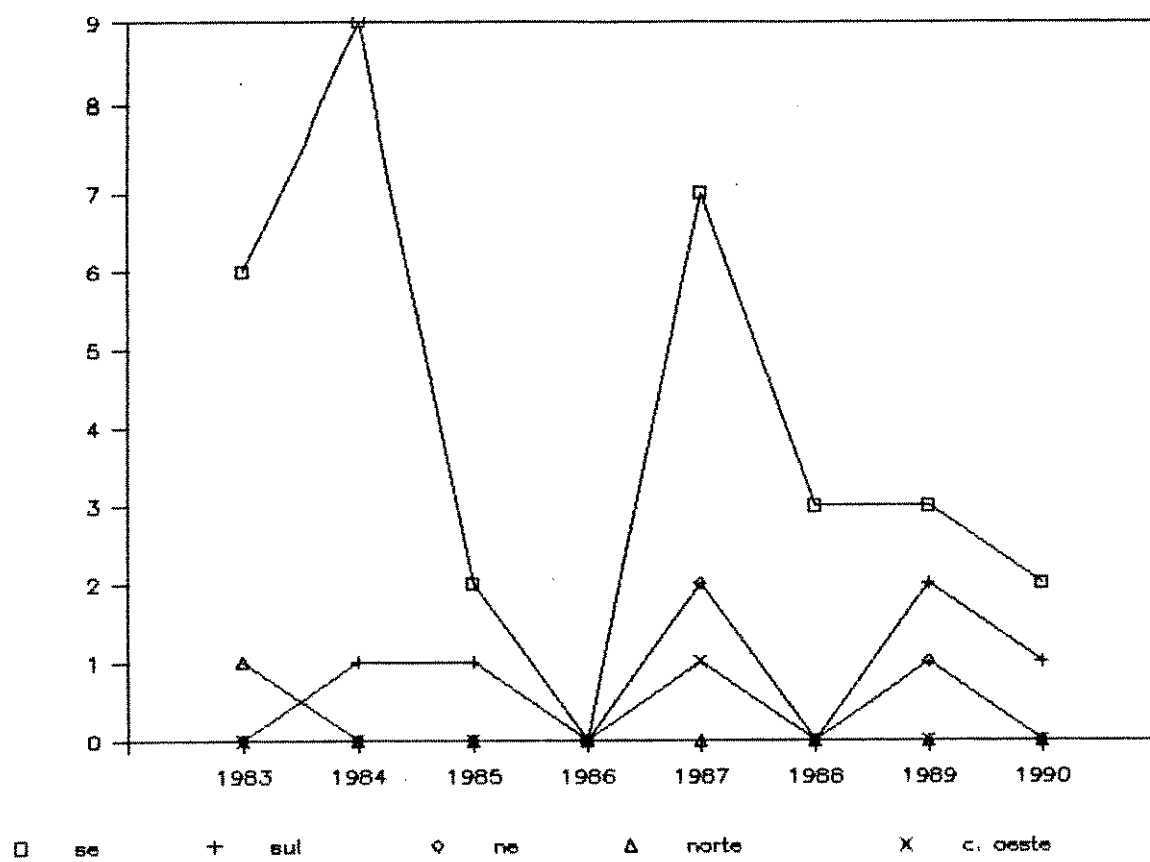


Figura 11 - Mobilizações coletivas populares urbanas - transporte por região.

Como pôde ser observado, na figura 9, foi no governo Figueiredo e Sarney que aconteceu a maior parte das m.c.p.u. - transporte. E o Quadro XV, a seguir, possui informações mais detalhadas sobre estes períodos.

Quadro XV - Número total e média por mês de m.c.p.u. - transporte nos governos Figueiredo, Sarney e Collor

GOVERNO	TOTAL	MEDIA/MES
1983 A 15 DE MARÇO 85 - FIGUEIREDO - 26 MESES 15 DIAS	18	0,67
15 MARÇO 85 A 15 MARÇO 90 - SARNEY - 60 MESES	23	0,38
15 MARÇO 90 - FINAL 90 - 9 MESES E 15 DIAS - Collor	1	0,1
TOTAL 96 MESES	42	0,43

A média de mobilizações por meses de governo (do período pesquisado) demonstra que o governo Figueiredo presenciou o maior número de m.c.p.u. - transporte por mês, seguido do governo Sarney e depois, Collor.

A média mensal de todo o período (96 meses) fica em torno de 1 m.c.p.u. - transporte a cada dois meses.

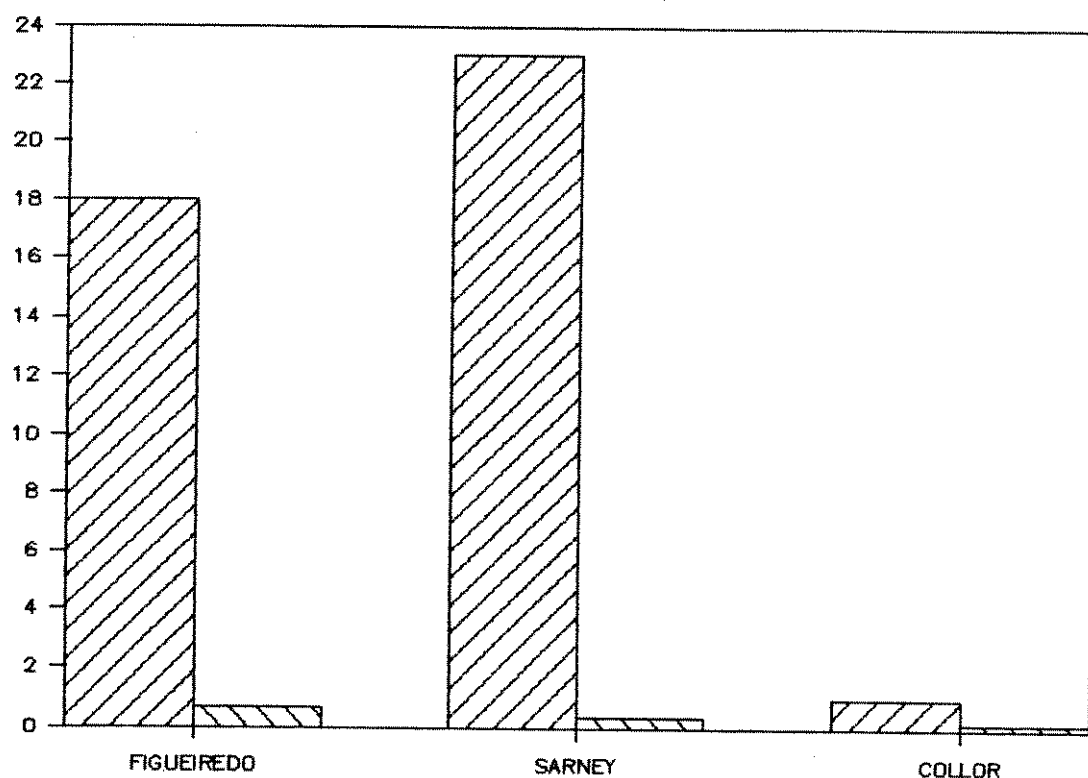


Figura 12 - Mobilizações coletivas populares urbanas - transporte por governo, total e média

Estas mobilizações conseguem, por vezes, obter resultados imediatos, como por exemplo, a suspensão do aumento dos preços das passagens de ônibus, outras vezes, a resposta das autoridades vêm através da repressão violenta, com a presença da Polícia Militar, especialmente se a mobilização é do tipo dos quebra-quebras e depredações.

Quadro XVI - Resultados obtidos pelas m.c.p.u. - transporte durante o período de 1983 a 1990

	Resultado	nenhum/ sem registro	parcial	conquistado	TOTAL
Ano					
1983	6	-	1	7*	
1984	8	-	2	10	
1985	2	-	1	3	
1986	-	-	-	0	
1987	8	-	2	10*	
1988	3	-	-	3*	
1989	4	-	2	6*	
1990	3	-	-	3	
TOTAL	34	-	8	42	

† Ed.

• Al.

Fica bastante claro, no Quadro acima, que as m.c.p.u. - transporte conquistaram resultados, principalmente, naqueles anos onde houve maior número de manifestações, ou seja: 1983, 1984, 1987 e 1989.

Em 1983, após dois quebra-quebras, as pessoas mobilizadas em São Paulo, obtiveram a redução da tarifa de ônibus, por um período de 30 dias¹⁶.

Em 1984, uma concentração, com 500 pessoas, conseguiu vetar o aumento do ônibus em Minas Gerais¹⁷. Também neste ano, em Petrópolis, 600 pessoas fizeram uma concentração reivindicando a manutenção do Conselho de Transporte - órgão de representação popular - no que foram atendidos¹⁸.

Em 1985, 200 pessoas, no Paraná, bloquearam o tráfego e depredaram ônibus, e desta forma impediram o aumento da tarifa de ônibus¹⁹.

Em 1987, um quebra-quebra no Rio de Janeiro, consegue que um juiz suspenda o aumento dos ônibus, que já havia sido autorizado²⁰. Neste mesmo ano, em Pernambuco, uma passeata faz com que o aumento já programado do preço das passagens dos ônibus, seja adiado²¹.

Em 1989, duas manifestações no Paraná, com quebra-quebras, em locais diferentes, obtêm a redução do preço das tarifas dos ônibus urbanos²².

16 Jornal A propósito, setembro 1983

17 Tribuna da Luta Operária, 03/09/84

18 Boletim do FAMERJ - 84

19 Tribuna da Luta Operária, 28/01/85

20 Convergência Socialista, 02/07/87; Voz Nacional, 03/07/87, JB, 01/07/87; FSP, 01/07/87 e GM, 01/07/87

21 Folha dos Bairros, abril de 1987

22 FSP, 02/08/89 e 03/08/89

Quadro XVII - números de incidentes ocorridos nos
m.c.p.u. - transporte, durante o período de 1983
a 1990

Incidente	sem incidentes	PM acompanha	PM reprime	População	TOTAL
Ano	não registrado	(intimida)	com ou sem violência	reage	
1983	1	1	5	-	7†
1984	9	-	1	-	10
1985	2	-	1	-	3
1986	-	-	-	-	0
1987	7	-	3	-	10†
1988	1	-	2	1	4†
1989	2	-	4	1	7†
1990	2	-	1	-	3
TOTAL	24	1	17	2	44

† Ed. - 4

• Al. - 1

Obs.: O número total das m.c.p.u.- transporte é 42 (houve mais de um incidente em duas mobilizações)

Em todos os anos do período (exceto 86, pela inexistência de mobilizações), a FM esteve presente, reprimindo m.c.p.u. - transporte. Porém, a FM não esteve presente em todos os tipos de mobilizações, mas naquelas caracterizadas como quebra-quebras, e em duas passeatas. Do total de 17 quebra-quebras registradas, a FM reprimiu 15. A população reagiu por duas ocasiões.

O Quadro XVIII abaixo, elucida os tipos de m. c. p. u. - transporte mais frequentes, que ocorreram no período pesquisado.

Quadro XVIII - Tipos e número de m. c. p. u. - transporte
ocorridas durante o período de 1983 a 1990

Tipo	concentração ato público	audiência com autoridades	passeata / carreata	quebra-quebra depredação	paralisação ônibus/bio- queio trânsito	ocupação de prédios públicos	não registrado	TOTAL
Ano								
1983	1	1	1	5	-	-	1	9*
1984	5	3	5	-	1	-	2	16
1985	1	1	-	1	1	-	-	4
1986	-	-	-	-	-	-	-	0
1987	1	-	5	3	-	1	-	10*
1988	-	-	1	2	-	-	-	3*
1989	1	-	1	4	-	-	-	6*
1990	-	-	-	2	1	-	-	3
TOTAL	9	5	13	17	3	1	3	51

* Ed. - 4

* Al. - 1

Obs.: O número total das m.c.p.u.-transportes é 42 (houve mais de um tipo de mobilizações por 9 mobilizações)

Os quebra-quebras e depredações de ônibus e trens, que são os meios de transporte da população moradora da periferia, foi o tipo de mobilização mais frequente. Geralmente, estes quebra-quebras ocorriam após um atraso acentuado de trens, provocando a ira de uma população já bastante estressada por suas más condições de trabalho, moradia e transporte; ou, então, quando era anunciado um novo aumento na tarifa dos ônibus, o que era julgado pela população, como insuportável, dada as condições precárias dos ônibus, o seu pequeno número em circulação (causando atrasos e superlotação) e, também, os baixos salários.

Este tipo de mobilização aconteceu mais vezes em 1983, 1987 e 1989, embora esteja presente, também nos outros anos. É interessante notar a ausência do registro, pelos jornais pesquisados, de depredações em 1984.

E, é em 1984 e 1987 que as passeatas, carreatas, caminhadas e outras mobilizações deste tipo, têm o maior número. Também em 1984, acontece o maior número de concentrações e atos públicos reivindicando melhorias ou protestando contra as condições de transporte.

Novamente é em 1984, que a população se manifesta mais vezes através da solicitação conjunta de audiência com autoridades ligadas ao governo municipal e estadual.

Outros meios usados pela população para chamar a atenção sobre seus problemas com o sistema de transporte é 1) o bloqueio do trânsito das ruas, avenidas ou rodovias, em conjunto com a paralisação de ônibus que circulam nestas vias, e 2) a ocupação de prédios que abrigam instituições públicas, que a população,

entende ser a responsável pela resolução dos problemas levantados.

As reivindicações e protestos destas mobilizações eram: 1) pela diminuição dos preços das tarifas de ônibus; 2) contra a situação de precariedade do sistema de transporte; 3) decorrentes da revolta pelo atraso de trens dos subúrbios; 4) pela distribuição de passes gratuitos a desempregados e estudantes (ou preços reduzidos para estes últimos); 5) por maior segurança nas ruas de maior tráfego; e 6) contra o aumento dos combustíveis e a favor do uso do gás como combustível para os táxis.

As três primeiras motivações para a ocorrência das m.c.p.u. - transporte, são mais frequentes, e as últimas aconteceram esporadicamente.

Os organizadores destas mobilizações variam de ano para ano, e de caso para caso. Mas é significativo o fato que nas m.c.p.u. - transporte, os sindicatos e os partidos políticos estejam presentes como organizadores, demonstrando que a questão dos transportes está estreitamente ligada aos direitos e necessidades dos trabalhadores e à cidadania.

Em 1983, uma das mobilizações - passeata e concentração com audiência com autoridades - foi organizada pela Comissão pela Melhoria dos Transportes do Pará.

Em 1984, os Sindicatos dos Rodoviários, da Construção Civil, Alimentação, dos Comerciantes e dos Metalúrgicos, junto com a CUT, a CONCLAT e outras entidades, organizaram uma passeata e uma audiência com autoridades, no Rio Grande do Sul. A associação dos Usuários de Transportes Coletivos, de São Paulo, organizou também, uma passeata e audiência com autoridades. Neste mesmo

ano, a Federação das AM's (Associação de Moradores) e Sociedade Amigos de Bairros (SABs), em Minas Gerais, organizaram uma concentração com 500 pessoas. E, a Federação das AM's, de Minas Gerais, organizou, também, uma passeata.

Em 1985, a FAMERJ, Rio de Janeiro, organizou uma concentração.

Em 1987, em São Paulo, o PT, PMDB, PC do B, CUT e Sindicatos dos Químicos, e dos Metalúrgicos, juntamente com as SAB's organizaram uma concentração com 200 pessoas.

No Rio de Janeiro, as AM's organizaram uma passeata, com 1000 pessoas.

Em Goiás, o DCE da Universidade Federal de Goiás, organizou um ato público que evoluiu para depredações de ônibus.

Em Pernambuco, a CUT e alguns partidos políticos (não especificados), organizaram uma passeata com 600 pessoas.

No Rio de Janeiro, o Partido Verde organizou uma carreata com 500 taxistas.

E, em 1988, a Comissão de Estudantes de Niterói organiza uma passeata com 5.000 pessoas (na maioria, estudantes).

As m.c.p.u. - transporte indicam que mesmo uma população explorada economicamente, espoliada e marginalizada socialmente, conhece os seus direitos de morador da cidade e possui limites para suportar o seu desrespeito.

CAPITULO IV

MOBILIZAÇÕES COLETIVAS POPULARES URBANAS

SAÚDE

A saúde não é um fator isolado de outros aspectos da vida. A saúde, ou a falta dela, está intimamente relacionada com o modo de vida, com a alimentação, tipos e locais de moradia, e locais e tipos de trabalho. São estes fatores, entre outros, que vão deixando suas marcas (às vezes precocemente) no corpo e nos traços da personalidade de cada pessoa, e de toda uma população.

As m.c.p.u. - saúde, não reivindicam só mais centros de saúde, hospitais, etc., mas, sobretudo, revelam estas marcas deixadas pela vida que se leva, e a que toda uma população pode estar submetida.

No período da pesquisa, a população se mobilizou para reivindicar melhores condições e atendimento na área da saúde, por 17 (dezessete) vezes.

Quadro XIX - Ocorrência de m.c.p.u. - saúde, por estado e vários estados (V.E.) simultaneamente, durante o período de 1983 a 1990

Estado	SP	RJ	RS	RO	TOTAL
Ano					
1983	2	-	-	-	2
1984	3	-	-	-	3
1985	-	-	-	-	-
1986	-	2	-	-	2*
1987	-	2	-	-	2
1988	-	2	1	-	3
1989	-	3	-	-	3
1990	-	1	-	1	2
TOTAL	5	10	1	1	17

* Educação/Habitação - 1

† Habitação - 1

Em 1985, os jornais não publicaram, e para efeito de nossas pesquisas, não ocorreu nenhuma m.c.p.u. - saúde.

O número destas mobilizações em todo o período fica entre 2 (duas) e 3 (três) a cada ano.

Uma das m.c.p.u. - saúde reivindicava também, educação e condições de moradia e outra protestava contra a situação geral do bairro.

No estado de São Paulo, as mobilizações se concentraram em 1983 e 1984. E, no estado do Rio de Janeiro, ocorreram de 1986 a 1990.

Em cada mobilização havia a participação de, em média 1.200 pessoas.

Quadro XX - Número de m. c. p. u. - saúde, com registro de pessoas mobilizadas, número de participantes, média de participantes por movimento e m. c. p. u. com maior número de participantes

Dados	M.C.	nº Participantes	Média	M.C. com maior nº de participantes
Ano				
1983	1	3.000	3.000	3.000
1984	2	2.000	1.000	1.500
1985	-	-	-	-
1986	1	2.000*	2.000	2.000
1987	1	500	500	500
1988	2	300	150	200
1989	1	1.000	1.000	1.000
1990	2	3.200	1.600	3.000
TOTAL	10	12.000	1.200	

* Educação/Habitação

Os anos com menor número de participantes foram os de 1987 e 1988. E com maior número de participantes 1983 e 1990. Estas pessoas eram moradores dos bairros periféricos das cidades, profissionais da área de saúde, e pessoas ligadas a alguma entidade de assistência (como grupos de ajuda a aidéticos).

A figura 13, abaixo, sugere uma recuperação nos números de participantes no final do período - 1989 e 1990.

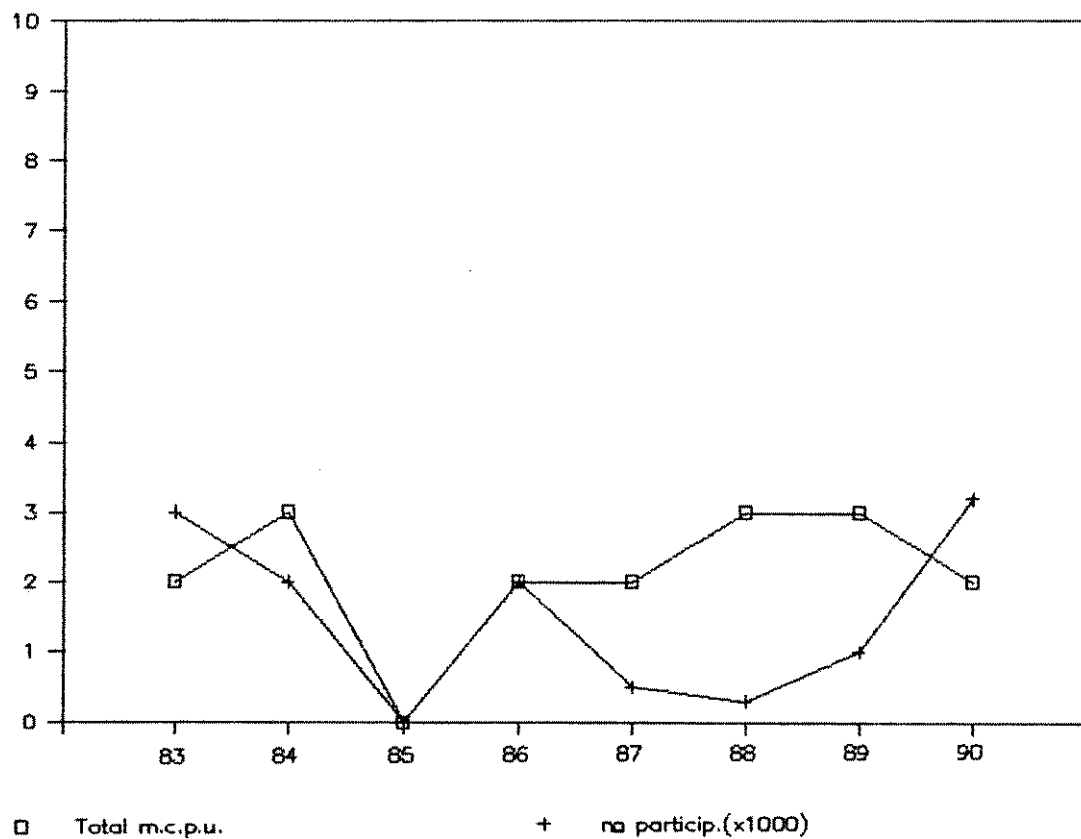


Fig.13— nº total de m.c.p.u. saúde e nº total de particip.(x1000) por ano

A figura 14, apresentada a seguir, delinea a incidência das mobilizações em São Paulo e Rio de Janeiro, e a figura 15, demonstra a participação das regiões brasileiras nas mobilizações.

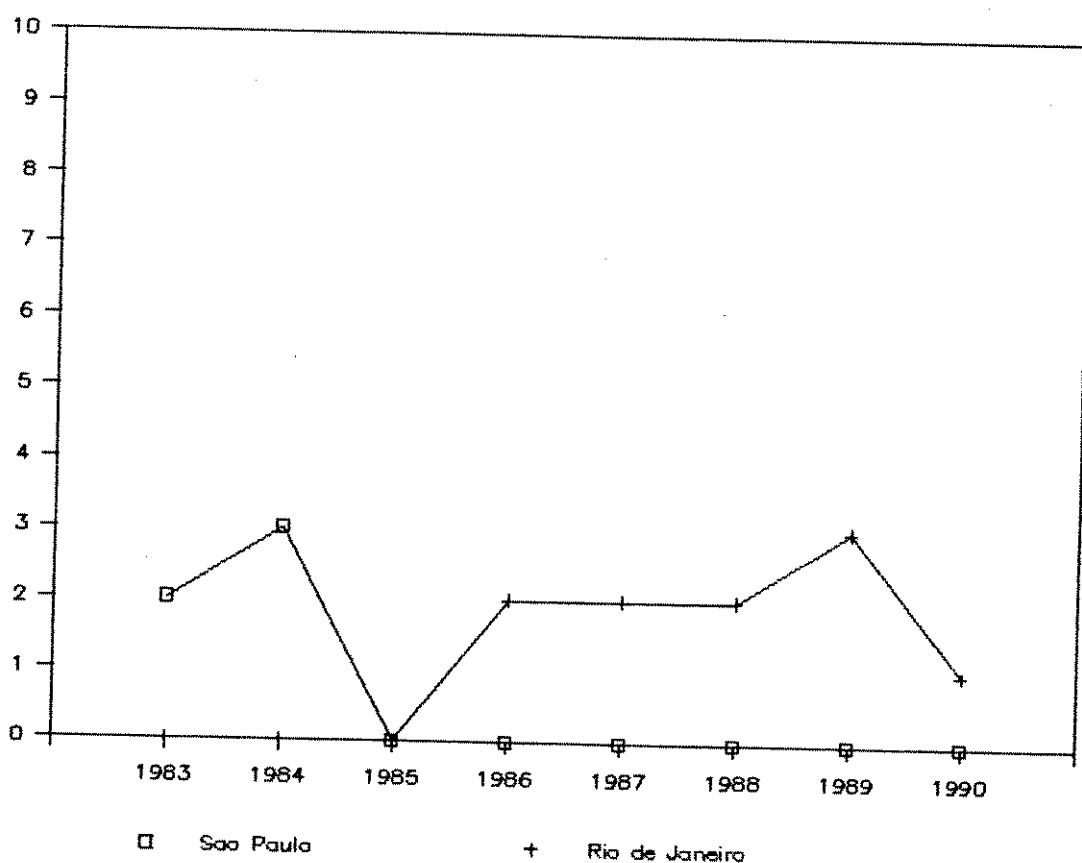


Figura 14 - M. c. p. u. - saúde nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

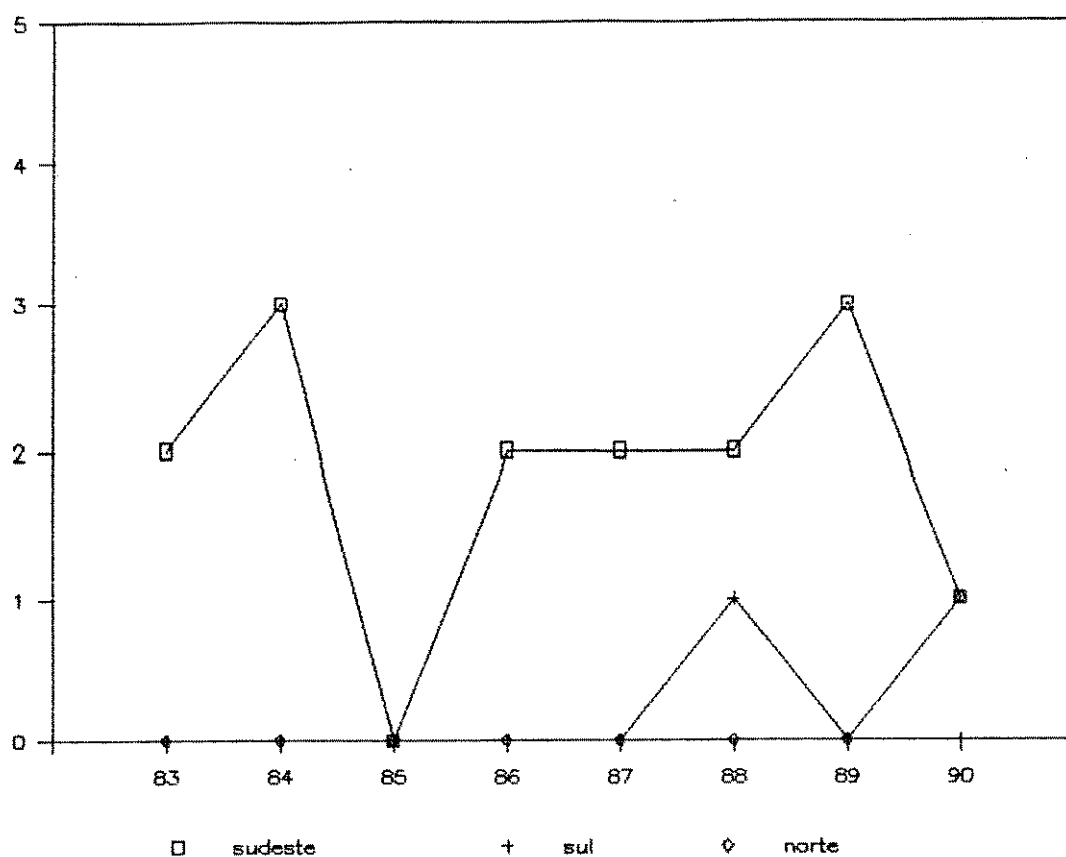


Figura 15 - Número de m.c.p.v.-saúde, por ano, nas regiões sudeste, sul, e norte, no período de 1983 à 1990

Na região sudeste, no final do período (1990), há um declínio das m.c.p.v.-saúde, e, ao contrário, nas regiões sul e norte, é

neste ano que ocorre o maior número de m.c.p.u. - saúde.

Como as figuras demonstram, há uma certa regularidade na frequência das mobilizações. E, quando dividimos o número de mobilizações por período de governo, esta regularidade permanece.

Quadro XXI - Número total e média por mês de m.c.p.u. - saúde, nos governos Figueiredo, Sarney e Collor

GOVERNO	TOTAL	MEDIA/MESES
1983 A 15 DE MARÇO 85 - FIGUEIREDO - 26 MESES 15 DIAS	5	0,18
15 MARÇO 85 A 15 MARÇO 90 - SARNEY - 60 MESES	10	0,16
15 MARÇO 90 - FINAL 90 - 9 MESES E 15 DIAS - Collor	2	0,21
TOTAL 96 MESES	17	0,17

Existe uma diferença sutil entre os governos, colocando o governo Collor como o período onde houve a ocorrência de mais m.c.p.u. - saúde por mês de governo, seguido pelo governo Figueiredo e, depois, governo Sarney (na média).

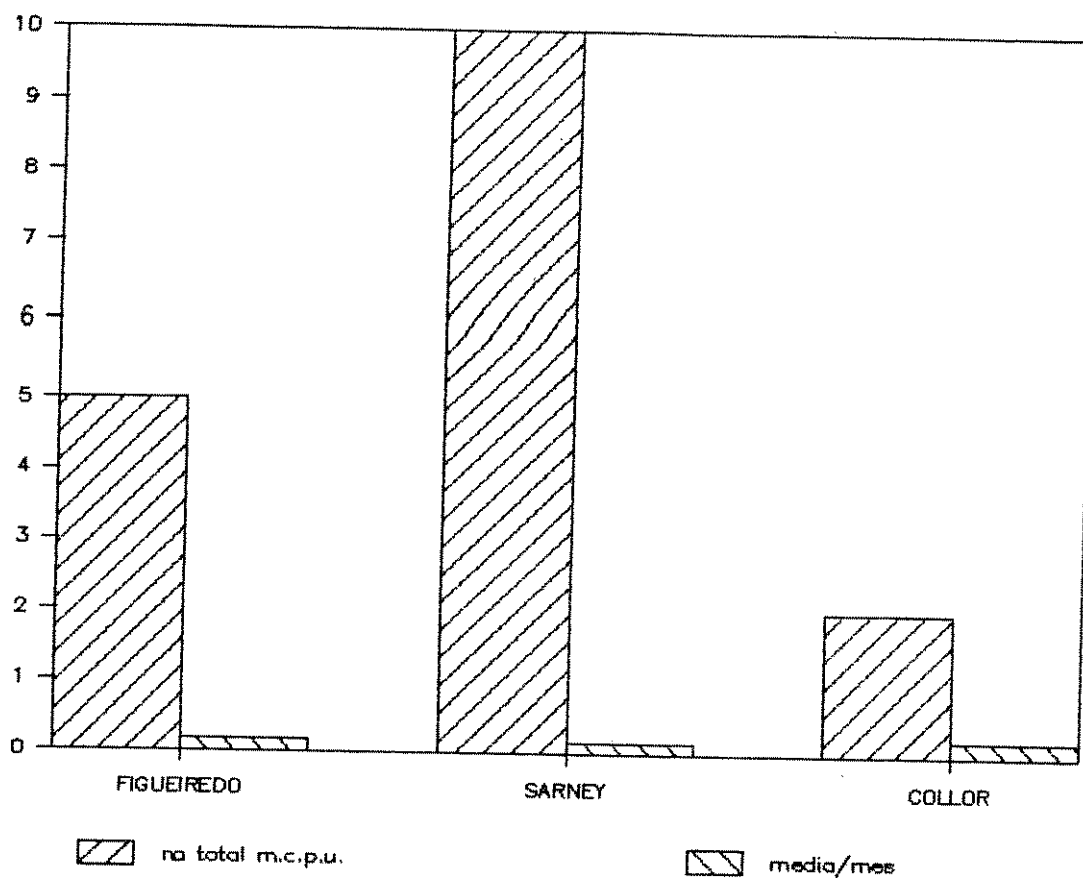


Figura 1b - Número Total e média das m.c.p.u. - saúde, por período de governo, de 1983 à 1990

No período total da pesquisa, 96 meses, aconteceram aproximadamente, 2 m.c.p.u. - saúde por ano.

A repercussão imediata destas m.c.p.u. - saúde, é discreta. Quer dizer, algumas m.c.p.u. - saúde conseguem obter respostas rápidas à sua manifestação (Quadro XXII) e, em nenhuma delas houve qualquer tipo de incidente ou confronto com instâncias do poder (Quadro XXIII).

Quadro XXII - Resultados obtidos pelas m. c. p. u. - saúde,
durante o período de 1983 a 1990

Resultado	nenhum/ não especi- ficado	parcial	alcançado	total
Ano				
1983	1	1	-	2
1984	3	-	-	3
1985	-	-	-	0
1986	2	-	-	2*
1987	1	-	1	2
1988	3	-	-	3
1989	3	-	-	3
1990	2	-	-	2
TOTAL	15	1	1	17

* Educação/Habitação - 1
† Habitação - 1

Quadro XXIII - número de incidentes ocorridos nas m.c.p.u.,
- saúde, durante o período de 1983 a 1990

Incidente	nenhum/ não especificado	PM acompanha (intimida)	PM reprime com ou sem violência	População reage	TOTAL
Ano					
1983	2	-	-	-	2
1984	3	-	-	-	3
1985	-	-	-	-	-
1986	2	-	-	-	2*
1987	2	-	-	-	2
1988	3	-	-	-	3
1989	3	-	-	-	3
1990	2	-	-	-	2
TOTAL	17	-	-	-	17

* Educação/Habitação
† Habitação

Em uma das mobilizações de 1983, na Zona Leste de São Paulo, onde havia 3.000 pessoas, os manifestantes conquistaram a abertura das negociações e a liberação de dinheiro para melhorar o

atendimento de saúde (para centros de saúde)²³, e,

Em 1987, uma mobilização no Rio de Janeiro consegue o embargamento das obras de um emissário²⁴.

A ausência de incidentes pode ser explicada pelo próprio número das manifestações (pequeno em relação aos outros tipos de m.c.p.u.) e, também sugere que as m.c.p.u. - saúde não ameaçam e nem desestabilizam o Estado, e também, não vão contra os valores da sociedade.

Que tipo de mobilizações são estas? O Quadro XXIV apresenta algumas indicações.

²³ - O SP, 02/09/83; O SP, 09/12/83; FSF, 26/08/83

²⁴ - Intercâmbio Informa, junho/87

Quadro XXIV - Tipos e número de m. c. p. u. - saúde, ocorridas durante o período de 1983 a 1990

Tipo	concentração ato público	audiência com autoridades	passeata cavalgada caravana	bloqueio de trânsito	abraço ao Cristo	ocupação de prédios públicos	não especificado	TOTAL
Ano								
1983	1	1	1	-	-	-	-	3
1984	2	-	-	-	-	-	1	3
1985	-	-	-	-	-	-	-	0
1986	-	-	1	1	-	-	-	2*
1987	1		1	-	-	-	-	2
1988	-	-	1	-	1	1	-	3
1989	1		1	-	-	-	1	3
1990	1	-	1	1	-	-	-	3
TOTAL	6	1	6	2	1	1	2	19

* Educação/Habitação

† Habitação

Obs.: Número real das m.c.p.u. - saúde: 17, (algumas mobilizações tiveram mais de um tipo de manifestação)

As mobilizações mais comuns, que a população organiza para manifestar seus protestos e fazer suas reivindicações, são as passeatas (caravanas, cavalgadas, etc.) e a concentração e atos públicos (geralmente as passeatas são seguidas dos atos públicos).

Bloquear o trânsito também é uma estratégia usada, para chamar a atenção sobre os problemas na área da saúde.

A população também ocupa prédios de instituições públicas, mantém audiência com autoridades, e fazem manifestações, como abraçar o Cristo Redentor no Rio de Janeiro.

E, as reivindicações giram em torno da construção de hospitais e centros de saúde em bairros periféricos, ou da melhoria dos já existentes; de solicitação de remédios ou vacinas para determinada faixa populacional; e de mudanças no sistema de saúde.

Os organizadores das m.c.p.u. - saúde, são órgãos profissionais, partidos políticos, entidades de defesa de grupos específicos, e associações de moradores. Esta gama ampla de segmentos da sociedade organizada em torno desta questão, demonstra a abrangência que a questão da saúde possui.

Em 1984, uma mobilização em São Paulo, com 1500 pessoas, foi organizada por um "Movimento de Saúde".

Em 1986, uma passeata no Rio de Janeiro, com 2.000 pessoas, foi organizada pela FAMERJ, Igreja, PMDB, PDT e PDS.

E neste ano, também no Rio, a FAMERJ, organizou um bloqueio da via Dutra, para que a população manifestasse seu protesto.

Em 1988, o PSB, no Rio de Janeiro, organizou uma cavalgada

de protesto.

Em 1989, há uma manifestação organizada pelo grupo VIDDA (Valorização Integridade e Dignidade do Doente Aidético).

E, o Conselho Regional de Medicina, em conjunto com a FAPERJ, neste mesmo ano e estado, organizou uma passeata com 1.000 pessoas.

As m.c.p.u. - saúde, apesar do pequeno número em relação às mobilizações anteriores, possui uma dimensão peculiar que é a de revelar um processo anterior (que as m.c.p.u. - alimentação, transporte e habitação, procuram demonstrar) de deterioração das condições e qualidade de vida, de uma faixa muito grande da população brasileira.

CAPITULO V

MOBILIZAÇÕES COLETIVAS POPULARES URBANAS

HABITAÇÃO

Afirmar que o Planeta Terra é o local de moradia de todos os homens e mulheres que nele nascem, e que todos os homens e mulheres têm o direito de usufruir de uma parte da Terra, suficiente para construir um abrigo de acordo com as necessidades, bens e serviços que a sociedade produz, é por demais simples e, aparentemente incontestável.

E de tão simples parece até patético, dada a dificuldade de este direito universal ser efetivado.

E a história social e política que os homens e mulheres vêm construindo em sua "Odisséia Terrestre", os ciclos econômicos, e a própria psicologia humana, tornam esta afirmação descolada da realidade, e vinculada a ideais religiosos, à teorias, ideologias e utopias sociais, e, pragmaticamente, a determinadas plataformas políticas.

A realidade, com toda a sua força, mostra descaradamente, que muitos homens e mulheres não têm o direito de usufruir da Terra e construir moradia.

Entretanto, o sentimento genuíno deste direito, parece permanecer, e na sociedade brasileira de 1983 a 1990, por várias ocasiões, a população desprovida dele, resolveu efetivá-lo de fato, através das mobilizações coletivas populares urbanas - habitação.

Neste período, foram registradas nos jornais selecionados, 138 m.c.p.u. - habitação. O maior número delas ocorreu em 1983, 1986 e 1987, e o menor em 1985 e 1990.

Quadro XXV - Ocorrência de mobilizações coletivas populares urbanas - habitação, por estado e vários estados (V.E.) simultaneamente, durante o período de 1983 a 1990

Estado	SP	RJ	MG	RS	PR	PE	PI	RO	PA	DF	GO	VE	TOTAL
Ano													
1983	16	11	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	29
1984	13	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	16
1985	4	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	7
1986	4	6	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	28*?
1987	2	2	-	13	-	8	2	-	-	-	-	-	27
1988	10	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
1989	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	9
1990	1	2	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5+
TOTAL	54	33	2	13	1	26	2	1	2	1	1	2	138

■ Educação/Saúde - 1
 * Saúde - 1
 ? Educação - 1
 + Alimentação - 1

O estado de São Paulo concentra 39,1% das mobilizações e o estado do Rio de Janeiro 23,9%.

O total de pessoas mobilizadas neste período foi 51.270 (no registro de 50 m.c.p.u. - habitação), com uma média de 1.025 pessoas por mobilização. Na maioria, estas mobilizações reuniam pessoas economicamente carentes, favelados e moradores de bairros periféricos com pouca ou nenhuma infra-estrutura, e também mutuários do BNH (Banco Nacional de Habitação).

Quadro XXVI - Número de mobilizações coletivas populares urbanas - habitação, número de participantes, média de participantes por mobilização e número de mobilização com maior número de participantes, durante o período de 1983 a 1990

Dados	nº M. C.	nº Participantes	Média	M.C. com maior nº de participantes
Ano				
1983	12	8.290	690,8	2.500
1984	6	10.960	1.826,6	5.000
1985	5	5.290	1.058	4.000
1986	7	6.450+1?	921,4	3.000
1987	5	8.100	1.620	4.000
1988	5	4.250	850	1.800
1989	6	4.330	721,6	1.400
1990	4	3.600+	900	2.000
TOTAL	50	51.270	1.025	

+ Al.
 • Ed./Saúde
 ? Educação

A mobilização que conseguiu reunir maior número de pessoas foi em 1984, com 5.000 participantes.

A figura 17, apresenta estes dados:

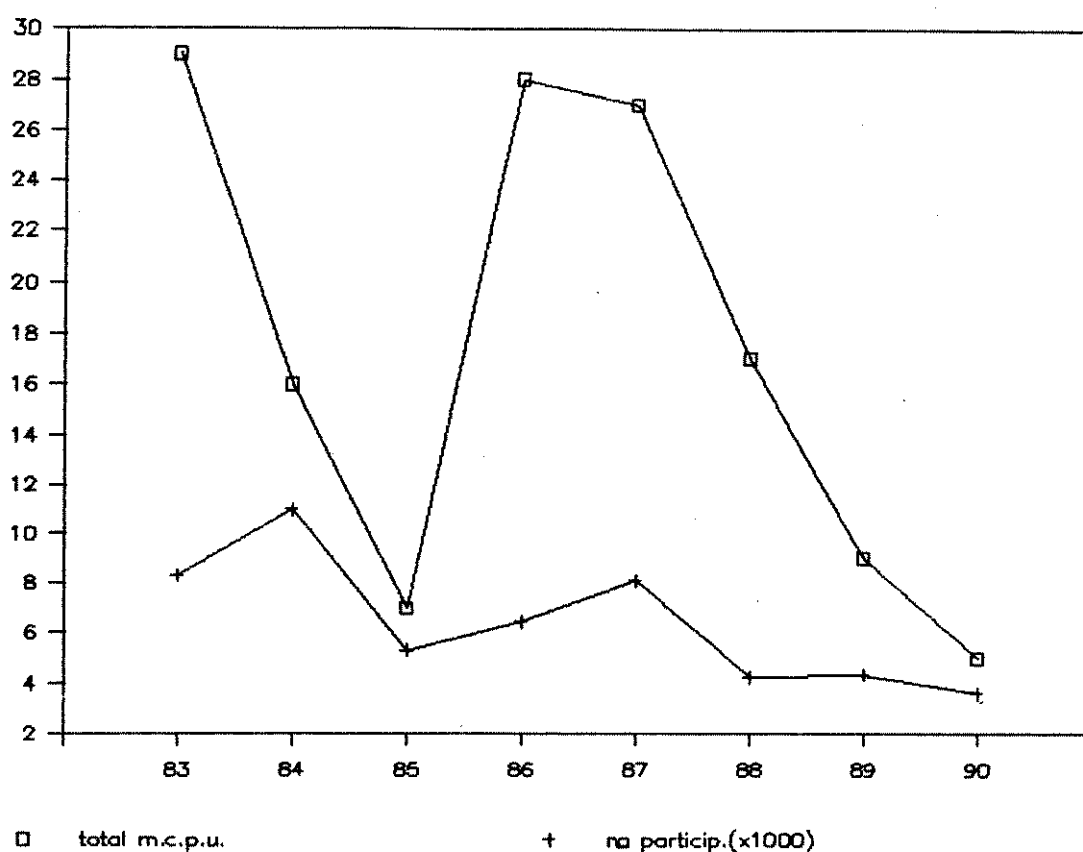


Figura 17 - Número de mobilizações coletivas populares urbanas - habitação, e número de participantes, durante o período de 1983 a 1990.

A figura demonstra que houve um declínio das mobilizações em 1984 e 1985, seguido de uma recuperação em 1986 e 1987 e novo declínio nos anos posteriores. Sendo que o ano de 1990 é o que apresenta o menor número de mobilizações de todo o período.

Em números absolutos existe, também, uma tendência de declínio no número de participantes a partir de 1988. E, quando se observa a faixa do Quadro XXVI, que coloca a m.c.p.u. - habitação com maior número de participantes de cada ano, vê-se que, também a partir de 1988, as mobilizações conseguiram reunir menos pessoas que anos anteriores, atingindo o máximo de 2.000 no ano de 1990.

Nas figuras 18 e 19 abaixo, estão apresentadas as m.c.p.u. - habitação em São Paulo e Rio de Janeiro (18) e nas regiões brasileiras (19).

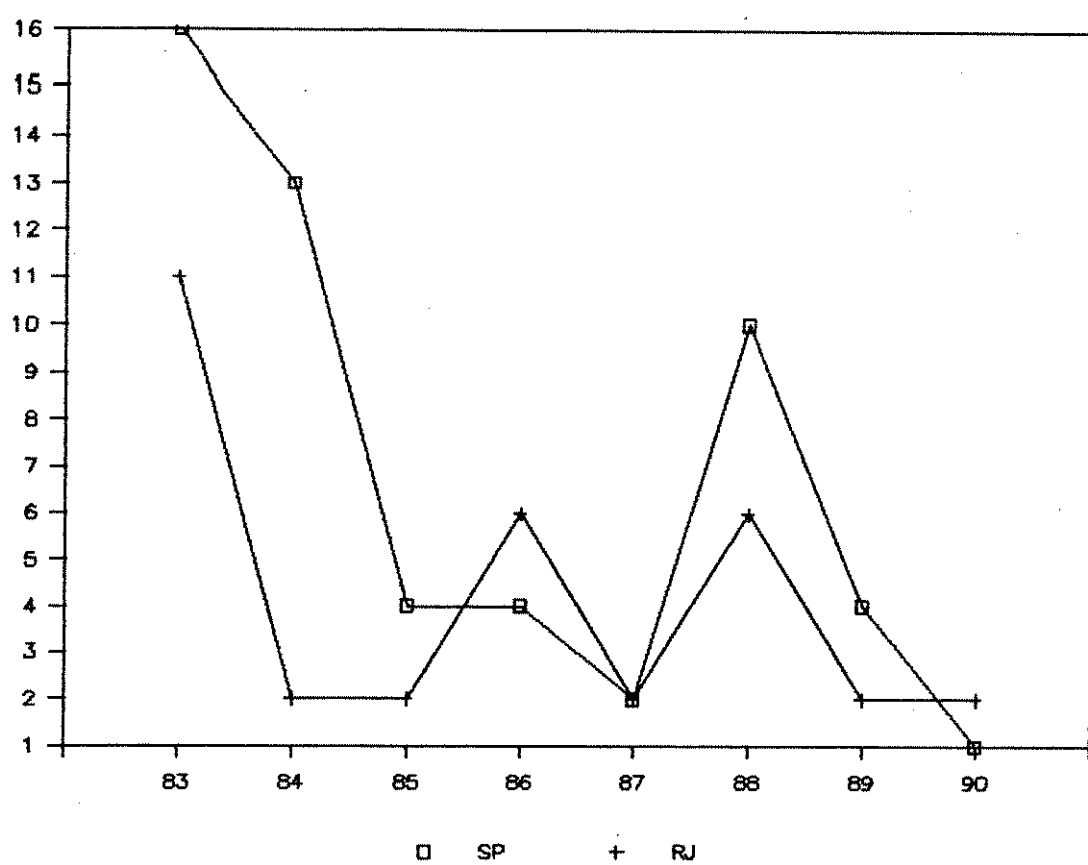


Figura 18 - Mobilizações coletivas populares urbanas -
habitação nos Estados de São Paulo e Rio de
Janeiro, no período de 1983 a 1990

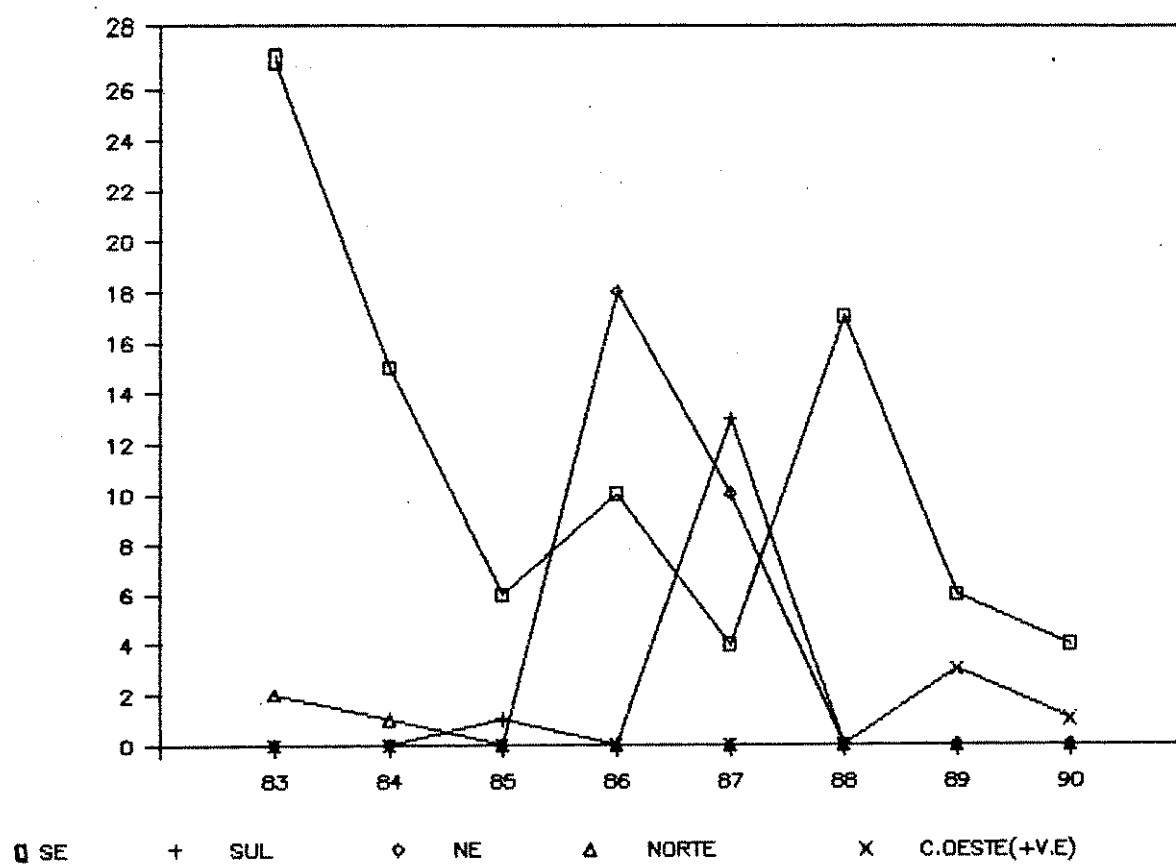


Figura 19 - Mobilizações coletivas populares urbanas -
habitação por regiões brasileiras, durante o
período de 1983 a 1990

Observa-se que, apesar do menor número de mobilizações do Rio de Janeiro em relação à São Paulo, o seu padrão é semelhante em quase todos os anos do período. E o sudeste e nordeste são as regiões onde ocorreram o maior número de mobilizações, no Brasil.

Dividindo o período da pesquisa pelos anos de Governo Figueiredo, Sarney e Collor, tem-se o seguinte quadro:

Quadro **XXVII** - Mobilizações coletivas populares urbanas -
habitação, e média mensal, durante o período
de 1983 a 1990, e por governo

GOVERNO	TOTAL	MEDIA/MESES
1983 A 15 DE MARÇO 85 - FIGUEIREDO - 26 MESES 15 DIAS	47	1,77
15 MARÇO 85 A 15 MARÇO 90 - SARNEY - 60 MESES	86	1,43
15 MARÇO 90 - FINAL 90 - 9 MESES E 15 DIAS - Collor	5	0,5
TOTAL 96 MESES	138	1,4

Foi no governo Figueiredo que ocorreu o maior número de m.c.p.u. - habitação, por mês, seguido do governo Sarney e depois, Collor.

Em todo os anos (96 meses) aconteceram, aproximadamente, 3 (três) m.c.p.u. - habitação a cada 2 meses. É interessante notar que nos anos de 1985 e 1990 estas mobilizações ocorreram em menor número justamente nos anos de transição do governo Figueiredo para o Sarney e do governo Sarney para o Collor. Talvez, a população guardasse esperanças de melhoras nas suas condições de habitação, quando havia a posse de um novo presidente. Ainda mais se tratando da conjuntura política em que Sarney assumiu e do fato de Collor ter sido eleito diretamente pelo voto popular (isto, entretanto, só poderá ser discutido no capítulo seguinte, quando se aglutinará os dados de todas as m.c.p.u. do período pesquisado).

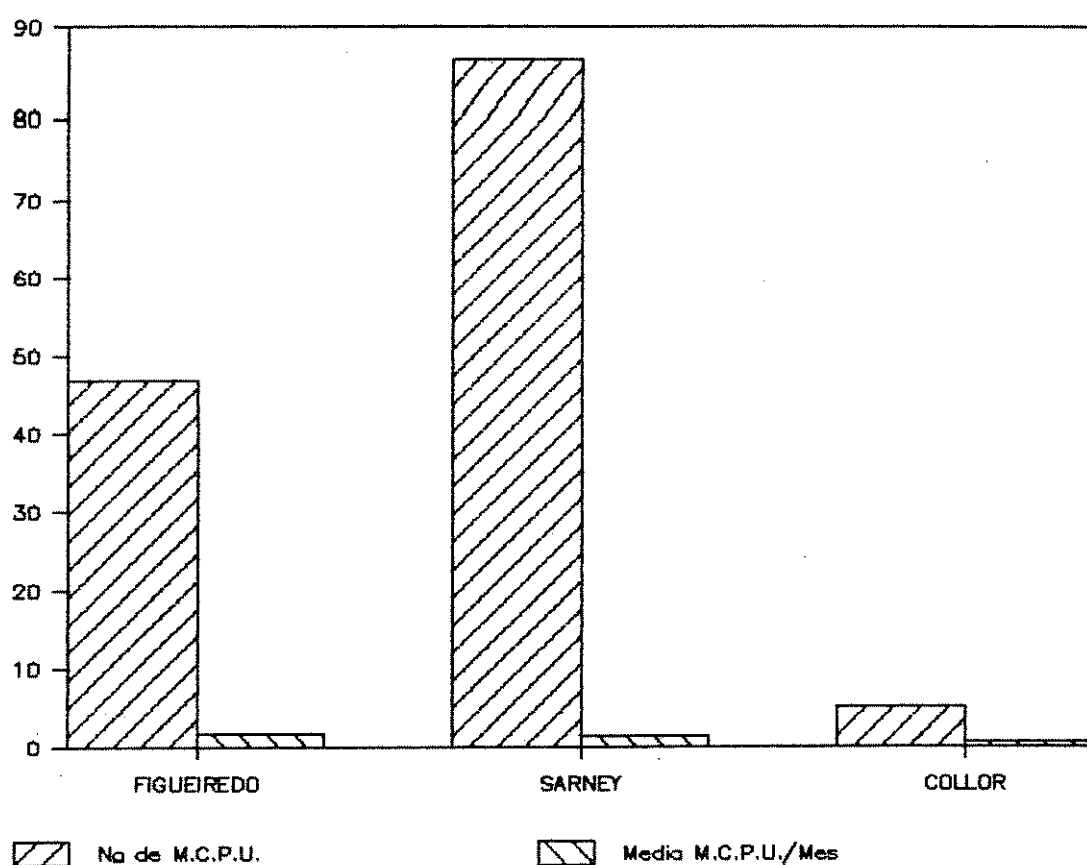


Figura 20 - Número total e média mensal de mobilizações coletivas populares urbanas - habitação, por governo, no período de 1983 a 1990

Durante estes períodos de governo, a população foi atendida em suas reivindicações, na área de habitação, por 40 vezes, das 138 em que se mobilizou. E, viu frustradas as suas ações, como ocupação e invasões de casas e terrenos em 10 vezes (nestes casos houve despejo ou a PM impediu a ação).

Quadro XXVIII- Resultados obtidos pelas mobilizações coletivas populares urbanas - habitação, durante o período de 1983 a 1990

Resultado	nenhum/ n ^o especi- ficado	frustrado (contrários)	parcial	alcançado	total
Ano					
1983	18	1	7	3	29
1984	12	-	1	3	16
1985	7	-	-	-	7
1986	5	2	17	4	28*?†
1987	24	2	1	-	27
1988	13	3	-	1	17
1989	7	-	1	1	9
1990	2	2	1	-	5+
TOTAL	88	10	28	12	138

† Ed./Saúde

? Saúde

† Ed.

+ Al.

Mas a resposta das autoridades, também, veio através da intimidação e da repressão através da presença da Polícia Militar.

Quadro XXIX. - Incidentes ocorridos nas mobilizações coletivas populares urbanas - habitação, durante o período de 1983 a 1990

Incidente	nenhum/ não especificado	PM acompanha (intimida)	PM reprime com ou sem violência	População reage	TOTAL
Ano					
1983	24	1	4	1	30
1984	13	-	3	1	17
1985	7	-	-	-	7
1986	28	-	-	-	28.*?
1987	24	2	1	1	28
1988	12	2	3	-	17
1989	9	-	-	-	9
1990	4	-	1	-	5 +
TOTAL	121	5	12	3	141

* Ed/Hab.

† Saúde

? Ed.

+ Al.

Nos anos 1983, 1984 e 1988, a PM esteve presente mais vezes para reprimir as m.c.p.u. - habitação. Mas a média de repressões por mobilização, aponta 1990 como o ano em que ocorreu o maior número de repressão, seguido pelos de 1988 e 1984, e depois 1983.

As m.c.p.u. - habitação conquistaram resultados positivos, mais vezes, nos anos 1983, 1984 e 1986.

Em 1983, moradores de um bairro em São Paulo, protestaram contra a existência de um lixão em suas imediações, e obtiveram o compromisso de autoridades para o seu aterro e transferência ²⁵.

Também em São Paulo, favelados reivindicam água e conseguem ²⁶ a abertura de negociações com as autoridades.

Na mesma cidade, após 3 (três) mobilizações: invasão, acampamento na COMAB e reunião com autoridades; os participantes conseguem que aquele órgão compre o terreno para a construção das casas, segundo um projeto de arquitetura aprovado pelos próprios invasores ²⁷.

Em 1984, ocupantes de um conjunto habitacional, em São Paulo, organizam uma ação conjunta de defesa e impedem que a PM execute a ação de despejo, e com isto conseguem a abertura de negociações com as autoridades ²⁸.

25.O SP, 15/06/83

26.O SP, 14/10/83

27.O SP, 12/08/83 / 21/10/83

28.Nosso Jornal, 11/84

Nesta mesma cidade, mais três mobilizações foram vitoriosas:

1 - um grupo de invasores conquistam a compra de um terreno e negociam a construção de casas²⁹ ; 2 - outro grupo de invasores consegue negociações favoráveis com as autoridades, após não ter aceito a pressão para deixar o terreno invadido³⁰ ; e, 3 - manifestantes ocupam uma unidade da FABES (Secretaria Municipal de Família e Bem Estar Social de São Paulo), reivindicando a transferência do local da favela onde moravam, e construção de casas numa área municipal, no que foram atendidos³¹ .

Em 1986, em São Paulo, a pressão de favelados faz com que o prefeito da época, Jânio Quadros, retire um projeto da Câmara, que não atendia aos interesses dos manifestantes³² .

Nesta cidade, após uma concentração e reunião com autoridades, o "movimento por moradia" inicia negociações favoráveis³³ ; e os ocupantes de um conjunto habitacional, depois de 4 (quatro) anos de resistência, conquistam a desapropriação do mesmo, a seu favor³⁴ .

No Rio de Janeiro, moradores de uma favela fazem uma caminhada de protesto, e conseguem obter a suspensão da remoção que já havia sido programada³⁵ .

²⁹ O SP, 04/05/84

³⁰ O SP, 10/02/84 / PT - SP, 03/84

³¹ FSP, 27/11/84 e OESP, 29/11/84

³² Aqui Agora, 05/86

³³ O SP, 07/02/86

³⁴ Tribuna da Luta Operária, 13/01/86 e 22/09/86

³⁵ JB, 15/03/86

Em Pernambuco, 16 invasões são bem sucedidas, conquistando sua permanência no local ³⁶ .

Em 1987, no Rio Grande do Sul, após uma ocupação, os participantes da mobilização desocupam o local, mas com negociações favoráveis ³⁷ .

Em 1988, em São Paulo, populares pressionam a COHAB e conquistam suas reivindicações para dar início a construção de casas ³⁸ .

Em 1989, uma caravana à Brasília, reúne participantes de vários estados, e mediante esta pressão, obtém medidas governamentais favoráveis ao movimento pela moradia ³⁹ .

Em Goiás, um grupo de pessoas acampam em frente à prefeitura, e conquistam a doação de um lote ⁴⁰ .

Em 1990, após uma mobilização, acampamento-vigília, em São Paulo, um grupo de sem-terra abrem negociação com autoridades ⁴¹ .

As reivindicações por moradia, portanto, eram realizadas de várias formas, desde passeatas até ocupações e invasões. E das 12 repressões (Quadro XIX), ocorridas no período, 11 foram às ocupações e invasões, e uma à manifestação com vaia

³⁶ Folhas dos Bairros, 1987

³⁷ O Globo, 12/05/87

³⁸ Aqui Agora, 7/88

³⁹ Aqui Agora, 9/6/89 / AGEN, 6/89

⁴⁰ FSP, 23/04/89

⁴¹ O SP, 29/03/90

ao presidente da República - Collor - quando este subia ritualmente a rampa do Palácio do Planalto.

QuadroXXX - Tipos de mobilizações coletivas populares urbanas - habitação, no período de 1983 a 1990

Tipo	ato público	vaia	audiência	passeata	ocupação	invasão	acampamento	não	depredação	saque	bloqueio	TOTAL
Ano	concentração	ao pre- sidente	com autoridades	caravana carreata			ocupação de prédios públicos	especi- ficado	prédio		de trânsito	
1983	4	-	4	3	6	13	1	-	1	-	-	32
1984	2	-	3	3	3	3	1	3	1	1	-	20
1985	3	-	1	1	-	1	2	1	-	-	-	9
1986	2	-	1	5	1	18	-	-	-	-	3	30*
1987	-	-	-	-	13	11	1	2	-	1	-	28
1988	1	-	-	4	1	8	2	3	-	-	-	19
1989	4	-	4	2	1	-	1	1	-	1	-	14
1990	1	1	-	1	2	-	1	-	-	-	-	6+
TOTAL	17	1	13	19	27	54	9	10	2	3	3	158

■ Ed./Saúde

? Saúde

* Ed.

+ Al.

No Quadro, introduzimos uma diferença entre ocupações e invasões, para que não fosse preciso explicações mais detalhadas sobre estes tipos de mobilizações. Ou seja, comumente se usa os termos ocupação e invasão com o mesmo sentido, para indicar que um grupo de pessoas entraram e ocuparam casas, apartamentos vazios, e terrenos particulares ou públicos. E só é possível saber o tipo da invasão/ocupação (se de casas ou terrenos) a partir da leitura do texto. Por isto, em nosso trabalho, iremos denominar "ocupação", quando esta se referir a um grupo de pessoas ocupando casas e apartamentos vazios; e "invasão", à entrada e estabelecimento dos sem terra em terrenos públicos ou privados.

Com esta diferenciação, observa-se pelo Quadro acima que no período pesquisado, houve 54 invasões e 27 ocupações. Os anos de maior ocorrência das invasões foram 1983 e 1986 e os das ocupações foram 1983 e 1987.

As mobilizações que a população também realiza com frequência, são as passeatas, atos públicos e concentrações, além de manter audiências com autoridades a nível federal, estadual, ou municipal.

Além disso, a população, para protestar e chamar a atenção sobre seus problemas com moradia, acampa e ocupa prédios que abrigam instituições públicas; bloqueia o trânsito de ruas, avenidas, ou estradas; depreda e saqueia estabelecimentos que possuem material de construção ou que estão causando algum tipo de transtorno aos moradores dos bairros; e faz coro para vaiar o presidente.

A população reivindica: terra para construir suas casas; material para esta construção; o direito de ocupar casas e

apartamentos vazios ou abandonados; infra-estrutura nos bairros de casas e favelas da periferia; uma legislação favorável aos mutuários do BNH; a construção, pelo governo, de casas populares; mudanças na política habitacional; e questões pontuais de determinados bairros ou grupos de moradores (poluição, enchentes, etc.).

A associação de moradores, e os movimentos pela terra e moradia, são os que mais comumente organizam as m. c. p. u. - habitação.

Em 1983, uma mobilização foi organizada pela União Pró-Melhoria da Favela da Rocinha, Rio de Janeiro.

Em 1984, as entidades: FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro); Movimento de Moradores em Embu, São Paulo; Comissão de Defesa da Represa Billings, São Paulo; e União das Favelas da Zona Leste de São Paulo, organizaram uma mobilização cada uma.

Em 1985, o Movimento Unificado de Favelas, Cortiços e Pró Morar (MUF), em São Paulo, organizou uma mobilização; e o Movimento Filhos da Terra, também em São Paulo, outra.

Em 1986, o MUF - SP, organizou uma m.c.p.u. - habitação; a FAMERJ organizou duas; e a Associação de Moradores, FAMERJ, Igreja, PMDB, PDT e PDS, organizaram outra.

Em 1987, uma m.c.p.u. - habitação foi organizada pela Comissão dos desabrigados de Petrópolis e CUT.

Em 1988, em quatro mobilizações, havia os seguintes organizadores (um para cada mobilização): FAMERJ, Movimento dos

Sem Terra da Zona Leste, MUF, e UNAS (União de Núcleos, Associações e Sociedade da Favela).

Em 1989, a Igreja e entidades não especificadas organizaram uma mobilização, em vários estados; a União do Movimento pela Moradia organizou duas em vários estados; e a FAMERJ uma outra no Rio de Janeiro.

Em 1990, no Distrito Federal, uma mobilização, com representantes de vários estados, foi organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia, em conjunto com o PT e CEBs.

A luta da população urbana (empobrecida) pelo direito à cidade, possui episódios de ousadia, conquistas e, também, violência.

O fato de viver, travar relações afetivas e trabalhar na cidade, não está ligado, de forma inequívoca, ao direito de nela morar com os benefícios que a sociedade produz.

A conquista deste direito se dá, primeiro na consciência de cada pessoa e de um grupo, e depois, na luta contra setores da população que detêm a posse e/ou a administração de terras e habitações, e dos bens e serviços coletivos a elas relacionados.

E esta luta, na verdade, é de uma faixa da população muito maior que a dos sem terra, sem teto, favelados ou moradores de bairros sem infra-estrutura. Porque ter direito à cidade significa mais que poder montar um barraco num terreno distante, ocupar casas vazias e sofrer ameaças de violência e despejo; significa poder usufruir dos benefícios sociais que a cidade - seus moradores - produz.

CAPITULO VI

MOBILIZAÇÕES COLETIVAS POPULARES URBANAS EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE SAÚDE E HABITAÇÃO

Os dados sobre cada tema (educação, alimentação, transporte, saúde e habitação), que envolvem as m.c.p.u., permitem que se possa construir um panorama mais amplo do que foram as m.c.p.u. no Brasil de 1983 a 1990.

Desta forma, neste Capítulo serão aglutinados todos os temas, para uma análise única. Colocaremos a sigla m.c.p.u. - T, para indicar as mobilizações em torno das questões educação, alimentação, transporte, saúde e habitação.

O QuadroXXXI, abaixo, apresenta o número de m.c.p.u. - T, do período.

Quadro XXXI - Ocorrência de mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, no período de 1983 a 1990

Estado	SP	RJ	MG	RS	PR	SC	RN	PE	CE	PI	BA	PB	RO	MA	PA	DF	GO	VE	TOTAL
Ano																			
1983	103	152	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	260
1984	31	5	3	1	-	-	1	-	-	1	-	2	1	-	-	-	-	1	46
1985	6	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	13
1986	4	11	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	37
1987	9	14	-	13	-	-	-	10	1	2	10	-	-	-	-	-	1	-	60
1988	13	19	2	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	38
1989	7	7	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	3	21
1990	4	71	1	-	1	-	-	-	-	-	3	-	1	-	-	3	-	-	84
TOTAL	177	282	6	15	6	1	1	29	1	3	15	3	2	4	3	4	2	5	559

Foram 559 m.c.p.u. registradas, com o maior número delas em 1983 e 1990. O ano em que ocorreram menos m.c.p.u. foi o de 1985.

No estado do Rio de Janeiro, se concentrou 50,4% das m.c.p.u. e no de São Paulo 31,6% - figura 23.

A região sudeste concentra 83,1% das mobilizações, a nordeste 9,3%, a sul 3,9%, a centro oeste (e vários estados) 1,9% e a norte 1,6% - figuras 21 e 22.

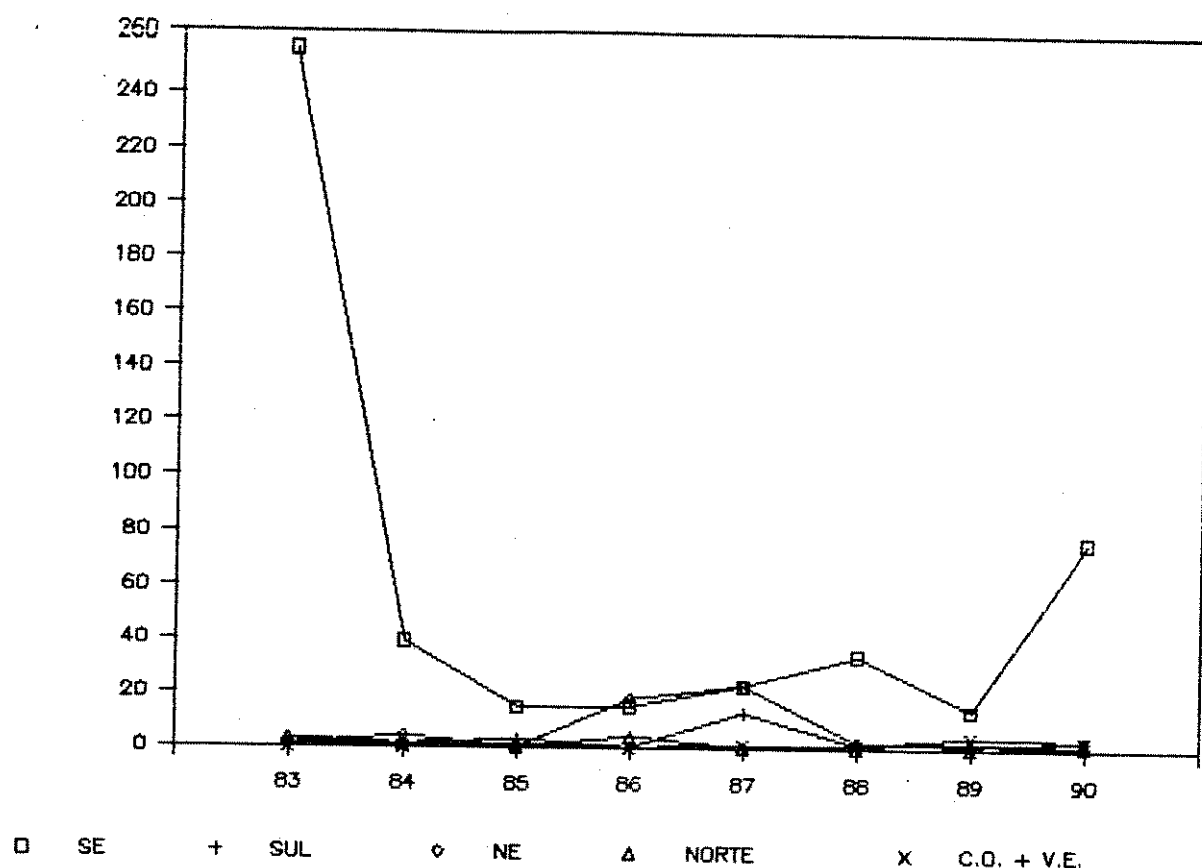


Figura 21 - Mobilizações coletivas populares urbanas - T, por região, no total dos anos de 1983 a 1990

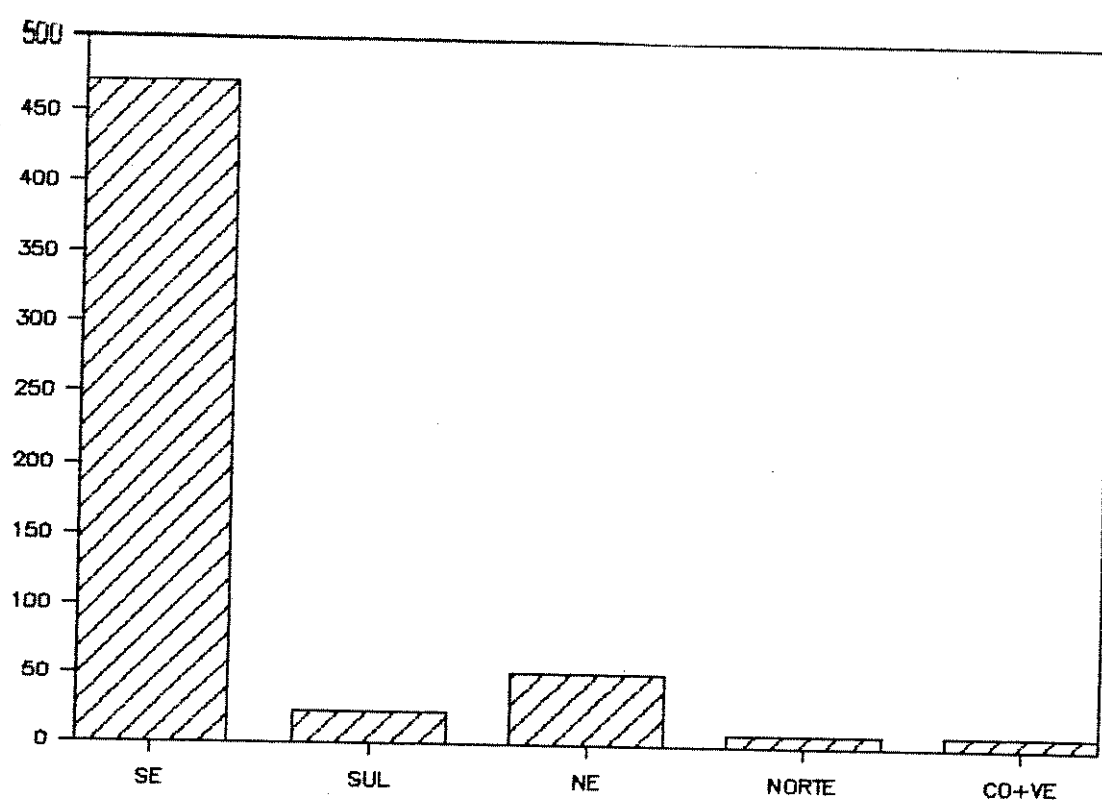


Figura 22 - *Nº total de M.C.P.U. por região (83/90)*
(Ed., Alim., Transp., Saúde e Habitação)

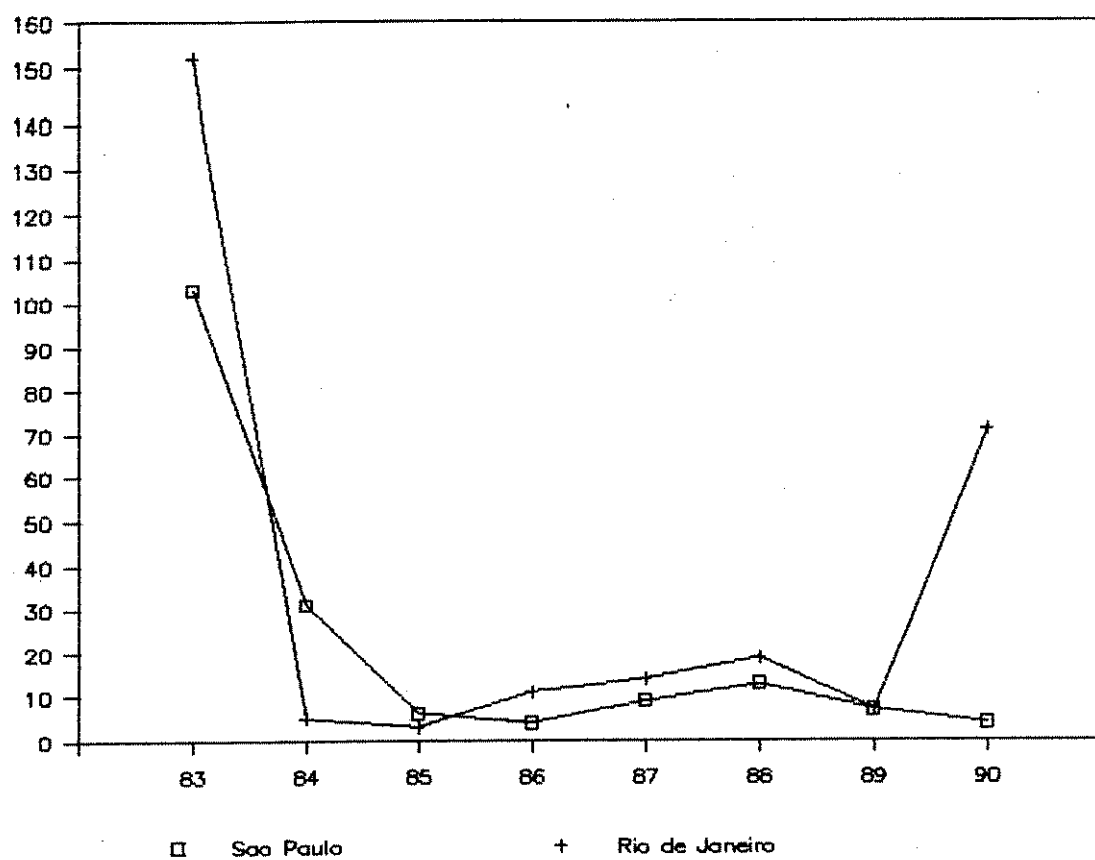


Figura 23 - Mobilizações coletivas populares urbanas - T em São Paulo e Rio de Janeiro, no período 1983 a 1990

Em todo o período, as m.c.p.u. - T reuniram 181.944 participantes, com uma média de 1.083 pessoas por mobilização.

QuadroXXXII - Número de mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, com número de participantes, média de participantes por mobilização e número de mobilização com maior número de participantes, durante o período de 1983 a 1990

Particip.	nº	Nº	Média
Ano	M.C.P.U.	Participantes	por M.C.P.U.
1983	45	29.430	654
1984	26	35.146	1.351,7
1985	9	8.760	973,3
1986	11	7.150	650,0
1987	30	19.070	635,6
1988	20	38.050	1.902,5
1989	12	23.038	1.919,8
1990	15	21.300	1.420
TOTAL	168	181.944	1.083

Pelo quadro, observa-se que os anos de 1985 e 1986 reuniram o menor número de pessoas nas mobilizações. E a média por mobilização aponta que o final do período, a partir de 1988, assistiu a um aumento do número de participantes por mobilização.

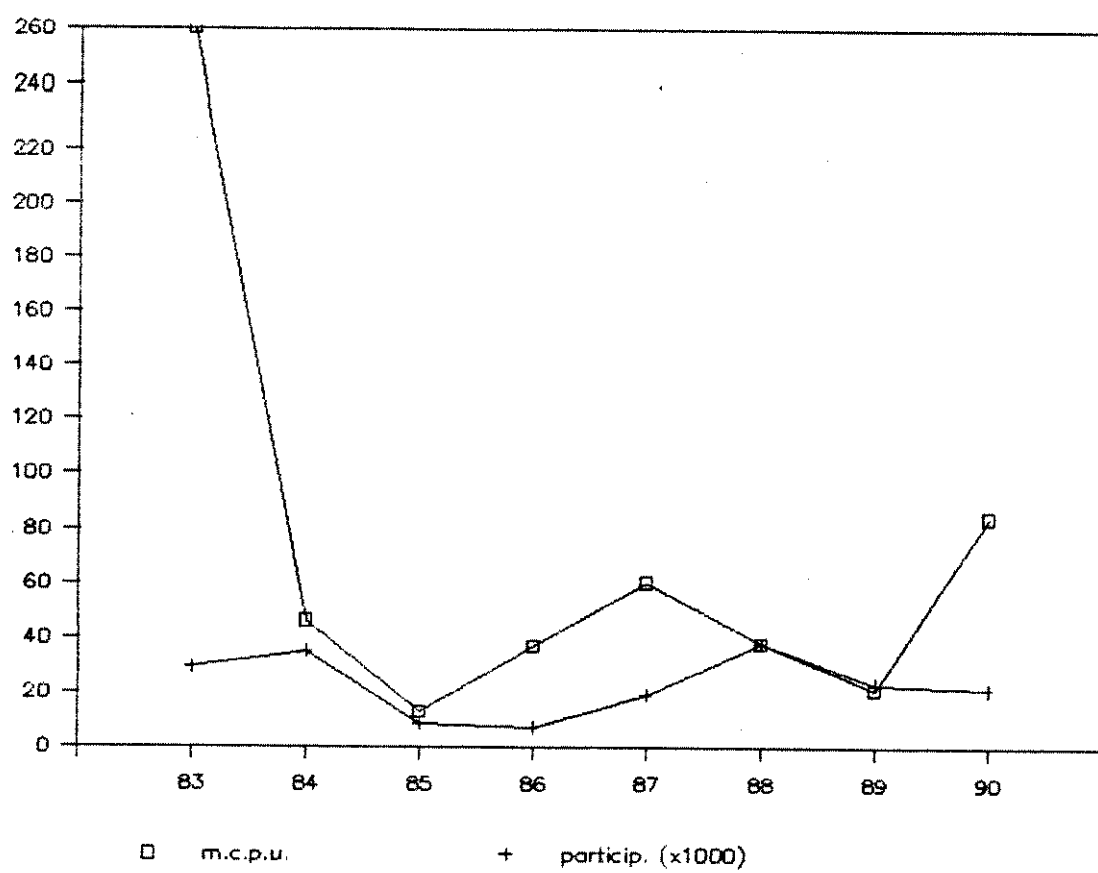


Figura 24 - Mobilizações coletivas populares urbanas - T₂ e número de participantes

A figura acima demonstra três picos de ocorrência das m.c.p.u. em geral, o maior deles em 1983, o menor em 1987, e o intermediário em 1990 - podendo significar uma tendência de recuperação, nos últimos anos das m.c.p.u.

Os picos dos números absolutos de participantes se dá em 84 e 88, com uma certa estabilidade a partir daí.

Deste total de m.c.p.u. - T (559), as mobilizações por alimentação foram as de maior número, seguida das mobilizações por habitação, as de menor número ocorreram em torno da questão da saúde - Quadro XXXIII, e figuras 25 e 26.

Quadro XXXIII- Total de ocorrências das mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, no período de 1983 a 1990

QUADRO XXXIII- Total de mobilizações coletivas populares urbanas por educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, e porcentagem por tema.

	Nºs	Total	%
TEMA			
Educação	39		6,8
Alimentação	333		58,5
Transportes	42		7,3
Saúde	17		2,9
Habitação	138		24,2
TOTAL	569		100,0

* Total real m.c.p.u. 559 (10 repetições, isto é m.c.p.u. com mais de uma reivindicação, por exemplo educação e transporte)

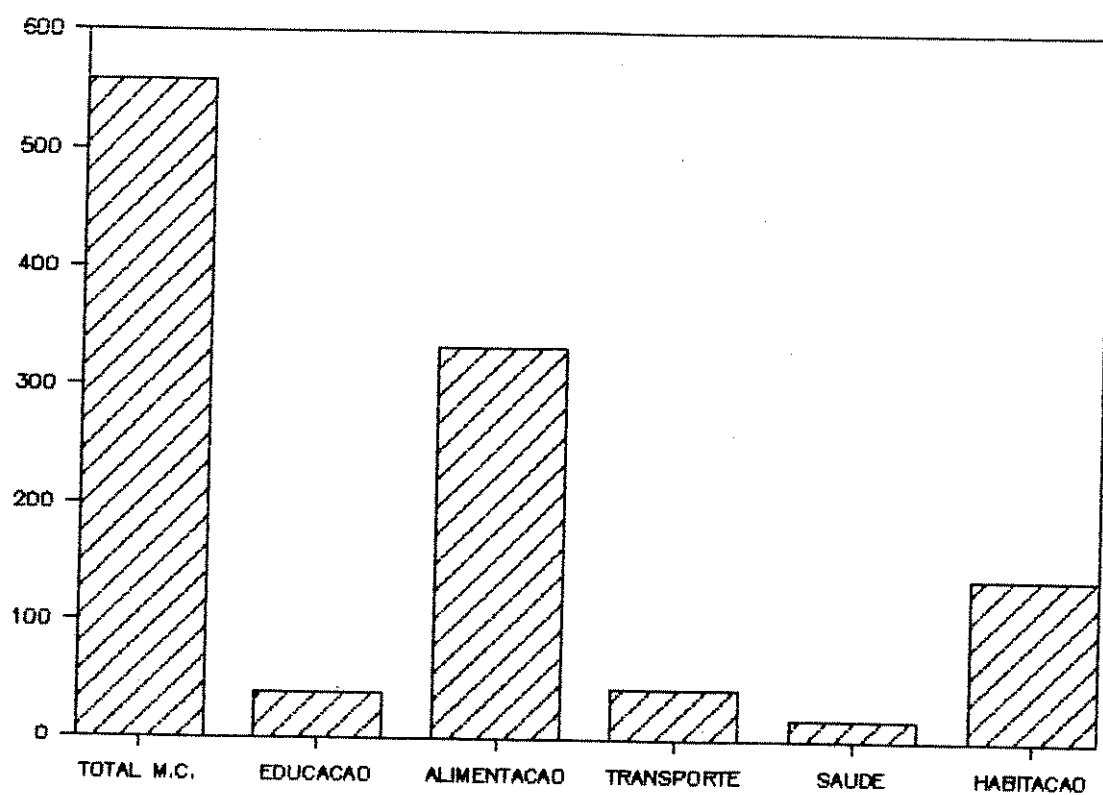


Figura 25 - Total das mobilizações coletivas populares urbanas
- educação, alimentação, transporte, saúde e
habitação, no período de 1983 a 1990

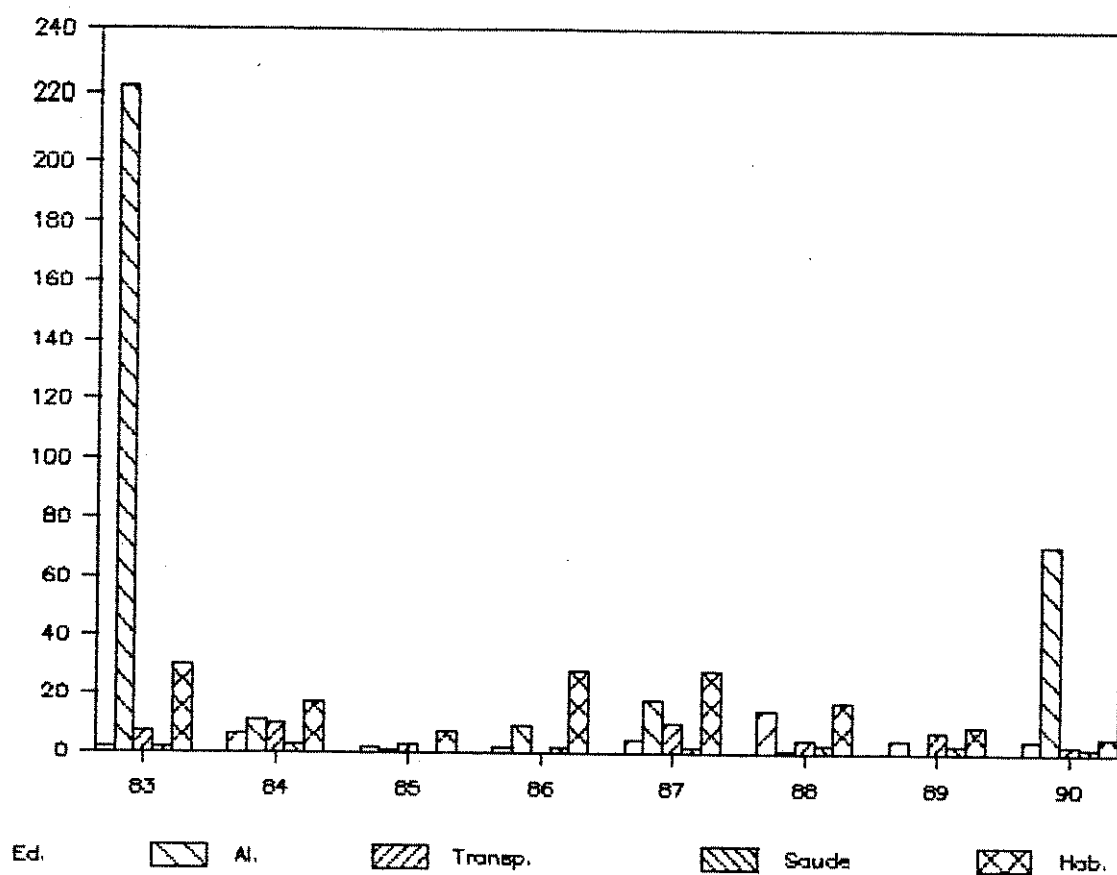


Figura 26 - Número de mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, separadamente e em cada ano do período de 1983 a 1990

As mobilizações que conseguem reunir um maior número de participantes são aquelas referentes à questão da educação, seguido de habitação (em números absolutos), ou da saúde (em média por mobilização).

Quadro XXXIV- Número de participantes das mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, separadamente, no período de 1983 a 1990. (com registro)

TEMA	Nº M.C.P.U.	Participantes	Média por M.C.P.U
Educação	33	79.444	2.407
Alimentação	60	29.740	495,6
Transportes	24	27.790	1.157,9
Saúde	10	12.000	1.200
Habitação	50	51.270	1.025

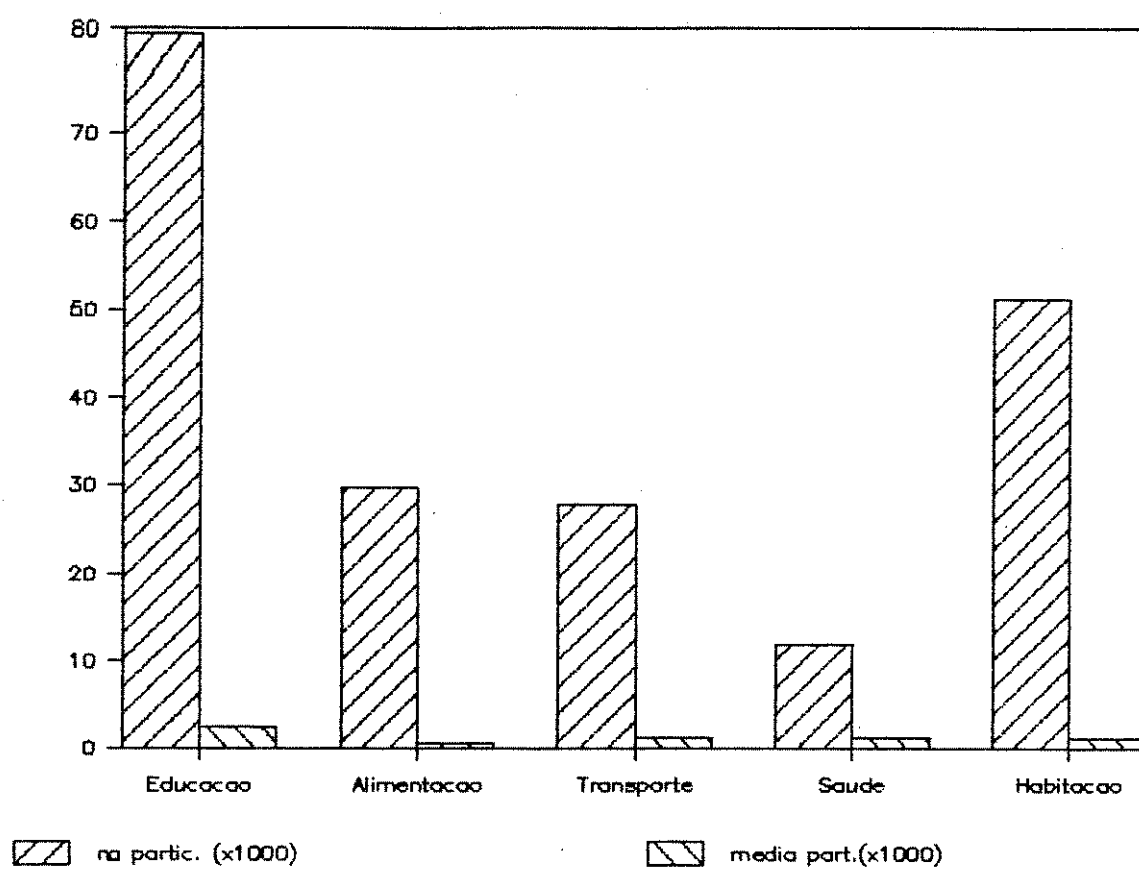


Figura 27 - Número de participantes por mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, e média de participantes por mobilização, durante o período de 1983 a 1990

O quadro XXXIV, e a figura 27,

querem dizer que apesar das mobilizações em torno da questão da educação, participarem apenas com 6,8% do total das m.c.p.u. ocorridas de 1983 a 1990 (Quadro XXXIII) são elas que conseguem arregimentar o maior número de pessoas no total e na média por mobilização. As mobilizações por habitação configuram 24,2% do total de mobilizações do período (Quadro XXXIII) e, em números absolutos são as que conseguem aglutinar o segundo maior número de pessoas no total dos participantes, sendo que, na média por mobilizações, o segundo lugar fica para as mobilizações por saúde (de acordo com o Quadro XXXIV) as m.c.p.u. saúde participam com o menor número de m.c.p.u. de todo o período, ou seja, 2,9%).

É interessante notar que as m.c.p.u. - alimentação possuem o maior número de mobilizações, 58,5% de todas mobilizações ocorridas (Quadro XXXIII), e o menor número de participantes na média por mobilizações (figura acima).

De 1983 a 1990, o Brasil vive três períodos de governo com características políticas bastante distintas - o governo Figueiredo, o governo Sarney e o governo Collor.

Como a população viveu este período em termos da frequência de m.c.p.u. - T em cada governo?

Quadro XXXV - Número de mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, no período de 1983 a 1990 e por governo e média mensal das mobilizações por governo e no período

GOVERNO	TOTAL	MEDIA/MESES
FIGUEIREDO - (1983 A 15 MARÇO 1985)- 26 MESES 15 DIAS	310	11,6
SARNEY - (15 DE MARÇO 1985 A 15 MARÇO 1990)- 60 MESES	167	2,7
COLLOR - (15 MARÇO 1990 A DEZ 1990) - 9 MESES 15 DIAS	82	8,6
TOTAL 96 MESES	559	5,8

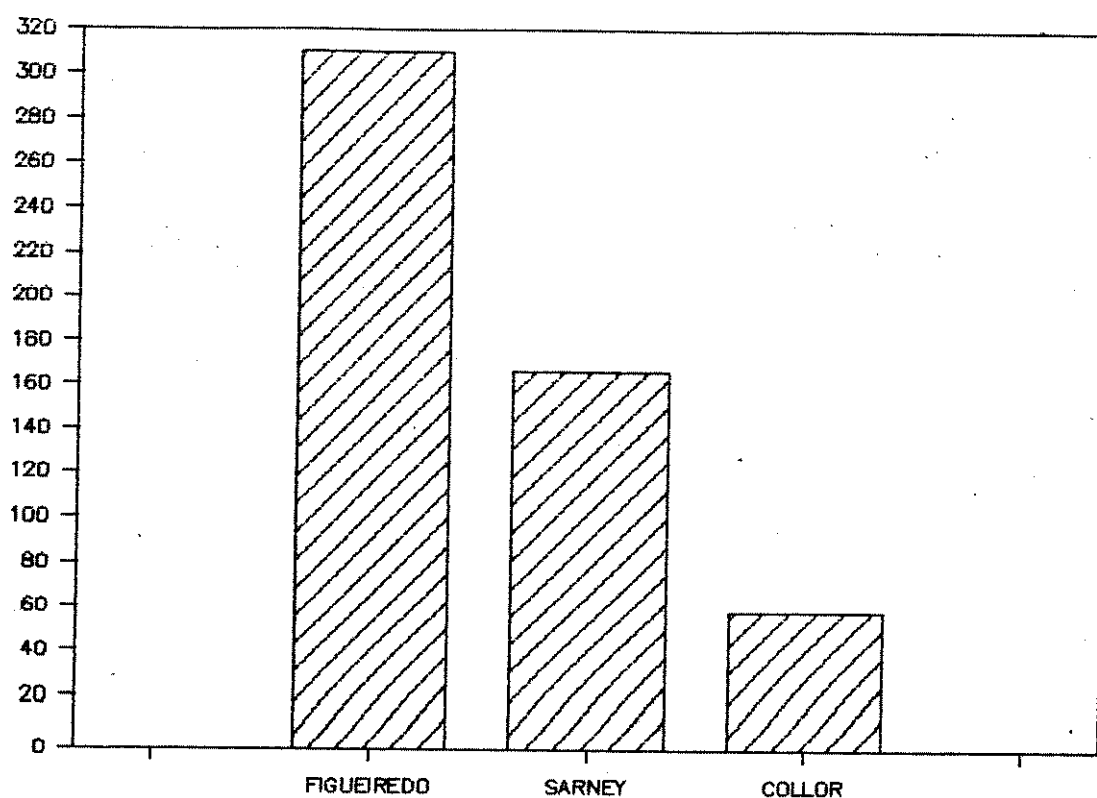


Figura-28

Nº total M.C.P.U. por governo (83-90)

(Ed., Alim., Transp., Saude, Habitacao)

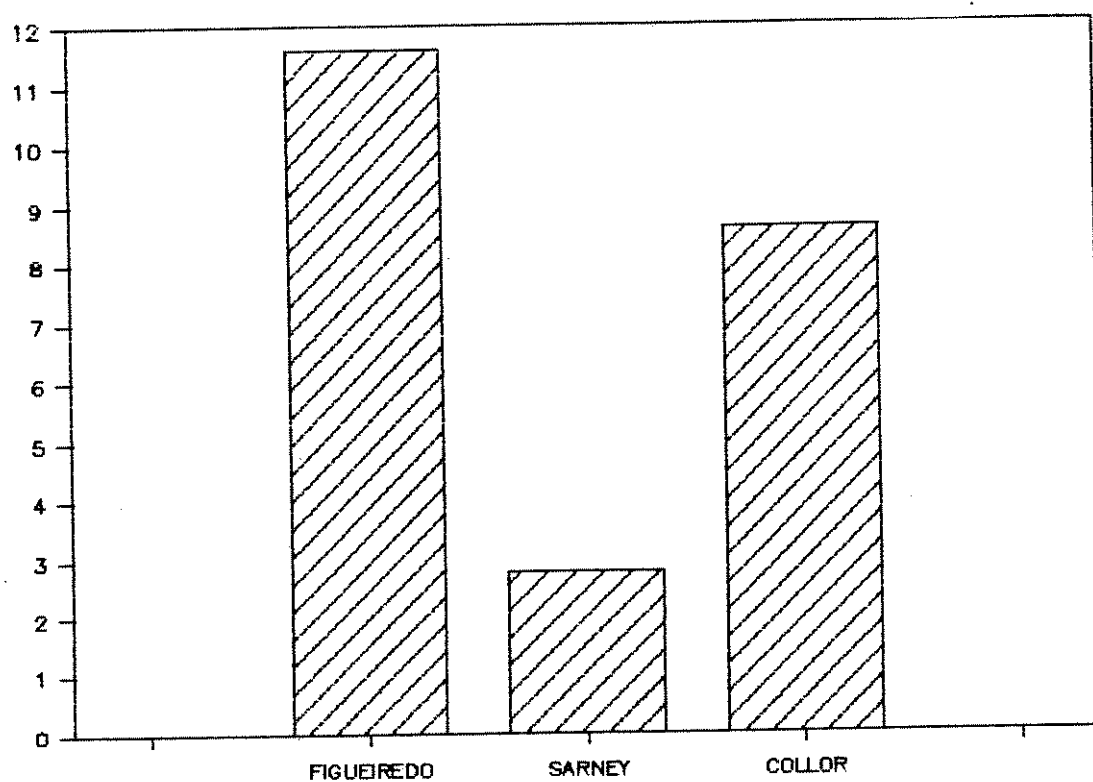


Figura 29

Media do nº de M.C.P.U./governo (83-90)

(Ed., Alim., Transp., Saude, Habitacao)

Observa-se no Quadro e Figuras acima, que foi no governo Figueiredo que ocorreu o maior número de m.c.p.u., tanto em números absolutos, quanto na média por mês de governo.

O governo Collor, na média por mês de governo, vem em seguida, e com uma diferença maior, aparece, depois o governo Sarney.

Portanto, a população agiu coletivamente, mais vezes por meses de governo, no período Figueiredo, depois no período Collor, e por último no período de Sarney.

De 1983 a 1990, totalizando 96 meses, a população se mobilizou aproximadamente 6 (seis vezes) por mês, reivindicando educação, alimentação, transporte, saúde ou habitação.

Em cada governo, cada tema de mobilização, aconteceu com frequência diferente - figura 30, abaixo.

No governo Figueiredo a m.c.p.u. - alimentação foi a de maior número, seguida pela da habitação; a de menor número foi a m.c.p.u. - saúde.

No governo Sarney a m.c.p.u. mais comum foi a por habitação, seguida pela da alimentação; a de menor número, também foi a por saúde.

No governo Collor, a mobilização de maior número foi a que se deu em torno da questão da alimentação, seguida pela da habitação, e a de menor número foi a m.c.p.u. - transporte.

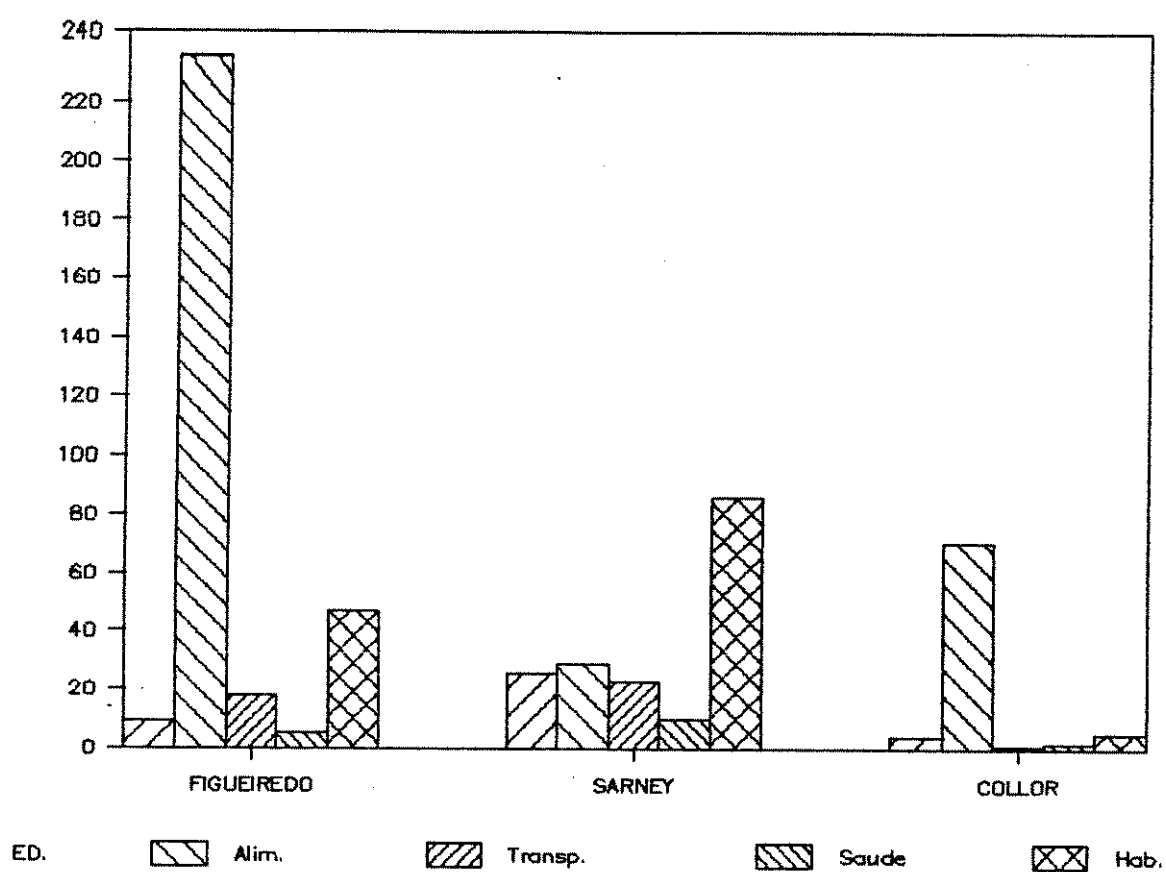


Figura 30 - Mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, por governo, no período de 1983 a 1990

Mas além desta diferença entre as mobilizações em cada governo, existe também, a diferença entre as formas de reação de cada governo diante de cada m.c.p.u. (temas e tipos), e, e cada ano.

Quadro XXXVI - Incidentes ocorridos nas mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, no período de 1983 a 1990

Ano	Incidente	Sem incidentes ou não registrado		PM acompanha (intimida)		PM reprime com ou sem violência		População reage		TOTAL
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
1983		187		2	0,7	71	27	2	0,7	262
1984		38		-	-	8	17	1	2,1	47
1985		12		-	-	1	7,6	-	-	13
1986		36		-	-	1	2,7	-	-	37
1987		51		2	3,2	7	11,4	1	1,6	61
1988		29		4	10,2	5	12,8	1	2,5	39
1989		15		1	4,5	5	22	1	4,5	22
1990		34		1	1,1	49	58,3	-	-	84
TOTAL		402		10	1,7	147	26	6	1,0	565

* Total real 559 (houve mais de um incidente por mobilização).

O Quadro acima demonstra que a PM reprimiu 25,3% do total(559) das m.c.p.u. ocorridas de 1983 a 1990. A PM acompanha, intimidando sem reprimir diretamente, a 4,8% de todas as mobilizações. E, a população reage em 1% das mobilizações, ou, reage a 4,1% das repressões sofridas.

As mobilizações que, em média, sofreram repressões mais frequentes foram as m.c.p.u. - transporte, seguida das m.c.p.u. - alimentação. As m.c.p.u. - saúde não sofreram nenhum tipo de repressão ou intimidação, em todo o período, quadro XXXVII, a baixo.

A população reagiu mais vezes, em média, também, nas m.c.p.u. - transporte, seguida pelas mobilizações por habitação.

E a PM esteve presente para intimidar, com mais constância, nas m.c.p.u. - educação.

Quadro XXXVII - Incidentes ocorridos no total das mobilizações coletivas populares urbanas-educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, de 1983 a 1990

TEMA	Incidente	PM acompanha (intimida)		PM reprime com ou sem violência		População reage		Sem incidentes ou não registrado		TOTAL
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
Educação		5	12,8	3	7,6	-	-	31	79,4	39
Alimentação		-	-	116	34,7	1	0,2	217	64,9	334
Transporte		1	2,2	17	38,6	2	4,5	24	54,5	44
Saúde		-	-	-	-	-	-	17	100	17
Habitação		5	3,5	12	8,5	3	2,1	121	85,8	141
TOTAL		11	1,9	148	25,7	6	1,0	410	71,3	575

* Número real 559 - mais de um incidente por tema

O ano em que a PM reprimiu mais vezes, por mobilização (na média), é o de 1990, seguido de 1983. Em 1989 a porcentagem também é expressiva (Quadro XXXVI).

Em 1988, a PM intimida mais vezes que nos outros anos. E a população reage às repressões, com mais frequência no ano de 1990.

Pode-se comparar estes dados com os períodos de governo e, assim, obter o período de governo onde a repressão foi mais frequente.

Para isto, é preciso tomar o cuidado de checar a qual governo pertence uma mobilização situada nos anos de 1985 e 1990, já que estes anos são os de transição de um período de governo para outro (Figueiredo para Sarney, e Sarney para Collor).

Assim, de acordo com os Quadros XXXV e XXXVI, tem-se que:

- 1 - no período do governo Figueiredo, a PM esteve presente (reprimindo ou intimidando) em 81 mobilizações, ou em 26,1% do total de mobilizações ocorridas em seu governo;
- 2 - no período Sarney, a PM esteve presente em 27 mobilizações, ou em 16,1% das mobilizações de seu governo;
- 3 - nos anos do governo Collor, a PM reprimiu ou intimidou a 49 mobilizações, ou a 59,7% do total de m.c.p.u. - T ocorridas em seu período de governo.

Portanto, pelos dados pesquisados, é possível afirmar que nos anos do governo Collor a repressão foi maior que nos anos do governo Figueiredo, e neste, foi maior que no período do governo Sarney.

E, a reação das autoridades ligadas ao Estado, às m.c.p.u.-T, também se dá através de respostas imediatas atendendo ou não

As suas reivindicações.

Em qual mobilização (tema) houve respostas mais favoráveis?

O Quadro abaixo, apresenta dados que podem responder a esta questão.

Quadro XXXVIII- Resultados obtidos pelas mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, separadamente, no período de 1983 a 1990

TEMA	Resultado parcial		conquistado		nenhum/ não regis- trado		total
	nº	%	nº	%	nº	%	
Educação	7	17,9	1	2,5	31	19,4	39
Alimentação	1	0,3	-		332	99,6	333
Transportes	-		8	19,0	34	89,9	42
Saúde	1	5,8	1	5,8	15	88,2	17
Habitação	29	21,0	11	7,9	98	71,0	138
TOTAL	38	6,6	21	3,6	510	89,6	569†

† Número real de mobilizações 559, (10 repetições) mobilizações com mais de um tema.

As m.c.p.u. - transporte, foram atendidas em suas reivindicações, mais vezes (média) que as demais mobilizações. As m.c.p.u. - transporte, foram, também, as que sofreram mais repressão -(Quadro XXXVII).

Quando se analisa, em conjunto, os resultados parciais com os conquistados, vê-se que são as m.c.p.u. - habitação que obtiveram resultados favoráveis, num maior número de vezes (média), seguidas das por educação, transportes, saúde e por último, alimentação.

A cada ano, do período, também houve diferença quanto a resposta das autoridades às mobilizações, Conforme quadro abaixo.

Quadro XXXIX - Resultados ocorridos no total das mobilizações coletivas populares urbanas-educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, a cada ano do período de 1983 a 1990

Ano	Resultado	nenhum/ não regis- trado		parcial		conquistado		total
		nº	%	nº	%	nº	%	
1983		247		9	3,4	4	1,5	260
1984		38		3	6,5	5	10,8	46
1985		10		1	7,6	2	15,3	13
1986		17		17	45,9	3	8,1	37
1987		55		2	3,3	3	5,0	60
1988		36		1	2,6	1	2,6	38
1989		16		2	9,5	3	14,2	21
1990		82		-	-	2	2,3	84
TOTAL		501		35	6,2	23	4,1	559

Ao se considerar apenas o atendimento das reivindicações (resultados conquistados), observa-se que são nos anos de 1985 e

1989 que as m.c.p.u. - T, foram, por mais vezes atendidas.

E quando se considera, também, os avanços alcançados após as mobilizações - os resultados parciais - então, vê-se que são nos anos de 1986, 1989, 1985 e 1984, que as m.c.p.u. - T obtiveram mais resultados favoráveis.

Utilizando o Quadro acima e o Quadro XXXV, obtem-se as seguintes informações:

- 1 - do total de m.c.p.u. - T do governo Figueiredo, 21 mobilizações alcançaram resultados favoráveis (atendimento parcial ou completo das reivindicações), ou seja 6,7% das m.c.p.u. - T, conquistaram avanços após a mobilização;
- 2 - no governo Sarney, 35 m.c.p.u. - T, conquistaram resultados favoráveis, isto é, 20,9% do total de mobilizações, deste período de governo; e
- 3 - no governo Collor duas mobilizações foram atendidas (parcial ou totalmente), e isto significa 2,4% das m.c.p.u. - T, de seu governo.

Estes dados sugerem a seguinte afirmação: é no período do governo Sarney que as m.c.p.u. - T obtiveram respostas mais favoráveis às suas reivindicações. Em seguida, é no governo Figueiredo que as mobilizações têm suas reivindicações atendidas (total ou parcialmente), e por último, no período do governo Collor.

Comparando os dados obtidos para incidentes (repressão-intimidação) e resultados (parciais e totais), nota-se que, quando a repressão aumenta os resultados positivos diminuem. Isto é, no governo Collor houve mais repressão que nos outros dois

períodos de governo e menos resultados positivos para as m.c.p.u. - T; no governo Figueiredo a repressão e os resultados estiveram na faixa intermediária, entre os outros dois governos; e no período do Governo Sarney, as m.c.p.u. - T sofreram menos repressão e conquistaram mais resultados favoráveis a seus interesses.

Estes dados, porém, não devem deturpar a realidade das m.c.p.u. - T, pois em todo o período, de 1983 a 1990, isto é, em todos os períodos de governo abarcados pela pesquisa, os resultados positivos que as mobilizações obtiveram, não passou de 10,3% das 559 m.c.p.u. - T ocorridas; e a FM esteve presente (reprimindo ou intimidando) em 28% delas - Quadros XXXVI e XXXIX.

Apesar destes números pouco encorajadores, os participantes das m.c.p.u. por educação, alimentação, transporte, saúde e alimentação, persistiam, e para isto, usaram ações de vários tipos para reivindicar, protestar e chamar a atenção para seus problemas.

Alguns destes tipos de ação, como passeatas, concentrações e atos públicos, são comuns às mobilizações de todos os temas abordados, outros são característicos de uma mobilização com tema específico, como por exemplo: invasão e ocupação é característico das m.c.p.u. - habitação; saques caracterizam as m.c.p.u. - alimentação (e em menor número, habitação); e depredações e quebra-quebras, caracterizam as m.c.p.u. - transporte (e, em menor número, alimentação e habitação).

Quadro XXXX - Tipos das mobilizações coletivas populares urbanas
 - educação, alimentação, transporte, saúde e
 habitação, separadamente, no período de 1983 a 1990

Tema	Tipo	concentração/ ato público		passeata carreata caravana		audiência com autoridades		ocupação prédio público acampamento		bloqueio de trânsito		saque		quebra-quebra depredação		ocupação		invasão		outros		nº registrado		TOTAL
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
Educação		5	12,1	15	36,6	1	2,4	7	17,0	1	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	6	14,6	6	14,6	41
Alimentação		4	1,1	5	1,4	-	-					320	95,5	5	1,4	-	-	-	-	-	-	1	0,2	335
Transporte		9	17,6	13	25,4	5	9,8	1	1,9	3	5,8	-	-	17	33,3	-	-	-	-	-	-	3	5,8	51
Saúde		6	31,5	6	31,5	1	5,2	1	5,2	2	10,2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,2	2	10,2	19
Habitação		17	10,7	19	12,0	13	8,2	9	5,6	3	1,8	3	1,8	2	1,2	27	17,0	54	34,1	1	0,6	10	6,3	158
TOTAL		41	6,7	58	9,6	20	3,3	18	2,9	9	1,4	323	53,4	24	3,9	27	4,4	54	8,9	8	1,3	22	3,6	604

* Número real 55%. (mais de um tipo/tema, por mobilização)

Entre os tipos de mobilização mais comum, entre os diversos temas, observa-se que são nas m.c.p.u. - educação que os participantes fazem passeatas com mais frequência. As concentrações e atos públicos são mais comuns nas m.c.p.u. - saúde. A audiência com autoridades é um recurso usado com mais frequência pelas m.c.p.u. - transporte. A ocupação de prédios que abrigam instituições públicas é praticada mais vezes pelas m.c.p.u. - educação. O bloqueio de trânsito é utilizado, com mais frequência pelos participantes das m.c.p.u. - saúde. E, ações diferentes (como vaia ao presidente, greves de fome e de protesto, abraço ao Cristo Redentor, etc.), são feitas, mais vezes, nas m.c.p.u. - educação.

O Quadro abaixo, apresenta os tipos de m.c.p.u. - I, em cada ano de período.

Quadro XXXXI - Tipos de mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, a cada ano, do período de 1983 a 1990

Tipo	concentração ato público	passeata carreata caravana	ocupação de prédio público acampamento	bloqueio de trânsito	audiência com autoridades	saque	quebra-quebra depredação	ocupação	invasão	não registrado	outros	TOTAL
Ano												
1983	10	7	1	-	6	219	6	6	13	1	-	269
1984	10	8	3	1	6	11	1	3	3	9	1	56
1985	5	2	2	1	2	-	1	-	1	2	-	16
1986	2	5	-	3	1	5	4	1	18	-	-	39
1987	2	8	2	-	1	18	3	13	11	3	-	61
1988	2	5	7	-	7	1	2	1	8	5	3	41
1989	6	6	1	-	4	1	4	1	-	2	1	26
1990	3	4	1	2	-	69	2	2	-	-	3	86
TOTAL	40	45	17	7	27	324	23	27	54	22	8	594

* Número real 559 (mais de um tipo de mobilização)

O tipo de mobilização que ocorreu mais vezes em todo o período, foram os saques seguidos, por ordem de frequência, das invasões, passeatas, concentrações, audiência com autoridades e ocupação, quebra-quebras, ocupação de prédios que abrigam instituições públicas, outros, e bloqueio de trânsito.

Os anos em que ocorreram mais mobilizações caracterizadas como violenta foram: para saques - 1983 e 1990; para invasões - 1986 e 1983; para ocupações - 1987 e 1983, e para quebra-quebras - 1983, 1986 e 1989.

As mobilizações "violentas", por cada período de governo, ficam distribuídas da seguinte forma:

- 1 - governo Figueiredo: 263 m.c.p.u. - T "violentas", ou 84,8% do total das m.c.p.u. ocorridas neste período de governo (Quadro XXXV);
- 2 - governo Sarney: 94 m.c.p.u. - T "violentas", ou 56,2% do total de m.c.p.u. do período de governo;
- 3 - governo Collor: 71 m.c.p.u. - T "violentas", ou 86,5% do total de mobilizações do período de governo.

Estes dados revelam que, proporcionalmente, houve mais m.c.p.u. caracterizadas como violentas, no governo Collor, depois no Figueiredo, e por último, com menos m.c.p.u. "violentas", no governo Sarney.

Isto pode estar relacionado aos dados obtidos sobre os números da repressão, por governo, haja visto que foi no governo Collor que houve mais repressão e, também, mais m.c.p.u. "violentas"; no governo Figueiredo os índices de repressão e de mobilizações "violentas", permanece intermediário; e no governo

Sarney ocorreram menos m.c.p.u. "violentas", e o número de mobilizações que sofreram repressão também foi menor.

Do total geral, das 559 m.c.p.u. ocorridas no período, 76,5% podem ser consideradas como ações coletivas com algum grau de violência, porque além de estarem ocorrendo fora dos canais institucionais de representação, desafiam os valores e leis da sociedade.

Este é o panorama das m.c.p.u., que de 1983 a 1990, no Brasil, reivindicaram, protestaram e chamaram a atenção para os problemas na área da educação, alimentação, transporte, saúde e habitação.

A análise elaborada sobre os dados levantados na pesquisa, não esgota as possibilidades de informações que os próprios dados contêm. O que esperamos, é que o trabalho realizado possa contribuir com pesquisadores, pessoas interessadas e membros das mobilizações coletivas, de forma a permitir um conhecimento mais detalhado e minucioso sobre estas mobilizações.

E, sobretudo, é nosso desejo, que qualquer que seja a pessoa que venha a utilizar estes dados, o faça movida pelo sentimento de solidariedade a esta parcela da população, que luta, através das mobilizações coletivas, para ter garantido o seu direito de igualdade social e política e de distribuição da produção econômica.

CAPITULO VII

DE 1983 A 1990

DA LIBERALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR, TRANSIÇÃO POLITICA, NOVA REPUBLICA, AO GOVERNO COLLOR

O Brasil, de 1983 a 1990, teve três governos diferentes. Diferentes não apenas pela conjuntura política interna e externa, mas também quanto ao regime político vigente.

Estes anos são divididos em três subperíodos: de janeiro de 1983 a 15 de março de 1985 - meados e final do governo Figueiredo; de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990 - governo Sarney; de 15 de março de 1990 a dezembro de 1990 - início do governo Collor.

Todavia, além das diferenças, os três subperíodos de governo estão envolvidos num único processo, que é o do restabelecimento da democracia, por um lado; e do empobrecimento e exclusão da participação política da população, por outro.

De 1983 a 1990, são as diferenças que ganham destaque, já que a passagem, de um regime militar para um democrático, não ocorre sem mudanças fundamentais, sobretudo em termos de liberdades políticas e direitos individuais. E não há argumento (crítico ou saudosista) sobre as similaridades entre os governos e sobre a aparente transitoriedade entre os dois primeiros subperíodos, que diminua esta conquista do fim do autoritarismo despudoradamente violento, que, se não feita pela população, ao menos é da população, pelos anos de luta e resistência.

Mesmo assim, não há como desconsiderar a linha contínua que permeia estes três governos: os dois primeiros, pela administração da crise da ditadura e da realização da transição entre os regimes políticos; e os três, pela política de exclusão econômica, social e política da população.

A crise da ditadura, já instalada antes do período Figueiredo, e em seu governo gerida até o seu término, não desembocou numa ruptura, ao contrário, tem-se uma "ditadura em crise, que logra determinar o que vem depois, assegurando a seus pares e a seus aliados, uma transição e conferindo-lhe um teor especificamente político: é uma ditadura semigloriosa, que amarga uma derrota com sabor de vitória".

"O que sublima que militares e civis dos estratos dominantes das classes altas, não romperam as composições que convergiram, primeiro, à ditadura, e, em seguida, à uma mortífera transição conservadora". (Fernandes, 1985)

A crise e fim da ditadura "não era uma vitória da democracia, era uma nova derrota do republicanismo e um conchavo descarado, o qual escorava a 'transição lenta, gradual e segura' que fora arquitetada pela ditadura". (Fernandes, 1985)

A ascensão de Tancredo Neves à presidência, não foi a expressão da vontade popular, mobilizada em torno da campanha pelas eleições diretas para presidente.

"No âmago da campanha pelas eleições diretas, depois que o PMDB lograra infundir-lhe uma intensidade de massa que o PT não conseguira sozinho", as articulações políticas colocaram Tancredo no centro dos acontecimentos, e sua "doença e morte empolgaram o

imaginário popular". (Fernandes, 1985)

O processo de transição e a posse de Tancredo são frutos do "pacto conservador". "Um pacto com várias pontes. Uma recaptura a integridade da 'revolução', afirmando explícita e enfaticamente a intensão de recunduzí-la por sua vocação democrática! (...) O braço militar se desarmaria, continuando, porém, por trás da presidência".

"Isso queria dizer simplesmente, que a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democracia sui generis, que sairia das entranhas do regime. Os militares, desde Geisel e, principalmente sob Figueiredo, sonharam com esta forma de transição". (Fernandes, 1985)

O carisma de Tancredo e sua morte - com a manipulação emocional da população - fizeram com que este episódio da vida nacional, tivesse a aparência de cumplicidade e participação popular.

E Sarney, o vice-presidente, irá assumir a presidência, com esta herança da credibilidade e apoio da população.

Este apoio é solicitado e renovado por ocasião do Plano Cruzado, quando a população é, novamente, acionada para defendê-lo.

"O pacote de fevereiro de 1986 relançou as expectativas de avanço e reativou a festa mediática. O povo crê de novo que vai dar certo". (Koutzii, 1986)

Porém a realidade se impõe, desgastando politicamente este período de governo.

E, as eleições diretas para presidente chegam finalmente, a participação popular tem sua vez e hora privilegiadas.

Alguns partidos e lideranças políticas usam, na campanha eleitoral, formas de propaganda contendo requintes no uso da técnica de manipulação do imaginário e inconsciente coletivo, envolvendo vultuosas quantias em dinheiro.

O eleito é Collor, com uma imagem de salvador e defensor forte e heróico.

A "participação" popular é restrita a este momento - como massa de eleitores. E não se abre canais onde a população possa ser ouvida no encaminhamento do processo político.

O Plano Collor promove alterações na economia, porém mantém as causas do empobrecimento de uma faixa ampla da população e miserabilidade de outra.

Neste sentido, apesar de todas as diferenças entre os períodos dos governos abordados na pesquisa - diferenças fundamentais e por demais importantes - um traço de igualdade permanece, ou seja, a exclusão econômica, social e política da maior parte da população brasileira.

As m.c.p.u. são momentos em que a população efetiva a participação política, impondo sua presença e fazendo-se ouvir. Estas mobilizações ocorreram em todo o período, e de forma específica em cada subperíodo de governos.

Porém, isto se dá de maneira pontual, e nem sempre vinculada a uma direção ou objetivo político.

São os movimentos sociais, propriamente ditos, aglutinadores ou desencadeadores destas mobilizações, que podem dar-lhes o sentido político. E, aí sim, estas mobilizações se constituem num

aprendizado de participação política, e num exercício do poder social.

CONCLUSÃO

Na primeira parte da dissertação - análise conceitual - as terminologias e conceitos usados pelos autores selecionados, ao abordarem os movimentos sociais e suas relações na sociedade, foram discutidos e comparados.

Isto possibilitou que se depurasse as interpretações realizadas pelos autores de diferentes linhas e enfoques teóricos, e se construísse uma definição e caracterização ampla dos movimentos sociais.

Na segunda parte - pesquisa das mobilizações coletivas populares urbanas em torno das questões da educação, alimentação, transporte, saúde e habitação - foram apresentadas, nos capítulos correspondentes, uma análise e breve discussão sobre cada tema das mobilizações.

A observação comum a todas as mobilizações pesquisadas, é que elas se comportam de maneira diferente em cada ano do período, ou período do governo. Demonstrando que seus participantes estão sensíveis à conjuntura política, às flutuações de economia, e ao momento estratégico para suas manifestações.

O Estado também responde às mobilizações coletivas populares urbanas de forma diferente em cada momento e conjuntura política e econômica. E, o Estado responde diferentemente a cada tema (educação, alimentação, transporte, saúde e habitação) de

mobilização. Por exemplo, a resposta do Estado para as mobilizações coletivas populares em torno da questão de saúde, é diversa da resposta às mobilizações coletivas populares urbanas - transporte. E, ainda, a resposta do Estado é desigual de acordo com o tipo de mobilização: para passeata é uma, para quebra-quebras é outra.

Quando o período da pesquisa foi dividido em subperíodos de governo, ficou demonstrado que cada governo possui uma maneira própria de responder às mobilizações coletivas populares urbanas, a depender do seu tema, bem como do seu tipo.

METODOLOGIA

INCLUINDO RESULTADO COMPLEMENTAR

A pesquisa foi realizada através de jornais da grande imprensa e imprensa alternativa, abrangendo o período de 1983 a 1990.

Dos jornais, foram extraídas as notícias sobre mobilizações coletivas populares urbanas - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação.

A seleção dos jornais a serem utilizados obedeceu a dois critérios: primeiro, que os jornais da grande imprensa tivessem expressão nacional e/ou suas notícias não fossem apenas de interesse regional, mas também, nacional; segundo, que os jornais da imprensa alternativa representassem as lutas populares e/ou estivessem vinculados às mobilizações coletivas populares.

A seleção final dos jornais para servir de instrumento à pesquisa, foi feita com auxílio de dois órgãos de documentação: IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, e CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

O IBASE "é uma organização não governamental, suprapartidária, sem fins lucrativos ou vinculação religiosa, cuja identidade política e institucional decorre de seu compromisso básico com a democracia. Tem como objetivo fundamental colaborar, através da socialização da informação e do conhecimento, para a construção da sociedade democrática". (Catálogo Informativo IBASE)

O CPV "se constitui num centro de documentação de abrangência nacional, voltado para as organizações dos trabalhadores". (Catálogo Informativo CPV)

E como nosso interesse era buscar dados sobre as m.c.p.u., num período recente da vida nacional (os anos 80 e início dos anos 90), procuramos nestes órgãos, as informações que contemplassem estes anos. E, o arquivo informatizado de um dos órgãos - para a grande imprensa - iniciava com o ano de 1983, e por isto estabelecemos o período de pesquisa com o início em 1983.

Desta forma, e de acordo com os arquivos dos órgãos de documentação, foram selecionados os seguintes jornais:

- 1 - grande imprensa: Folha de São Paul (FSF) - SP; O Estado de São Paulo (OESP) - SP; Gazeta Mercantil (GM) - SP; Jornal do Comércio (JC) - PE; Jornal do Brasil (JB) - RJ; O Dia - RJ; e o Globo - RJ.
- 2 - imprensa alternativa: Alternativa - RJ; Aqui Agora - SP; Boletim da FAMERJ - RJ; Do lado de cá - SP; Folha dos Bairros - RJ; Folhas dos Bairros - PE; Intercâmbio Informa - RJ; Jornal da FAMERJ - RJ; Nosso Jornal - SP; O Passageiro - SP; A propósito - SP; Tribuna da luta operária - SP; PT - SP; Voz da Unidade - SP; O São Paulo - SP; O Imigrante; AGEN; A Classe operária; Teto e Chão; Cidade de Diadema - SP; Convergência Socialista; Voz Nacional; Jornal do Movimento Popular; Alternativa - PI; Aconteceu; Resistência; Voz do Povo - SP; De olho no Rio Grande - RS; Juventude Trabalhadora; Passo a Passo; e Grita Povo - SP.

A pesquisa visava obter informações sobre os m.c.p.u., usando como instrumento os jornais.

O interesse fundamental era selecionar o maior número possível de jornais, para obter o maior número possível de informações. Por esta razão, não se tratava de fazer um estudo sobre a imprensa - grande imprensa e imprensa alternativa - ou de jornais específicos.

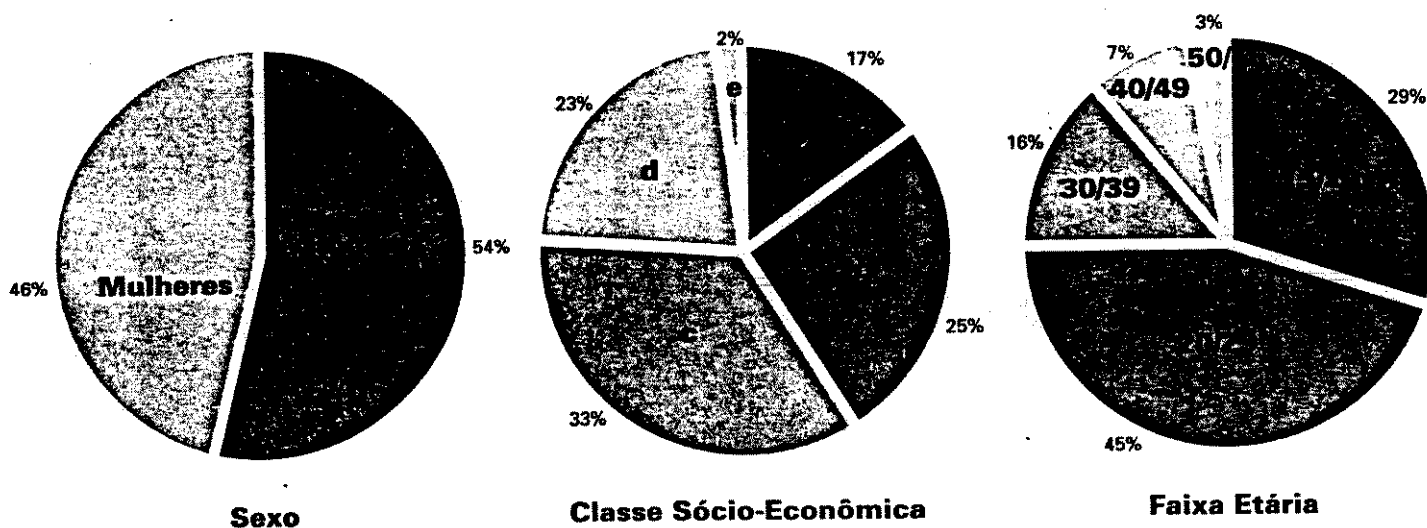
Ressaltamos, entretanto, a importância do jornal "como meio formador de opinião por excelência".⁴²

O leitor dos jornais da grande imprensa, "integra predominantemente, as classes A, B e C emergente, mais de dois terços de seus títulos diários estão nas regiões Sudeste e Sul".⁴³

O perfil do consumidor dos jornais - grande imprensa - segundo a revista Mídia Dados '91, é o seguinte:

PERFIL DOS CONSUMIDORES DO MEIO

MEDIUM CONSUMER PROFILE



Fonte: Marplan - Base: 9 mercados

⁴² Mídia Dados '90

⁴³ idem

A imprensa alternativa, apesar de ter uma penetração menor em toda a população, atinge de forma mais direta seu público alvo. Isto porque algumas publicações ou são dirigidas especificamente a um grupo de pessoas (sem terra, moradores de um bairro, usuários de ônibus, por exemplo), ou a um problema específico (transporte, habitação, saúde, por exemplo).

Há, ainda, uma última observação a ser feita sobre os jornais selecionados. A maioria deles está sediada na cidade de São Paulo ou Rio de Janeiro, e apesar de publicarem notícias de outros estados, a incidência maior das notícias é da cidade sede e região. Podendo ser esta, uma das razões porque o maior número de m.c.p.u. foi registrado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Resultado complementar

A pesquisa realizada permitiu que se acumulasse algumas informações sobre as características dos jornais da grande imprensa e imprensa alternativa, em relação às mobilizações coletivas.

Durante o período de 1983 a 1990, foram publicadas 285 notícias - nos jornais selecionados - sobre m.c.p.u. educação, alimentação, transporte, saúde e habitação.

Como foi visto no Capítulo VI, o total destas mobilizações

chegou a 559. A diferença entre o número de notícias e o número de m.c.p.u., é explicada pelo fato de uma mesma notícia, de um mesmo jornal, notificar mais de uma mobilização. Algumas vezes, também, porém em menor número, uma mesma mobilização era notícia em mais de um jornal.

Durante a coleta dos dados, foi tomado o cuidado para que não houvesse repetições que comprometessem o número real de m.c.p.u., registradas no período.

Assim, chegou-se aos seguintes números: de 1983 a 1990, os jornais selecionados publicaram 285 notícias sobre 559 m.c.p.u. - educação, alimentação, transporte, saúde e habitação.

A distribuição das notícias entre os jornais da grande imprensa e os jornais da imprensa alternativa, é diferente a cada ano e a cada tema da mobilização:

1 - distribuição dos números das notícias entre grande imprensa e imprensa alternativa para m.c.p.u. - educação

ANO	JORNAL		
	GRANDE IMPRENSA	IMPRENSA ALTERNATIVA	TOTAL
1983	1	1	2 ^o
1984	7	-	7
1985	2	-	2
1986	2	-	2* ^p
1987	5	-	5 ^o
1988	17	-	17 ^o
1989	5	-	5 ^o
1990	4	-	4
TOTAL	43	1	44

* habitação: 1

P saúde/habitação: 1

O transporte: 4

2 - distribuição dos números das notícias entre grande imprensa e imprensa alternativa para m.c.p.u. - alimentação

ANO	JORNAL		
	GRANDE IMPRENSA	IMPRENSA ALTERNATIVA	TOTAL
1983	33	1	34 ^o
1984	10	-	10
1985	1	-	1
1986	7	-	7
1987	9	-	9
1988	1	-	1
1989	-	-	-
1990	14	-	14*
TOTAL	75	1	76

^o transporte: 1

* habitação: 1

3. Distribuição dos números das notícias entre grande imprensa e imprensa alternativa para m.c.p.u. - transporte

ANO	JORNAL		
	GRANDE IMPRENSA	IMPRENSA ALTERNATIVA	TOTAL
1983	4	3	7 ^o #
1984	-	10	10
1985	2	1	3
1986	-	-	-
1987	10	5	15 ^o
1988	2	1	3 ^o
1989	5	1	6 ^o
1990	3	-	3
TOTAL	26	21	47

^o educação: 4

alimentação: 1

4 - distribuição dos números das notícias entre grande imprensa e imprensa alternativa para m.c.p.u. - saúde

ANO	JORNAL		
	GRANDE IMPRENSA	IMPRENSA ALTERNATIVA	TOTAL
1983	1	2	3
1984	-	4	4
1985	-	-	-
1986	2	-	2 ^Q
1987	1	1	2
1988	5	1	6
1989	3	-	3
1990	1	1	2
TOTAL	13	9	22

Q educação/habitação: 1
* habitação

5 - distribuição dos números das notícias entre grande imprensa e imprensa alternativa para m.c.p.u. - habitação

ANO	JORNAL		
	GRANDE IMPRENSA	IMPRENSA ALTERNATIVA	TOTAL
1983	9	10	19
1984	5	16	21
1985	6	3	9
1986	6	7	13 ^{Qp}
1987	6	6	12
1988	7	10	17
1989	4	6	10
1990	4	1	5 [#]
TOTAL	47	59	106

Q Educação/Saúde: 1
P Saúde: 1
● Educação: 1
Alimentação: 1

6 - distribuição dos números das notícias entre grande imprensa e imprensa alternativa, para o total de m.c.p.u.

ANO	JORNAL		
	GRANDE IMPRENSA	IMPRENSA ALTERNATIVA	TOTAL
1983	47	16	63
1984	15	30	45
1985	11	4	15
1986	13	7	20
1987	35	12	47
1988	27	12	39
1989	13	7	20
1990	34	2	36
TOTAL	195	90	285

Os quadros acima revelam que a grande imprensa foi responsável por 68,4% das notícias sobre m.c.p.u., nos diversos temas, e a imprensa alternativa por 31,5% (quadro 6).

A imprensa alternativa publicou mais notícias sobre m.c.p.u., do que a grande imprensa, apenas no caso de habitação (quadro 5).

As m.c.p.u. - transporte e saúde (quadros 3 e 4), são mais noticiadas pela grande imprensa.

E as m.c.p.u. - educação e alimentação, são quase na totalidade, noticiadas apenas pela grande imprensa (quadro 1 e 2).

Isto pode indicar que os jornais da imprensa alternativa têm maior interesse, ou são mais especializados, em publicar notícias sobre a questão da habitação, seguida da questão do transporte e saúde, e por último, sobre a questão da educação e alimentação.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BRANT, Vinicius Caldeira. Da resistênci@ aos movimentos sociais: a emergênci@ das classes populares em São Paulo, In: São Paulo, o Povo em Movimento, SINGER, Paul e BRANT, V.C., org., Vozes e Cebrap ed., São Paulo, 1980
- BORJA, Jordi. Movimientos Sociales Urbanos, Ediciones Siap-Planteos, Buenos Aires, 1975
- BOSCHI, Renato Raul. A arte da associação política de base e democracia no Brasil, ed. Vértice, Rio de Janeiro, 1987
- BOSCHI, Renato Raul e VALLADARES, Lícia do Prado. Movimentos Associativos de Camadas Populares Urbanas: Análise comparativa de seis casos, In: Movimentos Coletivos no Brasil Urbano, BOSCHI, R.R., org., Zahar ed., Rio de Janeiro, 1983
- CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais, algumas discussões conceituais, In: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987
- CASTELLS, Manuel. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas, In: O Estado em crise, FOULANTZAS, N., org., ed. Graal, Rio de Janeiro, 1977
- . The city and the grassroots, ed. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, California, 1983

- DE LA CRUZ, Rafael. Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia, In: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987
- FERNANDES, Florestan. Nova República?, Jorge Zahar ed., Rio de Janeiro, 1985
- FRANK, André G. e FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais, Lua Nova, 17, CEDEC, São Paulo, 1989
- GOHN, Maria da Glória M. A força da periferia, ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1985
- GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente a crise, In: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos Sociais na América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987
- JACOBI, Pedro. Movimentos Populares Urbanos e Resposta do Estado: Autonomia e Controle vs. Cooptação e Clientelismo, In: Movimentos Coletivos no Brasil Urbano, BOSCHI, R.R., org., Zahar ed., Rio de Janeiro, 1983
- . Equipamentos de consumo coletivos, demandas sociais e conquista da cidadania, In: A cidadania que não temos, COVRE, Maria de Lourdes M., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1986
- . Movimentos Sociais: teoria e prática em questão, In: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987

_____. Movimentos Sociais e Políticas públicas, Cortez ed., São Paulo, 1989

KÄRMEN, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano, In: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987

KRISCHKE, Paulo J. Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base, In: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987

KOUTZII, Flávio. org., Nova República - um balanço, f e FN ed., São Paulo, 1986

LIMA, Luis G. de S. Notas sobre as Comunidades Eclesiais de Base e a organização Política, In: Alternativas populares da democracia, MOISÉS, J.A., et alli, ed. Vozes, Petrópolis 1982

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova, CEDEC, São Paulo, 1989

MOISÉS, J. A. Classes populares e protestos urbanos, Tese de Doutorado, USP, 1978

MOISÉS, J.A. e MARTINEZ-ALIER. Contradições urbanas e movimentos sociais, MOISÉS, J.A., et alli, CEDEC/Paz e Terra, São Paulo, 1978

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena, Tese de Doutorado, USP, 1987

- SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais, In: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987
- _____. Movimentos Sociais. Um ensaio de interpretação sociológica. Universidade Federal de Santa Catarina, Cadernos de Ciências Sociais, vl. 4-1, 1983
- SINGER, Paul. Movimentos de Bairro, In: São Paulo, o Povo em movimento, SINGER, Paul e BRANT, V.C., org., Vozes e Cebrap ed., São Paulo, 1980
- TELLES, Vera da Silva. Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70, In: Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais da América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987
- TILLY, Charles. From Mobilization to Revolution, Addison - Wesley Publishing Company, 1978
- TOURAINÉ, Alain. Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina, ed. Unicamp, Campinas, 1989
- VÉRAS, Maura P.B. e BONDUKI, Nabil G.. Política Habitacional e a luta pelo direito à habitação, In: A cidadania que não temos, COVRE, Maria de Lourdes M., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1986
- VIGEVANI, Tullo. Movimentos Sociais na Transição Brasileira: A dificuldade de elaboração do projeto, Lua nova, CEDEC, 17, São Paulo, 1989
- VIOLA, Eduardo e MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais:

367

cultura política e democracia: Brasil e Argentina, In:
Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais
na América do Sul, SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE,
Paulo J., org., ed. Brasiliense, São Paulo, 1987